

BRASILIANA

5.ª SERIE DA

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA
SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — BATISTA PEREIRA: *Figuras do Imperio e outros ensaios* — 2.ª Edição.
- 2 — PANDIÁ CALOGERAS: *O Marquês de Barbacena* (2.ª edição)
- 3 — ALCIDES GENTIL: *As idéas de Alberto Torres* (synthese com indice remissivo)
- 4 — OLIVEIRA VIANA: *Raça e Assimilação* (3.ª edição aumentada).
- 5 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo* (1822) — Tradução e prefacio de Afonso de E. Taunay.
- 6 — BATISTA PEREIRA: *Vultos e episodios do Brasil.*
- 7 — BATISTA PEREIRA: *Dirretrizes de Rui Barbosa* (segundo textos escolhidos).
- 8 — OLIVEIRA VIANA: *Populações Meridionais do Brasil* (3.ª edição).
- 9 — NINA RODRIGUES: *Os Africanos no Brasil* (Revisão e prefacio de Homero Pires). Profusamente illustrado - 2.ª ed.
- 10 — OLIVEIRA VIANA: *Evolução do Povo Brasileiro* (2.ª edição illustrada).
- 11 — LUIZ DA CAMARA CASCUDO: *O Conde D'Eu* (volume illustrado).
- 12 — WANDERLEY PINHO: *Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe* (volume illustrado).
- 13 — VICENTE LICINIO CARDOSO: *A margem da Historia do Brasil.*
- 14 — PEDRO CALMON: *Historia da Civilização Brasileira* (3.ª edição).
- 15 — PANDIÁ CALOGERAS: *Da Regencia á queda de Rosas.* (3.ª

volume da série "Relações Exteriores do Brasil").

- 16 — ALBERTO TORRES: *A Organização Nacional.*
- 17 — ALBERTO TORRES: *O Problema Nacional Brasileiro.*
- 18 — VISC. DE TAUNAY: *Pedro II.*
- 19 — AFONSO DE E. TAUNAY: *Visitantes do Brasil Colonial* (Sec. XVI-XVIII).
- 20 — ALBERTO DE FARIA: *Mauá* (com tres illustrações fórra do texto).
- 21 — BATISTA PEREIRA: *Pelo Brasil Maior.*
- 22 — E. ROQUETE-PINTO: *Ensaio de Antropologia Brasileira.*
- 23 — EVARISTO DE MORAIS: *A escravidão africana no Brasil.*
- 24 — PANDIÁ CALOGERAS: *Problemas de Administração.*
- 25 — MARIO MARROQUIM: *A Lingua do Nordeste.*
- 26 — ALBERTO RANGEL: *Rumos e Perspectivas.*
- 27 — ALFREDO ELIS JUNIOR: *Populações Paulistas.*
- 28 — GENERAL COUTO DE MAGALHÃES: *Viagem ao Araguaia* (3.ª edição).
- 29 — JOSUÉ DE CASTRO: *O problema da alimentação no Brasil* — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — CAP. FREDERICO A. RONDON: *Pelo Brasil Central* (ed. illustrada).
- 31 — AZEVEDO AMARAL: *O Brasil na crise atual.*
- 32 — C. DE MELO-LEITÃO: *Visitantes do Primeiro Imperio* (edição illustrada com 19 figuras).
- 33 — J. DE SAMPAIO FERRAZ: *Meteorologia Brasileira.*

- 84 — **ANGYONE COSTA**: *Introdução à Arqueologia Brasileira* (edição ilustrada).
- 85 — **A. J. SAMPAIO**: *Fitogeografia do Brasil* (edição ilustrada).
- 86 — **ALFREDO ELLIS JUNIOR**: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* (2.^a edição).
- 87 — **J. F. DE ALMEIDA PRADO**: *Primeiros Povoadores do Brasil* (edição ilustrada).
- 88 — **RUI BARBOSA**: *Mocidade e Exílio* (Cartas ineditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe). - Edição ilustrada.
- 89 — **E. ROQUETE-PINTO**: *Rondonia* (3.^a edição aumentada e ilustrada).
- 40 — **PEDRO CALMON**: *História Social do Brasil* - 1.^o Tomo. — *Espirito da Sociedade Colonial* (edição ilustrada com 18 gravuras. 2.^a edição).
- 41 — **JOSE** - **MARIA BELO**: *A Inteligência do Brasil*.
- 42 — **PANDIA' CALOGERAS**: *Formação Histórica do Brasil* (2.^a edição com 3 mapas fora do texto).
- 43 — **A. SABOIA LIMA**: *Alberto Torres e sua obra*.
- 44 — **ESTEVÃO PINTO**: *Os indígenas do Nordeste* (com 15 gravuras e mapas) — 1.^o volume.
- 45 — **BASILIO DE MAGALHÃES**. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*.
- 46 — **RENATO MENDONÇA**: *A influência africana no português do Brasil* (edição ilustrada).
- 47 — **MANOEL BONFIM**: *O Brasil* — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — **URBINO VIANA**: *Bandeiras e sertanistas baianos*.
- 49 — **GUSTAVO BARROSO**: *História Militar do Brasil* (edição ilustrada com 50 gravuras e mapas).
- 50 — **MARIO TRAVASSOS**: *Protecção Continental do Brasil* — Prefácio de Pandia Calogeras (2.^a edição ampliada).
- 51 — **OTAVIO DE FREITAS**: *Doenças africanas no Brasil*.
- 52 — **GENERAL COUTO DE MAGALHÃES**: *O selvagem* — 3.^a edição completa com parte original tupi-guaraní.
- 53 — **A. J. DE SAMPAIO**: *Bio-geografia dinâmica*.
- 54 — **ANTONIO GONTIJO DE CARVALHO**: *Calogeras*.
- 55 — **HILDEBRANDO ACIOLY**: *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America*.
- 56 — **CHARLES EXPILLY**: *Mulheres e Costumes do Brasil* (tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva).
- 57 — **FLAUSINO RODRIGUES VALE**: *Elementos do Folklore musical Brasileiro*.
- 58 — **AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE**: *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)* — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — **ALFREDO ELLIS JUNIOR**: *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*.
- 60 — **EMILIO RIVASSEAU**: *A Vida dos Índios Guaicurus* — Edição ilustrada.
- 61 — **CONDE D'EU**: *Viagem Militar no Rio Grande do Sul* (Prefácio e 12 cartas do Príncipe d'Orleans comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 62 — **AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA**: *O Rio São Francisco* — Edição ilustrada.
- 63 — **RAIMUNDO MORAIS**: *Na Planície Amazonica* — 4.^a edição.
- 64 — **GILBERTO FREYRE**: *Sobrados e Mucumbos — Decadência patriarcal rural no Brasil* — Edição ilustrada.
- 65 — **JOÃO DORNAS FILHO**: *Silva Jardim*.
- 66 — **PRIMITIVO MOACYR**: *A Instrução e o Imperio* (Subsídios para a história da educação no Brasil) — 1823-1853 — 1.^o volume.
- 67 — **PANDIA' CALOGERAS**: *Problemas de Governo* — 2.^a edição.
- 68 — **AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE**: *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pe-*

- la Província de Goiaz — 1.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 69 — PRADO MAIA: *Através da História Naval Brasileira.*
- 70 — AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO: *Conceito de Civilização Brasileira.*
- 71 — F. C. HOEHNE: *Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI* — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: *Segunda viagem ao interior do Brasil - "Espírito Santo"* — Tradução de Carlos Madeira.
- 73 — LUCIA MIGUEL-PEREIRA: *Machado de Assis (Estudo Crítico-Bibliográfico)* — Edição ilustrada.
- 74 — PANDIA' CALOGERAS: *Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra...)* — 2.ª edição.
- 75 — AFONSO A. DE FREITAS: *Vocabulário Nhêngatú (Vernaculizado pelo português falado em S. Paulo). Língua tupi-guaraní.* — Com tres ilustrações fóra do texto.
- 76 — GUSTAVO BARROSO: *História Secreta do Brasil - 1.ª parte: "Do descobrimento á abdição de Pedro I"* - 2.ª Edição.
- 77 — C. DE MELO-LEITÃO: *Zoologia do Brasil* — Edição ilustrada.
- 78 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: *Viagens ás nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goiaz* — 2.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 79 — CRAVEIRO COSTA: *O Visconde de Sinimbuí - Sua Vida e sua Atuação na Política Nacional (1840-1889).*
- 80 — OSVALDO R. CABRAL: *Santa Catarina - Edição Ilustrada.*
- 81 — LEMOS BRITO: *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império (Frel Canoca)* - Edição ilustrada.
- 82 — C. DE MELO-LEITÃO: *O Brasil visto pelos Ingleses.*
- 83 — PEDRO CALMON: *História social do Brasil, 2.º Tomo: Espírito da Sociedade Imperial.*
- 84 — ORLANDO M. CARVALHO: *Problemas fundamentais do Município.* - Edição ilustrada.
- 85 — WANDERLEY PINHO: *Cotegipe e seu tempo.* - Edição ilustrada.
- 86 — AURELIO PINHEIRO: *A Margem do Amazonas.* - Edição ilustrada.

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140

SÃO PAULO

HISTORIA da
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

Serie 5.^a

BRASILIANA

Vol. 14

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

**HISTORIA da
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA**

3.^a EDIÇÃO AUMENTADA



1937

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

DO MESMO AUTOR:

Na Serie "Brasilliana":

Publicados:

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL — 1.º Tomo: *Es-
pirito da Sociedade Colonial* - 2.ª edição... Vol. 40

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL — 2.º Tomo: *Es-
pirito da Sociedade Imperial*..... Vol. 83

No prelo:

POR BRASIL E PORTUGAL — Sermões do Padre
Antonio Vieira — Comentados.

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo

INDICE

Explicação da 1. ^a Edição	11
Duas palavras sobre a 3. ^a Edição	13
I — O descobrimento e a posse do Brasil	15
II — A experiencia feudal	20
III — A colonização — As suas determinantes e os seus rumos — O homem	30
IV — A unidade virtual — Fisionomia geografica do paiz	42
V — As regiões de condensação e de dispersão — Norte e sul	48
VI — A terra disputada — Os holandeses. Reação nativista	55
VII — O contorno do país — A expansão sertanista — Enfim uma patria	75
VIII — Prosperidade economica — O reino do açucar	92
IX — Internamento da colonização — O reino das metaes	98
X — O commercio no seculo XVIII — Crescente riqueza	113
XI — O trabalho no seculo XVIII — Um colono tipico: O jesuita	121
XII — A sociedade — A casa colonial — Espirito da civilização portugueza	130
XIII — Letras e arte da colonia	137
XIV — A administração — A justiça — O clero	148
XV — As agitações nativistas	160

XVI — O territorio completo — Fronteiras do norte — Fronteiras do sul	172
XVII — Revolução economica — Prodomos da independencia — Fim da era colonial	182
XVIII — Fundação do imperio do Brasil: D. Pe- dro I	196
XIX — A projecção internacional — O imperio e os seus vizinhos — Fatalidade historica — A guerra de 1827	206
XX — A politica brasileira no 1.º reinado e da re- gencia — Evolução democratica	220
XXI — O advento de D. Pedro II	233
XXII — O progresso material — O dominio da ma- quina — O imperio e as realizações indus- triaes — Nova agricultura	239
XXIII — Historia politica no 2.º reinado	258
XXIV — A abolição da escravatura	280
XXV — O epilogo da monarquia	288
XXXVI — A proclamação da republica — O 3.º reinado — Silveira Martins — A conspiração e Deodoro — Adesão dos politicos — Vesperas do golpe 15 de Novembro — Fim do imperio	304
XXVII — A consolidação da Republica	319
XXVIII — Ação construtiva	332

EXPLICAÇÃO DA 1.^a EDIÇÃO

ESTE livro não é um compendio, nem é um tratado. E' uma nova síntese da historia do Brasil: historia social, economica, administrativa e politica. A Historia da Civilização Brasileira.

Destina-se aos estudantes dos cursos superiores. Para os professores são as remissões bibliograficas.

Dar-se-ia por feliz o autor se lograsse interessá-los num exame mais detido e util dos fatos do nosso passado — fóra da cronologia e da onomast'ca, dos sincronismos e das tabuas dos velhos "epitomes", dentro de um espirito científico que, nas escolas, já dirige os conhecimentos modernos. Mandava, entretanto, Rousseau: "Ne raisonnez jamais séchement avec la jeunesse". Obediente ao preceito, este livro se fez: — é para a mocidade.

A distribuição da materia e a sua esplanção sofrem duas influencias: a do programa do Colegio Pedro II e a do curso de "extensão universitaria", regido pelo autor no Museu Historico Nacional, em 1932.

P. C.

DUAS PALAVRAS SOBRE A 3.ª EDIÇÃO

Em pouco tempo duas edições deste livro se esgotaram. Apresentando a terceira, () atualizada com a conveniente revisão bibliográfica, devemos salientar os esplendidos resultados didáticos que a nossa orientação, na maneira de explicar e compreender a história brasileira, tem obtido nas classes de instrução secundária do país. Felizmente já não persistimos na lamentável rotina em que vivia este ensino, extranho ás conquistas e novidades da ciência social, desprendido de suas realidades, fiel aos métodos arcaicos, infestado de velhas crônicas, de fria nomenclatura, de minuciosas datas e pitorescos pormenores, cuja trama escondia — amofinando as jóvens inteligências — o conjunto amplamente humano da evolução nacional. Urgia remover esses obstáculos não só á boa aprendizagem da nossa história, como á popularização dela. Nenhum povo tem a consciencia do seu destino e a certeza do seu valor, se ignora o seu passado, ou, o que é mais funesto ainda, se não o entende. As grandes nações souberam construir, com a sua civilização material, admiráveis lendas históricas, que lhes dão ás nobres tradições poesia, alma e sentido. O Brasil, graças ás condições surpreendentes de sua formação, ao véro*

(*) Traduzido para o hespanhol por Julio E. Payro, com prologo de Ricardo Levene, é o volume 1.º da "Biblioteca de Autores Brasileiros", organizada pela "Comisión Revisora de Textos de Historia y Geografía Americana", da Republica Argentina (Buenos Aires, 1987).

romance de suas origens, ao imenso esforço construtivo de muitas gerações e á dispersiva aspereza do seu meio físico, póde dispensar, nas especulações do nosso civismo, aquelas lendas. Basta-lhe o sincero retrospecto de sua lenta elaboração, essa sociologia dos tempos idos, o vasto e tão vário painel do seu crescimento aflito e heroico. E' a pintura que abreviada e tóscamente desdobramos neste volume endereçado aos que estudam nos ginsios e liceus.

A aceitação da obra generosamente nos recompensa o empenho patriótico que lhe dedicamos.

P. C.

Rio, Março de 1937.

I

O DESCOBRIMENTO E A POSSE DO BRASIL

A terra do Brasil já era conhecida dos europeus antes da armada de Pedr'Alvares, que a descobriu para Portugal. Mas nenhuma outra data antecede, na cronologia do nosso país, a de 1500. Pedr'Alvares Cabral destinava-se ás Indias, com a maior expedição que ainda partira de Lisboa em busca do oriente, e ao "samorim" procurava, para tratar com elle a conquista e o commercio das especiarias.

O capitão-mór da esquadra portuguesa devia saber da existencia de ilhas occidentais no seu roteiro, aparentemente o mesmo de Vasco da Gama, cujos pilotos de Melinde levava consigo, e a quem sucedia. Mas não considerava a hipotese de explorar outros territorios do lado da America. Em 22 de Abril, oitava da Pascoa, viu com surpresa desenhar-se no horizonte o perfil de uma montanha. Estava-se na epoca dos descobrimentos maritimos. De-ano a ano, as caravelas de Portugal, impelidas outrora pelo infante D. Henrique para o alto mar misterioso, conduzidas depois ao periplo africano, aos cruzeiros de Madeira e Açores, alargavam o dominio colonial da patria.

A velha geografia fabulosa dos romanos deixara de interessar os navegantes, que tinham achado no

equador um clima hospitaleiro, onde Virgílio, como Platão, acusára *sol e calor improprios á vida humana* (1). Na escola de Sagres não se liam mais os latinos, senão os arabes, e os cosmógrafos portugueses tinham organizado os mapas mais exatos do seu tempo. Conheciam tudo o que se acrescentára, no mundo, ás obras de Strabão e Ptolomeu, e acompanhavam, num estudo direto, as ideias dos genoveses, dos venezianos e dos catalães ácerca dos “países da especiaria”. Quasi a subitas, como que se transformára o reino numa vasta empresa mercantil. Era uma cruzada de novo genero, embora de fundo identico, se a grande curiosidade do ignoto nascia da vontade de possuí-lo para a fé, estendendo a religião de Cristo aos povos pagãos. Porisso Pedr’Alvares inqueriu da terra, procurou uma abrigada na costa, distribuiu aos *índios* pequenos presentes, e depois de dez dias de demora continuou viagem.

E’ surpreendente a naturalidade com que o escrivão da frota, Pero Vaz de Caminha, participou ao rei o descobrimento: não tem uma palavra sequer de espanto, a resplandecer o regozijo pela inesperada fortuna. “E assim seguimos por este mar de longo até terça-feira d’oitavas de pascoa, que foram XXI dias d’Abril, que topamos alguns sinais de terra...” Também não levava a armada pedra de padrão, com que costumavam os portugueses assinalar as suas descobertas: fez-se uma cruz tosca “com as armas e divisa de Vossa Alteza que lhe primeiro prégaram...” O escrivão resumia as impressões iniciais do Brasil. A terra era de tal modo graciosa que daria

(1) Disse um panegirista, “que chegaram os portugueses, com a espada, onde não chegou Santo Agostinho com a pena”. (*Compendio Narrativo do Peregrino da America*, edição de 1731, p. 206). Ver P. JOSEPHO ACOSTA, *De Natura novi orbis*, p. 29 e segs., Salamanca 1588.

tudo, “mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar...” (1)

Cabral abrangeu com a vista vinte leguas de litoral, que creu ser de uma ilha, a que chamou de “Vera Cruz”. O Brasil-português de 1500 reduziu-se a uma ilha hipotetica: trinta anos bastaram para que um continente inteiro brotasse daquela aventura. Devéras, o rei D. Manoel não deu á nova terra a importancia que merecêra; contentou-se de comunicar o seu achamento ás nações e mandar-lhe uma frota de exploração, logo no ano seguinte, mais para ver que lucrar, com um intuito cartografico que visava, sobretudo, ás futuras navegações da India.

VESPUCCI

Já em 1501 surge, nas costas do Brasil, um piloto, mixto de astrónomo e aventureiro, Americo Vespucci, florentino, que viéra á America com Alonso de Ojeda, um ano antes de Cabral: o seu espirito expande-se por este litoral amplo, chão ao norte, difficil e montuoso ao sul. Vespucci pertencia á raça dos Marcos-Polo: os viajantes-divulgadores, habeis novelistas, que alimentavam com os seus relatos, algo fabulosos, a fome de civilizações exóticas que devorava a Europa de após-cruzadas. Ligou o nome ao continente novo, batizou, com André Gonçalves, chefe daquela frota de tres navios, os accidentes da costa do Brasil,

(1) Depois de 1892, quando BALDAQUE DA SILVA mostrou tecnicamente a inverosimilhança do acaso, os historiadores portugueses sustentam que o descobrimento do Brasil foi “um fato perfeitamente voluntario da parte de CABRAL, e conforme ás instruções secretas” del-rei. (FIDELINO DE FIGUEIRELO, *Estudos de Historia Americana*, p. 29, S. Paulo).

desde o cabo de "S. Roque" até "S. Vicente", de acordo com o calendario cristão (1). De modo que, a 28 de Agosto de 1501, viam o cabo de "Santo Agostinho", a 4 de Outubro a foz do rio "de S. Francisco", a 1 de Novembro a baía "de todos os Santos", a 1 de Janeiro de 1502 o falso "rio de Janeiro", a 6 a angra "dos Reis", S. Sebastião no dia 20 e S. Vicente a 22. Dentro dessa onomastica havia de enquadrar-se a primeira colonização, de um Brasil homogêneo, o das tentativas de penetração, que depois se desdobrou, pelo "saartão" dentro, pela ourilha do mar acima e abaixo, até limites de Espanha. A expedição de Vespucci, em 1501, retificou a noticia do escrivão Caminha: não havia "ilha de Vera Cruz", mas "terra de Santa Cruz", que era tudo America. E marcou-lhe o contorno, que passa a ser dos mapas, a partir de 1502, quando Cantino fez o seu: em dous anos a geografia se renovára.

BRASIL E ORIENTE

Mas a Vespucci não animara o optimismo de Pero Vaz de Caminha: o país pareceu-lhe desprovido de metais e sem outra riqueza além da canafistula e da madeira de tingir, o páu "brasil", que a Europa costumava importar da Asia.

Quando a India tinha os segredos e os tesouros de uma civilização remota á mercê do primeiro almirante occidental, aquella terra verde e pobre, povoada de um gentio que devorava o seu semelhante, como aconteceu a dous marujos no cabo de S. Roque, não havia de atrair os nautas-mercadores. E não atraiu

(1) Porto Seguro, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed., I, 114 (notas de CAPISTRANO DE ABREU).

(1). A expedição de 1503, na qual voltou Vespucci, já comandando uma nau, foi um esforço isolado, afim de apurar-se o primeiro lucro da longinqua colonia. Dous navios, dos seis com que Gonçalo Coelho saira de Lisboa, abarrotaram-se de páu de tinta em Cabo-Frio, (2) onde deixaram uma feitoria com vinte e quatro homens, e levaram a Portugal um conhecimento positivo do Brasil interior, até quarenta leguas dentro das florestas e montanhas, quantas entrou o florentino ardendo em curiosidade. Aspereza, selvageria, paisagem — nada mais viu Vespucci, que supriu com os detalhes de uma fauna fantastica, que imaginou, a escassez de noticias sedutoras. Era um mundo barbaro; nada tinha de comum com as terras da especiaria. Esta decepção passa a refletir-se na politica colonial do reino: o Brasil era uma promessa, a India a realidade. Porisso correram ao oriente os grandes de Portugal, como outróra corriam á Africa. E o oriente lhes bastou. Se não fosse a concurrencia estrangeira, o Brasil resurgiria, para a colonização, depois da ruina da India: a sua historia sofreria um atrazo de seculo e meio. A disputa dos povos navegadores fez que Portugal lhe dêsse as sobras do seu imperio transoceanico: o Brasil, inicialmente, foi obra da emulação internacional. Entre perdê-lo e resguardá-lo, adotou a côrte de Lisboa o alvitre de o transformar numa colonia de comercio (3).

(1) Vd. o comentario de MONTAIGNE, *Essais*, III, VI, sobre o abandono em que ficaram os "canibais", por não terem os "espanhóis" (portugueses) encontrado no país deles os metais precisos.

(2) Vd. carta de VESPUCCI, *Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, p. 153, Lisboa 1812.

(3) Vd. FRANCISCO D'ANDRADA, *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes Reinos de Portugal Dom João o III*, IV, 130, Coimbra 1796. Refletiam esse desprezo pelo Brasil os cronistas das "Decadas". CAMÕES não reservou espaço nos "Lusíadas" para o Brasil..

A EXPERIENCIA FEUDAL

A CONTECEU que os judeus foram obrigados a emigrar, açoitados por uma perseguição feroz (1506). O seu instinto mercantil adivinhára as riquezas naturais do Novo Mundo. Teriam aqui tranquilidade e segurança. O Santo Ofício não os inquietaria (1). Para o oriente foram os guerreiros: para o Brasil, os pacíficos cristãos-novos. Fernão de Noronha, em 1503, contratando o commercio do páu-brasil (2), preconizou essa colonização hebraica: era judeu, como a maioria dos povoadores de Pernambuco e da Bahia no I seculo. A' grande mobilidade, á facilidade de adaptação e á humildade de vida, juntavam aqueles imigrantes a virtude da paciencia. Quando só se pensava em minas de ouro e no escambo das drogas orientais, eles agricultaram a terra, admirando a semelhança da sua flora com a de S. Tomé, deram á conquista do Brasil um aspecto puramente agricola, e lhe determinaram o destino.

Entre o Cabo Frio e o de S. Roque, as primeiras navegações delimitaram a zona da madeira, a cujo trafico se entregaram, de 1503 a 1531, (3) quasi livre-

(1) Sobre a isenção do S. O. que tinham os cristãos novos, vd. *Simonem Marques, Brasilia Pontificia*, I, 286, Lisboa 1749.

(2) O homem que vinha ao Brasil, a fazer madeira de tinta, era "brasileiro". Como o português, que passava ao Perú, era "peruleiro" (*Dialogo das Grandezas*, edição da Acad. Bras., p. 37).

(3) Vd. J. F. de ALMEIDA PRADO, no seu erudito ensaio *Primeiros Povoadores do Brasil*, p. 42 e segs., S. Paulo, 1965.

mente, umas e outras acamaradas dos gentios, expedições portuguesas e francesas. Foi a época da extração, que precedeu á do cultivo, á do commercio, que antecedeu á da lavoura, por isto capitulada na historia geral das navegações. Os indios distinguiam portugueses e franceses pela barba: os loiros eram os franceses, como se vê da relação da viagem de Gonçalo Coelho (“... e tinham quasi todos a barba ruiva...”) (1). Hans Staden confirma: “Disseram-me que se tinha barba vermelha como os franceses, tambem tinham visto portugueses com igual barba, mas eles tinham geralmente barbas pretas.” (2). Os navios partiam de Honfleur (como o “Espoir”, 1503), Dieppe (náu “Bretôa, 1511, João Ango), S. Malô, San Lucar (Solis, 1514), Corunha (D. Rodrigo de Acuaa, 1525); e Lisboa ou Porto, indistintamente, arribando ao Brasil como á “terra de todos”, que já interessava os portos da Bretanha quando a diplomacia portuguesa achou conveniente intervir. Em 1520 Schoener dividia a America austral em duas partes: “Brasilia sine papagalli” e “Brasilia inferior” (3).

O PAÍS

O país era alegre, os ares são, os indios domáveis, pois conseguiram viver com eles alguns degredados, como o “bacharel de Cananéa” (1502-1530), um espanhol que foi encontrado, entre potiguares, de beijos furados, o Caramurú na Baía, João Ramalho no sul, depois Martim Soares Moreno no Ceará. Os portugueses aí desfrutavam saúde: o piloto de Fernão de Magalhães, português, antes de guiar-lhe a

(1) PORTO SEGURO, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., I, 100.

(2) *Viagem ao Brasil* ed. da Acad. Bras., p. 87, Rio 1930.

(3) SIEG. GUNTHER, *La Epoca de los descubrimientos*, p. 89, Barcelona 1916.

armada á volta do mundo, morára no Brasil quatro anos: um seu filho, tido de uma india, o acompanhou na grande viagem. Vespucci julgára-o como a um paraíso: "Terra mui salutifera..." acrescentaria Gandavo (1), confirmando o louvor de Pero Vaz de Caminha. Urgia, pois, defender o Brasil, garantindo a posse portuguesa: em 1516 foi mandado, com dous navios, Cristovão Jaques, para policiar a costa e deixar em algum surgidouro feitoria, á moda das de Africa. Fundou-a em Pernambuco. Essa feitoria floresceu; o capitão Pero Capico experimentou a plantação de canas d'açucar e chegou a exportar algum, em 1521 — o primeiro açucar feito na America —; porém decaiu, entre 1521 e 1530, talvez falta de gente, sendo afinal destruida por um galeão francês. Coube a Martim Afonso de Souza, em 1530, caçar os corsarios franceses, reavivar os vestigios do dominio de Portugal e levantar outras povoações, principalmente no rio da Prata, já procurado pelos navegantes espanhóis. A expedição, confiada a um fidalgo poderoso, devia traçar na geografia americana o mapa politico. Demarcaria a colonia, distribuiria pela costa os povoadores, daria ás feitorias um sistema administrativo e expulsaria os traficantes estrangeiros. Duas náus, um galeão e duas caravelas bastaram para o empreendimento, que ainda os navios portugueses tinham sobre os estrangeiros a vantagem da pesada artilharia, que os outros navegantes não logravam montar nos seus barcos — e fôra uma das razões do sucesso nautico-militar de Vasco da Gama e dos outros almirantes da India (2). Em Pernambuco, tomou Martim Afonso tres navios franceses; mandou dali para o norte, na direção do Maranhão, a plantar padrões de posse, Diogo Leite com duas ca-

(1) *Tratado da Terra do Brasil*, ed. da Acad. Bras., 1923.

(2) GARCIA DE REZENDE, *Chronica de D. João II*, cap. 181.

ravelas (descobriu este a costa leste-oeste até á baía de Gurupi); e seguiu para o sul, no rumo franco do rio da Prata, fim da sua viagem, porque era considerado o limite meridional do Brasil. Na Baía encontrou o vianês Diogo Alvares, pelos tupinambás chamado de "Caramurú", que era como o chefe do lugar, casado com uma filha do morubixaba (Catarina Paraguassú) e com larga descendencia mamaluca. Refere a tradição que esse português, naufrago de 1509, fôra depois á França num navio de commercio e lá batizára a mulher, dando tambem ao representante de D. João III, rei de Portugal, completos informes da terra do Brasil.

MARTIM AFONSO

Sabemos, todavia, que a instancias do doutor Diogo Gouvêa, diretor de um collegio celebre de Paris, D. Manoel e D. João III não abandonaram o Brasil, enviando em seu socorro as esquadras de 1516 e de 1530: restava indagar a origem de tão certo conhecimento da America que teria o doutor, destacado, como um embaixador commercial, na côrte franceza. A Bahia, pois, estava occupada. Martim Afonso surgiu no Rio de Janeiro, onde levantou casa forte e fez explorar o país, durante dous meses, por quatro homens; e quatro meses depois foi fundear em Cananella. Expediu dali uma força de 80 homens, em companhia de um "lingua" que achou na terra, Francisco de Chaves, a dizer que podia entregar 400 escravos carregados de ouro e prata. Essa gente não voltou; parece que a trucidaram os carijós dos campos de Curitiba. Desceu mais Martim Afonso, sempre á vista da costa: a sua capitanea encalhou na altura do Chuí, houve de desistir da subida do rio da Prata, missão em que investiu Pero Lopes, seu irmão, autor

do “Diario da Viagem” — e voltou a S. Vicente. De-
parou aí João Ramalho, tão identificado com os goia-
nazes como Caramurú com os tupinambás, e lançou
os fundamentos de uma verdadeira colonia, a primei-
ra que se construiu á boa maneira portuguesa. Uma
vila não chegava; levantou outra na fronteira mar-
gem da ilha de S. Vicente. Era a porta do Brasil. A
civilização franqueou-a, para ganhar o interior, pla-
nalto acima, desdobrando-se sobre os campos que se
estendiam, abertos, até ás paragens espanholas, o
Paraguai ou o Perú; no norte, igual papel desempe-
nharam as feitorias da Bahia e de Pernambuco. Em
sentido divergente alargaram o meridiano português:
o limite de Tordesilhas foi burlado ainda em 1530.
Experimentava-se a necessidade de dar á possessão
uma fronteira natural consideravel. Porisso Martim
Afonso — como Cristovão Jaques — costeára o Bra-
sil até o Prata; porisso as navegações para o norte
procuraram progressivamente o amazonas, “mar
dulce” de Ojeda, que os castelhanos do Perú desce-
ram primeiro. A definição do pais antecedeu ao seu
aproveitamento; ás expedições de contorno se segui-
ram as de fixação. Em 1530 Martim Afonso fazia car-
tografia, em 1534 criou o Estado. Mercê da sua via-
gem, por muito tempo se chamou “do Brasil” a mar-
gem, por muito tempo se chamou “do Brasil” a mar-
de 1594, para “poblar un pueblo en esas provincias
a la banda del Brasil (1)”.

CAPITANIAS

A divisão em capitánias era uma lembrança feu-
dal ajustada ao sentimento do tempo. Os fidalgos
pobres do reino disputavam alguma senhoriagem

(1) LUIS ENRIQUE AZAROLA GIL. *La Epopeya de Ma-
nuel Lobo*, p. 31, Buenos Aires 1931.

para o seu patrimonio desfeito, e só em ultramar el-rei lhas daria, por que se povoassem as colonias. Na India as mesmas concessões prendiam os guerreiros, que lá iam enriquecer e brigar. Nem el-rei gastava da sua fazenda, nem recorria a medidas violentas para colonizar o Brasil: distribuia-o em feudos de 100 e 50 leguas de litoral.

A primeira doação foi em 14 de Março de 1534. Dos capitães escolhidos, militaram alguns na India e eram bravos soldados: Duarte Coelho (Pernambuco), Francisco Pereira Coutinho (Bahia), Aires da Cunha (o norte), Vasco Fernandes Coutinho (Espírito Santo), Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes ficaram com S. Vicente e Santo Amaro, Porto Seguro coube ao rico vianês Pero do Campo Tourinho; Ilhéos ao escrivão da fazenda da côrte Jorge de Figueiredo Correia; a costa leste-oeste a Fernando Alvares de Andrade, tesoureiro-mór do Reino, a João de Barros, o historiador, e áquele Aires da Cunha e Antonio de Barros Cardoso; e Paraíba do Sul a Pero de Góes, companheiro de Martim Afonso.

O AÇUCAR

Apenas duas capitánias vingaram.

A não ser em S. Vicente e Pernambuco, fracasaram todas as empresas, de grandes cabedais, — inicio do desenvolvimento mundial do commercio — que se applicaram a explorá-las: ou porque os portuguezes só sabiam trabalhar para si, não para capitalistas, que, á moda de Holanda, esperavam em Lisboa o seu provento, ou porque não se antecipára aos trabalhos um reconhecimento da terra e sua efetiva occupação. Assim em Ilhéos, Lucas Giraldes, que com-

prou a capitania ao seu donatario, fez edificar oito engenhos, e tanto foi roubado pelo feitor (que depois se estabeleceu no reconcavo com engenho proprio) como pelos aimorés, que tudo perdeu. Entretanto, proximos daquele floresceram outros engenhos, de colonos. Em Porto Seguro o duque de Aveiro, que adquiriu a capitania a seu dono, igualmente mandou construir varios engenhos, que pereceram. Vasco Fernandes Coutinho, donatario do Esp'rito Santo e homem opulento, inverteu a riqueza granjeada na India em engenhos poderosos, e de tal fórma lhos atacou o gentio, que morreu sem lençol para a mortalha. Desgraça maior ocorreu ao capitão da Bahia, que gastou numa boa frota a sua fortuna, começou dous engenhos, teve-os demolidos pelos tupinambás e acabou trucidado por eles, após um naufragio, na ilha de Itaparica.

Pernambuco e S. Vicente prosperaram, porque á inteligencia dos seus povoadores se aliou o interesse dos negociantes. A cana d'açucar, transplantada "das ilhas da Madeira e do Cabo Verde", dára tão bem ali que não reclamava réga, nem terra alta, nem adubo, como nos sitios de origem (1). Passaram a ser duas grandes estancias de açúcar: e de tal fórma a lavoura progrediu, que em poucos anos os pobres colonos que viéram com Duarte Coelho, eram homens abastados, perdularios e magníficos, dissipando com os seus commodos uma renda pingue, que de ano a ano se renovava com as safras crescentes. Creára-se uma riqueza-padrão, e, consequentemente, uma aristocracia colonial (2). O lucro do açúcar foi espantoso, porque á simplicidade da industria, com o tósco engenho de agua ou o de "trapiche" movido por bois, se juntava

(1) GABRIEL SOARES, *Tratado Descriptivo*, p. 154 (Edição Varnhagen).

(2) Confirmação da lei de Montesquieu — e d'algun modo de Borin — quanto ás instituições, decorrentes do aspecto do solo.

copiosa mão de obra, primeiramente de índios cativados, depois de negros de Guiné.

Em S. Vicente, Braz Cubas, procurador de Martim Afonso, introduziu o "monjolo", que vira na China. Não havia máquina mais singela que esse "pilão d'água", que pisava o milho: tornou-se o aparelho usual do roceiro.

O engenho d'açúcar foi a fábrica aristocrática. Circulou porisso um adágio: "Quem quizer o Brasil do Brasil, traga o Brasil para o Brasil" — isto é, o capital, representado pelos escravos (1).

Os próprios governadores-gerais, continuando a tradição dos donatários, negociaram francamente em açúcar, desde Mem de Sá, até Diogo Luiz de Oliveira, a quem D. Luiz de Céspedes acusou de abarrotar os navios com a sua exclusiva mercadoria. Negociaram os militares, como os capitães do forte de Recife, que tiveram tavernas até 1602, mandadas fechar pelo governador Diogo Botelho (2); negociaram os desembargadores, os fidalgos desterrados, como D. Francisco Manoel de Melo, os jesuitas, e as ordens religiosas, os funcionários do Estado, todos.

OS ENGENHOS

Martim Afonso, em 1532, associára-se a um holandês, Erasmo Schetz, para montar o seu engenho, o "dos Erasmos", o mais famoso do Brasil por aquele tempo. Parece que o mesmo Schetz lhe deu os planos; também era o intermediário para os mercados flamengos. Enriqueceu de tal modo a firma que ele fundou em Holanda, para vender o açúcar de S. Vicente,

(1) Cf. memorial holandês, 1641 *Revista do Inst. Archeol. Pernamb.*, p. 168.

(2) *Revista do Instituto Hist.*, v. 73, vol. 5.ª parte I, 139.

que os Schetz se enobreceram e, pelo correr do século, se tornaram em família ducal (de Usel) (1). Moio-se cana em Pernambuco, em 1538, porém decerto pelo sistema da ilha da Madeira (2), onde a produção do açúcar orçara em cento e vinte mil arrobas no fim do reinado de D. Manoel. Na vila de Machico (donde passaram á Bahia, em 1549, alguns fidalgos-agricultores, que naquele mesmo ano começaram aqui o plantio das canas) (3), á prensa manual, anterior a 1542, sucedera o engenho d'agua, e para atender aos pequenos lavradores havia o "lugar do principe", comum a eles mediante certo imposto (um terço do genero produzido), como no Brasil se praticou com os "engenhos reais", de que nos dão noticia Gabriel Soares e frei Gaspar de Madre de Deus (4). O mecanismo primitivo só foi modificado no governo de D. Diogo de Menezes (1608-1612) quando um clérigo espanhol do Perú trouxe um tipo de moenda constante de tres cilindros verticais, "que por meio de entrosas se faziam girar com a rotação do cilindro do meio".

Um conjunto de circunstancias propicias protegeu a nascente industria. O açúcar fôra aceito por

(1) FERNAND DONNET, *Notes... á l'histoire des émigrations des Anversois* etc. In Publicações do Arquivo Nacional, XIV, 80-1. O engenho de S. Jorge dos Erasmos foi mandado vender pelos netos de Erasmo Schetz em 1593: pediam por ele de 12 a 14 mil ducados.

(2) Duarte Coelho declarou, em 1549, ter mandado buscar homens praticos "a Portugal e a Galiza e ás Canárias ás minhas custas e alguns que vêm a fazer os engenhos...", (CAPISTRANO DE ABREU, nota a Porto Seguro, I, 230-1). D. João III mandára passar ao Brasil varios lavradores de canas das ilhas.

(3) *Cartas do Brasil*, p. 89, ed. da Acad., Rio 1931.

(4) *Mem. para a hist. da capitania de S. Vicente*, ed. Taunay p. 171. Tambem os "Dialogos das Grandezas do Brasil". os "majs ricos têm engenhos com titulo de senhores deles, nome que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidas de canas..." (Edição da Acad. Bras., p. 33). Já em 1549 Duarte Coelho dizia que os majs poderosos faziam engenhos, outros os canaviais... (CAPISTRANO, nota a Porto Seguro, I, 280).

toda a Europa como um condimento indispensavel. Ainda em 1577 o rei D. Sebastião encantava a cõrte de Espanha com dôces e outras gulozeimas de açúcar, coisa rara em Castela, segundo o cronista (1). O preço, tão deprimido em 1497 que fôra el-rei forçado a reduzir as exportações da Madeira, subira ao dobro ou ao triplo nos mercados de Flandres (principal entreposto — e daí um velho interesse holandês pelo Brasil), de Veneza e Inglaterra. As pedras do Malabar e o ouro de Sofala esgotavam-se; mas os judeus que vendiam açúcar enriqueciam, a têrmos de estender-se a cultura da sacarina pelos Açores e Canarias, febrilmente fomentada, a ocupar grandes organizações financeiras que teciam, entre as varias praças europeias, a rêde do credito. Duarte Coelho contou em Pernambuco com o auxilio daquêles capitalistas-comissarios; subrogavam-se nas responsabilidades do governo para intensificar, criar uma economia, que lhes devolveu com alto juro os cruzados do emprestimo. Não houve melhor negocio na epoca — e aos impulsos dessa cobiça resolveu D. João III dar ao Brasil um governo regular. Em 1549, depois de ter comprado aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho a capitania da Bahia, mandou Tomé de Souza fundar a capital da colonia.

(1) FREI BERNARDO DE BRITO, *Chronica de el-rei D. Sebastião*, p. 166, Lisboa 1887.

III

A COLONIZAÇÃO — AS SUAS DETERMINANTES E OS SEUS RUMOS — O HOMEM

ATE' 1549 o Brasil era pouco mais que as duas feitorias açucareiras, S. Vicente e Pernambuco, constringidas ambas pelo gentio, e uma serie de pequenos estabelecimentos isolados no litoral, vivendo das suas transações com os selvagens, ora amigos e brandos, ora adversarios implacaveis, e da extração da madeira, principal ou unica riqueza, de Ilamaracá para cima (1).

Não se sabia onde acabava aquela costa, nem o que havia no interior. No norte, os indios, no sul, a serra do Mar, impediam ainda uma penetração; força era conquistar duplamente a terra, fechada e defendida, á população indigena que vagava, á sombra das montanhas e das florestas. A criação de um governo geral, trazendo, com a "cidade", o jesuita — a catequese religiosa a par de um metodo de occupação — resolvia a um tempo o problema da posse — e da paz, entre forasteiros e caboclos. A colonização tornou-se prontamente associativa — e expansiva.

BAHIA

O genio colonial portuguez nada de mais bello imaginou do que a capital do Brasil quinhentista, le-

(1) CAPISTRANO, Nota a Porto Seguro 1, 228.

vantada entre 29 de Março e 6 de Agosto de 1549, com toda a sua aparelhagem municipal, numa colina sobranceira á baía de Todos os Santos. Os seis jesuitas que acompanharam o governador representavam a ordem eclesiastica. Tomé de Souza, com os seus trezentos e vinte homens d'armas (que todos logo depois se tornaram agricultores), era o Estado militar. Quatrocentos degredados (afinal assimilados pela sociedade incipiente) formavam o povo. Uma vereança extraordinaria, eleita segundo as praxes dos concelhos de Portugal, transportára para o Brasil a entidade comunal. Tinha o Salvador — nome que D. João III deu á “cidade”, — mil almas, e já os casebres de taipa, segundo o seu destino, eram “paço do governo”, “casas do concelho”, “alfandega”, “cadeia”. Em quatro meses fixára-se aquella gente num sitio defensavel por quatro faces (1), murára-o, arruára-o, abrigára ali uma administração, erguêra a sua “Sé de palha” (a Igreja da Ajuda), artilhára a muralha, por sinal tão provisor' a que em vinte anos desapareceu, e instalára uma capital, com o seu funcionalismo, a sua justiça, os seus armazens. De começo, trabalharam todos, na promiscuidade mais completa, não se furtando o governador, ao lado dos padres, a ajudar os artifices, como se uma *vida nova* acabasse aqui privilegios e diferenças de Portugal.

“Um punhado de farinha e um caranguejo nunca nos póde faltar no Brasil”, havia de dizer o Padre Vieira.

Essa ideia de *vida nova* é a impressão inicial do colono ao embarcar para a sua longa travessia. O oceano era mais que uma distancia; era uma cisão. Desde as primeiras expedições, o europeu que imi-

(1) FRANCISCO D'ANDRADA, *Chronica de D. João III*, I v., 132.

grou fez na America uma vida em tudo diversa da que tivéra até então. De acordo com o meio, o clima, a gente que encontrou na America. "Ultra equinoctialem non peccari". — Ele transformou-se.

RAÇAS

O homem...

O homem era o português — o marinheiro das armadas, o colono, camponês loiro do norte de Portugal, negociante moreno, judeu ou mouro, homem d'armas de Lisboa... (produto de muitas raças historicas, porém geralmente branquioide, nervoso, inquieto, "homo Mediterraneus") —. Era o indio —. E era o negro.

O INDIO

O indio falava, na maior extensão da costa, uma lingua comum: o tupi. Mas as suas procedencias eram várias, seus tipos antropologicos diversos, como d'stinta a sua côr (havia "abajús" e "abaúnas", claros e escuros), peculiares os seus costumes, o idioma inconfundivel. O tupi litoraneo foi o inimigo virtual do tapuia sertanejo, que ele vencera nas regiões ribeirinhas, repelindo-o para o interior. O tapuia era o genio das *linguas travadas*, o que não pertencia á comunidade tupi e vivia mais barbaramente do que o indio da costa, posto em entendimento com os brancos, e por estes influenciados desde as primeiras viagens.

Os grupos indigenas principais seriam (segundo Martius):

I. Tupis e guaranis — os guerreiros; II. Gés ou Crans — os cabeças; III. Guck ou Coco — os tios;

IV. Crens ou Guerens — os velhos; V. Parecis ou Poragis — os de cima; VI. Goitacás — os corredores da mata; VII. Aruak ou Aroaquiz — a gente da farinha; VIII. Lengos ou Guaicurús — os cavaleiros; IX — Índios em transição para a cultura e a lingua portuguesa (1).

Von den Steinen refundiu aquela classificação, identificando, além de tupis e gés (ou tupis e tapuias, que são os grupos propriamente historicos), os caraibas, ou núaruaks, os goitacás, os panos, os miranhas e os guaicurús.

Estendem-se os caraibas (vindos das Antilhas) pela bacia amazonica tendo alcançado, no seculo XVII, a margem norte do rio de S. Francisco: caraiha era a tribu dos "pimenteiras", do sul do Piauí. Os nu-aruaaks, modificados pelas civilizações americanas do golfo do Mexico ou do Perú, dêram o homem de Pacoval, o mais perito oleiro dentre todos os indigenas, cuja ceramica marajoara (na embocadura do Amazonas, onde podiam ter encalhado restos da cultura incasica escoados rio abaixo), é sem igual na arqueologia brasileira. Panos e Miranhas são povos dispersos pelas florestas de Mato Grosso e de vários afluentes do Amazonas. Aos primeiros pertencem os ca-xinauás. Por fim os guaicurús, os indios cavaleiros do pampa, errantes entre os campos do Rio Grande do Sul e os pantanaes do Paraguai, formavam uma exceção, propria ao seu meio pastoril e ao contacto de outras tribus sanguinarias, como os paaguás, na barbárie continental (2).

(1) Vd. a sinopse de RODOLFO GARCIA, *Etnografia*, Dicc. do Inst. Hist., I 251; e a sumula do assunto por ANGYONE COSTA, *Introdução à Arqueologia Brasileira*, cap. III, S. Paulo, 1934.

(2) Vd. A. METEAUX. *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*, Paris 1926; e *La civilisation matérielle et la vie sociale et religieuse des Indiens de le Brésil meridional*, Rev. do Inst. de Etnologia. Tucuman 1930, tom. I.

O tupi era o mais assimilável e inteligente. Pescava, navegava nas suas canoas monoxilas ou entrançadas de palha, era igualmente agricultor, cultivando em roças temporárias a mandioca, o milho, a batata, o fumo, e as mulheres coziavam o barro, em que moldavam um tósco vasilhame, melhor do que a "cuia" dos tapuias, e teciam fibras moles para as rêdes (toda a sua comodidade) e os ornamentos (1). Construíam casas de coivaras, cobertas de pindoba, — em geral vastas cabanas que comportavam até trinta famílias, e as suas aldeias tinham ao redor palissadas, que as defendiam. Não conheciam a propriedade particular, nem outra economia coletiva além da conservação da caça ou da pesca *moqueada*, para o indistinto consumo da tribo. O que era de um era de todos (2).

O tapuia, entretanto, desfeito á agricultura, errando pelos matos, desconhecendo a rêde, porém dispondo de armas mais perfectas que os tupis-guaranis — nem construía aquelas aldeias nem se mostrava acessível ao commercio dos civilizados (3). Fosse porque estes se aliaram aos tupis, seus inimigos remotos, fosse pelo seu insuperavel pendor guerreiro, o tapuia continuou a ser, pelo tempo adiante, o "hostil", o "adversario", o "selvagem", a quem se havia de exterminar, não de apaziguar. As mais ferozes guerras feitas pelos colonos aos indigenas visaram aos gês -- do nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, rio de S. Francisco e Piauí), do Espirito Santo e Porto

(1) *Histoire véritable d'un voyage curieux fait par ULRICH SCHMIDEL de Straubing, dans l'Amérique ou le nouveau monde*, Nuremberg (1599), p. 244. Vd. a síntese de ANTONIO SERRANO, *Historia de la Nación Argentina*, I, 532, Buenos Aires 1936.

(2) PADRE MANOEL DA NOBREGA, *Cartas do Brasil*, edição da Academia, I, p. 91; HANS STADEN *Viagem ao Brasil*, cap. XX; GABRIEL SOARES, *Tratado Descritivo*, edição Varnhagen, p. 318.

(3) GONÇALVES DIAS, *O Brasil e a Oceania*, pgs. 63 e 74 ed. Garnier.

Seguro (aimorés) e Campos dos Goitacazes, da bacia do Paraná (guaicurús, coligados com paiaguazes nos rios Paraguai e Guaporé).

A arma predileta do tupi era o tacape ou espada-maça, que Thevet e Léry descreveram, fabricada de uma dura madeira e com o punho embrulhado em tecido de palha (“atarabébé”). Mas o tapuia de preferencia usava a azagaia, ou dardo de arremesso, e como defesa a “rodela”. Distinguia-se ainda pelo uso de bодоques nos labios e orelhas, inaptidão para a pesca ou a navegação, na qual só empregava a balsa, e o habito da dormida na floresta, junto de uma fogueira, sem a choça nem a rêde dos tupis. Dai — diziam os cronistas — serem invenciveis os tapuias, nomades, que não ofereciam aos colonos uma resistencia fixa, nem tinham povoações onde pudessem ser atacados, como os gentios da costa (1).

O NEGRO

Da Africa viéra o negro para os trabalhos da lavoura, em que se mostrára superior ao indio. A economia da colonia, os interesses do comercio e da coroa, a propria religião (pois os jesuitas, defendendo intransigentemente a liberdade dos indigenas, aconselhavam a substituição deles, nas roças, pelos negros da Guiné) orientaram para o Brasil uma migração negra que, por tres seculos, sangrou os vastos reservatorios humanos d’Africa. Foram primeiramente os homens da Guiné (até 1811), depois os do Congo, já a partir de 1548 os de Angola (2), trazidos aqueles á

(1) GARCIA, *Diccion. do Inst. Hist.*, I, 262.

(2) Doc. in VISCONDE DE PAIVA-MANSO, *Historia do Congo* p. 84, — Lisboa 1877. Do Comercio portuguez, para Mina do Oro já falara Vespucci, 1508, *Cartas de Indias*, p. 91, Madrid 1878.

baía de Cabinda, pelo rio Zaire, por “sobas”, avidos do trôco, e preadores portugueses; em seguida o tráfico lançou os braços a toda a provincia de Angola, e envolveu o sul do continente, até Moçambique, tornando o negocio de escravos o mais lucrativo e amplo da terra. Os proprios régulos vendiam os cativos, feitos por diversos modos, fossem prisioneiros de guerra ou condenados á escravidão pelas suas dividas ou pequenos delitos. Os negociantes só tinham o trabalho de recolhê-los aos portos, onde em vastos trapiches se acumulavam os pretos, postos em ferros, á espera de navio que os transportasse. O seu preço era sempre infimo, em relação ao que obtinham na Bahia ou em Recife. De começo, a moeda correnteia foi o buzio do sul da Bahia, muito apreciado dos africanos (1). Depois, com o desenvolvimento das plantações de tabaco na Bahia, passaram a ser os rôlos de fumo o dinheiro em voga. Tres rôlos de tabaco ordinario valiam um negro. Este mesmo escravo era vendido no Brasil por 150\$ e 200\$. Era “haussa”, “gêge” ou “nagô”, do norte, ou bantu do sul da Africa. O primeiro, belo tipo de trabalhador, distinguia-se pela sua religião muçulmana, em consequencia de anterior comercio com os arabes: era um negro altivo, economico, asseado, guerreiro; as suas tribus foram as mais belicosas da região do Niger. Os “gêges” eram fetichistas, como os demais africanos, e falavam uma lingua geral, o “iorubá”, mais conhecida no Brasil pela designação de “nagô”, nome de um dos grupos de pretos da Costa dos Escravos, importados em grande quantidade no decorrer dos seculos XVII e

(1) FREI VICENTE DO SALVADOR, *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 99.

XVIII (1). Os “gêges” seriam preferidos para os serviços domesticos, alcançavam altos preços como-escravos doces, e formaram a mais densa população negroide das nossas cidades, enquanto os pretos de pobres qualidades (bantus), como os “congós”, eram mandados para as minas e para os campos, onde o seu crescimento vegetativo foi porisso muito inferior ao dos “minas”.

A diversidade das linguas, (cujo estudo a tão poucos interessou) (2) e das raças, entre os pretos importados, salvou o Brasil de uma conquista africana, que por vezes o ameaçou, apesar das desavenças irremediáveis e repugnancias que separavam aqui os escravos das varias procedencias, que tinham outros cultos e falavam outros dialetos. Assim nas Minas Gerais: uma grande rebelião de escravos só fracassou porque angolas e minas queriam reis diferentes — dizia a carta regia de 18 de Junho de 1725 (3). Na Bahia, todos os levantes de negros tiveram a mesma causa de pronto malôgro.

INFLUENCIA INDIGENA

Do indio adotou logo o colono numerosos habitos, abandonando os da Europa. Construiu como ele a choça com a fibra da embira ou do timbó. Assim Estacio de Sá, desembarcando no Rio de Janeiro,

(1) MARTIUS *Através da Bahia*, trad. de Pirajá da Silva, 2.^a ed., p. 96; NINA RODRIGUES. *As raças humanas*, Bahia 1894, *L'Animisme fétichiste des negres des Bahia*. Bahia 1900; MANOEL QUIRINO, *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia*, Ann. do 5.^o Congresso Bras. de Geogr., vol. I; ARTHUR RAMOS *Os Horizontes Mythicos do Negro na Bahia*, Bahia 1932, e *O Negro Brasileiro*, p. 29, Rio 1934.

(2) Cf. memorial do arcebispo da Bahia, *Revista do Inst. Hist.*, vol. 65 I, 341.

(3) *Annaes do Archivo Nacional*, XV, 76.

em 1565, fez os “tupupares, que são umas tendas ou choupanas de palha, para morarem...” (1). Fortificou-se como o índio, nas cêrcas de páu a pique. Vestiu um fôrro de algodão, em lugar de couraça, e que constituiu a defesa predileta dos “bandeirantes” (2). Substituiu o trigo pela mandioca. Aprendeu a *moquear* a carne, para conservá-la. Não quis outra cama além da rede, que era para os tupis o unico traste. A rêde (“banguê”) é também a sua mortalha. A rêde (“serpentina”) é também o seu veiculo. No trabalho do campo imitou o índio, derrubando e queimando, para a plantaçãõ (3), e cobiçãõ sempre terras novas, numa ocupaçãõ progressiva do solo. Conquistado o Cabo, por exemplo, o donatario de Pernambuco “repartiu as terras (dos indios expulsos) por pessõas que as começaram logo a lavrar, as quais, como acharam tanto mantimento plantado, não faziam mais que comê-lo e plantá-lo da mesma rama e nas mesmas covas” (4). Os sertanejos ainda agora andam como os indios, isto é, uns atrás dos outros, “por um carreiro como formigas” (5). Fumam o mesmo *pito*. O seu alimento para a jornada é a mesma “farinha de guerra”. A canõa, com que passam os rios, é igual á canõa tupica, de uso universal no Brasil. O feiticeiro exerce a mesma influencia e a terapeutica sertaneja é toda indigena (a sucçãõ das feridas para expelir o mal, o emprego de inumeras ervas, as mezinhas). Do índio, tem o sertanejo a natural imprevidencia, a resignaçãõ, a incapacidade de poupança. A sua industria caseira (balaios, esteiras, tecidos de algodão que as mulheres

(1) FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 181.

(2) FREI VICENTE, *ibid.* ps. 57-59.

(3) GABRIEL SOARES, *crf. cit.*, p. 360.

(4) FREI VICENTE, *ibid.*, p. 201.

(5) FREI VICENTE, *ibid.*, p. 66.

fiam, a cerâmica de barro) é indígena. Conserva o índio a atitude habitual de descanso, de cócoras, a maneira de trazerem as mães os filhos ás costas, o geito de desbravarem o mato e descobrir-lhe as veredas. Comem na *cuia*, guardam as reservas no *giráu*, *defumam* os legumes, como os tupis o faziam no século I; e a modo destes, não bebem quando fazem as refeições.

O colono, contemporaneo de Tomé de Souza, adaptou-se, imitando o gentio. Porisso a historia social da America nada tem de comum com a da Europa: respira o ambiente, transuda esse ar humido das nossas bacias hidrograficas...

A ESCRAVIDÃO

O índio, para ser util, devia ser ensinado; os jesuitas estudaram-lhe a lingua e o atraíram ao convívio dos brancos. Associaram-no á vida colonial, incutindo-lhe a fé cristã o tornaram assimilavel, fizeram do selvagem um instrumento de trabalho. Mas não bastava o índio. A principal riqueza era a cana d'açucar, a cujo grangeio não se afazia o índio, refractario á vida sedentaria; foi necessario ir buscar á Africa o negro. Interessava ao Brasil, como braço, e á Africa, como commercio. Sem a lavoura do Brasil as conquistas portuguezas da costa d'Africa pareciam naqueles tempos de indecisão colonial, sempre as correntes migratorias á procura de fortuna facil. Em 1575 e 1591, a exportação de escravos de Angola subira a 52.053, protegido o trafico para o Brasil por uma diminuição de direitos, 100%, em relação á India (1). No começo do século XVIII, só a Bahia

(1) VISCONDE DE PAIVA-MANSO *Historia do Congo*, ps. 84 e 140.

importava 25 mil por ano (1). Entre 1550 e 1850 entraram no Brasil de 6 a 8 milhões. A' medida que prosperou a industria açucareira, o negocio de escravos floresceu: e até que ambos esses interesses, pelo seu vulto, caracterizaram a economia ultramarina (2). Ora, o negro, despejado aos milhares numa terra parecida com a sua Africa, de paisagens e climas semelhantes, não perdeu as qualidades puramente raciaes, acrescidas do seu cabedal mitico; o negro introduziu no Brasil, (região agricola: zona de expansão do africano) "novo Gu'né", na frase do escritor dos "Dialogos das Grandezas", o contingente de lendas e crenças, que, enriquecido das indigenas, temperou a simplicidade, a credulidade e a timidez do povo iberico, embebido de medievalismo. Na primeira geração, o colono era um impressionavel, hesitante entre as fórmulas sociais primitivas que surpreendêra na America e as suas tradições cultas; então o fidalgo d'armas servia os officios de justiça e o cavaleiro se afazendava como o plebeu de sangue mourisco. Na segunda e demais gerações absorveu, com crescente abandono do atavismo europeu, os costumes barbaros que o cercaram e empolgaram. A revogação das Ordenações do Reino, na parte relativa aos processos, coincidiu com as primeiras applicações do direito patrio. Pero de Góes, comandante da frota guardacostas, lembrára em 1551: para a colonização desta terra ir avante, era necessario em muitos casos deixar de seguir as Ordenações, que tinham sido feitas "não havendo respeito aos moradores do Brasil" (3). Em S. Vicente, os costumes alteraram as leis portuguezas desde 1543, quando se decidiu por vereação, que uma

(1) L. G. DE LA BARBINNAIS, *Nouveau voyage autour du monde*, III, 181, Paris 1728.

(2) Vd. PEDRO CALMON, *Espirito da Sociedade Colonial*, ps. 165 e segs.

(3) PORTO SEGURO, *Hist. do Bras.* 3.^a ed. I, 311.

só testemunha bastaria para qualificar o delito de detração... (1)

Assim, por uma troca de influencias, sensível desde 1549, o indigena, o negro e o branco, coabitando na terra ampla e misteriosa, porém deles, criaram um individuo médio e uma sociedade média, que, por serem locais, já eram "brasileiros". Os jesuitas concorrem intelectualmente para esse "abrasileiramento" do colono, fazendo-se indianistas — metidos com os caboclos para convertê-los, adotando-lhes os linguajares, por fim usando os seus utensilios, adaptando-os á sua rude peregrinação. Ao invés de *europizar-se* o selvagem, foi o branco que se *indianizou* (2), a suprir a insuficiencia dos seus recursos com os da terra. O jesuita possuía, sobre todos os outros homens, a vocação de congraçamento, que tão bem desempenhou na China: no Brasil, a sua obra é de uma profunda intuição humana. Explica parte da evolução nacional; pelo menos este Brasil mamaluco, mestiço, harmonioso na aparente confusão etnica, (3) afinal equilibrado e — como veremos — quasi homogeneo.

(1) FREI GASPAR, *Hist. da Capit. de S. Vicente*, p. 173.

(2) Ha sempre nas alianças de indios e portugueses no Brasil uma figura feminina, que os aproxima, purificando em amor o sacrificio da sua raça. E' a Paraguassó na Bahia, a Arco-Verde em Pernambuco e a Tibiriçá em S. Paulo. Uma Margarida amansou os almorés, segundo Frei Vicente do Salvador; casando com uma india, mãe de Roberto, Belchior Dias se congraçou com os tapuias do nordeste; os janduis fizeram pazes por intermedio de uma rapariga que João Pais Florião tirára da taba; Manoel Pires Maciel pacificou o alto S. Francisco por meio de Catarina, a filha do chefe calapó, com quem casou...

(3) GILBERTO FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, p. 88, Rio 1934. "Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da America a que se constituiu mais harmoniosamente quanto ás relações de raça..."

IV

A UNIDADE VIRTUAL — FISIONOMIA GEOGRAFICA DO PAÍS

A catequese dos índios, acompanhando a caça aos índios pelos escravizadores, a luta pela posse da terra, a corrida ás minas, deslocaram para o sul, para o norte e para o centro as forças colonizadoras que ainda não se tinham immobilizado nos canaviais. As dificuldades de assistência entre os brancos e indígenas, os conflitos políticos (governo de Duarte da Costa, 1554), a primeira *liga* de selvagens e franceses (governo de Mem de Sá, 1550) contra a dominação portuguesa, não puderam desviar dos seus rumos aquela civilização que se infiltrava e alargava. Sentira-se, logo após a criação do governo-geral, que as determinantes geograficas impeliam os rudes e ávidos colonos ao descobrimento de um imperio — imensa área em que Portugal, renovando-se, expandiria a sua raça. A verdadeira união nacional no Brasil, psicologica, traziam-na em mente os homens do seculo I; devéras, este país, que contem tantos países, foi “um só” na visão de conjunto, totalizante, do portugûês que o achára. “... Tem esta terra mil leguas de costa, toda povoada de gente que anda nua...” (1) em 1549 escrevera um jesuita. Nenhuma das atuais nações da America foi assim homogenea

(1) *Cartas do Brasil*, ed. da Acad. Bras. I, 97.

nos seus começos; e continuou homogênea na sua evolução. "Brasil" chamou-se toda a terra; um só governador geral (que a efêmera divisão em dois governos, 1573, foi uma breve tentativa de desmembramento) o administrou, zelando sobretudo a conservação e defesa do país; um só idioma o unificou, feito do português influenciado pelo tupi, idioma mamaluco também (1): a mesma predominância do fator físico se lhe revelou, de um a outro extremo. Os jesuitas foram um agente ativíssimo dessa homogeneização; mas às leis da geografia humana cabe a maior responsabilidade do "massiço" brasileiro. Os missionários orientaram a penetração; eram-lhe os olhos vigilantes, a língua pacificadora. A "unidade" do Brasil, porém, já fôra adivinhada pelo índio. Um conto tupinambá dizia que o Brasil era o pombo, cuja coração ficava na Bahia (2). A distribuição das raças indígenas parece também antecipar-se à geografia política, pela coincidência entre o bloco tupico-guarani e o território da América portuguesa (3). A colonização lusa substituiu, em todo o seu vasto "habitat", aquela grande raça, que em parte assimilamos

(1) Vd. TEODORO SAMPAIO, *Revista de Philologia e História*, fasc. IV, 465-72. A patente de nomeação de Diogo Coelho de Albuquerque para capitão-mór do Ceará notava: "... e ter muita experiencia... e pratica dos indios, e saber-lhes a lingua..." (1645, *Rev. do Inst. do Ceará*. XXVI 43). "Em algumas capitãncias, como em S. Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda. Nas duas primeiras falava-se entre os homens do campo a lingua geral até o fim do século XVII." (TH. SAMPAIO, *O Tupi na Geographia Nacional*, *Rev. do Inst. da Bahia* n. 54, p. 51).

(2) FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, p. 102-3.

(3) É o que se verifica do mapa de A. MEYERHAUS, *La Civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*, p. 9, Paris 1923. A linha ocidental da expansão tupi-guarani passando pelo estuário do rio da Prata, subia o Paraguai, e pelo Guaporé-Madeira, atingia o Amazonas, diluindo-se na bacia imensa. Sobre a unidade, dádiva da natureza, SILVIO ROMERO, *Ensaio de Sociologia e Literatura*, p. 111 Rio 1900.

ou eliminamos. Restaria, para devidamente estimarmos a influencia da f'siografia brasileira, considerar que qualquer colono, em lugar do "português", observada a igualdade de situações, faria o que ele fez. Sim, o relevo da terra, o seu sistema fluvial, as condições da cabotagem, o meio enfim, esboçaram a historia do Brasil; sumariaram o capitulo que o homem escreveu. D'algum modo, pôde ler-se a evolução do Brasil no seu mapa, a sua distribuição de populações, o devassamento da terra, a procura das fronteiras, o sentido da politica exterior e geografica, que a natureza assim nos deu.

Resumamos a lição do mapa e vejamos como o homem modificou a fatalidade das leis naturais.

O CENARIO

O Brasil ("figura de uma harpa", já dissera frei Vicente) (1) tem uma extensa costa de 9.200 quilometros (2), extremamente pobre de acidentes que a beneficiassem. "Faltam mediterraneos, peninsulas, golfos, ilhas consideraveis..." (3). As reintrancias, que permitiam á navegação um repouso, vestibulos do continente, eram o estuario amazonico, e, passando as lagunas entre o Pará e o Maranhão, S. Luiz, a fóz do Parnaíba, o Apodi, o Potengi, o Paraiba, o Capi-baribe, o S. Francisco, Assú da Torre, a Bahia, Ilhéos, Porto Seguro, Vitoria, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, Cananeaia, Paranaguá, S. Francisco do Sul:.. Logo se assinalaram por po-

(1) *Historia do Brasil*, p. 19.

(2) Corresponde a um alongamento de 57° sobre a linha poligonal envolvente que é de 5.864 quilometros. ALFREDO LISBOA, *Diccionario do Instituto Historico*, I, 40.

(3) CAPISTRANO DE ABREU, *Capitulos de Historia Colonial*, 1.ª ed., p. 1.

voações, obras de defesa ou estabelecimentos de commercio (1), vivazes, embora isolados, mercê da difficil, muitas vezes impossivel intercomunicação, pois o regimen dos ventos dividia a cabotagem em quatro seções. Isolamento entretanto, que obstava a ida, e tambem tornava improvavel a volta, e assim fixava e nacionalizava. Daí o retardamento da conquista da costa leste-oeste, sendo no I seculo o cabo Calcanhar um novo cabo Não, e a navegação entre o Maranhão e Ceará, "uma das mais difficultosas e trabalhosas" de todo o mar (Antonio Vieira), só possivel no inverno (2). As correntes e ventos favoreciam as comunicações entre Pernambuco e a Bahia, normais antes da abertura do caminho do S. Francisco (1590), e facilitavam o commercio entre a Bahia e as capitánias do sul, de modo tal que raramente se fez por terra a viagem para Ilhós, Porto Seguro, e Espirito Santo, nucleos de abastecimento, pelas farinhas e madeiras, das frotas del-rei. Entre o Rio de Janeiro e S. Vicente a navegação era constante e sem perigos, pela variedade de abrigos que havia no litoral e regularidade dos ventos, o mesmo sucedendo até a ilha de Santa Catarina, que deixou de ser espanhola em virtude dessa proximidade maritima de Santos, que não tolerára a existencia do estabelecimento castelhano donde Cabeza de Vaca, em 1547, partira para o Paraguai.

De outro lado, a cordilheira do mar, obstaculo primeiramente, foi depois proteção da America portuguesa, como a fortaleza natural que desenvolvia a muralha de Santa Catarina ao Espirito Santo, dei-

(1) "As migrações, disse A. C. HADDON, seguem a linha de menor resistencia e se escõam pelas zonas ou canais abertos entre as barreiras". (BRUNHER & VALLAUX, *La Géographie de PHistoire*, p. 245).

(2) Vd. CAPISTRANO DE ABREU, *Os Caminhos antigos e povoamento do Brazil*, p. 107 Rio 1930.

xando entre os contrafortes e o oceano uma fimbria fértil, onde mariscaram os colonos e os estrangeiros, sem verdadeiro domínio sobre o país. Graças á cordilheira — que, negando profundidade, dava extensão á conquista — os corsarios que assaltaram Santos, como Eduardo Fenton, não atingiram S. Paulo, e não houve frota de inimigos, desde Cavendish, (mesmo a que devastára em 1640 o reconcavo bahiano) que fizesse render Vitoria do Espirito Santo, posta no concavo das suas abruptas montanhas. A escassez daquela faixa marítima condenaria á vida mediocre de entrepostos as povoações que aí cresceram: Desterro, Paranaguá, Santos, Angra dos Reis, até o século XIX Vitoria. Mas desempenhou o seu papel historico de ampliar a posse ao longo do litoral, e defendê-lo; porisso, quando a exploração intensiva do Brasil lhe grangeou a grande riqueza dos séculos II e III, a terra toda era lusitana. O sertão veio mais tarde: a fachada precedeu á casa, como a muralha precedia, nos castros, á cidade. Só no Piauí a civilização rumou do interior para o litoral: é um fato adstrito á bacia do S. Francisco.

A serra do Mar tornou também independentes os movimentos de expansão, de Santos para Paranaguá e Laguna, e daí á colonia do Sacramento, e de S. Paulo a Itú para as Missões e o rio Paraguai. O homem do planalto não sabia o que o homem da baixada tentava. Erguia-se entre eles o vasto divisor de aguas da cordilheira. Porisso, algum tempo, quando se instalou a “capitania de S. Paulo e minas do Ouro”, Santos e a orla marítima, até a extrema do Brasil, puderam ser desanexados daquela e dados á do Rio de Janeiro — erro administrativo que logo se desfez (1).

(1) AFONSO TAUNAY, artigo no *Jornal do Comercio*, 3 de Janeiro de 1932.

A enormidade do territorio e a sua fisionomia geografica, determinantes do isolamento dos grupos, engendrou a nossa sociedade de tipo atomistico (Oliveira Vianna), que não conheceu a fôrma cooperativa senão acidentalmente, e se conservou, desde a era do açucar até á do café, estruturalmente individualista. Não sómente a ausencia de solidariedade, tambem a descoordenação do povoamento tornou impreciso e hesitante, espontaneo e sinuoso o movimento de conquista e aproveitamento da terra.

O Brasil desenvolveu-se caracterizado pela independencia do homem em face da ação reguladora do Estado, apenas limitada no seculo III, em razão das explorações mineiras, mas vitoriosa nos refulhos e na amplitude do país. Começava pelo fator português, mixto de clandestinos religiosos (judeus) e sociais (degradados), que se adaptaram imediatamente ao meio novo e criaram aqui uma individualidade diferente: a rebeldia favoneada pela liberdade. Mamalucos, notados já em 1549 por Hans Staden (1), indios corrompidos pelos traficantes, mulatos e pretos fôrros ou fugidos, formaram o grosso da população, indifferente aos preceitos politicos, seduzida pela vida livre, preferindo a sua emancipação, do campo, ás coibições da cidade, esta hierarquizada e policiada — como em Pernambuco, na Bahia, em S. Paulo. A historia do Brasil teria de refletir esse desequilibrio de origem, entretanto concordante com a sua unidade espiritual.

(1) *Viagem ao Brasil*, ed. da Acad., p. 55.

AS REGIÕES DE CONDENSAÇÃO E DE DISPERSÃO — NORTE E SUL

A cultura de cana, em Pernambuco, estendia naturalmente o povoamento ao longo da costa, para a Paraíba e para Alagoas. Na Bahia, a atividade açucareira foi mais restrita. Notou Gandavo: “Tem (a Bahia) dezoito engenhos... Também se tira neles muito assucre, ainda que os moradores se lançam mais ao algodão que a canas d’assucres porque se dá melhor na terra” (1). Graças ao algodão, o povoamento ali se libertou do reconcavo e procurou o sertão.

OS PASTORES

O gado, depois de 1560, espalhou-se pelas savanas do nordeste com uma rapidez, uma vitalidade admiráveis. A primeira caravela carregada de vacas das ilhas do Cabo Verde chegára à Bahia em 1550. Outras se seguiram, de modo a formar cada fazendeiro um núcleo pastoril, que prosperou à beira da cidade, auxiliando-lhes as lavouras. Mas o progresso dos rebanhos foi imprevisto. Havia em breve tanto gado junto das roças que era forçoso largá-lo pelos campos argi-

(1) *Tratado da Terra do Brasil*, p. 29.

losos e pobres (1), a *caatinga*, que se desenrolam, uniformes, entre Feira Velha e o Itapicurú, e para o centro e nordeste, entre rios e serras do sistema do Espinhaço. Um dos criadores, Garcia d'Avila, companheiro de Tomé de Souza, fez curral em Itapagipe, depois em Itapoan, afinal em Tatuapara, onde se acastelou numa *torre*. Em 1587 os currais de Garcia d'Avila subiam a dez (2) (Gabriel Soares) e o padre Fernão Cardim (1583) disse que a sua capela de Tatuapara era "a mais formosa que ha no Brasil" (3).

O RIO DE S. FRANCISCO

Em 1573 o mesmo Garcia chegou a Sergipe, onde lançou os fundamentos de uma colonização. Quando Cristovão de Barros conquistou aos cactés aquela terra (1590), as pontas de gado, tangidas do sul, passavam o Itapicurú. De 1590 a 1600, as campinas entre o rio Real e o S. Francisco se povoaram de tão numerozo concurso de pastores, que — acrescenta frei Vicente do Salvador (1627) — "dali se provém de bois os engenhos da Bahia e Pernambuco e os açougues de carne" (4). O S. Francisco foi um polarizador. Nenhum outro rio do Brasil teve uma função historica tão constante. A sua importancia, como condensador de povos, pertence á arqueologia da America: Gabriel Soares nos dá noticia da localização, naquele vale fertil, cimitarra de terras agricolas cortando o

(1) CAPISTRANO DE ABREU, Introdução aos "Dialogos das Grandezas" ed. da Acad. ps. 13-6; Dialogos das Grandezas, p. 43. O alvará de 1701 prohibia que se trouxesse o gado a dez leguas da beira mar, in BRAZ DO AMARAL, Anotações a Accioli, II, 360.

(2) Tratado Descrptivo, p. 48.

(3) Tratado da terra e gente do Brasil, ed. Rod. Garcia, p. 312 Rio 1925.

(4) Historia do Brasil, p. 336.

desolado sertão, de todas as raças indígenas do Brasil, excetuados apenas guaranis e aruaks: assim gês, cariris, caraibas, tupis. Cada uma dessas famílias, rivalizando com a vizinha, conquistára em tempos precolombianos o seu direito de beber e pescar no rio providencial, especie de torrente milagrosa que ficava para além da caatinga inhabitavel, estrada movel, enriquecendo com as cheias periodicas, como o Nilo, um solo salitroso e fecundo. De Pernambuco e da Bahia, os criadores seguiram, lenta mas seguramente, o rumo do S. Francisco. Depois acompanharam-lhe as margens. Embarcados, os pioneiros chegaram á barra do Rio Grande, subiram até Carinhanha, remontaram ás terras centrais que foram mais tarde as Minas Gerais. Nem para alcançar o S. Francisco os do nordéste precisavam armar as suas "bandeiras": o proprio deslocamento dos rebanhos e a necessidade de pastos, que tornaram as fazendas imensas (1), alargaram o âmbito do gado até o vale maravilhoso. Deveras, o S. Francisco atraiu os rebanhos de Pernambuco, cujos engenhos passaram a dispor apenas dos bois necessarios ao manejo dos "trapiches", tanto que de lá se abasteciam das boiadas inumeraveis, ao tempo dos holandeses. Na Bahia, pelos vales do Jacuipe, do Pojuca, do Itapicurú e do Real, os rebanhos rumaram na direção léste-oeste, enquanto o rio Paraguassú se transformava em outra estrada do povoamento. Cachoeira, no Paraguassú, é obra sertanista, como Tatuapara: os Adornos, netos do Caramurú, fizeram ali o seu quartel de inverno. Esses bandeirantes rechassaram os tapuias, introduziram gado pelo vale acima, e desviando-se das

(1) HANDELMANN, *Historia do Brasil*, ed. do Inst. Hist. p. 333: "O criador de gado não pôde suportar vizinhança proxima, porque para pastagem ele precisa de vastas extensões de terrenos". "... II faut se séparer pour vivre". (Vidal de la Blache, *Principes de Géographie Humaine*, p. 86, Paris 1922).

matas do Orobó, onde morrera Gabriel Soares (1592), penetraram a bacia do rio das Contas. A Casa da Torre (de Garcia d'Avila), retomou, em 1627, os trabalhos do seu fundador, e achou a comunicação com o S. Francisco, por Jacobina. Recolhera ela a experiencia de Belchior Dias Moréa, que subira ou acompanhára o S. Francisco, entre a barra do rio Salitre e o Paramerim, de lá trazendo historias de minas de prata, que justicaram, por cento e cincoenta anos, expedições, pesquisas, caças de índios. O gado rompeu com os sertanistas. As "estradas de boiadas" foram os caminhos definitivos. Por eles transitou o exercito português, nas guerras com o flamengo invasor de Pernambuco, e por eles rolou o povoamento semeando aldeias e vilas por todo o nordéste. Os vales (como no sul os do Paraíba e do Tietê) são sempre os escoadouros preferidos, porque aí ha alimento, sombra e frescura: o mapa dos caminhos do nordéste é, de um modo geral, a sua hidrografia. As terras de mais demorada conquista foram as d'entrios, sêcas e safaras, onde o homem é um hospede mal aceito. O Paraguassú levou ás chapadas, o rio das Contas ao sertão de Caetité, o Jucuipe ao sertão do Morro do Chapéu, o Itapicurú á serra de Itiúba, o Vasa-barris a Geremoabo, o S. Francisco ao Brasil central. Ainda a conquista do Piauí se serviu de um vale: o Gurguéia. Pelo do Jequitinhonha, os primeiros bandeirantes atingiram Minas Gerais. Somente as florestas do sul (inçadas de aimorés salteadores) e os catingais á margem dos caminhos do gado, desprezados por melhores pastagens, e que apenas no seculo XIX se povoaram — obstaram ao desbravamento do atual territorio da Bahia, revelado e ocupado pelos vaqueiros. Em 1600, a linha extrema da colonização passava por Penedo, Sergipe, Natuba, Cachoeira, e continuava pela costa abaixo, para entrar

novamente no sertão em Angra dos Reis, Taubaté, S. Paulo. Cincoenta anos depois a mesma linha, começando na bôca do rio Amazonas, costeando o Maranhão, o Ceará e o Rio Grande do Norte. partia do porto de Touros. terra dentro, a Olinda, daí a Santo Sé, e Jacobina, Morro do Chapéu, Maracás, Rio das Contas, litoral dos Ilhéos, Porto Seguro, Espirito Santo, o vale do Paraíba, as missões jesuíticas depois dos "campos gerais". O gado representou um papel incontrastavel nessa grande expansão.

A CONQUISTA DA PARAÍBA

A conquista da Paraíba do Norte (1585), feita por elementos de Pernambuco e da Bahia, foi uma dupla conquista economica, tanto para a extração de páu brasil, que os potiguaras vendiam aos franceses, e era o melhor do país (1), como para o cultivo da cana de açúcar. A necessidade de defender-se a costa dos corsários e, com a ajuda dos tabajaras, repelir os indios aliados dos estrangeiros, levou a gente de Pernambuco a construir o forte dos Reis Magos (1598), fortaleza mais septentrional, que serviu de eixo á penetração dos areiais de leste-oeste e á successiva occupação do Ceará, Maranhão e Pará. Mas os espaços entre o litoral arenoso, onde havia apenas ambar, e os rios da bacia de S. Francisco, foram devassados pelo gado saído dos currais baianos para o Jaguaribe, o Gurgueia, o Itapicurú, o Parnaíba, o Mearim, num impulso de occupação que, durante cem anos (1674-1774), criava a vida pastoril do nordéste, e a estabilizava.

(1) CARDIM, *Tratado*, p. 188; tambem STADEN, *Viagem*, p. 37.

O SUL

No norte foi assim. No sul as coisas se passaram diversamente. Nem o gado determinou o "rush" bandeirante, a que se devem os sertões de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas, Goiás e Mato Grosso, nem os índios se mesclaram, até á fusão, com paulistas ou *emboabas*. No sul, a mina de ouro e o escravo indigena fizeram as bandeiras; a colonização, destituida do interesse agricola, foi extrativa; não se retemperou deveras da serenidade pastoril senão quando se esvaneceu a miragem aurifera, por 1750, e o comercio habitual foi o de muares, do pampa para Sorocaba. Sucedeu aqui o mesmo que na America espanhola — depois que á *mineração* do Perú se seguiu a *criação* nos pampas, e a Cuzco succedeu Buenos Aires (1).

Daí tambem a caracterização etnica das duas regiões. O verdadeiro "conquistador" era o do sul, salteando as reduções jesuiticas: "e para aquella guerra os melhores soldados do mundo", na frase do padre Antonio Vieira (2). O paulista, metido na sua couraça de algodão, já empregada pelos castelhanos na conquista da Nova Granada, em 1536 — era sobretudo aventureiro, e essa qualidade marcial (3) lhe

(1) Sobre a origem e a historia do "gaucho". EMILIO S. CONI, art. de *Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana* IX, 87 (936). O cavallo foi desembarcado no rio da Prata em 1536.

(2) *Cartas*, I, 40.

(3) Concorda com a observação de RATZEL — e LUCIEN FABRE, *La Terre et l'Évolution Humaine*, p. 102, Paris 1922; JEAN BRUNHES, *La Géographie Humaine*, p. 328 Paris 1912; ELLEN CHURCHILL *Simple Influences of Geographie Environment*, p. 493, New York, 1911; Ver sobretudo A. TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, Tours 1920. — O conflito entre o individualismo pastoril e o gregarismo urbano engendrou, na America do Sul, o caudilhismo: ALBERDI, SARMIENTO e INGENIEROS procuram demonstrá-lo.

explica a pequena propriedade, a pequena industria, a criação de gado, a rala lavoura, do planalto, onde não havia fazendas maiores de uma legua (1). A grande propriedade veio-lhe com a fixação: só a agricultura intensiva (o café) ou a grande criação, depois do abandono das minas, a determinaram. No norte era o contrario: cada engenho d'açucar deitava raizes de vila, populoso, opulento. Também, com a pequena propriedade, os moradores do planalto se chegavam uns aos outros, defendendo-se. Mas, geralmente, as viagens de aventura (Missões, Minas, Goiaz, Mato Grosso, S. Pedro do Rio Grande do Sul) deslocaram tão grossas camadas de colonos do planalto, que por vezes naqueles sitios só paravam as mulheres e os velhos: disto resultou a decadencia de S. Paulo no seculo XVIII.

BANDEIRAS

O mapa historico do Brasil retrata essa particularidade: comparemos a carta quinhentista da costa, cindida pelo meridiano de Tordesilhas, com a carta do país, em 1640, que nesse formidavel avanço para o oeste e para o sul (“...por os moradores não poderem viver sem o sertão...”) estará resumida a arrancâda paulista. Graças á penetração dos caçadores de guaranis (“sertanistas”, chamavam-lhes os missionarios) perdeu a Espanha Santa Catarina, as missões jesuíticas do Uruguai, que chegaram a limitar-se pelo Paranapanema, o Mato Grosso pela linha do Guaporé; e foi em virtude dessa occupação que, em 1750, Alexandre de Gusmão estabeleceu o criterio do “uti possidetis” para os tratados de limites na America.

(1) Vd. ALFREDO ELLIS, *Raça de Gigantes*, p. 201, S. Paulo 1926.

VI

A TERRA DISPUTADA — OS HOLANDESES REAÇÃO NATIVISTA

AS lutas, com os gentios, os franceses, os corsários, os holandeses e os castelhanos, tiveram na posse da terra o papel excepcional de neutralizadores da geografia dissociativa. O governo de Portugal, em virtude daquelas guerras, que abrangem os tres primeiros seculos, fixou na costa as feitorias, fortificou os portos, marcando os contornos da colonia, enviou-lhe armadas de socorro e exercitos restauradores, devolveu-lhe boa parte das rendas hauridas do Brasil, e por não perder a este, af nal a sua possessão mais importante, colonizou-o intensivamente. Não fôra essa politica colonial, e os franceses não sairiam do Rio de Janeiro, os hespanhóis de Santa Catarina, os holandeses da Bahia e Pernambuco, ficando para Portugal o Maranhão ou o Pará, mais defendidos dos povos nordicos pelo seu clima equatorial; assim, o mapa da America do Sul seria como o da Africa hoje, com a sua Angola recortada entre densas provincias estrangeiras. A obra portuguesa no Brasil foi eminentemente militar no primeiro seculo, e isto lhe valeu o imperio americano. Os seus metodos eram uniformes e inflexiveis: aliar-se a umas, contra outras tribus indigenas, e jamais transigir com o estrangeiro, mantendo contra ele a exclusividade da conquista

(1). A ocupação do território operou-se assim, e da mesma forma a sua defesa (2). As rivalidades imemoriais entre os selvagens facilitaram a localização e a conservação do homem branco. Caramurú governou os tupinambás na Bahia, porque os ajudou a combater a nação contrária. Mem de Sá repulsou os franceses do Rio de Janeiro aliado aos teminimós e goianazes, contra os tamoios. Com tupinambás rechassaram os portugueses os caetés e os tupiniquins. Com os tabajaras — insiste o padre Simão de Vasconcelos — eles puderam povoar Pernambuco. A posse da Paraíba só se tornou efetiva quando aqueles tabajaras abandonaram os potiguares (amigos dos franceses), passando a lutar ao lado dos portugueses. Diogo Botelho mandou seis caravelas cheias de potiguares contra os aimorés (3).

Os guaranis do norte foram pelos guaicurús recalçados para a região do Tape (meiado do século XVII). Os cariris e os tapuias do Assú sofreram o cerco dos índios de Pernambuco e da Paraíba, que formavam o terço de Camarão. A Casa da Torre tinha no S. Francisco o seu terço de tupis, contra os tapuios do Piauí...

As tentativas de ocupação francesa (1555 e 1613) atraíram a colonização para o Rio de Janeiro e o Maranhão; haveriam de afirmar a fronteira amazônica. Onde estivera o inimigo era forçoso construir um forte, que o evitasse de futuro: daí a cidade do Rio e a capitania do Maranhão. A' construção da

(1) Ver. sobre o monopólio da terra, ALBERDI, *Las Bases*, ps. 31-2, ed. Buenos Aires 1915.

(2) A importância da contribuição indígena para a conquista do Brasil tornou-se, na Academia Brasileira dos Renascidos (ALBERTO LAMEGO, *A Acad. Bras. dos Renasc.* p. 90, Paris 1923) — 1759 --- e daí d'avante --- uma tese predileta do romantismo histórico; entretanto essa literatura não lhe diminui a veracidade.

(3) *Revista do Inst. Hist.*, vol. 73, parte I, 70-1.

primeira se seguiu a posse do litoral de Cabo Frio; á fundação da segunda, o desenvolvimento para o equador das descobertas, a cidade de Belem do Pará (1616) e a conquista do Amazonas, que, em esforço de penetração e ousadia militar, equivale á anterior, do rio Paraná-Paraguai. Graças ao estrangeiro, o governo geral (que desde Diogo Botelho preferira Pernambuco á Bahia, como o mais proximo centro de comando) se deixou arrebatado da sedução daquelas aguas imensas, misturando os interesses m'ltar e economico, e esperançado de dar, de leste para oeste, com os espanhóis do Perú. Já o regimento que trouxera Tomé de Souza determinava a exploração do interior, sempre para o sertão, sempre.. Um aspecto analogo teve a subida do Paraná, pelos paulistas. Alcançado o rio-mar, navegavel, que abria no sertão a estrada desejada, balizara-se a fronteira: tambem como sucedera nos tempos precoloniaes, entre tupis-guaranis e charruas. . .

Em relação ao vizinho castelhano — é isto essencial — beneficiava-se o português do seu pendor nautico, que lhe dava, para as navegações fluviais e costeiras, a aptidão que o hespanhol mostrava para as cavalarias da savana. Era pessimo marinheiro o espanhol; o gaúcho herdou-lhe, e ao tapuio, essa incapacidade — propria dos povos pastores, para as lidas do mar. Já Orellana, em 1544, reconhecia aquella superioridade portuguesa, pedindo a Carlos V marinheiros de Portugal para com eles descer o Amazonas (1). Porisso tiveram os lusos a iniciativa e o gozo da dominação das grandes arterias do continente, que lhes foram abandonadas pelos adversarios fronteiriços, entretidos na sua caça de minas.

(1) Cít. do p. J. B. HAFFEMEYER, in *Rev. do Inst. do Ceará*, n. 26, d. 54 not.

DOMINAÇÃO ESPANHOLA

Em 1578 o rei D. Sebastião, com todo o exercito português, pereceu nos areiais de Alcacer-Quibir, numa desastrada expedição contra os mouros, que pôde ser qualificada de “ultima cruzada”. Sem herdeiros forçados, deixou o trono á mercê do rei de Espanha, Felipe II, neto, por sua mãe, de D. Manoel o “Venturoso”. O poderoso monarca venceu pelo suborno, em Tomar, e pelas armas, em Alcantara, o pretendente português, D. Antonio, prior do Crato, que obtivera o apoio de França, segundo se disse, em troca do Brasil (1). Cingiu o espanhol a corôa lusitana. Por sessenta anos (1580-1640) Portugal e Espanha estiveram unidos, na pessoa de um soberano comum: Felipe II (1580-1598), Felipe III (1598-1618). Felipe IV (1618-1640).

Ao Brasil, longe de ser funesta, foi grandemente vantajosa a desventura da mãe-pátria: os castelhanos passaram de inimigos a aliados, e os paulistas entraram-lhes pelas terras, desde que as fronteiras — aquele meridiano das Tordesilhas! — se tinham apagado (2) com a independencia portuguesa.

A partir de 1587, o commercio entre S. Vicente, S. Paulo e o rio da Prata se entabolára, mais ativo mesmo que o commercio da metropole. Buenos Aires tornou-se um grande mercado de escravos, que levavam os portugueses, e fornecia as carnes salgadas — como, em 1610, observara Pyrard de Laval (3).

(1) CAMILLO CASTELLO BRANCO *Historia e Sentimentalismo*, p. 185, Porto 1897. A rainha Catarina de Medici chegou a nomear um vice-rei para o Brasil, ver Ch. de la Ronciere, art. in *Jornal do Comercio*. Rio, 15 de Julho de 1934.

(2) O rei de Espanha mantivera sempre a prohibição de entrarem os portugueses nas suas Indias, D. Francisco Manoel, *Ecco Polytico*, p. 10 Lisboa 1645.

(3) *Voyage*, etc. 562; ver *Cartas de Vieira*, I, 39 ed. de 1885.

Em compensação, houve o Brasil de ser presa, por tres decenios, da cobiça holandesa.

GUERRAS HOLANDESAS

As guerras holandesas tiveram a virtude de argemessar num tipo. até então desconhecido, os elementos dispares da colonização. Etnicamente e geograficamente, aquele drama formidavel — uma possessão remota e quasi despovoada a braços com um invasor culto, forte e organizado — refocou o Brasil na sua fisionomia definitiva. Quando, em 1624, uma armada flamenga se apossou da Bahia, era o Brasil uma vaga experiencia do genio colonial do tempo: desagregado, impreciso, *mamaluco*, com as feitorias da costa separadas por distancias enormes, a população disseminada pelos engenhos d'açúcar. Pois em 1654, quando Recife, ultima posição holandesa, se rendeu ao exercito luso-brasilico, havia ali um povo. Dentro de tão curto tempo o processo de elaboração social achou a formula "brasileira": aliados, para a repulsa do intruso, indio, branco e negro, acomodados no seu amor á terra adotiva ou do berço, como se o dever de defendê-la já fosse "patriotismo". Henrique Dias alegava já não poder viver longe de sua *patria* (Pernambuco), falando de *interesses do Brasil*, que pela primeira vez se delineavam. Mais geografica que etnicamente, as lutas holandesas revelaram o Brasil, que foi palmilhado desde o Espirito Santo até o Maranhão, devassado ao longo do litoral, revolvido entre S. Paulo e o Maranhão. Poucos dos caminhos assim rasgados na mata vieram a fechar-se ao povoamento. Retirado o estrangeiro, ficava o sulco da sua iniciativa: a industria e o comercio coloniais transformaram-se porisso. Principalmente o

lavrador "mazombo" adquiriu um espirito de regionalismo, que não perdeu até á emancipação da colonia. Em Pernambuco, a sedição geral contra os holandeses, conquistadores da terra, foi proeza dele.

O EPISODIO FLAMENGO

A America transformou a economia europeia. As nações de tradição maritima, como a Holanda, sucessora da Liga Hanseatica, ou sem essa tradição, como a Inglaterra, cuja marinha surgiu com a necessidade expansiva do seu commercio — lançaram-se á "cavalaria do oceano", rumo dos entrepostos de especiarias, na esteira das caravelas de Portugal e dos galeões de Espanha, que os descobriram. Onde o ibérico hesitava ou fracassava, estabelecia-se, vitorioso, o saxão ou o batavo. As suas armadas cresciam, com o enriquecimento da sua burguesia e a nova orientação — para o luxo, as empresas coloniais, o capitalismo — da sua aristocracia militar.

Portugal perdeu a supremacia do mar em 1530 ou 1540, quando a Espanha se constituiu a maior potencia do mundo; esta, por sua vez, viu-a sossobrar com a "Invencivel Armada", nas costas inglesas. Depois, era a propria independencia que perdia Portugal, com o rei D. Sebastião — e os mares se cobriram de corsarios dos paises inimigos de Castela.

Lisboa fôra, até então, o grande porto europeu das especiarias; fechado em 1585, tinham os flamengos e os ingleses de ir procurá-las nas terras de origem (1). Foi a politica da rainha Elisabeth — que

(1) RABELO DA SILVA, *História de Portugal*, IV, 613, Lisboa 1862; G. T. SURFACE, *The Story of Sugar*, p. 23 New York 1910; OCTAVE NOEL, *Hist. du Commerce du monde*, II, 152 Paris 1894.

criou a grande Inglaterra, precedendo de cem anos Colbert — graças á qual a velha Britania feudal e sóbria achou a sua vocação civilizadora. A Holanda precedeu a Inglaterra nessa desagregação do imperio luso-espanhol, e até o fim do seculo XVII, mais rica, mais adiantada, mais empreendedora, continuou — com o auxilio e o capital do judeu peninsular — a obra de Sagres e do rei D. Manoel. Exportava tres vezes mais do que a Grã Bretanha, capitalizava como outrora Veneza, e de tal forma que, em 1676, numa só provincia flamenga, havia 65 mil cidadãos que tinham dinheiro colocado no estrangeiro. O banco de depositos, do Estado, a instituição das “letras de credito”, o sem-numero de banqueiros, interessados em todos os negocios do tempo, a concentração, em Amsterdam, dos capitais judaicos, — permitiam aos Estados Gerais a exploração, sob a fórmula de grandes companhias mercantis, com esquadra e exercitos proprios, das terras d’alem mar possuidas pelos povos adversarios. Jamais se juntára, num certo territorio e entre uma certa classe, tanto dinheiro — obtido principalmente das colonias ibericas que pagavam, com os seus produtos tropicais, a manufatura estrangeira. Evidentemente, a partir daquele momento, entrára o mundo numa fase imprevista: inaugurou-a — inodelo da exploração racional das conquistas — a “Companhia das Indias Ocidentais” (1).

Portugal, passando á corôa de Espanha em 1580, fechou os seus portos á Holanda. Mas a navegação de holandeses para o Brasil — porque eles cobravam o mais barato frete foram os comissarios preferidos — se fez até 1603, como diz frei Vicente do Salvador, sob

(1) A primeira companhia de comercio colonial foi portuguesa: mandou o infante D. Henrique criá-la em Lagoa, na Africa, em 1444. (A. L. de Almeida Negreiros. *Colonies Portugaises* — *Les Organismes Politiques Indigenes*, p. 62, Paris 1910).

a capa de negociantes de Lisboa, Porto e Vianna (1). Naquele ano, vendo o rei o prejuizo que advinha aos navios portugueses, menos armados, portanto menos procurados, mandou que no Brasil fossem tratados por inimigos. Logo em 1604, talvez por desforra, o corsario Paulo van Ceulen atacou a Bahia, donde foi repellido. Era a violencia, sucedendo á infiltração. Por detrás dos marinheiros flamengos, estava o judeu português de Amsterdam e Haia. A este interessava sobretudo a recuperação, para os seus negocios, do Brasil, que muitos dentre eles conheciam, de uma residencia longa em Pernambuco ou na Bahia, onde Pyrard de Laval viu, em 1610, “si grand nombre de *cristianos nuevos*” (2). Em 1618, por exemplo, ao Santo Officio, pela segunda vez em visita ao Brasil (fôra a primeira em 1591) se dizia que 3 ou 4 mil biblias em linguagem saíam de Flandres, para cá — sinal de que havia na colonia outros tantos judaizantes (3). A “Companhia das Indias Ocidentais” (a exemplo da Companhia das Indias Orientais, fundada em 1602), autorizada pelo governo holandês, em 3 de Junho de 1621, a fazer, com um privilegio de 24 anos, a exploração comercial das colonias que fundasse — reuniu logo amplos recursos judaicos (7 milhões de florins) e se tornou uma sociedade de grandes negociantes dessa religião, portugueses — judeus principalmente, dos quais disse Vieira, posto “não sejam as pessoas immediatas das Bolsas, entram nas mesmas Companhias com grandes somas

(1) Historia do Brasil, 2.^a ed., p. 404. Sobre as qualidades novas da marinha holandeza, vd. PIERRE CONNAUD, *La colonisation hollandaise à Java*, p. 218, Paris 1905. Entre 1595 e 1601 deixaram a Holanda, para o Oriente, 65 navios; no mesmo periodo, e para o mesmo destino, 33 navios portugueses... David Lopes, *A Expansão da lingua portuguesa no Oriente*, p. 12. Barcelos 1936.

(2) *Voyage*, etc., p. 539.

(3) *Denunciações do Santo Officio, Bahia*, ms. inéd., p. 55.

de dinheiro, que divertidas de Portugal não só lhe fazem grande falta, mas também grande guerra (1).

O seu erro foi ter dirigido as expedições para a Bahia (1624) e Pernambuco (1631), que eram os centros vitais da America portugueza, porisso difficilmente assimilaveis.

Tão absurda, aliás, parecia na Bahia uma tentativa de conquista da cidade, que o bispo D. Marcos Teixeira dissuadiu os moradores de um apresto militar, que os roubasse ás suas lavouras: numa noite e num dia (9-10 de Maio) a frota flamenga, levando a bordo uns holandeses praticos da terra, como Francisco Duchs, deitou na ponta do Padrão uma força de mil homens, destroçou a guarnição do forte da Barra e tomou a praça sem outro incidente — aproveitando-se da noite a população para fugir com alvoroço e pavor. — Por um ano os invasores estiveram na Bahia, encurralados entre os seus muros, sem campo para lavrarem os alimentos, apertados pelo cêrco dos moradores em armas, desalojados afinal com a ajuda de grossa armada luso-espanhola, sob o comando de D. Fradique de Toledo, a maior que até então viêra ao Brasil. Renderam-se — e nos seus proprios navios se retiraram para Holanda.

CONQUISTA DE PERNAMBUCO

Voltaram sobre Pernambuco — estimulados pelo saque que Piet Heyn, em 1627, pusera ao reconcavo da Bahia: lucro que d'algum modo reparou o prejuizo anterior da Companhia das Indias

(1) Doc. in J. LUCIO D'AZEVEDO *História de Antonio Vieira*, I, 80, Lisboa 1918.

Ocidentais. O mesmo almirante deu-lhe nada menos de 9 milhões de ducados em 1628, quando capturou, na bahia de Matanza, a "frota da prata", que ia do Perú. Esse dinheiro decidiu a Holanda á sua grande aventura do Brasil (1631-1654). "*Naar t'suikerland*".

Matias de Albuquerque, capitão de Pernambuco, achava-se em Madrid, quando soube do aparelhamento da expedição. Imediatamente partiu para o Brasil, reuniu os homens validos de Pernambuco e organizou a defesa da terra com um zelo tal que lha tomou o inimigo, mas ao cabo de cinco anos de uma luta renhida.

A GUERRA DE PERNAMBUCO

A expedição holandesa compunha-se de 61 navios e 7.300 homens. Desembarcando em Páu Amarelo, lançaram-se os invasores sobre Recife, conquistado a 2 de Março de 1630. Matias de Albuquerque e os defensores da terra fortificaram-se entre os rios Beberibe e Capibaribe, no "Arraial de Bom Jesus", onde se mantiveram. Cuidou nos entretantos a côrte de Madrid de enviar forte armada (sob o comando de D. Antonio de Oquendo), que restaurasse as praças perdidas. A frota espanhola encontrou, na altura dos Abrolhos, a esquadra flamenga de Adrião Pater, e a um combate de resultados indecisos se reduziu a sua ação. Sem vantagens maiores proseguiu a guerra, á volta do "Arraial", repelidas as tentativas holandesas de occupação da Paraíba (1631) e do cabo de Santo Agostinho (1632), até que, obtendo a amizade de um sertanista mulato, Domingos Calabar, lograram tomar e queimar a vila de Iguarassú, e estender afinal a occupação á ilha de

Itamaracá, ao Rio Grande, á Paraíba e ao Cabo ... (1634).

O "Arraial" caiu em 1635, depois de um cerco de tres meses, que lhe pos o coronel Arciszensky (6 de Junho). Só então os sucessos da Companhia das Indias Ocidentais recompensaram os sacrificios de uma luta tão continuada e aspera: enquanto, por mar, o seu almirante Lichthardt ampliava a posse holandesa á Barra Grande e a Porto Calvo, em Alagoas, von Schkoppe fazia capitular o forte de Nazaré e deliberava Albuquerque retirar para o sul, acompanhado de quantos moradores preferissem os riscos e penas da jornada á brutalidade do vencedor — homem de outra nação e outra fé. A 19 de Julho, em marcha para as Alagoas, retomou Albuquerque Porto Calvo, aprisionou e enforcou a Calabar. Debalde reforços espanhóis procuraram reanimar a resistencia, quebrada; o general, que veio de Castela, D. Luiz de Rojas y Borjas, morreu na desastrada batalha de Mata Redonda (18 de Janeiro de 1636) e, ao que constou, de uma bala portuguesa. Assumiu o comando do exercito nativista o conde de Bagnuolo, official napolitano, que, desde 1631, militava em Pernambuco. Não soube conservar-se em Porto Calvo. Entretanto a Holanda remetia para Recife, a governar o novo dominio, um principe de sangue, Mauricio de Nassau. Sobre a sua elevada jerarquia, tinha os meritos de um homem de Estado; mais administrador do que guerreiro, o seu senso politico operou no Brasil neerlandês os prodigios de um governo tolerante, lucido e empreendedor, capaz de reconciliar, nas regiões ocupadas, catholicos e calvinistas, e de organizar a colonia, consolidar-lhe o commercio, enriquecê-la, a despeito da cruenta companhia. Bagnuolo continuou a retirar, para Sergipe, para a Torre de Garcia d'Avila e daí para a Bahia.

Von Schkoppe, passando o rio de S. Francisco, que parecia a fronteira natural do "Brasil holandês", levantou ás margens do rio Real um fortim. Julgando desguarnecida a Bahia, arriscou Nassau um golpe audaz, qual o assalto á capital da "America portugueza", em Abril de 1638. Bagnuolo acudiu a tempo. Debalde os flamengos, que desembarcaram em numero de 7 mil, tentaram reduzir a defesa da trincheira de Santo Antonio. Vencidos, e com pesadas perdas, voltaram para Pernambuco — quando se entregou Nassau á execução de um largo programa de obras publicas e reformas politico-economicas, que lhe consumiram o fecundo octenio. A luta arrasou-se sem vivos coloridos na fronteira do S. Francisco, até que á Bahia chegou, a 17 de Fevereiro de 1641, a noticia de estar aclamado rei de Portugal D. João IV. Já, desde Novembro de 1640, o marquez de Montalvão, vice-rei do Brasil, e o principe de Nassau, tinham entrado em cordial entendimento, por que não se molestassem portugueses e holandeses, desistindo de uma guerra ingrata e inutil, afim de rehaverem, com uma tregua ilimitada, a tranquillidade de que necessitavam para o trabalho dos campos. A alegria que reinou em Recife, ao saber Nassau da elevação ao trono de rei português, assinalou o inicio de uma era de colonização estavel e pacifica, que de fato valia pelo completo exito da Companhia das Indias Ocidentais. Fizera-se o seu grande Estado na America do Sul; reconhecido de Portugal, pouco depois, esse rico Estado prometia á Holanda vastos, incalculaveis recursos. Então não houve sonho colonial melhor logrado, nem empresa transatlantica de perspectivas mais favoraveis.

O EXITO DO INVASOR

O erro essencial do invasor não fôra a introdução de judeus — somavam 5 mil — na vida administrativa de Pernambuco, nem a intolerancia ou a opressão politica, senão o esbulho dos engenhos, que rendeu coisa de 500 mil florins, contra os portuguezes que se lhe opuseram, seguido da invasão do Maranhão. As familias dos espoliados — numerosas e principais — não perdoaram a injuria; sangravam-lhes os tormentos da retirada de 1635; afinal ansiavam pela volta aos lares, pela restituição ás suas igrejas do culto tradicional, pela vingança dos parentes imolados no decurso de dez anos de escaramuças.

A Companhia das Indias Ocidentais realizou os seus objectivos com surpreendente felicidade até 1645. Durante treze anos (1626-1639) os seus lucros nunca foram inferiores de 25%. Lançara a Holanda aos mares oitocentas velas, que cruzaram os oceanos, enquanto se enriquecia com 545 navios, quantos naquelle periodo apreendera a portuguezes e espanhóis; só o valor das prêsas montára a 90 milhões de florins, ao passo que nos seus armamentos gastára a Companhia apenas 45 milhões. As suas finanças mostravam-se prosperas e crescentes, mesmo nos tempos em que a ameaça das armadas catholicas affligira os mercadores de Recife. A principal receita era o direito sobre o açucar exportado, fixado em 30%: pois, em 1639, o Brasil holandês mandara para Amsterdam 33 mil caixas. Produção enorme foi aquella, se as tres capitánias do norte exportaram, em 1618, segundo o autor dos "Dialogos das Grandezas", pouco mais de 14 mil caixas, levando a frota de 1610, uma das maiores que navegaram

produtos coloniais, 21 mil. Até 1645 — ano da insurreição pernambucana — as exportações e importações flamengas aumentaram progressivamente, acoroçadas pela paz de 1641 com os vizinhos portugueses. Diz Frei Manoel Callado que os dobrões de ouro e prata corriam em todas as mãos, em Recife (1). A aclamação de D. João IV representára a subitas a consolidação do domínio holandês na America do Sul e a definitiva ocupação da faixa agricola estendida entre os rios Potengi e S. Francisco. A diplomacia portuguesa não cuidou de reivindicá-la, antes se esforçou por que Holanda se contentasse com ela, ao passo que todas as forças de Portugal se destinavam a impedir a invasão castelhana.

Antonio Vieira aconselhou o rei D. João a aceitar a paz com Holanda sobre a base da entrega de Pernambuco, “que a paz com os holandeses era totalmente necessaria e a guerra manifestamente impossivel” (2), pagando-se ademais uma indenização á Companhia. Ele considerou a rebelião dos pernambucanos um milagre, que os embaixadores de Portugal não puderam prever em 1641-42; e mesmo em 1647 — em plena guerra desencadeada em Pernambuco, mandaria ainda D. João IV oferecer aos Estados Gerais a restituição daquela conquista, contanto que conseguissem a paz entre Portugal e Espanha (3). De nada valera o oferecimento regio: os brasileiros estavam em armas, e já não seria possível arrancar-lhas.

(1) O valoroso Lucldeno, p. 53, Lisboa 1668.

(2) VIEIRA, Cartas, II 233.

(3) GARCIA, docs. in nota a Porto Seguro, III, 980.

RECUPERAÇÃO DA TERRA

O “milagre” aconteceu !

Vigoravam as treguas de dez anos, pactuadas em Haia, em 12 de Junho de 1641, habil recurso alcançado pelos portugueses para poderem mais comodamente resistir á Espanha, na sua guerra que se arrastou de 1641 até 1668. Seguiu-se á tomada do Maranhão — que alarmou a côrte de Lisboa e o resto do Brasil — uma politica vexatoria em relação aos engenhos d’açucar daquela capitania conquistada, que obrigava o estrangeiro a ter em cada povoação alguns soldados de guarda. Conluaram-se os proprietarios maranhenses, em 30 de Dezembro de 1642 surpreenderam os holandeses, despercebidos da conspiração, mataram a maioria deles e, emparceirados com os indios, puséram cerco a S. Luiz. Um auxilio do Pará tornou difficil a situação do inimigo, mas uma força, que a tempo lhe chegou, repeliu os insurretos, que voltaram ao ataque meses depois, forçando, em 28 de Fevereiro de 1644, a desocupação da capitania. Tão grande triunfo, na vigencia do tratado de treguas, e estando ainda a independencia de Portugal insegura na península, sacudiu do seu torpor a população brasileira. O governador da Bahia, Antonio Telles da Silva, em desobediencia ás ordens do reino, que lhe mandavam evitasse hostilidades, constituiu-se um coordenador da conjuração, que se estendeu a Paraíba e a Pernambuco, contra os belgas. Nassau fôra-se para a Europa, desgostoso (22 de Maio de 1644). Era tempo de reproduzir-se no nordéste o drama do Maranhão. Por toda parte a aristocracia da terra, alvo rotada pelas noticias lisonjeiras que chegavam da guerra de Portugal, sentia-se renovada, e apta para a

luta contra o intruso. O governador seria o ponto de apoio, André Vidal de Negreiros a inteligência, João Fernandes Vieira a audácia, desse movimento de libertação, que tinha a igreja a inspirá-lo e a gléba por finalidade. Dezessex senhores de engenho, além de Vieira e Antonio Cavalcanti, assinaram o compromisso de se levantarem com as armas, em 15 de Maio de 1645. Denunciada a revolta, estourou ela antecipadamente, em 13 de Junho — e engrossou-se, dia a dia, com as guerrilhas da Bahia, a mocidade do sertão, os senhores de engenho e os eclesiásticos, que infligiram aos flamengos os revezes sucessivos de Monte das Tabocas, Serinhaen, Casa Forte, Pontal, Penedo... A insurreição generalizou-se. Retiraram os holandeses para Recife. Os rebeldes apelam para o governo de Portugal. Tinham-se revoltado sem ele, até contra ele, e protestavam: “Com toda a submissão, prostrados aos pés de V. M., tornamos a pedir socorro e remedio com tal brevidade que nos não obrigue a desesperação, pelo que toca ao culto divino, a buscar em outro principe catolico o que de V. M. esperam” (1). O rei atendeu-os tarde, premido menos por esse apelo e pelos socorros que de Holanda seguiam para os sitiados, do que pelas vitorias destes. Uma frota flamenga apossou-se da ilha de Itaparica (1647). Só se retiraram daí os invasores á noticia de uma armada portuguesa — sete meses depois. O mestre de campo Francisco Barreto, mandado pelo rei a governar o Brasil, assumiu o comando dos pernambucanos. Aos dous triunfos que alcançou nos montes Guararapes succedeu o cerco de Recife e a capitulação final dos holandeses (26 de Janeiro de 1654), concluida — após tenaz resistencia, com um espirito comercial impre-

(1) PORTO SEGURO, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed. integral III, 43.

visto. Tanto que o general em chefe dos vencidos, o valoroso Segismundo von Schkoppe, perdeu em Holanda benefícios e tratamentos...

COMPANHIAS DE COMERCIO

Lição amarga, a Companhia das Indias Ocidentais, que os Estados Gerais alimentaram para a sua gloria, sugeriu a Portugal a criação da "Companhia Geral do Comercio para o Brasil", aconselhada pelo padre Vieira, com parte de capital judeu (o alvará de 6 de Fevereiro de 1649 isentára de confisco os cristãos novos penitenciados pelo Santo Officio que concorressem para ela); e uma sua frota operou o bloqueio de Recife, apressando-lhe a rendição (1), enquanto outras levaram a Lisboa "o que bastou para sustentar a guerra de Castella, conservar o reino..." (2). O marquês de Pombal imitaria mais tarde a Holanda, tentando corrigir a decadencia nacional com sociedades por ações, que monopolizassem o comercio. Nisto seria o seculo XVIII tributario do anterior.

Deveras, a "Companhia do Comercio" foi um incidente, numa serie de medidas protetoras da colonia, que desde então substituiu a India em calculos e zelos do governo: mandaram-lhe, para governá-la, fidalgos das maiores casas, como eram outrora os vice-reis da India; a aristocracia dos engenhos

(1) RODOLFO GARCIA, nota a *Porto Seguro*, *Hist. Ger.*, III, 95. Fôra proposta por ANTONIO VIEIRA em 1641, *Cartas* II, 226. O conde de Olivares, em 1623 tentara, sem resultado, fundar uma companhia portugueza de comercio para resistir á holandesa, CH. DE LANNOY ET HERMAN VAN DER LINDEN, *Histoire coloniale des peuples européens, Portugal et Espagne*, p. 147, Bruxelles 1907. Sobre companhias portuguezas de comercio: S. S. de Almeida Negreiros *Les organismes Politiques Indigenes*, p. 63, Paris 1911.

(2) Carta ao conde de Ericeira, *Cartas*, II, 226.

ensoberbeceu-se de privilegios; a desidia dos donatarios em relação ás suas capitánias; que não souberam defender (Pernambuco, Maranhão, Itamaracá...) marcou uma fase de absorção, pela corôa, desses direitos já obsoletos. O nordéste ficára devassado. O refluxo das populações para o interior rasgára á colonização outros horizontes.

Circunstancia notavel, o lavrador português não fôra expellido, mas submetido ao estrangeiro, melhor mercador e navegante do que plantador de canas: quando o estrangeiro se foi, o lavrador continuou o seu trabalho. Dos holandeses, disse Vieira, "nunca tiveram industria para tratar negros nem lavouras ou engenhos de açúcar e sem os lavradores portugueses nenhuma utilidade podiam tirar daquela terra..."

A industria, aperfeiçoada principalmente na sua parte hidraulica, avantajou-se, graças á ordem e aos metodos do negociante holandês, o mesmo que, expulso do Brasil, em 1654, foi estabelecer em Surinan, Barbados, Curaçao, a cultura açucareira (1).

Holanda propagára os produtos tropicais, levando-os ao centro e ao norte da Europa, tornára as especiarias generos de primeira necessidade. Por tudo isso, quando cessou a dominação flamenga em Pernambuco, um periodo de prosperidade se lhe seguiu para todo o Brasil, que tão depressa se reanimou e recompoz, que em breve as suas cidades e vilas admiravam ao forasteiro pela riqueza e importancia das construções.

(1) J. LUCIO D'AZEVEDO, *Historia dos christãos-novos portugueses*, p. 435 Lisboa 1922. Também ARGEU GUIMARAES, *Os Judeus Portugueses e Brasileiros na America espanhola*, p. 309 (extraído do "Journal de la Soc des Americanistes", 1926). Os holandeses levaram para as Antilhas o "sistema do Brasil", de se dar ao escravo um dia por semana para a sua propria lavoura: sistema de educação pelo trabalho e de relativa autonomia economica do negro.

A NOVA COLONIZAÇÃO

A' sua guerra de independencia, que foi a sua guerra de conservação, agravada em 1648, quando a Espanha fez a paz com Holanda, sacrificou Portugal o imperio asiatico e africano de D. Manoel e D. João III (1). Os holandeses perderam o Brasil, mas ganharam Malaca (1641), Borneo, Colombo, o resto da Asia portuguesa com exceção de Diu, Calecut, Cochim, Cananor, Culan, Chaul e Dabul... Na Africa só conseguiram os portugueses reter Moçambique, Sofala, Melinde na costa oriental; e na occidental, o Congo, Angola, Bengala e Loanda. Em 1653 o flamengo estabelecia-se no Cabo da Boa Esperança. Era todo um ciclo historico — o do Oriente — que se encerrava; sucedia-lhe o racionalismo economico dos povos do norte, com a colonização holandesa rigorosamente mercantil e capitalista, para a qual só se mostravam afeitas as nações industriais, como as Provincias Unidas e a Inglaterra. A conservação do Brasil, vitoria da gente brasileira, seu "milagre", segundo Antonio Vieira, importava, por igual, a projeção do genio colonial português fóra daquele ciclo heroico; porém já não era o Portugal das descobertas e das conquistas que se revia no Brasil restaurado de 1654. A fase militar encobrirá na America a formação ethnica e economica de um novo Estado, e de fato pudéra ele dispensar o auxilio da metropole, mesmo quando a braços com tão poderoso inimigo como o holandês. Nem o Brasil se limitára, com os proprios recursos, a expulsar o batavo; fóra Salvador Corrêa de Sá, com uma ex-

(1) Vd. MORSE STEPHENS, *Rulers of India*, p. 202, Oxford 1897; atribue a perda do oriente á união com Espanha e ao esgotamento do país em virtude dos sacrificios da conquista.

pedição que armou no Rio de Janeiro, mediante donativos dos comerciantes e proprietários locais (1), restaurar Angola, de lá desalojando uma guarnição holandesa (1648); e numerosos brasileiros figuraram no exercito de D. João IV, durante toda a guerra de Espanha.

Num dos transe daquella luta, em 1654, chegou a rainha-mãe Luiza de Guzman a mandar ao Brasil Francisco de Brito Freire, "não só a governar Pernambuco, mas para prevenir a seus filhos uma retirada segura no caso em que algum successo adverso, que então muito se temia, necessitasse deste ultimo remedio" (revelou Vieira) (2).

Já seria a colonia refugio e salvaguarda da metropole. Um seculo e meio depois abrigaria a côrte portuguesa, varrida de Lisboa por outra guerra.

(1) PORTO SEGURO *Hist. Geral*, III, 66.

(2) VIEIRA, *Cartas*, II, 323. Cromwell preparava-se para conquistar o Brasil, quando lhe sobreveiu a morte. (HOUSTON STEWART CHAMBERLAIN, *La Genese du XIX me Siede*, p. 1171, Paris 1913.

O CONTORNO DO PAÍS — A EXPANSÃO SERTANISTA — ENFIM UMA PATRIA

A fase da defesa da terra se seguiu a da sua ampliação. Sem um fim politico, porque a expansão tinha immediato objetivo economico; sem um plano dado, se o bandeirante era um nómade dos sertões. Um seculo levára o colono hesitante á porta do deserto, sem animo de entrar. Gandavo estranhára: “Não ha pela terra dentro povoações de portuguezes por causa dos indios que não no consentem e tambem pelo socorro e tratos do Reino lhes é necessario estarem junto ao mar...” (1). Em 1618, o autor do “Dialogo das Grandezas” dizia que os moradores se contentavam de “nas fraldas do mar se ocuparem sómente em fazer açucares” (2). E frei Vicente do Salvador, escrevendo nove anos depois, censurava: “Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse pela negligencia dos portuguezes que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (3).

Cem anos mais tarde tudo foi diferente. E a politica sucedeu á aventura. Assim a diplomacia

(1) *Tratado da Terra*, p. 26.

(2) *Dialogos das Grandezas*, ed. da Acad., p. 28.

(3) *Historia do Brasil*, p. 19.

consagrou a obra anônima dos pioneiros e o Brasil alcançou os limites atuais.

Houve tres grandes nucleos de expansão: o de S. Paulo, que abrangeu o sul do país e o oeste; o da Bahia, que se encontrou, de um lado com a irradiação paulista, do outro com as tentativas, simultaneas, de povoamento do norte; e o do Pará, entre o Maranhão e o Amazonas.

A articulação dos tres centros de descobrimento e invasão do interior proporcionou á colonização esse aspecto absorvente — os hispano-americanos chamariam imperialista — que uma unica direção civil-militar jamais explicaria.

A falta de conexão daquelles movimentos e a sua indole diversa vem daí.

Porque o paulista, nos campos gerais, e o parense, pelo Amazonas acima, os dous *brasileiros*, produtos das mesmas influencias mesologicas, se anteciparam ao estrangeiro e levaram o seu idioma, a sua raça, a sua religião, ás extremas da colonia. Tão verdadeira foi essa circumstancia — identidade de raça em meios diferentes criando uma civilização homogenea, que apenas se matizava do fenomeno geografico preponderante — que a toponimia portuguesa não variava, por todo o Brasil, desde o alto Amazonas á savana gaúcha. O colono português batizou uniformemente a terra, deu-lhe aos accidentes as mesmas designações, por toda parte espalhou as suas tradições nacionais. Em todos os Estados do Brasil ha uma localidade “Bôa Vista” (já o reparara Saint Hilaire no Paraná), uma “Volta Grande”, uma “Roça Nova”, uma “Varzea Alegre”, uma “Tapera”, um “Curralinho”... O toponimo, que ocorre no Maranhão e no Piauí, perdura em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, antes e de-

pois da carta-régia de 14 de Setembro de 1758, que mandava banir das novas povoações os nomes indígenas (1). O homem — eis o que importa (2) — era o mesmo. A família, a língua, a crença, depois as instituições locais, continuaram as mesmas.

O desenvolvimento do Brasil, ao contrario do que se observa em outros povos, reclamou sempre uma movimentação de todas as suas celulas: cidades paradas foram cidades mortas. Apenas a éra das minas (1694-1750) deu a essa agitação permanente orientações imprevistas. Esteve em risco de perecer a cultura da cana. Sofreram fome, em Minas Gerais, os avidos garimpeiros. Vastos territorios povoaram-se de repente, como por milagre. E a civilização, que seguira a linha do litoral, refluiu para o centro do continente, criando as opulentas vilas mineiras, Goiaz e Mato Grosso. Sem o delirio das minas d'ouro, o povoamento se teria definitivamente consagrado á industria pastoril — formando no sul uma segunda Argentina — e á agricultura no norte.

Os jesuitas debalde procuraram desviar os paulistas do seu mysterio de caçadores de indios — desde João Ramalho. De inicio, a povoação de Santo André foi o valhacouto de facinoras — como a viu Ulrico Schmiedel — e os padres, cansados de convertê-los, conseguiram de Mem de Sá, a extinção da vila, passando para S. Paulo os moradores (1560). Não lhes valeu a absorção. João Ramalho exilou-se, maguado, para as margens do rio Paraíba, e os paulistas, os mamalucos falando a lingua tupi, saíram pelos matos e campos a apresiar gentios. Desde 1553

(1) TRISTÃO ARARIPE, Boletim da Soc. de Geogr. do Rio de Janeiro, I, 132 (1885).

(2) O primeiro elemento da geografia humana é o homem. BRUNNES & VALLAUX, *La Géographie de l'Histoire*, p. 66.

portugueses de Santa Catarina iam arrebatam escravos indios, principalmente mulheres indias, na propria região do Paraguai (1). De uma feita, nas Missões, arrebanharam 3 mil. Era em 1612, e apenas começavam os seus ataques ás tribus guaranis. A expedição de 1629 foi constituida por 900 paulistas e 2 mil indigenas. Na vila de S. Paulo ficaram apenas 25 homens validos: (2).

O paulista era um guerreiro, mas com facilidades de fixação perfeitamente patriarcais. Em geral a sua idade aventureira correspondia aos anos da robustez; na velhice ele se afazendava, como um colono sóbrio e produtivo. Vamos porisso encontrar *clans* paulistas do seculo XVII nos campos de Curitiba (3). no rio das Velhas, no vale do S. Francisco, no Piauí-Maranhão, na Paraíba. Arraiais com o nome de "Paulista" permaneceram, na maioria das capitancias, por vestigio do bandeirante. Apenas, nas suas correrias, destruíram, sem reconstruir, as aldeias jesuíticas, do Paranapanema para o sul, e por lá não lhes ficou traço da passagem alem das ruínas, essas mesmas dentificadas cem anos depois. Em geral a sua padroeira era Nossa Senhora da Conceição; pois, com esta invocação, havia no Brasil ha meio seculo 213 localidades. Fato notavel, aquela expansão foi tão vasta que, no periodo das guerras de 1762-1777, expedições sucessivas procuraram descobrir-lhes os rastos no caminho de Guaira, nas margens do Paranapanema (minas de Apiaí) e nos campos do Rio Grande do Sul. Como mari-

(1) ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones Jesuíticas y los Bandeirantes Paulistas*, p. 17, Buenos Aires 1936.

(2) GANDIA, *op. cit.* p. 31.

(3) "... A maior parte ou quasi dos donos das ditas fazendas (campos gerais) são moradores das vilas de Santos, Paranaguá, Itú e da cidade de S. Paulo..." (*Livro do Tombo, da paróquia de Curitiba, 1747*).

nheiros aturdidos na solidão do mar, os soldados portugueses e brasilicos orientaram-se pela tradição das perdas "travessias", que não deixaram roteiro nem marcos. São, primeiramente, estações de jornada — quando ultrapassavam a raia das terras efetivamente povoadas (Mogi, Jundiá, Taubaté, Sorocaba, Itú). A propria vila de S. Paulo esvaziava-se por vezes: em 1623, por exemplo, estava "despejada pelos moradores serem idos ao sertão" (1).

De S. Paulo ao Paraguai, o governador D. Luiz de Céspedes e Xéria, em 1628, percorreu um caminho — o de Ulrico Schimiedel (1554) — que foi, por aquele tempo, habitual aos pioneiros piratininganos — alimentados com a semente da araucaria (2). Em 1648 sugeria Antonio Vieira: "Tambem se pôde intentar a conquista do rio da Prata, de que antigamente recebiamos tão consideraveis proveitos pelo comercio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos (como é muito facil) pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pôde trazer com muito menores despesas" (3).

Os rios de facil navegação tornaram dispensavel o cavalo, possiveis as grandes expedições. Desde 1555, quando o filho do governador Duarte da Costa, com seis cavaleiros, derrotou os tupinambás revoltados na Bahia, até á conquista do Piauí, onde surge montada metade da expedição, o cavalo é no norte o complemento do bandeirante. Pois o paulista, criador de equinos no planalto, houve de des-

(1) ALCANTARA MACHADO, *Vida e morte do Bandeirante*, p. 249 S. Paulo 1929.

(2) TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 89.

(3) *Cartas*, I, 39.

prez -lo para transpor, nas suas canoas, das mon -es, os vastos caudais, (1). O andarilho alternava com o canoeiro. e por planicies e aguas se movia com uma agilidade assombrosa; combatia a p . O paulista volta a ser cavaleiro na sua expansão pastoril rumo do sul, por Sorocaba e Itararé, pelos "campos gerais", até o Rio Grande — e na arranca-da para Goiaz (via Paracatú) e Mato Grosso (eixo de Sant'Ana do Paranaiba) (2).

A pobreza paulista, a rusticidade, a sobriedade, a indiferença dessa gente pelo conforto, tão mal alfaiadas tinham as casas e desprovidas as canastras — formavam um contraste impressionante com o seu genio aventureiro. Os testamentos dos bandeirantes revelam a sua relativa indigencia, apesar das pilhagens famosas: mesmo em indios, a fortuna deles não ia alem de cem e duzentas "peças", como se não devessem possuir mais numeroso rebanho. Usavam a "arma o", que   um adiantamento em armas, mercadoria e escravos, para que, trazida a presa, participasse no lucro, como meeiro, o "armador" ou capitalista. F ra dessa coopera o, reproduzida em todas as regiões do continente, sempre que a coloniza o teve de combater o indigena, os grupos se dividiram em familias e um individualismo primitivo tornou o povoamento desconexo e instavel. Houve uma incessante c rrida  s terras virgens com o deslocamento das correntes povoadoras para o interior (as stepes são zonas de movimentac o por excelencia, confirma Ratzel), afim de apropriar-se cada familia pastoral da sua fazenda. No norte, as distancias eram sempre de duas leguas entre as ha-

(1) Vd. PEDRO TAQUES, *Nobilitarquia*, ed. Taunay. I, 191.

(2) Vd. a narrativa do P. MANOEL DA FONSECA *Vida do Padre Belchior de Pontes*, cap. XVII e XVIII, ed. da Comp. Melh. de S. Paulo.

bitações. Porisso, no inicio do seculo XIX, com uma população igual á portugueza do Reino (4 milhões de habitantes) estava o Brasil conquistado desde o rio Negro ao rio Uruguai, e a raça dominadora florescia entre o Guaporé e o Atlantico, em posse plena do nosso país. — “Los desiertos convidan á la independencia...”, resumira Bolivar (1).

RUMOS DO SERTÃO

Partia o bandeirante de S. Paulo e franqueava, por Itararé, os campos do Paraná, “aonde se come o pão sem o semear”, como disse um autor. (2). Chegou á colonia do Sacramento no fim do seculo XVII. Depois, acompanhando o Paranapanema, saía no rio Paraná, e seguia para as minas do occidente. Por mar, os vicentinos apossaram-se de S. Francisco, que os castelhanos abandonaram, e o capitão mór de Paranaguá Gabriel de Lara ali erigiu vila, em 1649 (3). Passava a ser a povoação mais austral do Brasil, antes de Laguna, do forte de Jacuí no rio Pardo. De Paranaguá, o mesmo Lara subira ao planalto, á cata de ouro (1648), que dizem lavrou no chamado arraial de Cima (4) e fundou a vila de Curitiba, em 1654 — consequencia do estabelecimento de Mateus Martins Leme nos campo de Pi-

(1) SILVIO JULIO, *Cerebro e coração de Bolivar*, p. 22, Rio 1931. Tambem GROUSSAC e JOSE' INGENIEROS, *La Revolution*, I 21, Buenos Aires 1918.

(2) FREI AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, X, 178. Lisboa 1723.

(3) Vd. LUCAS BOITEUX, *Peq. Hist. de Santa Catarina*, p. 57. Florianopolis, 1920.

(4) Carta de Lourenço Ribeiro de Andrade 1797, in R. MARTINS, *Curitiba de Outr'ora*, p. 210, Curitiba 1922.

nhais (1). Pouco depois, o paulista Francisco Dias Velho com sua familia e 500 escravos fundou Desterro (1675) — e, com a ajuda do governo real, Domingos de Brito Peixoto, acompanhado de filhos e agregados, Laguna (1682). Os jesuitas foram atraídos a Paranaguá em 1690; até 1720 tinham irradiado a sua influencia por toda a comarca. Então os paulistas estabeleceram, ao sul, um contacto permanente com os indios “minuanos”, em cujas terras descampadas penetraram. Era o movimento á beira do mar, escoado aos pés da cordilheira. Mas os caminhos do sertão, absolutamente independentes dos da costa, desdobravam-se com a mesma segurança, passando o rio Negro, cortando por “cima da serra do Rio Grande de S. Pedro do Sul por onde até hoje estão vindo anualmente as indiziveis tropas que teem dado tanta utilidade á real fazenda” (segundo um documento de 1797), até o pampa — a “estrada dos conventos”, que o governador de S. Paulo, Antonio Caldeira Pimentel, mandou abrir em 1727. Francisco de Souza Faria, o constructor dessa obra grandiosa, ligou Laguna ao Rio Negro, após dous anos de penosos trabalhos: estava rasgado o sangradouro para a crescente condensação pastoril das regiões guaranis.

GADOS DO PAMPA

Proviêra aquele gado de primitivos currais ... (1611-17) mantidos pelos espanhóis na margem es-

(1) ROMARIO MARTINS, *op. cit.*, p. 83. “Habitam aquellas vastissimas campinas muitas familias... abastadas dos bens da fortuna procedidos de grandes manadas de gados caseiros e silvestres, que cobrem os campos...” P. MANOEL DA FONSECA, *op. cit.* p. 99.

querda do Prata, (1) cuja expansão se fez livremente, na região gaúcha, desde que tiveram os colonos de recolher-se a arraiais, em razão dos ataques dos índios charrúas e minuanos, e mesmo dos paulistas, depois de 1640, conforme a tradição recolhida, em 1694, pelo governador da Colônia do Sacramento, D. Francisco Naper de Lencastre. Nas "Notícias utilíssimas à corôa de Portugal e suas conquistas", datadas de 31 de Outubro de 1695, se dizia que era inumeravel o gado bravo existente nos descampados de Vacaria (nome que se originava desse fato). O mesmo governador da Nova Colônia, em 1694, comunicando ao do Rio de Janeiro ser impossível a extinção dos rebanhos, avisava estar preparando 6 mil couros. Com dez cavalos prendêra, de uma feita, 700 rézes (2). Num requerimento, de 7 de Junho de 1695, Manoel Jordão da Silva já se oferecia para povoar o Rio Grande, mediante uma ajuda de 6 mil cruzados e índios paulistas; e em 1699 obtinha Antonio Moreira da Cruz licença para caçar o gado que houvesse entre Laguna e o posto de Castilhos (3). Semelhante autorização implicava em abrir-se ao "côrso" o pampa, sem mais fronteira que o contivesse; pois foi aquele preador de gados castelhanos o verdadeiro povoador do Rio Grande do Sul. Porque entrou pelas terras despejadas de espanhóis, encurralou os bois que pôde tanger, fortificou-se num acampamento, a "estancia", que se tornaria em seguida o seu fortim e a sua moradia, e de nómade, especie de guaicurú-centauro, afeito às lides e emoções da sua aventura pastoril, se tornou criador também. Estabeleceu-se. Fixou-se.

(1) Vd. B. CAVIGLIA HIJO *La difusión del bovino en nuestro Uruguay*, p. 58, Montevideo 1935.

(2) *Anais da Bibl. Nac.*, Docs. do Rio de Janeiro, 1889.

(3) *Anais da Bibl. Nac.*, docs. do Rio, 1981 e 3227.

Porém como se fixavam os vaqueiros, divididos entre a *estancia* e a cochilha, rei e senhor na sua vasta propriedade, balisando-a com o olhar de cima do seu cavallo, pronto para defendê-la com uma intrepidez incomparavel, sempre pastor, na sua vida cavalheiresca, violenta e sadia... Foi o homem plasmado pelo meio. O *guasca*. O *gaúcho*.

A COLONIA DO SACRAMENTO

Não tinha sido de pequena importancia para a gradual invasão do pampa a colonia militar do Sacramento (ou "Nova Colonia"), instalada á margem esquerda do rio da Prata, em 1679: Marca o inicio de um drama politico, que foi tragedia muitas vezes, e sangrou por seculo e meio: a questão da "fronteira natural". Quizera o governo portuguez reparar o erro de não se ter aproveitado da desidia espanhola, para ocupar uma das bandas daquele estuario. Havia nessa politica, coincidente com a expansão paulista, a ideia de dar ao Brasil, no sul, um limite analogo ao do norte — estendendo os dominios lusitanos "ao ponto que a natureza lhes deu", como haveria de recomendar, em 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho (1).

D. Manoel Lobo, fundador da Nova Colonia, viéra tambem por governador do Rio de Janeiro — tão alta era a missão. Malogrou-a a prontidão com que os espanhóis atacaram os portugueses ali fortificados; prisioneiro, foi D. Manoel Lobo morrer em Buenos Aires. Mas não faltou á Colonia, depois de devolvida em 1683, uma assistencia desvelada de Lisboa e da Bahia, seguida de recrutamentos, remes-

(1) CALOGERAS, *Politica Exterior do Imperio* I. 271, Rio 1927.

sas de navios e outros socorros — uma obstinação militar e politica, que se prolongou, intermitente, até o seculo XIX (1). As lutas fronteiriças devemos a occupação dos campos do Rio Grande, penetrados desde 1614 (2) — e a absorção das antigas “missões jesuiticas”, por terras que os padres tinham colonizado desde o principio do seculo XVII. O povoamento das cochilhas riograndenses obedeceu ás mesmas injunções da conquista de Santa Catarina. Porém, ali como no nordéste, o homem apenas começou a obra — dominando, em 1737, com a fortificação do Rio Grande, levantada pelo brigadeiro José da Silva Paes, a lagôa dos Patos, cujo sangradouro, “o Rio Grande de S. Pedro” dos jesuitas, de-ra nome a terra. O gado a concluiu.

A Camara de Laguna pedira ao rei a remessa de casais de açorianos para a colonização da nova terra: vieram cento e sessenta, nucleo efetivo do povoamento do Rio Grande. Em 1731 Cristovão Pereira de Abreu iniciou um commercio attivissimo, levando em tres meses do Rio Grande a Curitiba 800 cabeças de gado. Passada a ilusão das minas de ouro, não houve melhor negocio no interior do Brasil do que o de muares para a grande feira de Sorocaba, que fornecia a Minas e Bahia, em breve a todo o norte. Saint Hilaire deparou, em 1820, em pleno florescimento aquele trafico, avaliado num ano 18 mil bestas.

(1) FERNANDO CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, p. 19, Montevideo 1928. A topografia da Colonia não lhe permitia a defesa prolongada. Debalde propuzera o ouvidor geral Tomé de Almeida e Oliveira a occupação de Maldonado. L. E. AZAROLA GIL, *Los origenes de Montevideo*, p. 53, B. Aires 1933. Profeticamente Cunha Brochado, embaixador de D. João V, escrevera de Madrid, em 1725: “Não temos mais remedio que largar a Colonia que não vale nada e não tem utilidade e serventia mais que dar-nos desgostos e tarde ou cedo hão de toma-la”. (Caetano Beirão, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua familia de Espanha*, I, LXXXVIII, Lisboa 1936).

(2) TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 91.

O "UTI POSSIDETIS"

Aconteceu que o tratado de Madrid, de 1750, negociado, por parte de Portugal, por Alexandre de Gusmão, cedia á Espanha a colonia do Sacramento, contra os sete "povos" jesuiticos do norte do Ibicuí e oriente do Uruguai — atacados pelos paulistas em 1638 e reocupados pelos castelhanos em 1687, depois do primeiro desastre da "Nova Colonia".

Não convinha aos missionarios a entrega das suas proprias povoações, onde, num regimen de ordem absoluta, sistematizavam a vida dos guaranis, por eles transformados numa disciplinada "cidade" de trabalhadores. Aquilo era menos de Espanha que da Companhia de Jesus; era a sua provincia sujeita ao Geral, como acentuava o mapa, feito, em 1732, por João Betruchi (1). Assim, resistiram os padres ás ordens do seu governo, e até ás do seu Geral; recusaram-se a largar o territorio; e arrostaram uma guerra com os portuguezes e espanhóis, aliados, que durou dous anos (1754-1756). Semelhante procedimento irritou ao extremo a côrte de Lisboa e serviu de pretexto, entre outros que não faltaram a Pombal, para o decreto da expulsão dos jesuitas (1759).

Este ato não resolveu o problema da fronteira meridional.

Anulado, em 1761, o tratado de Madrid, a luta reacendeu-se imediatamente, forçando já agora as tropas de Buenos Aires a capitulação da Colonia do Sacramento, em plena prosperidade graças ao con-

(1) *Cartas Apologeticas*, 1777, ms. na Bibl. Nac. carta 11.ª

trabando entretido com a praça de Buenos Aires (1). ao tempo em que retomavam ambas as margens do Rio Grande do Sul.

O episodio foi decisivo para os destinos do Brasil.

Definira-se o conflito e ganhára o país uma ideia do perigo externo, de que se despercebera desde as duas invasões francesas. Espanha surpreendera-se em tempo da sua cegueira, abrindo mão das campinas ao norte do rio Uruguai; e recuperava-as. Já essa guerra de vizinhos começava a interessar a Europa. Era ministro em Lisboa o marquês de Pombal. O pulso que abatera os jesuitas levantou-se contra o estrangeiro. A capital do Brasil foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro (1763), para que mais proxima estivesse do teatro da campanha. Uma poderosa fortaleza foi construída em Paranaguá, entre 1767 e 1770. Em 1767 os brasileiros apoderaram-se de novo da margem norte do Rio Grande — e repeliam a invasão de Mato Grosso pelo poente, tentada por tropas conjugadas de Santa Cruz, Perú e Buenos Aires — ultimos ataques ao vale do Guaporé. Partindo do Tietê, o capitão mór João Martins Ramos foi fundar Iguatemi, “a chave da serra Maracajú, que fixava o nosso território da Vacaria e abria-nos porta de entrada para Assunção do Paraguai” (2) Caiu em poder dos espanhóis em 1777. Explorações concomitantes, irradiando daquela extrema, descobriram as veredas do Tibagi e do rio do Peixe (1768-69), procurando comunicar o Paraguai ao Iguassú, o que alcançou An-

(1) O descaminho de valores, num total de 4 milhões, era de 3 800.000 — em 1762! (Ricardo Levene, *Investigaciones acerca de la Historia Economica del Virreinato del Plata II*, 9, La Plata 1928. Vd. reclamação de Felipe V, em 1740: Enrique Barba, *Humanidades*, XXV, 279, Buenos Aires 1936.

(2) *Anais da Bibl. Nac.*, IX, doc. 6495.

tonio da Silveira em 1769-70. Sómente em 1787, o governador, tenente coronel José Pereira Pinto, conseguiria abrir um caminho entre Santa Catarina, Lages e S. Paulo. Nos entretimentos, o capitão general de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque, dominada a navegação do rio Paraguai, assegurava as comunicações pelos rios Cuiabá e Jaurú, outros caminhos que do Rio e S. Paulo iam ter á Vila Bela (1). Não puderam entretanto evitar os revezes de 1777 — quando uma formidável esquadra castelhana rendeu Santa Catarina e a Colonia do Sacramento — reparados pelo tratado de Santo Ildefonso (1 de Outubro de 1777), que confirmou a posse portuguesa do Rio Grande (2), em prejuizo ainda da “Colonia”, e mais das “Sete Missões”. Passava o arroio Chui a separar terras espanholas e portuguesas; em 1801, com a conquista das “missões” do rio Uruguai, o Brasil ficava delimitado ao sul. Ao oeste e ao norte, afirmações irredutíveis do espirito português, — os fortes e aldeamentos construidos no sertão por aquele tempo — Iguatemi, Coimbra, Miranda, Principe da Beira, Tabatinga — marcaram o contorno do país. A sua configuração actual!

Duas viagens ousadas integraram o Amazonas e o Guaporé no patrimonio territorial do Brasil: a de Pedro Teixeira, em 1639, de Belem até Quito, e a do sargento-mór Manoel Felix de Lima, cem anos depois.

Em tres direcções a colonização avançou, no seculo XVIII, para o centro do continente.

Do Amazonas, pelo rio Madeira (Francisco de Melo Palheta, 1722-23); do Paraná, pelo Guaporé,

(1) V. CORREA FILHO in *Jornal do Comercio*, 50 de Outubro de 1932.

(2) Entre os tratados de 1750 e 1777, lucrou o Brasil toda a região do sul do rio Negro, até o rio Paraguai, donde a fronteira subira ao Guaporé-Madeira-Amazonas.

em procura da comunicação entre as bacias platina e amazonica; e por Minas Gerais e Goiaz, no "rush" das minas, a que se deve o rapido descobrimento daqueles territorios.

O fenomeno mineiro desloca a civilização do litoral para o interior, transporta para as montanhas do *sertão de Taubaté* uma população adventicia inteligente e empreendedora; e faz um novo Brasil na éra de setecentos: o Brasil aurifero das Minas Gerais.

O CAMINHO DO PERU'

A comunicação por terra com o Perú constituiu, em algum tempo, um objetivo dos bandeirantes paulistas. Haviam de ser clandestinas aquelas viagens, temidas dos espanhóis, e que entretanto enriqueciam, no seculo XVII, certas casas fidalgas de S. Paulo, como a de Antonio Castanho da Silva, segundo Pedro Taques. Diz o nobiliarista: "Tendo Antonio Castanho passado ao Perú, como então o faziam os antigos paulistas, penetrando o sertão do Paraguai, sem dependencia de buscarem o passo da cordilheira por Mendonça (Mendoza) e por inumeraveis nações de gentios barbaros chegavam ao Perú, donde traziam a prata, de que foi muito abundante a cidade de S. Paulo, e nela houveram casas com copa importante no peso, mais de 40 arrôbas. Nas minas de Tatáci, provincia dos Chichas, no reino do Perú, faleceu com testamento Antonio Castanho da Silva a 9 de Fevereiro de 1622..." (1). Exatamente o mesmo caminho utilizavam os jesuitas das Missões, no fim do seculo XVII (2). Aquela

(1) Nobiliarquia Paulistana, ed. TAUNAY, I, 245.

(2) Carta do governador do Rio de Janeiro, de 26 de Maio de 1694, *Anais da Bibl. Nac.*, doc. 1930. Confirma documento de 1617, in *Anais do Museu Paulista*, I, 163, S. Paulo 1922.

abundancia de prataria no planalto, (1) apesar da pobreza bandeirante em todas as outras utilidades, tornar-se-ia característica dos solares paulistas, como os do capitão André Fernandes, de Salvador Jorge Velho ou Bartolomeu Bueno Cacunda (2). Porém desde 1550 as idas e vindas ao Perú tinham criado, no Brasil, uma designação especial para esse viajante, o "peruleiro", que, conforme o autor dos "Dialogos das Grandezas", fazia o percurso pelo Amazonas (3). As "Denunciações do Santo Officio", de 1591-94, revelam a transmigração para o Perú de varios homens nobres de Bahia e Pernambuco (... "estantes na cidade do Cusco no Perú...", v. g. den. do conego Bartolomeu de Vasconcelos, 20 de Agosto de 1591 (4). Na "Monarquia Indiana" se lê, que, já em 1571, a Inquisição exterminára no Mexico muita judiaria, "em especial de gente portuguesa..." (5). Desde 1581, judaizantes portugueses aparecem nos "autos de fé" de Lima. Ricardo Palma, nos "Anais da Inquisição em Lima", nomeia numerosos negociantes portugueses que, regularmente, eram prêsa dos tribunais eclesiasticos, por todo o seculo XVII; alguns (havia mais de seis mil em 1646) possuíam largos bens, e até minas de pra-

(1) Vd. TAUNAY, *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, IV, 62.

(2) ALCANTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 65.

(3) *Dialogos das Grandezas*, ed. da Acad. p. 37. Convem portanto distinguir a penetração do Perú pelo Amazonas — ciclo nordestino --- e por Mendonza --- ciclo sulista ou paulista, posterior áquello, e a que tambem aludem os *Dialogos das Grandezas*, p. 144. Diogo Botelho, justificando serviços, em 1602, disse "mandou que se não tomasse dinheiro a mercador nem a peruleiro e homens que vinham da Índia e do Perú" (*Revista do Instituto Historico*, vol. 73, parte I, p. 47).

(4) *Denunciações da Bahia*, ps. 252, 277, 281, ed. CAPISTRANO.

(5) ARGEU GUIMARAES, *Os Judeus Brasileiros e Portugueses na America Espanhola* (*Journal de la Soc. des Américanistes*, XVIII, 802).

ta, como Manoel Batista Pires, dono da “Casa de Pilatos”, queimado a despeito do seu meio milhão de piastras (1639). Explica-se a afluência de portugueses e pessoas do Brasil áquelas paragens, pela situação criada com a união de Portugal á Espanha, entre 1580 e 1640: mas a separação dos reinos não extinguiu o commercio entre as terras da prata e o interior do Brasil. Houve de ser autorizado por alvará de 14 de Abril de 1646.

Seria vestigio dele — lembra frei Agostinho de Santa Maria — o culto de Nossa Senhora de Copacabana, predileto do Perú, na cidade do Rio de Janeiro (1).

Mesmo em Buenos Aires, nos seculos XVII e XVIII, os portugueses formavam uma especie de elite de homens de negocio e colonos ativos e empreendedores. Em 1622, para 1.200 habitantes, abrigava a nascente cidade 370 lusitanos (2). A Colonia do Sacramento, entre 1716 e 1762, centralizou o contrabando do rio da Prata e desenvolveu as relações comerciais, entre portugueses e espanhóis, até que a violenta reacção do governo (3) de Madrid (1763-1777) as impossibilitou.

(1) Santuario Mariano X, 15.

(2) R. DE LAFUENTE MACHAIN, *Los Portugueses en Buenos Aires*, p. 86, Buenos Aires, 1934.

(3) ENRIQUE BARBA, *Humanidades*, XXV, 277.

VIII

PROSPERIDADE ECONOMICA — O REINO DO AÇUCAR

A escassez de população, de um lado, do outro as exigencias dos mercados compradores, impuseram cedo ao Brasil a monocultura. Dominou o açúcar. A éra da madeira não vai além de 1580, quando a exploração do páu de tinta decaiu de importancia, monopolizada pela corôa. O arrendamento desse monopólio, á razão de 13:600\$ (1583), e 21 contos em 1602, arruinava o arrendatario, alcançado em 61:776\$, em 1606 (1). Novo sistema, o estanco, adotado em 1617, produzira para a corôa uma anuidade de 24 contos. Certo, os lucros do páu “brasil” mantinham-se estacionarios, enquanto o açúcar rendera, naquele tempo, coisa de 120 contos, na colonia, e mais em Portugal, cujos direitos de entrada sobre o produto foram arrendados, em 1602 e 1603, por 186 contos e 500 mil réis.

O desenvolvimento da industria açucareira tornára-se impetuoso entre 1570 e 1624. Seria o unico meio de vida na Bahia, disse um viajante, em 1610 (2). Estimulava-a o comercio europeu; a corôa protegia-a; acoroçoava-a o exemplo dos que, na ter-

(1) J. LUCIO D'AZEVEDO *Epocas de Portugal Economico*, p. 261.

(2) Pyrard de Laval, *Voyage*, p. 580, Paris, 1615.

ra, lavrando canas e moendo-as, tinham passado de argueiros a cavaleiros. A corôa concedia ao açucar dez anos de isenção de tributos e a metade destes nos seguintes, se o proprio produtor o embarcava; e criou uma honraria, até então desconhecida, a valer por um titulo, o de "senhor de engenho". "... Os que são mais ricos, teem engenhos com titulo de senhores deles, nomes que lhes concede Sua Magestade em suas cartas e provisões..." — notara, em 1618 o escritor dos "Dialogos das Grandezas do Brasil" (1). Depois, com as crises de preço que sobrevieram, a corôa socorreu os engenhos com uma legislação especial, que immediu a execução por dividas dos tais "senhores" e engendrou, com a inalienabilidade dos morgédios e encapelados, a sucessão em muitas gerações das velhas propriedades, fonte igualmente, de abastança e nobreza.

Viu Gandavo na Bahia 18 engenhos (1576) (2). O padre Fernão Cardim contou 36 em 1583 (3), produzindo segundo Gabriel Soares, 120 mil arrôbas (4). Em sete anos dobrara o numero daquelas oficinas, que cada uma, entretanto, reclamava, para a sua fabrica, despesa de 10 mil cruzados, no calculo do autor dos "Dialogos" (5). O preço do açucar andava tão alto, que permitia aos moradores de Pernambuco e da Bahia grandes luxos (homens havia, em 1587, com 2 e 3 mil cruzados em joias), desfrutando mais de cem deles "mil cruzados até 5 mil de renda..." (6). "Gastam de sua bolsa mais de 3 mil cruzados", afirmou o cronista de 1618. Uma centena

(1) Edição da Academia Brasileira, p. 33.

(2) *Tratado da Terra*, p. 29.

(3) *Trat. da Terra e Gente do Brasil*, (ed. de R. Garcia) p. 289.

(4) *Tratado Descriptivo*, p. 150.

(5) Ed. cit., p. 137.

(6) GABRIEL SOARES, *Trat.*, cit., p. 126.

de engenhos possuía Pernambuco em 1627 (1), e 121 quatro anos depois (2). Cento e quarenta náus podiam sair do Brasil abarrotadas, segundo um contemporaneo (3), que avaliou em 500 mil arrôbas a produção das tres capitánias do norte, equivalente a 166 engenhos, se uns pelos outros rendiam 3 mil arrôbas. Barleaus (1637) estimou em um milhão a safra anual de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (Brasil holandês). A aristocracia pernambucana distinguia-se em toda a monarquia portuguesa pelo fausto da sua vida, junto á prodigalidade e esplendor das suas casas. Tornára-se o porto de Recife o maior *emporium* do açúcar em todo o mundo. A arrôba podia ser vendida em Pernambuco por 650 réis — e possivelmente pelo dobro no reino (4). A frota de 1610 levou 735 mil valendo 1.500 contos (5). Eram 21 mil caixas de 35 arrôbas. A despeito das graves perturbações que ao trabalho colonial causára a guerra holandesa, a exportação subira a 40 mil caixas em 1645. A Bahia, em 1660 — já num periodo de paz — tinha 70 engenhos (6). Pois ficára reduzida a tres, no reconcavo, em 1640, quando a frota holandesa de Lichtardt o devastára. Ao tempo de Antonil fabricava 14.500 caixas. O seculo XVII encerrou-se próspero para todas as atividades coloniais. Porém nenhuma pudéra acompanhar, no surto rapido, a lavoura do tabaco, declarada livre em 1642, quando dela se apropriou o pequeno agricultor (lavoura individual).

(1) FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 115.

(2) GARCIA, Nota aos "Dialogos", cit., p. 163.

(3) *Dialogos* cit., p. 129.

(4) *Dialogos* cit., p. 145.

(5) J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Epocas*, p. 271.

(6) *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, III, 372. Vd. interessantes observações de GILBERTO FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, ps. 298 e segs.

O TABACO

Concentrava-se na Bahia essa agricultura facil, que cresceu com o incremento das relações comerciais com a costa d'Africa, até se tornar n'algum tempo a maior parcela da receita publica. O estanco do tabaco rendera 32 mil cruzados em 1642, em 1659 64.700, e, em 1710, já 2.200.000. "Mais que o dobro dos rendimentos dos quintos do ouro, avaliados em 345 contos" (1). Basta considerar que, ainda em 1694, os dizimos rendiam apenas 150 mil cruzados (2).

O BRASIL E A METROPOLE

A guerra da independencia de Portugal não lograra desorganizar a produção na colonia. Beneficiava-se o Brasil das perplexidades e insucessos de D. João IV, obrigado a tentar, na Europa, uma politica de aproximação com todas as nações, contraria á politica de isolamento que, desde 1580, Espanha lhe criara. O inimigo era formidavel em 1641; maior seria em 1648 quando, em virtude da paz de Westphalia, Espanha e Holanda se congçaram; seria invencivel dez anos depois, quando, pelo tratado dos Pireneos, França e Espanha se reconciliaram. Houve Portugal de tolerar o condominio do Brasil com Holanda, reconhecendo as conquistas feitas até o tratado de 12 de Junho. Fez-se tributario da França, pelo odio que tinha a Castela. Porém á Inglaterra deu mais, se, pelo tratado de 1642, se obrigara a consumir as manufaturas inglesas, a preferir os

(1) Carta de Sabugosa, 1728, AMARAL, *Notas a Accioli*, II, 337.

(2) Carta regia de 19 de Novembro de 1695, *Livro da Camara*, ms. da Bibl. Nac., inéd.

navios ingleses de fréte, a não gravar as mercadorias inglesas em mais de 25% — de modo que a industria nacional, rudimentar, cedia o terreno á forasteira, e perdeu o reino a vocação fabril, razão da sua decadencia no seculo XVIII, e da incapacidade em que se achou para aproveitar o ouro brasileiro. Mas tanto a Holanda como a Inglaterra passaram a favorecer o desenvolvimento economico do Brasil: a Holanda, pela boa vizinhança e pela politica de fomento colonial de Nassau; a Inglaterra, pela excessiva procura dos produtos tropicais, trocados em Lisboa pelas suas lãs. Holanda tornou-se de novo inimiga, depois da felonía cometida no Maranhão. Mas a Inglaterra não abandonou, jamais, o cliente de inesgotaveis recursos: ao tratado de 1642 devia seguir-se o de 1703; garantiu a paz com Espanha, em 1668; levára já, de dote da princesa portuguesa Catarina, que se casou com Carlos II, Tanger e Bombaim; ficára na balança internacional como a aliada necessaria... Em 1703, as condições de Portugal eram ainda mais propicias á invasão dos industriais ingleses. Luiz XIV disputava o trono vago de Espanha para seu neto, o que foi Felipe V; e a Austria, apoiada á Inglaterra e á Holanda, se lhe opunha, Portugal aderiu a essa coalisção; porém o enviado britânico, Sir John Methuen obteve, pelo tratado de comercio de 27 de Dezembro de 1703, a sua inteira suieicção economica, abrindo-a á exportação dos lanifícios, em troca de uma pauta favoravel á entrada dos vinhos portugueses (1).

De fato, a metropole se reduziu, no grande negocio inglês que era o fornecimento das manufatu-

(1) Vd. CH. DE LANNOY et HERMAN VAN DER LINDEN, *Histoire de d'Expansion Coloniale des peuples européens, Portugal et Espagne*, p. 145.

ras ás colonias de Portugal, a uma função de entreposto, que pouco ou nada reteve das somas colossais que via transitar; empobrecia-se, enquanto se opulentavam os tecelões britânicos, e em breve sentiria que os milhões das suas minas lhe foram inúteis, enquanto o Brasil assegurava na Europa a definitiva freguesia para os seus produtos agrícolas. Porisso o tratado de Meuthen, arruinando o reino, importou na prosperidade da possessão; tanto mais que os tecidos ingleses iam ser feitos, afinal, com o algodão brasileiro. Graças aos privilegios alcançados pela Inglaterra, o sistema proibicionista, dos monopolios estreitos, em que insistia a politica colonial portuguesa, não produziu na America todos os seus efeitos. Já em 1608 propuséra Luiz Mendes de Vasconcelos, no livro "Do Sítio de Lisbôa", a substituição daquele regimen por um outro, de commercio franco, reclamado pela decadencia do reino e crescente poder dos holandeses. Nem o espanhol, em 1608, nem o português, depois de 1640, aboliram o monopolio; mas, praticamente, a Inglaterra, em 1642, o destruiu (1). E assim — preso Portugal aos interesses da industria das lãs — pôde o Brasil recuperar uma parte da riqueza que exportava, com o constante aumento do poder aquisitivo do mercado britânico; ai teve sempre compradores firmes e ativos, cujos navios se abasteciam em Lisbôa.

(1) CALOGERAS, *Politica Exterior do Imperio*, I, 183.

IX

INTERNAMENTO DA COLONIZAÇÃO — O REINO DOS METAES

AS atividades economicas sofreram no Brasil uma subita alteração, a partir de 1695, quando se iniciou a éra aurifera, depois que Antonio Rodrigues Arzão e Manoel Garcia Velho, paulistas, appareceram no Espirito Santo e no Rio de Janeiro com as primeiras oitavas descobertas no correjo de Ouro Preto (1).

A fundação de uma casa de fundição em Taubaté foi o começo de uma nova civilização.

A agricultura decáe, como La Barbinnaís observou por aquelle tempo (2), e, a despeito do enfraquecimento crescente da produção, os preços do açúcar se aviltam no estrangeiro, até a grande crise de 1737. Já em 1706 se queixava o governador D. Rodrigo da Costa do abandono das lavouras... (3). As minas resumem a riqueza — facilmente amanhada -- e são o objectivo comum, de paulistas e *emboabas*, litoraneos e sertanejos, homens de todas as procedencias e todas as castas. De resto, a vocação mineira do colono datava do descobrimento e era peculiar

(1) *Geographia historica de Minas Geraes* (Atribuida a Claudio Manoel da Costa), in Pub. do Arch. Nac., IX, 14.

(2) *Nouveau voyage autour du monde*, par L. G. DE LA BARBINNAIS, III, 191-2, Paris 1728.

(3) Carta de 19 de Junho de 1706, *Ann. Bibl. Nac.*

à America, onde o europeu vinha ganhar fortuna. Acreditára sempre em jazidas inesgotaveis, que lhe desafiavam a audacia. "... Que é certo ser em si a terra mui rica e haver nela muitos metais..." (1). Fôra-lhe familiar o misticismo do *tesouro escondido* (2). Trazia-o nas suas lendas e cá se lhe radicou á historia — tradição das "minas de prata", a "Lagôa dourada", a "Manôa del Dorado", procurada por Pizarro e Orellana, a montanha das esmeraldas dos jesuitas do Espirito Santo, por ultimo as "cidades abandonadas", *folk-lore* que herdámos e conservamos. Benfazeja credulidade, — empurrou a colonização para sul e ocidente, já fazendo que os vicentinos alargassem, até o Paraíba e o Paranapanema, as pesquisas, já levando a Paranaguá e ao planalto curitibano o povoamento — ao encalço das pintas de ouro de Afonso Sardinha ou de Gabriel de Lara. Os sertanejos da Bahia, com Belchior Dias, dêram ás noticias de minas fóros de verdade. O governo de D. Francisco de Souza fôra de intensivas explorações mineiras, com a ajuda de homens praticos, que lavraram ouro em S. Paulo. A esperança e o malogro do metal brasileiro estenderam-se até o fim do seculo XVII: então ouro e diamantes, descobertos no sertão de Taubaté (Minas Gerais), inauguraram uma nova vida colonial. O momento era propicio

(1) GANDAVO, *Trat.*, ed. da Academia, p. 25. Deveras, divergiam os panegeristas da terra, uns, como o uator dos *Dialogos das Grandezas*, certos de que "ouro, prata e pedras preciosas são sómente para os castelhanos..." (Edição da Academia, p. 28) e interessante verificar que, na representação dos paulistas ao rei, de 1641, contra os jesuitas, se limitam aqueles a lembrar as "noticias" de minas, cuja averiguação desafiava iniciativas.

(2) Sempre se deu credito no Brasil a achados de ouro, antes dos descobertos de Ouro Preto e Caeté, em 1694-5. Os cronistas proclamam Braz Cubas o primeiro descobridor de minas (1560) que efetivamente se lavraram no ultimo quartel do seculo I, e pelo II seculo (governos de D. Francisco de Souza), desde o sertão de S. Paulo a Jaraguá. Do testamento de Afonso Sardinha constavam 70 mil cruzados em ouro das jazidas paulistas.

ao deslocamento das populações. Os campos do norte e os do sul continuavam a atrair uma imigração portuguesa conduzida pela ideia de lucro fácil. Diz Antonil: "Cada ano veem nas frotas quantidades de portugueses, e de estrangeiros para passarem ás minas" (1). O alto custo do escravo, que agricultava os reconcados, tornára a lavoura solidaria, privativa de uma classe rica e restrita: a atividade do novo colono seria naturalmente pastoril (2), se a revelação das minas não lhe abrisse subitamente perspectivas de fortuna. O *emboaba*, porisso, venceu o paulista, quando as duas correntes — dos nativos e dos imigrantes — se encontraram na região do rio das Mortes. O *emboaba* era o recém-chegado, ávido de prosperidade (3), sem outro capital além da coragem; enquanto o paulista, filho do país, primeiro ocupante daqueles sertões, se julgava dono da terra. As minas pertenciam-lhe, se as descobrira antes dos forasteiros; mas estes as tomaram por violencia ou astucia, porque, sobre o "brasileiro", tiveram a superioridade da cooperação. Uniram-se em exercito, submetem-se a chefes habéis, metodizaram o povoamento, auxiliaram-se com a sua arte, substituindo almocrafes a bateias dos paulistas pelos desmontes das minas por força hidraulica (4). O *emboaba*, demais disso, dominando os melhores caminhos, negociava, *mascateando*, e enriquecia, enquanto o "mazombo" (natural do Brasil) conside-

(1) *Cultura e Opulencia do Brasil*, ed. TAUNAY, p. 215. A exigencia do passaporte para os emigrantes portugueses data apenas de 1709.

(2) HANDELMANN, *Historia do Brasil*, p. 334.

(3) O povo português, note-se, era, e ainda é, em numeros relativos, um dos mais propensos á emigração entre os europeus: essa percentagem de deslocamento foi calculada em 4,22 emigrantes por 1.000 habitantes (G. CANESTRINI e AMADEU SILVA E ALBUQUERQUE, *Manual de Anthropologia*, p. 200, Lisboa, 1903).

(4) JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS, *Memorias do Distrito Diamantino*.

rava o comércio um mister inferior e o desprezava (1). Essa inaptidão mercantil do "brasileiro", originada dos privilégios inerentes à agricultura e dos velhos preconceitos europeus, distinguiu o filho do país. Um bispo de Tucuman, segundo frei Vicente do Salvador, admirára-se aqui de terem em casa tudo, e quasi nada à venda (2)...

O DITADOR DAS MINAS

O potentado Manoel Nunes Viana assumiu a chefia dos forasteiros. A sua história é um símbolo do drama mineiro. Plebeu da cidade de Viana, negociante ou "mascate" nas estradas do sertão, obtivera da viúva de Antonio da Silva Pimentel, senhora das imensas terras de seu pai, o mestre de campo Antonio Guedes de Brito, procuração para lhe administrar os domínios do alto S. Francisco (3). Esse papel dava a Manoel Nunes Viana uma qualidade política. Transformava-o em *regente do sertão*; passava a senhor feudal. Podia armar gente, a pretexto da guerra aos tapuias do rio Verde, expedir "entradas", cobrar fóros de arrendamento, proteger os moradores, governá-los. A navegação do S. Francisco, que então se iniciou, entre o rio das Velhas e Joazeiro (1698), explica a concentração rápida, no norte de Minas, dos aventureiros saídos da Bahia. Por aquele lado, a penetração das "Cataguas" se filiava ao descobrimento do Piauí (1674), à fundação das povoações da Barra e Rio Preto (1698) e às bandeiras que a Casa da Torre mandou até Carinhonha.

(1) DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga de Minas Gerais*, p. 10. Belo Horizonte, 1904.

(2) *História do Brasil*, ps. 16-7.

(3) DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte 1918.

de combate aos índios acroás, que emigraram para os Goiazes. De fato, já em 1672 o governador-geral Afonso Furtado lembrára a Fernão Dias a notícia, “que do pé das Serras do Sabarabussú ha um rio navegavel que se vai meter no do S. Francisco, e que por ele abaixo se poderá conduzir mais brevemente a prata até junto a estas Serras que ficam no distrito da Bahia, chamadas Jacuabina...” (1). Tão facil se afigurava a comunicação, pelo S. Francisco, entre os territorios mineiros e o nordéste, que os comerciantes da Bahia e mesmo do Rio de Janeiro a preferiram, a partir de 1700. Puderam assim evitar as fragosas e asperrimas estradas de Santos — S. Paulo — Taubaté, Paratí — Serra da Bocaina — Guaratinguetá, e Iguassú — Campos — Paraíba. O vulto e a opulencia do trafico deixaram na margem direita do S. Francisco um monumento de piedade: o culto de Bom Jesus da Lapa, na gruta deste nome. O grande rio fornecia tambem o sal. Em um tempo iam buscá-lo de Goiaz, Paracatú, Gerais, Minas Novas, Jacobina (2). Fornecia-se dele todo o Brasil central, que assim se eximia do monopolio que encarecia o produto europeu. Martius, um seculo depois, ainda encontrou o sal a substituir a moeda corrente no vale do S. Francisco, extraído entre as localidades de Urubú e Joazeiro, num total, por ano, de 35 mil surrões (3).

(1) *Documentos Historicos*, VI, 222.

(2) JOSE' CESAR DE MENEZES, *Idén da população da capitania de Pernambuco*, in *Ann. Bibl. Nac.*, XL, 62.

(3) *Através da Bahia*, 2.^a ed., trad. de PIRAJA' DA SILVA, p. 232. O prato do sal custava em 1819 20 a 40 réis. Pois o preço do sal na Bahia, em 1711, subira a 720 réis, ocasionando celebre motim. Entre o produto importado e o do rio S. Francisco a diferença de preços era espantosa.

OURO

O ouro do Caeté atraíu em poucos anos varios milhares de homens. “Das cidades, vilas, reconca-vos e sertões do Brasil são brancos, pardos e pretos, e muitos indios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil con-vento nem casa” (1). Só da praça do Rio tinham fugido para as Minas cerca de quatro mil desertores (2). Transitavam as riquezas — ouro em pó que ia para a Bahia, mantimentos e fazendas, fumo e aguardente (3), que iam para as Minas — pelo S. Francisco, transformado em escoadouro de “novo Perú”. O coronel Januario Cardoso, filho do ban-deirante Matias Cardoso, exerceu a primeira poli-cia que se fez no alto S. Francisco após a affluencia de mineradores, aventureiros e criminosos. Afugentou os caiapós (ubirajaras), que obstavam o trafego fluvial na altura de Carinhanha, lançando tambem para Goiaz os remanescentes da tribu (4), fundou S. Romão, um seu tenente (Manoel Pires Maciel) edificou Amparo, tornou segura a comunicação com o norte. Por aquele tempo Antonio Gonçalves Fi-gueira abriu a estrada de Montes Claros ao rio das Velhas (5), criando, sem o pensar, o caminho dos

(1) ANTONIL, *op. cit.* p. 215.

(2) FEU DE CARVALHO, *Anais do Museu Paulista*, IV, 690, S. Paulo, 1931.

(3) DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga*, p. 219.

(4) Aldeados em Goiaz no fim do seculo XVIII, passaram-se depois a Mato Grosso, onde são hoje os caiapós terríveis inimigos dos barões. D. ANTONIO MALAN, *Revista da Sociedade de Geographia*, XXV, 108.

(5) DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Média*, p. 41.

contrabandistas de ouro, por onde também desceram às Minas os gados do centro da Bahia, comprados em Jacobina por 3 e 4 oitavas de ouro cada boi, que valia nos açougues de Ouro Preto 80 e 90 mil réis.

EMBOABAS

Por aquelas duas estradas (a fluvial e a terrestre) os *emboabas* conquistaram a região dos metais. O paulista disputou-lha. Um conflito, o contrato dos açougues obtido pelo capitão-mór do distrito Francisco do Amaral Gurgel de parceria com o religioso frei Francisco de Menezes, e que aos paulistas pareceu intolerável — pretextou a guerra. Uma luta local, feroz e sem remédio, que consolidou a posse dos *emboabas*, desenvolveu nas terras de mineração o espírito de rebeldia, e obrigou a numerosas transações o governo português. Coisa rara, um governador, que representava o rei, foi expulso de um território da sua jurisdição, e a insolência dos suditos ficou impune: D. Fernando Martins Mascarenhas, tentando pacificar as Minas, encontrou subitamente á sua frente um exercito irregular, que proclamára ditador a Nunes Viana, e retrocedeu para o Rio de Janeiro. Sucedeu-lhe no governo o cauteloso Antonio de Albuquerque, natural do Brasil e conhecedor de sua gente, que aceitou as escusas dos *emboabas*, fez Nunes Viana recolher-se ás suas fazendas do S. Francisco e indultou os criminosos, como lhe permitia uma clemente carta-regia de 22 de Agosto de 1709.

Resolvera el-rei criar a “capitania geral de São Paulo e Minas”, com séde na vila de S. Paulo, em

1700 (1). Foi o começo da pacificação. Entretanto, um ano depois voltaram em grossa tropa os paulistas, acompanhados de índios, dispostos á vingança, contando expelir das Minas os forasteiros. Estes fortificaram-se na Ponta do Morro, no rio das Mortes, e resistiram a um furioso ataque, depois a um assedio, que de repente se interrompeu, porque, desavindos entre si, e á noticia de uma força que partira do Rio em auxilio dos *emboabas*, os paulistas preferiram voltar ás suas vilas (S. Paulo foi elevada a cidade a 8 de Abril de 1712) do planalto. E a quietação se fez.

As correntes migratorias dividem-se pelas vertentes da Mantiqueira. Vão os paulistas, seguindo Domingos Rodrigues do Prado e o seu sogro Bartolomeu Bueno da Silva, descobrir Goiaz e Mato Grosso. Em 1718 — inicio da mineração de tais sertões — Antonio Pires de Campos descobre o rio Cuiabá, onde, em 1722, se extráem quatrocentas arrobas de ouro. Graças á guerra dos *emboabas*, o Brasil mineiro não se constringia nas serras das Minas Gerais: expandia-se facilmente, quasi silenciosamente, até ás cabeceiras do Xingú. Martius, cem anos mais tarde, encontrou na provincia de Minas o vestigio vivo desse passado, no orgulho que mostravam os habitantes da sua pura origem europeia. Os *emboabas* lá estavam! Os paulistas, estes reviviam nas bacias do Paraná e do Uruguai a sua aventura pastoril.

CAPITANIA DE MINAS

Valeu ás Minas o conflito, para serem desanexadas de S. Paulo e erigidas em capitania, em 1720. O

(1) Docs. in AFONSO TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, v. 142.

seu primeiro governador foi o mesmo brando Antonio de Albuquerque. A' fase dispersiva e militar, de occupação tumultuaria, succede a colonial, de fixação dos mineiros nos seus arraiais, com uma administração local (as superintendencias, ao invés das guarda-mórias das minas, criadas em 1701), as municipalidades, Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Sabará, a regularização dos direitos sobre os "descobertos" ou "datas", com o respectivo "manifesto". Considerava-se "descoberto" a mina achada a distancia de meia legua d'outra: e porisso a população adventicia, longe de condensar-se, espalhou-se, fazendo que num decenio (1709-1719) as Gerais fossem a capitania mais movimentada e comercial de todo o Brasil. Dai por davante foi a mais populosa: Vila Rica chegou a ter 100 mil habitantes (hoje serão 8 mil...) (1).

Negros, indispensaveis para os trabalhos de mineração, principalmente "congos", entraram aos milhares, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e da Bahia, depois de 1703, quando o governador do Rio representara contra a inconveniencia de fixar-se em 200 o numero de pretos que podiam ir para as minas (2). O fluxo imigratorio crescia proporcionalmente á riqueza que se ia desentranhando. Tudo o que o ouro comprava fulgurou naquelas montanhas, e assim se formou uma sociedade pródiga, cruel em relação aos escravos, faustosa e emancipada. Pouco ou nenhuma agricultura ali se fazia, porque o ouro — depois os diamantes — empregava todos os braços servís. Havia fortunas colossais feitas ao acaso. Retirára-se Nunes Viana com 50 arrobas de ouro. Trinta arrobas as Camaras convencionaram pagar de 1715 em dian-

(1) CALOGERAS, *Formação Historica do Brasil*, p. 72. Em Minas havia 27.909 escravos em 1716, e dous anos depois 35.094. Em oito vilas o numero de lojas, em 1719, era de 923. DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga*, p. 323.

(2) Carta de 11 de Maio de 1703, *An. Bibl. Nac.*, doc. n. 2.688.

te, ao invés dos quintos (20% para a corôa). As vilas encheram-se de casas nobres, templos riquíssimos, ornamentos de metropole. Irmandades, como as dos pretos de Vila Rica, constituíam o seu patrimonio do ouro em pó que polvilhava a cabeça das negras e que elas deixavam numa bacia, á porta da igreja. Festas de um luxo asiatico, como a da inauguração da matriz de Vila Rica, dariam a ideia de um mundo fantastico — como, no mesmo periodo, graças áquele metal do Brasil, foi a côrte de D. João V.

DIAMANTES

O diamante tornou ainda mais prodigiosa a metamorfose. Em 1729 encontraram-se no Serro do Frio as primeiras pedras. Logo um movimento migratorio, analogo ao do começo do seculo quando se achára ouro, levou gente de todas as procedencias, cerca de 40 mil, aos novos lavratorios, enquanto se julgava na Europa que as verdadeiras riquezas do Perú estavam nas Minas Gerais. A quêda do preço do quilate, de 8\$ para 2\$, significava o alarma do commercio internacional, que em cinco anos recebera, inesperados, 300 mil quilates de diamantes do Brasil. A côrte de Lisboa propôe-se gastar em incriveis ostentações a imensa renda que usufrúe desde 1700. D. João V imita Luiz XIV. Só o convento de Mafra lhe custa 190 milhões de cruzados e os seus presentes á Santa Sé — que lhos retribue com o titulo de “Majestade Fidelissima” — 188 milhões. Progressivamente avoluma-se a despesa de Portugal; cresce-lhe, com a receita, o “deficit”. Em 1732 descobrem-se diamantes na Bahia, cuja exploração é prohibida, para não agravar a crise da mercadoria, desvalorizada. O governo tomou a si a administração dos diamantes a

partir de 1 de Janeiro de 1772. Extrae-se ouro em Goiás, desde 1719, e em Mato Grosso, desde 1725. Em Jacobina e Rio das Contas, na Bahia, instalaram-se por aquele tempo casas de fundição, para tributar o ouro, ali lavrado a partir de 1703. Em S. Paulo e no Ceará proseguem o descobrimento, a exploração de minas auríferas (1). Os quintos das Minas Gerais renderam, no decênio de 1725-35, 1.068 arrobas, e no período de 1736-51, em que vigorou a capitação, 2.006. Em cem anos Minas forneceu 3 milhões de quilates de diamantes. Pois em 1777 já devia Portugal mais de 3 milhões de esterlinos... Do meiado do século por diante — foi a decadência das lavras. A administração tornou-se onerosa para o Estado; o contrabando apressou-lhe o fracasso (2). Entretanto, ao desvanecimento das minas correspondia o reflorescimento da agricultura, a expansão da pecuária, a definitiva caracterização econômica do Brasil.

Em razão do fenomeno mineiro — todavia — a colonização transpuzera o Espinhaço, vencera as serras das Cataguás, atravessára a planície goiana, entrára pelo Mato Grosso, realizando, em 1700-1730, o que se faria na America do Norte em 1840-1850.

(1) CALOGERAS calcula a produção aurífera do Brasil, até a Independência, em 47.500 arrobas. J. LUCIO D'AZEVEDO estima em 100 milhões esterlinos a totalidade do ouro exportado para a metropole no espaço de um século; e em 9 milhões a exportação de diamantes, que produziu para a corôa 5.040 contos (*Epoca de Portugal Economico*, ps. 377 passim). CALOGERAS não considera exagerado o computo global de 15.500 arrobas de ouro (até 1801), "perto de 5 milhões de contos de réis em moeda corrente brasileira de nossos dias". *Formação Historica do Brasil*, p. 75). Curioso de notar-se é o fato de que o Tranvaal de hoje, nos tres ultimos anos, de 1925 a 1927 produzindo libras 120 milhões de ouro metalico, forneceu tanto ouro quanto o Brasil colonial em mais de um século..." (PIRES DO RIO, *Traços da Evolução Economica do Brasil*, Correio Paulistano, 14 de Abril de 1929).

(2) Vd. JOSE DE REZENDE COSTA, *Memoria historica sobre os diamantes, seu descobrimento, etc.*, Rio 1836. A administração dos diamantes só foi abolida por decreto de 25 de outubro de 1832.

Não fôra todo aquele ouro, e a civilização no Brasil, pastoril nas savanas e agricola na costa, deixaria ao seculo XIX a tarefa de disputar ao caiapó, ao borôro e ao parintintim a região central, onde pompeiam hoje cidades opulentas e até ruínas veneráveis, como Vila Bela.

A MOEDA

Torna-se também possível a criação de casas de moeda e a fabricação do numerario colonial. A crise comercial do fim do seculo XVII foi sobretudo uma crise de instrumentos de troca. Debatiam-se os mercadores e os lavradores nas angustias da falta de dinheiro, que todo emigrava, levado pelas frotas que lhes vinham abarrotadas de mercadorias. Não bastára a provisão de 23 de Janeiro de 1665, determinando que se não arrematassem por dividas generos da terra antes da chegada das frotas. Caindo o preço do açúcar e sendo a moeda metalica de mais facil circulação, preferiram-na os negociantes de Portugal, e a levavam. Operavam anualmente, em Pernambuco e na Bahia, a farta colheita do numerario existente. Resultava disto o empobrecimento geral, e notára-o Vieira em 1689: "Aconselham os mais prudentes que se vista algodão, se coma mandioca, e que na grande falta que ha de armas se torne aos arcos e flechas..." Agravára-se de tal sorte a situação que o mesmo Vieira recomendava, em carta de 21 de Julho de 1692: "O remedio que se tem por unico e se representa e pede instantissimamente a S. M. é o da moeda provincial com tal valor extrinseco, que ninguem tenha utilidade em a tirar deste Estado e, se a meter, seja

com aumento dele" (1). Este alvitre prevaleceu; mandou el-rei, pela lei de 23 de Março de 1694, fundar Casa de Moeda na Bahia, que lavrasse a *moeda provincial*, exclusiva do Brasil, ao tempo em que levantava aqui de 10% o valor da moeda comum, de modo a ser mais fraca a primeira, e porisso insusceptível de exportação. A lei de 23 de Março proibia, sob graves penas, a remessa para fóra do Brasil dessa moeda provincial, e a lei de 19 de Dezembro de 1695 vedou a circulação na colonia da moeda portuguesa, que entretanto se passou a fabricar no Rio de Janeiro (1703) e na Bahia (1715), para correr no reino. O governador D. João de Lencastro fez logo construir a officina monetaria, com o auxílio de moradores ricos, que avançaram o dinheiro para as obras, e a partir de 1695, até 1698, quando foi fechada, bateu moeda num total de 1.357:835\$400. Em 1698 — em razão das minas das Cataguás, que mais proximas ficavam do Rio de Janeiro — para esta cidade a transferiu el-rei (carta regia de 12 de Janeiro). Passou para Pernambuco em 1700 (resolução regia de 20 de Janeiro), voltou ao Rio em 1702 (carta regia de 31 de Janeiro) e foi reaberta na Bahia em 1715, onde funcionou até 1831.

No periodo de 1703-1833 foram cunhadas moedas de ouro no valor de 216.275:989\$928, e moedas de prata no de 16.460:866\$319 (2).

A abundancia de ouro, depois de 1694, e a da prata, tambem em grande quantidade trazida pelos "peruleiros", não deixou no Brasil senão uma porção minima de numerario. A carencia de dinheiro continuou a ser aflitiva na colonia e até se fazia sen-

(1) *Cartas*, edição de 1885, I, 350.

(2) AZEVEDO COUTINHO, *Aprec. dos Julzos emitidos sobre a moeda do Brasil*, Rio, 1876.

tir nos proprios distritos mineiros, pois a maior parte do metal era transformado em *moedas fortes*, destinadas á metropole, donde emigraram para os paes industriais que vendiam a Portugal os seus productos. As "casas de fundição" criadas no Brasil deviam receber o ouro bruto, transformando-o em barras, carimbadas pela autoridade, como atestado de que ficavam pagos os quintos del-rei (Carta regia de 19 de Março de 1720). As oitavas de ouro correram até então livremente, como unica moeda, nas Minas Gerais, onde não devia circular a moeda comum (L. de 12 de Dez. de 1750). Com as "casas de fundição" o ouro em pó não mais podia exercer a sua função de principal agente de troca: foram elas levantadas em Taubaté (1698-1704), Rio de Janeiro (1703), Paranaguá (anterior áquella data), S. Paulo (fundada em 1601 (1), fechada em 1700, reaberta em 1701, fechada ainda uma vez, reinstalada em 1751, abolida em 1761 e restabelecida em ... 1765), Santos (1703), Parati (do mesmo ano), Vila Rica (1720-24 e 1734), Sabará, Serro do Frio e Rio das Mortes, Tijuco (criada em 1751), Cuiabá e Vila Bôa de Goiaz (tambem de 1751), Paracatú (1745?), Jacobina (1723-1755, 1757-1795), Arassuaí (1728), Rio das Contas... Algumas se transformaram em casas de moeda: assim a de Vila Rica (que iniciou a cunhagem para o Reino em 1 de Fevereiro de 1725) e a do Rio de Janeiro (1703 e 1748) (2).

Resultava da grande fabricação de moeda para Portugal, impedida de correr na colonia, a insufi-

(1) Em 1601 mandára D. Francisco de Souza fundir em S. Paulo o ouro que se descobrisse. Em 1653 já havia ali Casa real dos quintos, cf. carta do provedor da fazenda, docs. do *Arquivo Ultramarino*, n. 1838.

(2) Vd. SATURNINO DE PADUA, *Moedas Brasileiras*, p. 72, Rio, 1928.

ciência do numerário provincial, e foi daí que se decidiu reforçá-lo com a divisionaria de cobre, que já D. João IV autorizára a correr no Rio de Janeiro (1), cunhada em Lisboa para Minas (1722) e generalizada a partir de 1750 (Provisão de 30 de Março). Sómente no seculo XIX (Alvará de 13 de Maio de 1803), começou a emitir-se um "bilhete", que fazia as vezes de Letra de Cambio, iniciando a éra papelista, e foi duplicado o valor do cobre (Lei de 10 de Abril de 1809), enquanto eram incorporados ao meio circulante os pesos espanhóis de prata, depois de marcados nas casas de fundição com o valor de 960 réis, ou fôsse mais 160 réis do seu custo, razão da excessiva importação deles (2).

(1) **Consultas do Conselho Ultramarino**, para o Rio, ms. na Bibl. Nac., inédita. Aquella autorização o procurador do Rio fôra pedir ao reino em 1658, e a reiterára, em 1678, a Camara, obtendo despacho favoravel de Conselho, em 14 de Novembro do mesmo ano.

(2) Vd. HORACE SAY, **Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil**, Paris, 1839.

O COMERCIO NO SEculo XVIII — CRESCENTE RIQUEZA

PORTUGAL procurou governar o Brasil no seculo XVIII em atenção ás suas minas de ouro e diamantes. Como estas naturalmente atraíssem a cobiça estrangeira, fechou ainda mais a colonia, por um sistema de proibições de toda sorte. Coincidia essa legislação, destinada a afastar o estrangeiro, com as ideias universalmente aceitas para o commercio colonial: monopolios e estancos. Tanto descu-rára a metropole do Brasil nos dous primeiros se-culos, como dele cuidou no seculo III. Empobrecia sempre Portugal, com o depauperamento da sua in-dustria, resultante dos tratados com a Inglaterra, e o enfraquecimento da agricultura, depois que a emi-gração para a America — em consequencia dos des-cobertos de Minas Gerais — tomára espantoso vul-to. Tentou o governo, então, tirar do Brasil o maior proveito possivel; o seu florescimento foi incessan-te, embora desigualmente distribuido, e a sua opu-lencia, no meiado daquele seculo, contrastava com a mediocridade economica do tempo de Vieira. As-sim, sendo Lisboa destruida em parte pelo terremoto de 1 de Novembro de 1755, para a sua reedifica-ção podia concorrer o Brasil com um donativo vo-luntario de 3 milhões de cruzados, ficando a Bahia

com a quota de 875 mil, e as suas vilas com a de 325 mil cruzados.

O commercio brasileiro atravessou a crise mais grave do seculo XVIII entre 1739 e 1756, periodo em que os lucros das minas diminuíram ano por ano, forçando milhares de colonos a tomar novos rumos no interior do país. O açúcar continuava a desvalorizar-se. O algodão valia muito pouco. As praças do litoral, perdido o interesse do commercio com a Europa, vendiam principalmente para os sertões. Os mercadores portugueses traziam em excesso as suas fazendas e eram obrigados a negociar os saldos com os espanhóis de Buenos Aires, que os compravam com as patacas de prata: pois 3 milhões destas levou a frota de 1742 (1). O trafico negreiro deixou de aumentar. Entretanto as vilas das Minas e de S. Paulo prosperavam, em razão do rapido crescimento da população, da abertura de communicações, dos trabalhos agricolas necessarios á manutenção dos grandes povoados, que se tinham formado, alguns, em lugares estereis e pedregosos, sobre os filões auriferos.

O AÇUCAR NO SECULO XVIII

O produto mais prejudicado — entre 1739 e .. 1770 (2) — foi o açúcar. Os preços já não compen-savam a custosa industria. A Bahia, com 150 en-genhos, produzia 15 mil caixas. Cada propieta-rio só podia ganhar por safra — uns pelos outros — 2:166\$666. Daí as dividas que os oneraram, a

(1) *Os Portugueses em Africa, Asia, America, etc.*, VII, 207. Lisboa 1930.

(2) *Descrição Economica da Bahia*, An. Bibl. Nac., XXVII, 289.

falencia de alguns, o desanimo de outros, sustentados embora pela inalienabilidade dos engenhos, e a esperança de melhor tempo. Este sobreveiu, em 1770; e logo a produção avultou. Calcula o autor da "Descrição Economica da Bahia" (Anais da Biblioteca Nacional, XXVII) que, em 27 anos, fôra a produção de 173 mil caixas, que dêram 7.727 contos; e nos 12 anos seguintes, de 144 mil caixas rendendo 8.850 contos. As leis de Pombal socorreram oportunamente o commercio do Brasil. Assim o alvará de 6 de Dezembro de 1765, que proibiu a passagem á colonia dos "mascates", que aqui concorriam com os negociantes matriculados. Para melhorar a exportação, foi criada em 1759 uma Mesa de Inspeção para o açúcar e o fumo. O alvará de 29 de Abril de 1766 reduziu os fretes maritimos de 300 e 400 réis para 250 a arroba. As frotas, criadas pelo alvará de 29 de Abril de 1650, foram extintas pelos de 10-27 de Setembro de 1765, podendo navegar livremente os navios mercantes, do que resultou, em pouco tempo, o aumento destes, de 20 para 50, na linha Bahia-Lisboa. E a guerra entre a Inglaterra e as suas colonias da America do Norte — 1776 a 1782 — reanimou geralmente a economia brasileira.

Trancados os portos norte-americanos, a Inglaterra voltou-se para o Brasil, que lhe podia fornecer a materia prima indispensavel. Durante cincoenta anos — como lembrára Pombal aos ingleses em celebre carta, tinham eles tirado a Portugal mais de 1.500 milhões, "soma enorme, de que a Historia não fornece exemplo". Saiu quasi todo aquele ouro do Brasil; comprára os tecidos britannicos... Agora, a Inglaterra retribuía. O preço do açúcar chegou ao dobro da cotação de 1775, alcançando a arroba, que não

passára de 1\$200, — 2\$000, e 2\$500 (1). Os engenhos mobilizam todos os recursos industriais e o commercio põe em jogo todos os meios de credito e transporte. O algodão revela economicamente o nordéste.

O ALGODÃO

O algodão era indigena — como o fumo — e sempre o cultivára o colono, desde a éra das capitaniasmóres. Porém a dependencia que ficára da industria, de restritas necessidades, da Holanda e da França, desde que os tecidos da India bastavam á Inglaterra, disposta a não permitir concorrência á sua lã — não deixára expandir-se aquella cultura como as outras de que vivia o Brasil. No Maranhão servia de moeda e a exportação foi prohibida até 1765. A Inglaterra desenvolvia, entretanto, numa progressão espantosa, as suas industrias, que empregavam um milhão de operarios. Ampliando o imperio colonial, na mesma proporção lhe crescera o potencial economico. As populações operarias concentravam-se nas cidades, novas maquinas simplificavam a produção e o successivo encarecimento desta reclamava constantes aperfeiçoamentos daquelas. A datar de 1737 deu-se de fiar com algodão e linho. Manchester tornou-se uma metropole de tecelões. A sua importação de algodão foi de 976.359 libras em 1744 e de 3.870.392 em 1764. A' maquina de Wiatt (1730) sucedem as de Pery (1761) e Hearngraves (1764), que centuplicavam o trabalho de um operario. Era a industria moderna! Ano por ano, maquinismos mais complexos eleva-

(1) Na base de 1\$200 a arroba, um produtor de mil pães de assucar (3 mil arrobas) auferia, em cada safra, o mesquinho lucro de 200\$. (Manoel Ferreira da Camara, *Ensaio de descrição fisica e economica da comarca de Ilhéos*, r. 24, Lisboa 1769)

vam o rendimento, diminuiam a intervenção humana na tecelagem (1). A procura aumentava, os preços sustentavam-se e havia necessidade de fechar a Inglaterra aos tecidos indianos os seus portos. Em 1787 um imposto aduaneiro, de 75% e 50% "ad valorem", matou a industria colonial indiana, que ocupava dous terços da mão de obra indigena, em proveito da metropolitana: foi o periodo da grande importação algodoeira que, a subitas, valorizava as regiões do norte do Brasil, precisamente as mais desprotegidas da colonização no seculo precedente. A guerra da independencia dos Estados Unidos, privando de algodão norte-americano as fabricas inglesas, encorajou, com o alto preço consequente, o desdobramento das nossas plantações (fenomeno agricola que havia de repetir-se em 1862-65, por ocasião da "guerra de Secessão"). Em 1786 o Brasil concorria, para um total de 19.900.000 de libras de algodão importado pela Inglaterra, com dous milhões. Em 1796, nove decimos das exportações portuguesas para o Reino Unido eram de procedencia brasileira. "Em 1792 o cambio estava a 72 1/2 dinheiros por 1\$000, em lugar de 65, taxa normal em todo o seculo XVIII, sendo o par de 67 1/2". A Bahia, por exemplo, que exportára efeitos no valor de 2.195 contos em 1797, dous anos depois os elevava a 4.792, soma enorme, se em 1808 toda a circulação monetaria do Brasil não passava de 10 mil contos (2). Em 1803 o numero de navios empregados no comercio para Lisboa era de 50, e 40 os do Rio da Prata (3).

(1) Cf. GINA LOMBROSO, *La Raçon du machiavisme*, ps. 188 e segs., Paris 1931. Sobre o surto do algodão, ARRUDA CAMARA escreveu para "*O Patriota*", Rio, 1814, minucioso retrospecto.

(2) Sobre a pobreza das estatisticas do tempo, ver AFONSO TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 66, Bahia 1928.

(3) TAUNAY, p. cit., p. 68.

Os tecidos ingleses, porém, só conquistaram o Brasil depois do tratado de 1810, extorquido ao príncipe regente D. João que, com a côrte, se passára á colonia. As fabricas portuguezas — principalmente de Rato e Torres Novas — mantiveram-se, até a invasão franceza, graças ao monopolio das exportações para o Brasil, abrandado em atenção á Inglaterra, todavia tão rigoroso ainda no começo do seculo, que recomendára o ministro D. Rodrigo, em 1802, ao capitão general da Bahia, não consentisse se lhe apresentassem pessoas vestidas com “tecidos de lã, sêda ou algodão que não sejam manufacturas do reino...” (1). Ao chegar á Bahia o príncipe regente, em 1808, o negociante Siqueira Nobre, que lhe requereu autorização para ir a Londres engajar operarios e montar uma fabrica de fiação, a primeira da terra — invocava o intolerante privilegio que gozavam aqueles estabelecimentos portuguezes, aos quais remetiam os importadores os debuchos dos desenhos, para que produzissem o pano desejado (2)

O FUMO

O tabaco, lavoura do pobre, medrando em terra fraca, continuára a fornecer ao orçamento portuguez a sua receita principal. Monopolio do Estado, produzia, em 1642, 32 mil cruzados, 64.700 em 1659, e já 1.400.000 em 1716. Arrendado em 1722 por 1.800.000 cruzados, arrematado por 1.700.000 em 1729, subia a mesma renda a 2.020.000 em 1750, e a 2.210.000 em 1765. Em 1802 elevava-se a 1.160 contos anuais (3)

(1) An. da Bibl. Nac., IX, doc. 6364.

(2) Doc., mas., na Bibl. Nac.

(3) J. LUCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Economico*, ps. 296-7.

O TRAFICO

Outras alternativas sofrera o commercio de escravos, que, juntamente com algum ouro, nos fornecia a Africa. Estava longe de propiciar o trafico os mesmos lucros do seculo XVII; as dificuldades fiscaes e a affluencia de negociantes estrangeiros ás mesmas zonas africanas, o restringiram na segunda metade do seculo XVIII. A produção de fumo da Bahia era de 40 mil rôlos anuais, dos quais 25 mil iam para Lisboa e 10 mil para a costa da Mina, parece que a partir de 1710, quando reclamou a Camara contra o ato do Superintendente do Tabaco, que tentára proibir a exportação dele para a Africa (1). Em troca, vinham os negros em cerca de vinte navios, que faziam ordinariamente aquele trato. Porém não se podia negociar para lá — determinára a provisão de 18 de Outubro de 1773, cumprida até 1804 (2) — sem escalar em S. Tomé e Príncipe, “com grandes despesas, empates e riscos...”. O escravo saia muito caro ao agricultor. Por algumas quinquilharias ou buzios, tres rôlos de tabaco ou um barrilête de cachaça o comprava n’Africa o negreiro: mas boa parte da carga lhe morria no mar, tendo de pagar a porção salva prejuizos, interesse e lucro da viagem. Só el-rei cobrava por escravo 3\$500, além da dizima do fumo exportado. “Uma bôa sumaca de 10 mil cruzados e uma corveta de 20 dá occasião de achar dinheiro a

(1) Decisão de 18 de Junho de 1710. A carta regia de 9 de Setembro de 1743 mandava que fosse para o reino o melhor tabaco.

(2) LOPES DE LIMA, *Jornal de Europa*, 1 de Julho de 1928. A alfandega da Bahia pagava ás duas ilhas, de consignaçoão annual, 9 contos; e da Bahia lhes levou as mudas de cacáu, em 1822, José Ferreira Gomes, cf. SANCHES DE BAENA, *Os Grandes de Portugal*.

18 por cento...”, explicava, em 1781, José da Silva Lisboa (1). Chegavam a meter nos porões seiscentos pretos. Em 1720, transportavam os brigues 200, 300, 400 e mais (2). Pela excessiva mortalidade dos escravos, empilhados nos infectos porões, eram chamados aqueles navios de “tumbeiros”. Perdiam alguns 70% da sua carga, devastada pelo escorbuto, pelo “banza” (doença da tristeza), pelas pestes africanas.

COMPANHIAS DE COMERCIO

Não foi feliz Pombal com o sistema holandês e britânico das *companhias de comercio*, que considerava capazes de restaurar a antiga prosperidade. Limitadas a um fim mercantil, firmadas no principio do privilegio, que cerceava a liberdade particular, elas se malograram: assim a do Grão Pará (1755), assim a de Pernambuco e Paraíba (1759), assim a dos Vinhos. A do Pará incumbia-se de todos os fornecimentos, ditando o preço ás utilidades, cuja compra e venda ninguem lhe disputava. Em 1759 dava dividendos de 19 1/2% sobre cinco annos. De 15 a 16 navios, o trafico para Maranhão e Pará caiu a quatro e cinco (3). A de Pernambuco, apesar do emprestimo de 240 contos que lhe fez o governo em 1761, acabou, em 1779, com prejuizos totais. Quando, em 1778, cessou a primeira, os negociantes de Lisboa mandaram rezar “Te Deum”, de agradecimento a Deus pelo alivio dos seus males (4)...

(1) Carta a Vandelli, *Ann. Bibl. Nac.*, XXXII, 504.

(2) *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 65, p. 338.

(3) J. LUCIO D'AZEVEDO, *Epocas*, p. 543.

(4) J. LUCIO D'AZEVEDO, *O Marquez de Pombal e a sua Epoca*, p. 329, Rio, 2.^a edição.

XI

O TRABALHO NO SECULO XVIII — UM COLONO TIPICO: O JESUITA

A iniciativa particular ou a real fazenda realizavam na colonia o que as minguidas rendas municipais não podiam fazer: a penur a em que viviam as Camaras as desviava naturalmente dos trabalhos publicos, que os capitães generais ou os governadores emprendiam com o dinheiro do Estado, e lhes restringia a atividade á policia administrativa. Assim, fôra Gaspar de Souza quem fizera calçar a estrada de Jaboatão, em Pernambuco, e, a exemplo dèsta, algumas ruas da vila (1).

No Brasil, nos dous primeiros seculos, não se executaram obras publicas de vulto, em razão da indigencia municipal, enquanto os governos tratavam apenas das construções militares. Nem pontes, nem aquedutos, nem edificios notaveis (com exceção dos da Bahia e Pernambuco) se construíram nos dous primeiros seculos. Ainda em 1655 o conde de Atouguia, governador geral, achava que a Bahia, com as suas fortificações ligeiras, não era capaz de arvorar estandartes del-rei, senão flâmulas... (2). E o padre Vieira, prégando em 1690 o

(1) FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, p. 465.

(2) Doc. ms. na Biblioteca Nacional, *Codice Atouguia*, carta de 25 de Junho de 1655, f. 24, inédito.

sermão a S. Gonçalo, no reconcavo bahiano, acentuava não haver nenhuma ponte no país, o que atribuía á "inercia natural do clima..." (1).

O seculo XVIII trouxe-nos grande numero dos melhoramentos, urbanos e rurais, então introduzidos em Portugal, e pela Espanha distribuidos ao dominio da America.

Antes das Camaras, porém, a Companhia de Jesus concebeu a politica de tais realizações; pertencem-lhe as primeiras estradas calçadas, as primeiras pontes, os cais, munidos de guindastes, as maquinas para a elevação de volumes nas barreiras, a organização das forças economicas, com a habil combinação da lavoura, da industria agricola e do commercio marítimo e terrestre...

Representam os jesuitas, no seculo XVII e pelo primeiro quartel do XVIII, o que a iniciativa privada tinha de mais lucido e engenhoso nas colonias tropicais; foram, devéras, os primeiros colonos que se ajudaram da ciencia e exploraram tecnicamente as riquezas do solo; e déram aos demais moradores os tipos para o seu trabalho racional — que no seculo XVIII quasi em nada se parecia já com o trabalho primitivo e indigena, do XVI. Os jesuitas eram, nos diversos climas, produtores de couros e peles (Piauí), de cacau (Pará), de açúcar (Maranhão e Bahia, Recife e Rio de Janeiro), de algodão (Guiará, etc.), de erva-mate (Paranaguá e Missões); e tinham engenhos-modelos, um sistema de cooperação com os homens do campo, a sua distribuição movimentada pelo entendimento entre os collegios de todo o mundo, e conduzida pelo genio mercantil, que os illustrou no seculo XVII. Eram preferidos pelos mo-

(1) Sermões, XI; e Sermões Patrioticos (nota de P. Calmon p. 160).

radores, e mesmo pelo governo, (1) para depositarios dos seus haveres, e as urcas e caravelas da Companhia de Jesus navegavam as mercadorias produzidas em todos os seus estabelecimentos, desde o rio das Amazonas até ás “reduções” meridionais. Ai, sem prejuizo dos seus fins religiosos, ou para melhor os cumprir entre as populações selvagens, imaginaram (1605-1610) a organização social, que lhes inspirára a historia classica — das missões uruguaias. Foram, nos seculos XVII e XVIII, as fórmias coloniais mais discutidas e admiradas do mundo civilizado, que jamais se realizára, e em tamanhas proporções, uma experiencia de conversão e educação das multidões. Entendiam os padres que, para manter em ordem um povo arrancado apenas ao nomadismo primitivo, força seria transformar-lhe os acampamentos em colonias agricolas, dar-lhe uma disciplina religiosa e militar, tanto de convento como de caserna, suavizar a vida virtuosa (de horarios inflexiveis e habitos im-polutos) com as festas e musicas de fundo liturgico, de modo a assemelhar-se a gente aldeuada, nas suas cabanas agrupadas á roda da igreja, a uma Republica ideal... o “cristianismo felice”, de Muratori. Foi o Estado teocratico; para florescer, teve a seu serviço o genio inventivo do jesuita. “Casi ninguna arte ay de las necessarias... que los hermanos no sepan hacer”, disséra Anchieta (2). O missionario construiu os edificios, sistematizou as culturas, já em 1694 conseguia exportar o tabaco, a erva e o açúcar, produzido em 22 aldeias; criou as pequenas industrias, fiando as fibras indigenas, como fizéra Anchieta; aperfeiçoou os instrumentos agrarios, socializou

(1) P. José Caleiro S. J., *Jesuitas do Brasil e da India*, edição da Academia Brasileira, pref. do P. Cabral, p. 77, Bahia 1936.

(2) P. GONZAGA CABRAL, *Jesuitas no Brasil*, p. 210, S. Paulo.

as colheitas, extremando o trabalho do lucro individual, arremetteu os lavradores — perante a ameaça das bandeiras, em 1639 — em exercito de costumes espartanos (1). Este dispersou-se, desapareceu ao fim de seculo e meio de “republica cristã” (2), desbaratado por portugueses e espanhóis, coligados contra as “missões”; porém ao patrimonio da civilização americana se encorporaram as conquistas de senso economico e politico dos jesuitas.

A ECONOMIA DOS PADRES

No Brasil, a ação deles se exerceu em todos os campos da economia tropical. Começaram por introduzir as plantas exóticas, que completassem e corrigissem a flora nativa: os collegios, de S. Paulo, do Rio, da Bahia, de Pernambuco, foram grandes viveiros de todas as arvores de fruto e arbustos preciosos da Europa e do Oriente. Nobrega (3), Anchieta (4), Cardim, descreveram os primeiros trabalhos de aclimação daquelas especies, que seriam a maior riqueza da terra, tais a cana d'açucar, as laranjeiras, outras “arvores de Espanha”... (5). O homem arrumava a sua paisagem. O país era fertil, mas lhe faltavam as especiarias, mercê das quais se descobrira a India e as nações cruzavam os mares. Sem as especiarias

(1) Doc. nos *Anais da Bibl. Nac.*, sobre o Rio de Janeiro, doc. 1888. Em 1759, as aldeias jesuíticas, logo depois erigidas em vilas, eram 21. P. José Caleiro, *op. cit.*, p. 55.

(2) CHATEAUBRIAND, *O Genio do Christianismo*, II, 197, trad. de Camillo; L. CAPITANT ET H. LORIN, *Le Travail en Amérique*, p. 422, Paris 1914; P. MADUREIRA, *Os Jesuitas* (Rev. do Inst. Hist. Tomo especial, V. 124).

(3) *Cartas do Brasil*, ed. ra Acad., p. 98.

(4) Vd. P. CABRAL, *Jesuítas no Brasil*, p. 198.

(5) PERO DE MAGALHÃES OANDAVO, *Historia da Provincia de Santa Cruz*, f. 98, edição do Anuario do Brasil; GABRIEL SOARES, *Tratado Descriptivo*, p. 154; FERNAO CARDIM, *Tratados*, ed. GARCIA, p. 106; FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, 8.ª ed., p. 24.

(o açúcar compreendido) o Brasil seria uma terra melancolica — como lhe chamou Fernão Cardim — sem a qual não pudéra viver a metropole, afirmava em 1640 o padre Vieira (1), que produzia os mantimentos barbaros dos indios, o páu de tingir e, na costa leste-oeste, o ambar... — desprovida das grandes culturas que lhe fizeram a fisionomia economico-historica (2). O jesuita resolveu o problema inicial, importando, adaptando, cultivando; Portugal deu ao Brasil, no I seculo, o oriente e a Africa no II, o que tinham de melhor nas suas hortas e bosques. O jesuita continuou a trazer mudas de plantas. A derrocada do imperio portuguez na India favoreceu-lhe os planos; projetou Antonio Vieira transformar o Brasil em outro Ceilão, com a canela, o cravo, a pimenta, por que nada se perdesse, com a perda do oriente. “Consistia a utilidade deste meio em que, tendo no Brasil as ditas drogas, e sendo a condução delas tanto mais breve e mais facil, as podiamos dar muito mais

(1) *Sermões*, XIV, 17 (“Pelo bom sucesso das armas portuguesas”).

(2) Plantas exóticas, porém que melhor dêram no Brasil do que nas terras de origem, como Camões disse do pomo “que do golfo Persico veiu” — foram o café, trazido da Guiana Francesa para o Pará em 1727, pelo sertanista Francisco de Melo Palheta; o cacáu, que do Mexico e bacia do Orenoco passou ao Pará, donde em 1746, saíram mudas para a Bahia; as laranjeiras, transplantadas pelos jesuitas desde os primeiros anos; os coqueiros, do Oceano Pacifico, destinados a espalhar-se por todo o litoral, depois de 1660, ou 70; as jaqueiras, introduzidas na Bahia em 1683 (Doc. ms. na Bibl. Nac., inéd. códice “Doc. hist. f. 443); as amoreiras, vindas em 1755 para a Bahia (*Consultas do Conselho Ultramarino*, ms. da Instituto Historico, f. 132)... A arvore do pão, que na Bahia e em Pernambuco tão bem se aclimaria, veiu no principio do seculo XIX. Originaria das ilhas da Sociedade, vista por Cook, mandada levar pela Inglaterra, em 1787, para as Antilhas, o que se fez em 1791, de lá se espalhou pela America do Sul. As mangueiras, o cravo da India, o jameiro, as bananelras, com exceção da aborigine “pacova”, illustram a nossa tçse (vd. A. de Candolle, *L'origine des plantes cultivées*, p. 372, Paris 1896). Já dissera o poeta: “As frutas quasi todas nomeadas são do Brasil de Europa trasladadas...” (Botelho de Oliveira, *A Ilha da Maré*, f. 183, edição da Academia).

baratas que os holandeses, com que os ficavamos destruindo na India" (1).

Da mesma forma por que trouxeram das serras de Maracajú ou de Anhabai as mudas de erva-mate para as Missões (2) e revelaram a quina ("pós dos jesuitas") e numerosas outras plantas medicinais da America, os jesuitas continuaram a orientar a atividade agricola dos colonos, mantendo as fazendas mais prosperas, os engenhos mais perfeitos (3), os estabelecimentos mais adiantados de toda esta terra. Neles, fosse no nordeste, em Campos, no Rio, no S. Francisco (4), ou em Curitiba depois de 1708, "tinham em tudo uma ordem e uma atividade impossivel de sobrepujar-se..." — disse Saint-Hilaire, que pôde contrastar com a decadencia, posterior á expulsão da Companhia, o admiravel progresso de suas propriedades (5).

Seria o padre um concorrente do colono? Não o foi; mas sofreu as consequencias da sua audaz iniciativa como se tivera o colono por inimigo. O jesuita não engenhára a sua organização economica para combater ou restringir o trabalho colonial; não vendia no país os seus efeitos, e se os negociava para fóra não o sentiam os comerciantes, que o não encontravam no seu caminho. Os missionarios inquietavam e indispunham os colonos pela sua politica em relação aos indios, escravos destes. Foi o grande mo-

(1) *Cartas*, II, 227.

(2) ROMARIO MARTINS, *Herb-Mate*, ps. 22-3, Curitiba, 1926.

(3) Vd. Descrição da fazenda que o collegio de Santo Antônio tem no Brasil, *Anais do Museu Paulista*. IV, 778.

(4) W. M. ROBERTS, *Notes on The S. Francisco River*, p. 6, London 1880.

(5) SAINT-HILAIRE, *Vingem no interior do Brasil em 1820*, trad. notas de DAVID CARNEIRO, p. 183, Curitiba 1931; ROCHA POMBO, *Historia do Paraná*, p. 45, S. Paulo 1930. Foi a mesma a impressão colhida em Campos por CH. RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, III, 9, Rio 1859.

tivo; sem a questão dos cativos o drama da catequese não ofereceria os aspectos tragicos que teve na região das Missões e no extremo norte.

A QUESTÃO DOS INDIOS

Viéra a Companhia ensinar-lhes a fé, em 1549; ufanava-se de ter contribuido, antes mesmo de constituida em ordem religiosa, para que o pontifice romano reconhecesse aos indios a personalidade humana; não fôra a conversão deles, o seu papel no Brasil poderia ser cumprido por tantas outras religiões, menos combativas e indomitas. Os jesuitas, para não mentirem á sua origem, jamais transigiram com a injusta escravização dos indigenas. E os colonos, em satisfação dos habitos e necessidades da terra, nunca lhes toleraram a intervenção na sua economia privada. Que o escravo era o trabalho, o pão, o Brasil. Habilmente, o jesuita desviára do indio para o negro as preferencias dos lavradores do litoral. Animaram, encorajaram, facilitaram a importação de escravos africanos, com o que se livraram os *brasis*, entretanto destruidos ou repelidos ao cabo de numerosas guerras, que os padres com a sua brandura, e os mesmos governadores tão amigos destes, como Mem de Sá, não puderam evitar. A introdução de escravos pretos em lévas sucessivas afastou a ameaça da escravidão vermelha das zonas agricolas e ricas da costa; entenderam os padres de entrar com os seus propositos humanitarios por S. Paulo e pelo Maranhão. Tinham obtido do rei D. Sebastião a lei de 20 de Março de 1750, declarando fôrros todos os indios, "salvo aqueles que forem tomados em guerra justa". Porém a corôa não foi tão desvelada como os jesuitas na defesa dos gentios. Para melhor applicação da

lei de 1570, capitulára-se um acordo na Bahia — a 6 de Janeiro de 1574 — pelo qual a “guerra justa” era entendida como a que faziam os capitães pelos seus regimentos ou, fóra destes, nos casos em que precedia votos das Camaras. Uma lei de 30 de Julho de 1609 declarou os indios inteiramente livres e cominou graves penas para os que os cativassem; a instancias dos colonos, entretanto, outra lei, de 10 de Setembro de 1611, autorizava o cativo em consequencia de guerras justificadas ou por motivos justos, e por um prazo maximo de dez anos, podendo ser os indios aldeiados sob a direção de “colonos de vida exemplar” (não mais jesuitas), indicados pela autoridade civil. Os padres dôeram-se do regresso, que os novos dispositivos legais representavam, á epoca da infrene escravizaçãõ dos caboclos; no sul fizeram as “missões”; e em Portugal e no Brasil, lembrando sentidamente o reinado propicio de D. Sebastião, concorreram para que se formasse a mentalidade patriotica e “sebastianista”, de que resultou a independencia portuguesa em 1640. Os padres espanhóis das “missões” obtiveram do papa Urbano VIII a publicação, no Brasil, da bula de Paulo III, a favor dos indios do Perú, que fulminava com a excomunhão os cativadores destes. Foi o padre D’az Tano, um dos missionarios guairenhos que saíram das *reduções* para pedir ao rei e ao papa o castigo dos sertanistas de S. Paulo, que as assaltavam -- que appareceu no Rio de Janeiro com o breve pontificio. Revoltou-se o povo, não conseguiu o governador Salvador Corrêa detê-lo, o padre Tano sofreu as ameaças e injurias da multidão que o cercava no Collegio, e pôde apenas a habilidade das autoridades amainar o temporal mediante um acôrdo, que suspendesse a execução do breve (22 de Junho de 1640). A Camara de S. Paulo votou, no ano seguinte, a expulsão dos jesuitas. Eles

voltaram em 1645; e para o Maranhão foi Antonio Vieira, que de D. João IV, seu amigo, alcançou a entrega á Companhia de todos os assuntos atinentes á liberdade e administração dos indios. Tambem os maranhenses não concordaram com semelhante poder atribuido aos missionarios, e lho disputaram, com armas na mão. Não passariam sem escravos indios, fosse qual fosse o nome que lhes déssem; debalde os padres apelaram para a catequese dos colonos, os recursos espirituais e materiais de que podiam dispôr, a sua politica, tão influente nas côrtes. O conflito, com as alternativas de medidas violentas e decisões suspensivas, favoravel aos jesuitas no reinado de D. João IV, contrario a eles no de Afonso VI, novamente á sua feição no de D. Pedro II, o conflito continuou, até o ministerio de Pombal, a quem coube vibrar o ultimo golpe no cativeiro dos indigenas, com a lei de 1755. Quatro anos depois foram os jesuitas expulsos do Brasil e de Portugal (alv. de 3 de Setembro de 1759), vitimas do odio que lhes tinha o ministro; e, quatro anos mais tarde, pelo Papa Clemente XIV, extinta a Companhia de Jesus.

A SOCIEDADE — A CASA COLONIAL --
ESPIRITO DA CIVILIZAÇÃO
PORTUGUESA

NA cidade — a casa, resultante da aclimação do colono, também se transforma, nem mais portuguesa, nem indígena, senão feita de elementos combinados, do casal luso-mouro e da *ocara* tupi. Caracteriza-se pela varanda, extensão do copiar europeu, que protegia do sol e abria aos ventos a habitação. Esta, de começo dividida em duas ou tres peças, cortadas pelo corredor, sem pavimentação e sem fôrro, eleva-se em sobrado, ganha socavões e *senzalas* pela necessidade que tem de abrigar, em plano inferior, os escravos da familia. Os costumes, de um lado, do outro o clima, completam, no fim do seculo XVI, a fisionomia da *casa colonial* — que não apresenta uma arte exterior, além da sua sóbria estrutura, nem um traço estético proprio. Somente com a intervenção de artistas portugueses e a importação de granitos, que não havia na Bahia (1), o desenvolvimento do commercio e do luxo, criando os habitos requintados, do seculo seguinte, rendilhou em portais o ornamento classico (Renascença), correu frisos e cornijamentos ao largo das fachadas e enriqueceu o inte-

(1) LA BARBINNAIS, *Nouveau voyage*, etc., III, 181.

rior com algum mobiliário, desconhecido no século anterior. Nem se importavam móveis — lavrados na terra por artistas em formação — nem o conforto exigiu, entre 1550-1600, mais do que uma vasta, copiosa coleção de utensílios de prata, alfaia que, por todo o período colonial, exprimiu abundância e nobreza. Reduzia-se o mobiliário á réde, dos índios, a uma mesa, a alguns escabelos e um bofete. Nem tapetes (alem das esteiras de fibras indígenas), nem quadros, nem cristais, nem livros (afóra os devocionários e, no século XVII, “Diana de Montemor” ou “Os Lusíadas”...) (1) nem outra cerâmica que não fosse a dos índios, com os seus vagos desenhos. Fundada em 1619, a Câmara do Maranhão pedia a el-rei um livro das Ordenações — coisa tão rara que não havia em S. Paulo até 1587 (2) — uma bandeira, vinte varas vermelhas, dous cartapacios para a escrita, algum papel, uma campainha e um tinteiro (3). Tanto bastava para alfaiar-se uma Câmara. A falta de luz completava aquele quadro de humildade. Até 1602, quando se iniciou a pesca da baleia, alumia-vam-se os moradores da Bahia com azeite doce ou de palmeiras da terra, do qual eram muito gulosos os negros boçais, tanto que se lhe juntava azeite amargo e repulsivo, para evitar que o bebessem nos candieiros (4). A cera para as velas era cara e as resinas para as tóchas desconhecidas. O azeite de baleia, porém, fornecido pela maior quantidade de cetáceos que ainda se pescára — disse em 1610 o viajante Pyrard de Laval — tornou acessível a todos os lares a iluminação. Matavam-se trinta ou quarenta

(1) Cf. testamentos da Bahia, por nós estudados nos *Livros de Tombo da Misericórdia* bahiana, ms. inéd.

(2) TAUNAY, S. *Paulo nos Primeiros Anos*, p. 93, Tours 1920.

(3) CAPISTRANO, *Prolegômenos a Frei Vicente*, 3.^a ed., p. 457.

(4) FREI VICENTE, *Hist. do Brasil*, 3.^a ed., p. 396.

deles ao tempo de frei Vicente do Salvador, produzindo cada um vinte pipas de azeite. Em S. Paulo, entretanto, pelo fim do seculo XVI, era prohibido o transito pelas ruas durante a noite, e castigado quem ousasse sair com a sua lanterna, pois podia pôr fogo aos casebres de sapé.

A industria domestica era a fiação do algodão nas rócas, a tecelagem e os doces de conserva, que entretinham á roda da senhora as escravas habilitadas. Dessas artes as familias tiravam um ganho certo, mandando vender ás ruas os seus produtos, como se usou geralmente no Brasil, principalmente no norte, por tres seculos. Mulheres havia que dirigiam, em casa, um pequeno batalhão de fiandeiras, como aquella devota velha, referida por Jaboatão no "Orbe Serafico", que tomára a si fornecer de panos todas as igrejas da capitania.

Maior pobreza revelava a indumentaria. Dentro de casa as raparigas vestiam um simples camisão. Possuiam, para as cerimoniaes, um unico vestido, que era um patrimonio. Até o seculo XVIII, as damas bahianas não tinham mais de dous ou tres vestidos, de tafetá ou chamalote, que constavam de verbas testamentarias e passavam de mães a filhas, com as baixelas e as joias (1). Os homens, (que um viajante dividia em tres classes, senhores de engenhos, negociantes e maritimos) (2), trajavam-se com riqueza em Olinda — "mais de cem homens teem de mil até 5 mil cruzados de renda", advertia Gabriel Soares (3) — onde o padre Cardim viu, em 1583, "leitos de damasco carmezim, franjados de ouro, e ricas colchas

(1) PEDRO CALMON, in *Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia*, n. 53, p. 426.

(2) LA BARBINAIS, *op. cit.*, III, 186.

(3) *Trat. Descr.*, p. 35.

da India...” (1), tratando-se os senhores de engenho como grandes fidalgos. Persistiu o costume de nunca saírem a pé homens e mulheres de condição, cujo veículo habitual era a “serpentina”, carregada por escravos, somente substituída pela cadeira de arruar ou pelo carro no século XVIII. Foi na época do açúcar reputado — e apenas na região do açúcar, que um certo esplendor cercou a aristocracia camponesa. Os testamentos da Bahia mostram uma pobreza extrema de tecidos finos, menor que a de S. Paulo, onde a vida campestre restringe as possibilidades de fausto, porém infinitamente maior que a de Lisboa e Porto, cheios de têlas de Flandres e Italia, de lãs inglesas e sêdas de França. Conta Frei Vicente que D. Pedro Manoel, irmão do conde de Atalaia, cujo navio os holandeses afundaram em Fernando de Noronha, recebeu do capitão do Rio Grande do Norte uma roupa, e recusou as que em Pernambuco lhe quiseram dar, porque bastava aquela para voltar a Portugal (2).

Também não se comparam às igrejas do século XVII, jesuíticas, e às do XVIII, barôcas, que admiravam aos viajantes do tempo (3), as igrejas tôscas do século XVI. A Ajuda, da Bahia, estivera coberta de palha até o governo de Mem de Sá. Em 1572, levantada de novo em cantaria, imitava as igrejas românicas do Minho, ainda sem o frontão de linhas curvas, do gosto jesuítico-francês, comum às fachadas do século XVII. No interior, a capela-mór, de uma Renascença transformada, ou traduzida, pela bastardia da composição, era de um severo efeito, sem a graça das colunas torcidas, o trono enfeitado, a

(1) *Trat. da Terra*, p. 320.

(2) *Hist. do Brns.*, 3.^a ed., p. 385.

(3) Cf. COMMODORE BYRON, *A voyage round the World*, London, 1767, p. 21.

talha, que depois tão profusamente opulentou os templos brasileiros. As duas grandes construções religiosas do governo de Mem de Sá, a Sé e a igreja da Companhia, não puderam concluir-se, na fórmula definitiva, senão em 1635 e 1675, respectivamente. Da primeira disse Pyrard de Laval: “y une très belle église cathedrale ou Assée ou y a doyens e chanoiens...” (1).

Não houve uma arquitetura militar própria do Brasil. As fortalezas da costa, construídas primeiramente por engenheiros portugueses e espanhóis, (2) o mais ilustre deles Francisco de Frias (1617-1624), depois por engenheiros de diversas nacionalidades, como Miguel de Lescolles (1650), João Massé (1715-1722), Jaques Funck (1770) — obedeciam a um tipo uniforme, de praças fortes de risco castelhano, que a artilharia simplificára, tornando excusadas as torres e os altos muros que os portugueses edificaram na Índia (Diu, Chaile, etc.) e em Marrocos, ainda no século XVI (Kechla, etc.). Das torres, erigidas em obediência ao regimento de Tomé de Souza, só uma atravessou de pé o século XVII, a de Garcia d'Avila. As *caixaras* indígenas, algumas duplas e guarnecidas de guaritas, como a do “Mel Redondo”, na Boipeba (3), foram a defesa primitiva de S. Vicente, de S. Paulo, de Iguarassú, do Rio de Janeiro, de Vila

(1) PYRARD DE LAVAL, *Voyage*, p. 539.

(2) Alegando a ruína da Sé, o provedor-mór da fazenda da Bahia dizia não haver ali nenhum engenheiro, em 1761 (Ofício de 1 de Outubro de 1761, *Anais da Bibl. Nac.*). O engenheiro da capitania, por sinal o melhor da colónia (*Anais da Bibl. Nac.*, XXXI, 110), era o tenente coronel Manoel Cardoso Saldanha, então incumbido de montar uma fábrica de salitre em Montes Altos. Foi com o capitão engenheiro José Antonio Caldas, lente da aula de fortificações, fundada na Bahia em 1691, e que o governador conde de Azambuja achara “quasi deserta” e “hoje tem multos aulistas e com operosidade”... (Ofício de 26 de Março de 1767, *Anais da Bibl. Nac.*, XXXI, 161).

(3) FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 389.

Velha, do Ceará (“forte de taipa”). Os “muros”, corridos á volta da cidade por Tomé de Souza, eram ainda as palissadas dos tupinambás (taipas de pilão, diz o cronista), combinadas com os baluartes ou torções, que, de alvenaria, os sustentavam. Porisso desapareceram os “muros” tão completamente que, reconstruídos por D. Francisco de Souza, já não existiam alguns em 1612, quando Baltazar de Aragão, á noticia de corsarios franceses, tratou de fazer de “cercas de páu a pique”, e de pedra e cal, o muro e portal da banda do Carmo (1). Acrescentou-lhe valas de torrão, em 1623, o governador Diogo de Mendonça Furtado (2); porém, em 1638, o desuso e a ferrugem inpediam os bahianos de fechar a porta do Carmo...

“Taipas rudes e grosseiras” eram os muros de S. Paulo, ou melhor, as “cercas da vila”, na linguagem da sua Camara. Sabemos, pelas decisões da edilidade paulistana, que não passavam de “taipas de pilão”, com portas de madeira que foram, certa vez, roubadas por um vizinho (3)...

Aliás, o fenomeno da urbanização — ou fosse a predominancia da cidade sobre o “engenho” ou a “fazenda” — viria apenas com a fixação de uma burguesia mercantil, o crescimento da população, o aumento do comercio, e com a sua riqueza, a animação da vida social nos entrepostos, que eram Recife, a Bahia, o Rio de Janeiro. Olinda, em 1583, fôra vila de setecentos habitantes. Em 1587 a cidade da Bahia podia ser defendida por 2 mil brancos, 4 mil

(1) FREI VICENTE, op. cit., p. 482. O perfil da primitiva cidade não havia de ser muito diverso do das praças da India, que ilustram as “Lendas” de GASPARE CORREA (Edição de Lisboa, 1863).

(2) FREI VICENTE, p. cit., p. 503.

(3) TAUNAY, S. Paulo nos Primeiros Anos, p. 8.

negros de Guiné e 6 mil índios — no cálculo de Gabriel Soares. Em 1584 — conforme a “Breve relação das cousas relativas aos Colegios etc.” — os padres confessaram na capital 500 e no reconcavo 5.402 fieis; nos engenhos fizeram 459 casamentos. Em 1594 a policia da vila de S. Paulo era feita por seis homens, suficientes para acobertá-la de todo desasocego. Aquela escassa população permitira á Bahia, assim quando a atacou o corsario inglês em 1594 e a ameaçou o holandês em 1604, entrincheirar-se toda nos matos suburbanos, abandonando o povo as suas casas...

XIII

LETRAS E ARTES NA COLONIA

DEVERAS a literatura é a fórmula de uma nacionalidade, se a retrata; mas é sobretudo o seu espirito, se lhe traduz o "inconciente". Tres seculos não nos dêram uma literatura propria. Durante o periodo colonial tivemos, nossa, uma poetica, menos de tres ou quatro poetas que do povo, em cujo espontaneo lirismo ella se perpetuou. Porisso a expressão litteraria, puramente popular e representativa do Brasil colonial, foi Gregorio de Matos, o primeiro trovador da "modinha", consagrada em Portugal no seculo XVIII. A nossa prosa, como a syntaxe, não divergiram dos modelos metropolitanos, copiados servilmente, e graças a essa differença, entre a lingua que se escrevia, culta, e a que se falava, corrompida ou dialetada, baldadamente procuramos na escassa bibliografia brasileira daquelle tempo os traços de um espirito regional. Somente o seculo XIX marcaria a separação intellectual de reino e colonia, consequencia da sua separação politica (1).

(1) Não têm sentido, ou são apenas uma subtiliza de metodo, as "fases" da nossa historia litteraria marcadas nos compendios: I. Epoca de formação — até Gregorio de Matos. II. Epoca de transformação. Dos mineiros aos proromanticos... (ARTUR MOTTA, *Hist. da Literat. Bras.*, I, 254). AFRANIO PEIXOTO deixou clara e sem-razão de tais periodos, *Noções de Hist. da Literat. Brasileira*, p. 22, Rio 1931. O metodo proposto por Afranio corresponde, seguramente, á verdade dos fatos; Literatura colonial; imitação da metropole — classicismo; imitação da metropole — cultismo; imitação da metropole — arcadismo; literatura revolucionaria, etc.

PRIMEIRAS LETRAS

A instrução era jesuitica. Só os jesuitas fundaram collegio ("colégios" e "residencias" chamavam-se as suas casas), só eles tinham "classes", donde serem "classico" os autores aí estudados, só eles ministravam o ensino elementar, de acordo com a "Ratio Studiorum", que modificára o metodo da Universidade de Paris — ensino integral, concentrico, progressivo, aristotelico, igualmente de humanidades, moral e ginastica. Em 1681 os homens da governação da Bahia chegaram a pedir a el-rei a equiparação do collegio local á Universidade de Evora, como lhes parecia justo... (1). Porisso em Minas, onde não se estabeleceram jesuitas, em 1776 não havia sequer uma escola. Professores incomparaveis — bem o salientou Macaulay (2) — a uniformidade da sua pedagogia não podia entretanto desenvolver ideias estranhas á disciplina moral e á ordem estabelecida. Fóra do Brasil eles propagaram as maravilhas do nosso mundo e, por amor á catequese, o elogio do indio, causa inocente de uma revolução filosofica, qual a do seculo XVIII. No Brasil, ajudaram a frondejar uma literatura paisagista e gongorica que cultuava a terra, fazendo-lhe o bem de reputar o clima tropical que os povos da Europa consideravam vagamente a zona horrida dos calores e fêras mitologicas. A mesma necessidade de defesa do clima brasileiro liga, através do tempo, Usselinex, principal fautor da Companhia das Indias Ocidentais, e o bispo do Rio de Janeiro que, em 1749, estimulava o "comercio de Portugal e suas colonias..."

(1) Documentos historicos, ms. na Bibl. Nac. inédito.

(2) EGAS MONIZ, *Problemas de Educação Nacional e de Instrução Publica*, p. 164, Bahia 1923.

ESCOLA BAHIANA

Predomina nas letras luso-brasileiras — reação que se apassivou em lirismo — o ditirambo, ou a exaltação do país, descritiva e exagerada, comum a todos os autores, desde frei Vicente do Salvador, primeiro brasileiro que escreveu livro (1627), a Simão de Vasconcelos, desde Antonil a Nuno Marques (“O Peregrino da America”, 1727) e Rocha Pita, desde Gabriel Soares a Antonio Vieira, compreendendo toda a epistolografia jesuitica, a datar de . . 1549. Nenhum canto mais romantico das belezas patrias modulou essa literatura do que o “Dialogo das Grandezas do Brasil” (1618), precedido da “Grandeza das capitancias do Brasil”, de Domingos d’Abreu Brito (1592) e sucedido, em verso, pelo poema da Ilha da Maré, de Manoel Botelho de Oliveira, o primeiro poeta brasileiro que publicou as suas estrofes (1705). As tintas da natureza ofuscavam a figura humana e só havia lugar para o embevecimento. Quando os autores brasílicos se lembraram do homem, foi para idealizá-lo, no indianismo pre-romantico, fantasiando o forte e livre indio que os filósofos reabilitaram — e os colonos exterminaram.

GREGORIO DE MATOS

O primeiro poeta do Brasil que deu á sua lira vozes nativistas, combatendo, satirizando máus governos, e incitando o povo a desdenhar dos opressores, foi Gregorio de Matos, cujas poesias são reflexos, ás vezes traduções de Quevedo e Gongora.

“Que os brasileiros são bestas,
E estarão a trabalhar
Toda a vida por manterem
Maganos de Portugal.” (1)

Nessa quadra se concentram todas as irritações do nativismo, que assim se afirmava. E' notar-se que os moldes poeticos criados entre 1681 e 1696 por Gregorio de Matos ficaram no Brasil, apesar de nunca lhe terem publicado os versos... ou porisso mesmo (2). O “A. B. C.”, o “Adeus”, o “Testamento”, a quadra dos descantes á viola, modismos poeticos em cujas emoções se caldeia o folc-lore nacional, popularizado em Portugal por Tomaz Pinto Brandão, discipulo e amigo de Gregrio, já existem na obra tumultuaria do precursor, tornado ele mesmo lendario, portanto repetido e imitado em todas as regiões penetradas da influencia bahiana (os vales do S. Francisco, do Parnaíba, do Jaguaribe, do Apodi...) Para La Barbinnaís, a *modinha* da Bahia lembrava musica chinesa e “gigues” da baixa Bretanha (3). Caldas Barbosa ajeitou-a á metropole.

VIEIRA

O padre Antonio Vieira, desde 1634, quando surgiu prégando, criou uma fórma politica, nos ser-

(1) *Obras de GREGORIO DE MATOS*, edição da Acad. Bras., IV, 140. Coleção Afranio Peixoto.

(2) V. JOSE' VERISSIMO, *Hist. da Literat. Bras.*, p. 96, Rio 1916.

O mote e a glosa em decimas continuaram, no sertão, identicos aos do poeta seiscentista. A impressionante analogia estende-se á cantilena.

Realmente, o sarcasta de “Marincolas” está para as nossas letras como para as portuguesas Gil Vicente: ambos transmitiram, na fiel linguagem villã, um sentimento popular. (Cd. OSCAR DE PRATT, *Gil Vicente*, D. 28, Lisboa 1931).

(3) *Nouveau voyage autour du monde*, III, 205.

mões e nas cartas para a defesa da colonia, advogando-lhe os interesses materiais e espirituais com uma linguagem ousada (1). “Muito deu Pernambuco; muito deu e dá hoje a Bahia, e nada se logra: porque o que se tira do Brasil, o Brasil o dá, leva-o Portugal”. Escrevendo, aconselhando, orando, esse jesuita genial, (2) que aos oito anos viéra para o Brasil, foi um protetor obstinado dele: com Vieira, porém, floresceu o pensamento português, não um pensamento “brasileiro”.

As duas Academias que se fizeram na Bahia, de “Esquecidos” (1724) e “Renascidos” (1759), e a do Rio de Janeiro, dos “Felizes” (1738), não puderam definir uma fôrma “brasileira”. As chularias poeticas de Gregorio de Matos não venceram o espirito *cultista*, que, aprendido nos Colegios coloniais ou em Coimbra, uniformiza a literatura da metropole e da colonia. A politica officialza essa indeterminação, proibindo que se instalassem prélos no Brasil — ao contrario do que ocorria na America espanhola (3) — e a divulgação, no reino, de livros analiticos ou descritivos, que revelassem ao estrangeiro os recursos americanos: assim, é supressa a edição da obra de Antonil, apesar de escrita por um padre da Companhia (Andreoni) e o mesmo destino têm, 47 anos depois, os “Discursos politico-morais”, do fluminense Feliciano Joaquim de Souza Nunes. Uma officina de tipografo que, no Rio, imprimiu a relação da entrada do bispo D. Antonio do Desterro e o “Exame do bombeiro” do brigadeiro Alpoim, braço direito do governador, foi

(1) V. “Sermões Patrioticos”, anotados por Pedro Calmon, Rio 1933.

(2) Vd. P. LUIZ GONZAGA CABRAL, Vieira Prégador, p. XXVIII, Braga, 1936.

(3) Vd. VICENTE G. QUESADA. La Vida Intelectual en la America Espanola, ps. 63 e segs. Buenos Aires 1917.

imediatamente destruída (1747). A maioria dos escritores do Brasil no século XVIII não conheceu o benefício da imprensa: Pedro Taques, Borges da Fonseca, Loreto Couto, José de Miralles, Gonçalo Ravasco, Rita Joana de Souza... Por outro lado, os brasileiros que passavam a Portugal confundiam-se com os portugueses de lá: assim o teatrologo Antonio José da Silva, o teólogo D. Tomaz da Costa Lima, o moralista Silva da Eça... Na comédia popular do "judeu brasileiro", Antonio José da Silva, que foi o Gil Vicente setecentista, o seu único elemento americano, a *modinha*, não a caracterizou, como simples tonalidade dos costumes de Lisboa de 1734, que os estrangeiros julgavam criação portuguesa (1).

NACIONALISMO

A inspiração *brasileira*, cativando uma juventude ambiciosa de reparações para a terra, tem uma data política e materializou-se num poema: em .. 1781 publicou frei José da Santa Rita Durão, natural de Minas Gerais, o "Caramuru", "Poema épico do descobrimento da Bahia". Já em 1769 estampára José Basílio da Gama — outro mineiro — o seu poema "O Uruguai" (2). Circunstancia relevante: os dous poetas nasceram nas montanhas auríferas de Minas e receberam a directa influencia do ambiente, opresso e violento, da riqueza, do despotismo e da revolta, onde penas terriveis castigavam faltas leves e os recrutamentos para as lutas do sul feriam a população como outras tantas "derramas", mas de

(1) TEOFILO BRAGA, *Hist. da Literat. Port.* — Os Arcades, p. 136, Porto 1918.

(2) Vd. SILVIO ROMERO, *Hist. da Literat. Brasileira*, I, 187 e seg., Rio 1902..

sangue. No "Uruguai" sobresáem, precursôres do romantismo, uma ternura pelas paisagens, um indianismo ideal (o bom indio, de Montaigne), uma dependencia do meio fisico, "legitimamente americano", segundo Garrett; mas o motivo "brasileiro", vibrante de lirismo, que dá á epopeia o seu carater nacionalizante, surge primeiramente em "Caramurú". Acontecia que a America do Norte se libertára da Inglaterra, e a França, dos filósofos e economistas, tomára o partido da novel Republica. A "America" era o assunto, a moda, a sensação daqueles freneticos tempos de transformação universal. Refletindo aquella "americanização" da literatura, uma Academia se fundou no Rio de Janeiro em 1780. No convento da Conceição, ao redor do bispo D. José Coutinho, os homens de letras fluminenses fizeram a sua arte (1). Surgiu enfim a *escola mineira*. Compunham-na poetas sentimentais que, bacharelados em Coimbra, voltavam á patria escandalizados da sua servidão. Duplamente suggestionados, pelo descontentamento de seus irmãos nas Minas e pela utopia dos seus companheiros da Universidade, eram naturalmente conspiradores: porisso as suas tertulias acabaram numa tragédia e os progonos foram martires. Literariamente, distinguem-se Claudio Manoel da Costa, que compoz um unico poema *brasileiro*, "Vila Rica" — Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, por um "minimo" de classicismo, em confronto com os poetas lusitanos. Eles modificam a poesia, emprestando-lhe alguma coisa que era só do Brasil, e pôde Gonzaga sublimar o amor em Marilia, que é "obra pessoal", escapa e superior ás formulas e competencias das escolas" (2).

(1) PORTO ALEGRE, in "Guanabara", 1850, p. 318.

(2) JOSÉ VERISSIMO, Prefacio de "Marilia de Dirceu", p. 31, Rio 1910.

Superior ás escolas, não fóra destas. “Marília” é o canto pastoral, em que a delicadeza do cantor veste a túnica de Alceste e a sua candura revive Citará (1). A despeito desse abuso da mitologia, os seus versos ganham uma popularidade que só os de Casemiro de Abreu lhe disputariam tantos anos depois, e induzem á imitação os outros poetas, até á Independência. O choque político, de 1821-1823, dissipou no Brasil a névoa arcádica, exaltando o índio, as brutais realidades da terra, a sua beleza: e pela separação definitiva da metropole, a reação á *moda* que ela nos impunha — o nativismo “jacobino”, a retórica francesa, o ideal pan-americano, a vaidade do nosso barbarismo rebelde traduzido em apelidos indígenas, que aditaram aos seus nomes os revolucionarios da Independência (*Montezumas, Cangusús, Tupinambás, Patativas, Itapicuru's...*) A emancipação política arrebatou-nos ao centro comum de cultura, que era a velha Coimbra, e a imitação de França, sucedendo á imitação inglesa que abrange o periodo do Brasil-Reino, agravou, no terceiro decennio do século XIX, o cerebralismo que fazia daquela literatura um instrumento, não uma representação de ideias coletivas. Daí — no campo social — a possibilidade de instituições mais adiantadas que as proprias elites, a disparidade entre o pensamento traduzido e o sentimento inato, a duplicidade da evolução nacional, num sentido exterior, a refrangir as emoções civilizadas, transmitidas pelo jornal — o grande veículo literario — e pela oratoria parlamentar; e num sentido interior, a desenvolver as

(1) Gonzaga, sobretudo subjetivo, não manifestou nenhuma emoção nativista na sua lira, se se excetuar a VII do livro 2.º. Na XXIX concita Marília a deixar o “turvo ribeirão” em que nasceu e “as já lavradas serras” (Minas) para passar ao “claro Tejo”.

forças imanentes e próprias, mascaradas, não anuladas pela ideia importada. Em politica, aquella evolução foi do governo absoluto para a monarquia constitucional, talhada pelos figurinos da Europa. A outra, foi do unitarismo constitucional para o semi-federalismo de 1834, da dominação central para o municipalismo, da coesão, ideal, para a descentralização, espontanea. Em arte, "classicos e romanticos", os primeiros parados nos prados da Georgia, os outros aturdidos por todas as vibrações de 1830 -- o passado, a selva, a plébe, o drama dos povos, as viagens, a natureza e o homem. Literariamente ainda, essa ultima fase do pensamento brasileiro corresponde a trinta anos de caracterização nacional -- economica --, 1838 e 1868, quando se embatem "tendencias nacionais e influencias estrangeiras", para repetir a formula de um pensador (1).

A vitória do nacionalismo integral resultou da emancipação intelectual do Brasil, após as asperas lutas pela libertação do escravo, pela Republica e pela democracia.

ARTE COLONIAL

Não ha, na colonia, arte propriamente brasileira. Mas grandes artistas do Brasil conseguem transmitir a sua influencia aos estilos que trouxeram os mestres de Portugal, de Espanha e Italia. São sobretudo entalhadores de madeira na Bahia, esculptores de pedra em Minas Gerais, que enfeitam com o seu gosto individual as construções barôcas (seculos XVII e XVIII).

(1) MIGUEL CALMON, *Tendencias Nacionais e Influencias Estrangeiras*, Bahia 1921.

A arquitetura florescente na colônia é a jesuitica-barôca, cujo maior monumento está na Bahia: a Catedral. Coincidiu a colonização com o domínio espiritual da contra-reforma e dos jesuitas, e a transformação dos estilos artísticos da Renascença (cópia do clássico, paganismo estético) em formas adaptadas ao culto divino e às necessidades do fausto religioso. Criou-se um tipo de igreja modesto, com ligeiros ornatos, sem preocupação de beleza exterior, sacrificando a arquitetura — em decadência — pela escultura do interior, cuja riqueza e abundância se proporcionavam com o esplendor da religião católica. Contribuiu essa nova interpretação da arte para formar uma escola colonial de escultores, entalhadores e pintores, enquanto as construções continuavam mesquinhas, com exceção de templos e conventos (notáveis pela harmonia das massas e efeito de conjunto) geralmente planejados por engenheiros europeus.

Somente no século XVIII surgem, na Bahia e no Rio de Janeiro, núcleos de artistas que fazem “escola”.

A “escola bahiana de pintura” inicia-se com José Joaquim da Rocha, autor dos painéis dos tectos da Conceição da Praia, do Rosario, de S. Pedro, de S. Domingos, da matriz de Santo Amaro, e cujos discípulos mais distintos foram: Verissimo de Souza Freitas, Lopes Marques, Antonio Dias, sobretudo José Teófilo de Jesus e Antonio Joaquim Franco Velasco, superiores estes ao mestre. A “escola fluminense de pintura” é mais recente, se bem que frei Ricardo Pilar, o primeiro da série dos artistas que a compõem, tenha florescido em 1700. José de Oliveira foi o mestre de uma pleiade de pintores, como João de Souza e João Florencio Muzzi. Discípulos

de João de Souza foram Manoel da Cunha, o melhor retratista, e Joaquim Leandro, autor de excelentes paisagens. Seguem-se Manoel Dias de Oliveira, o Romano, que é o primeiro pintor a copiar modelo vivo, e José Leandro de Carvalho, retratista insigne. Estes são os nomes que a arte fluminense apresenta antes de 1816, quando a vinda da missão francesa de Lebreton, e a fundação da Escola de Belas Artes, crearam no Brasil uma robusta e magnífica geração de pintores, escultores e arquitétos.

Pela originalidade e imprevisto de sua arte tem lugar especial o "Aleijadinho", Francisco Antonio Lisboa, que encheu de igrejas barócas a região mineira entre Ouro Preto, Congonhas do Campo, Sabará, e S. João del Rei. O "Aleijadinho" deu á arquitetura de imitação italiana um traço inconfundível na associação da escultura e da construção, e trabalhou admiravelmente a pedra olar de Minas Gerais. Nenhum arquitéto do Brasil colonial lhe ultrapassa a imaginação criadora; nenhum póde tão bem exprimir as possibilidades de um estilo movimentado e pessoal nestes tropicos — estilo que valorizava os impulsos e o sentimento do homem, apurando ou descobrindo as energias espirituais, o ideal artistico sugerido pela liberdade de linhas, pela opulencia ornamental e pela independencia de concepção do barôco.

XIV

A ADMINISTRAÇÃO — A JUSTIÇA — O CLERO

PORTUGAL criou no Brasil uma administração tão simplificada que, de fato, concidiam as suas raiaes com as dos centros de população (zonas condensadoras). O funcionario régio era geralmente substituído pelo funcionario municipal, que acumulava funções de justiça e governo, num tempo em que alguns municipios eram mais extensos do que os Estados atuais. O governador geral ficava na Bahia, como eixo de um sistema, representante del-rei, essencialmente o protetor militar, cuja vigilancia se estendia a todo o país, no resto equivalente aos outros *capitães generais* das capitánias. Os governadores gerais proviam os postos militares até sargento-mór — dependentes porém as provisões de confirmação régia —, informavam-se dos serviços de fazenda, preveniam a defesa da colonia, advertiam os capitães-móres sobre as necessidades dela. Realmente não governavam aquelas capitánias — como esclareceu um aviso do Secretario do Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4 de Fevereiro de 1765 (1); tinham sobre elas apenas uma supe-

(1) *Comentarios de D. FERNANDO JOSE' DE PORTUGAL*, ao Regimento de Roque da Costa Barreto, *Documentos Historicos*, VI, 403.

rioridade de alçada, definiu D. Fernando José de Portugal, anotando o regimento que trouxe Roque da Costa Barreto (1). O governo da metropole considerou o Brasil como uma pluralidade de colonias, que deviam submeter-se a uma fiscalização unica; impressionado pelas circunstancias geograficas, antecipou as linhas mestras do federalismo, numa decentralização, inevitavel: decorrêra da divisão em capitánias, feita em 1534. Cada donatario, na sua concessão hereditaria, e cada capitão general nas capitánias da corôa compradas aos herdeiros dos donatarios, se correspondia diretamente com a côrte; os do Rio de Janeiro e Pernambuco eram isentos do governo da Bahia; o Maranhão fez Estado a parte. Dentro, porém, na mesma capitania, os municipios tendam igualmente para uma vida propria, no isolamento das suas vilas, com o deserto, ou a mata inçada de selvagens, determinando aos grupos humanos uma autonomia natural.

O MUNICIPIO

As instituições municipais vicejaram, graças á necessidade que tiveram os primeiros nuclcos de uma vida regular, que os fortalecesse na fronteira dos gentios — e do desconhecido. As vilas iniciais apresentam, porisso, um aspecto marcial, de cidadelas; fôra o primeiro cuidado dos seus administradores cercá-las de muros (as caiçaras tupis, no seculo XVII substituidas por trincheiras de terra), cuja conservação incumbia, indiferentemente, a todos os vizinhos. O governo municipal tornou-se um comando de forças; estabelecia a disciplina e permitia

(1) *Documentos Historicos*, VI, 398.

a existencia social (1). Evidentemente, esse municipio, que se regia tanto pelas *Ordenações do Reino* como pelos costumes locais, estava fadado a opôr-se ao governo de nomeação régia, como o povo se opunha ás autoridades forasteiras. Mas no conflito entre os dous poderes (o local e o regional, o eletivo e o de nomeação régia) as municipalidades predominaram afinal. Tambem porisso os cargos de vereadores foram exercidos sempre pela melhor gente (os homens bons, a fidalguia, simplesmente as pessoas honradas, onde não havia nobreza) e ao lado das funções municipais se desenvolveu, lentamente, uma autonomia administrativa, que limitava as atribuições dos governadores — no executivo, da magistratura — no judiciario, — e no clero —. Entendeu-se, á antiga, que os vereadores eram delegados do povo e por ele falavam, nas suas queixas ou requerimentos: daí as constantes representações feitas a el-rei, até a destituição de governadores promovida pelas camaras, e a decretação de importantes medidas para o Brasil por elas supplicadas. Uma vez a camara do Rio de Janeiro suspendeu o governador (Salvador Corrêa) e nomeou-lhe successor (Agostinho Barbalho). O Conselho Ultramarino inquiriu de absurda a intervenção de um governador geral (Antonio de Souza de Menezes) na eleição da Camara da Bahia. Foi a de Olinda que deu substituto a Sebastião de Caldas, o governador obrigado a fugir de Pernambuco (1710).

Com o dominio espanhol, não sofreram os privilegios das camaras; o Codigo filipino reforçou-os. A edilidade passou a compôr-se de um juiz ordinario, dous vereadores e um procurador do conselho, assistido de almotacel e alcaide. Aquele juiz era

(1) Vd. AFONSO TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, cit.

o da "vara vermelha", para distinguir-se do togado, de "vara branca" (juiz de fóra). Era o magistrado popular, mixto de juiz e prefeito, eleito por um ano e substituído, nos impedimentos, pelo vereador mais velho.

A decadencia da instituição municipal provém da intolerancia do governo da metropole, quando pretendeu abafar a perigosa inquietação dos colonos e aumentar o poder dos governadores.

A JUSTIÇA

A Justiça — cuja principal autoridade era o ouvidor geral, que de tres em tres anos vinha do reino (1) — teve por tribunal mais alto a Relação da Bahia, instituída por alvará de 7 de Março de 1609, supressa pelo de 5 de Abril de 1625 (em consequencia do destroço causado pela invasão holandesa) e restabelecida pelo de 12 de Setembro de 1652. Outras Relações foram criadas: para o Rio de Janeiro (alv. de 13 de Outubro de 1751), para o Maranhão em 1812, para Pernambuco em 1821. Em grãu de recurso subiam os feitos para a Casa da Suplicação. O mesmo destino tinham as causas de valor superior a 1:200\$000. Os outros magistrados judiciaes eram primitivamente o ouvidor geral (que veio com Tomé de Souza), cuja alçada compreendia o fóro em geral, e foi muito vasta, como principal entidade da colonia depois do governador; o ouvidor dos donatarios, "devendo incumbir-se do despacho das apelações e mais papeis forenses deste lugar como das demais vilas da capitania" (2); depois o

(1) TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 98.

(2) FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 416

ouvidor das comarcas; e o juiz de fóra a partir de 1696 (1). A' medida que se tornava a justiça mais embaraçosa: além dos corregedores (que podiam ser desembargadores), houve um corregedor de comarca (1696), juiz do crime (1742), juiz de orfãos (1650), juiz da mampostaria-mór dos cativos, extinto em 1774, etc. (2).

A MILICIA

A milícia civil, com os "capitães-móres" das vilas e, no sertão, das freguezias, creados pela cartaregia de 20 de Janeiro de 1699, substituíam no interior os órgãos judicarios-administrativos, que só tinham funções distintas no litoral. A eleição dos tais capitães era dos governadores e passou (alvará de 18 de Outubro de 1709) á atribuição das Camaras, que no seculo anterior nomeavam os capitães das companhias das diferentes localidades. Tinham de encargo a policia, que faziam com as "ordenanças", ou corpo militar municipal, chamadas ás armas nas ocasiões extremas, o recrutamento, do qual eram juizes inapelaveis, e o mais que não pertencia ás Camaras no governo local. Eram vitalicios e isentos de "residência", como os governadores (3).

O EXERCITO

Um "exercito" regular, só o teve a colonia depois de 1764. Até então, as tropas ou eram expeditionarias (e então se regiam como no reino) ou,

(1) Vd. LUIZ VILHENA, *Cartas Soteropolitanas*, edição Braz do Amaral, II, 311 (com a lista onomastica).

(2) Vd. PEDRO CALMON, "A Organização Judicial", in *Livro do Centenario dos Cursos Juridicos*, I, p. 80 e segs., Rio 1928.

(3) PORTO SEGURO, *Historia Geral*, 3.^a ed. Integral, III, 420.

desde 1625, formavam as guarnições, primeiramente com as suas companhias, depois com os seus "terços". A Bahia e Pernambuco tinham dois. Os terços compunham-se de varias companhias (às vezes doze) comandadas por capitães, dirigidos pelo seu mestre de campo, que era a maior patente da terra, acolitado do sargento-mór e de dois ajudantes. Aquelas companhias eram de cem homens cada uma no Rio de Janeiro (Ordem de S. M., de 21 de Julho de 1655). A tendencia observada, entretanto, foi a transformação da tropa de guerra em *ordenanças* pacificas, como para Pernambuco mandou el-rei em 27 de Março de 1665, reconhecendo que seria melhor a reforma de "todo este exercito por não ter mais que a apparencia...", de vez que a paz se fizera (1). Nos portos de mar foram criados terços de auxiliares — por ordem de 21 de Abril de 1739, que tambem dispunha sobre a organização das *ordenanças*. Os terços do Rio e da Bahia foram mandados arrematados em 1749 e o seu soldo declarado uniforme a partir de 1 de Abril de 1751. Bastava, para a consolidação do pequeno "exercito" colonial, uma instrução militar. Embarcaram para o Brasil, em 24 de Dezembro de 1764, setenta officiaes destinados a aplicar aqui o regulamento do conde de Lippe, exercitando a milicia paga pelos metodos que aquele grande instrutor levára a Portugal (2). As differenças naturais entre a tropa do Brasil e a do reino ficaram; mas, graças á padronização do ensino e á identidade de praticas, o militar brasileiro logo se

(1) JOSE' DE MIRALES, *Historia Militar do Brasil*. An. Bibl. Nac., XXII, 197.

(2) *Os Portuguezes na Africa, Asia, America, etc.*, VII, 236 Lisboa, 1830.

ombreu com o português; foi rudemente provado nas campanhas do sul (1).

OS BISPOS E OS GOVERNADORES

A autoridade eclesiastica era isenta do fôro civil; foi isto suficiente para que as duas administrações — a Igreja e o Estado — colidissem nas suas orbitas de ação e de continuo transformassem em conflitos asperos os choques de jurisdição.

Desde o primeiro bispo, os governadores eclesiasticos procuraram limitar a alçada dos governadores civis, que, por seu lado, não fugiam de perturbar os negocios religiosos com a sua intervenção indebita. Queixavam-se mutuamente para o reino, faziam proselitos entre os colonos, ameaçavam-se, e á tranquillidade dos povos.

Poucos bispos da Bahia não assinalaram o seu episcopado com tais excessos; poucos governadores gerais souberam imitar Mem de Sá, na sua edificante cordialidade com o poder espiritual. O dissidio entre Duarte da Costa e D. Pero Fernandes Sardinha proveiu de incriminações publicas, do bispo ao filho do governador, D. Alvaro; queixava-se depois aquele das perseguições soffridas por alguns clerigos, a quem o governador pusera em prisão comum. Foi D. Pero Fernandes Sardinha explicar-se para Lisboa e o navio em que viajava varou nos baixios de Sergipe, do que resultou a morte de todos, ás mãos de caetés.

O dissidio foi maior entre o governador Luiz de Brito de Almeida e o bispo D. Antonio

(1) A Carta regia de 7 de Agosto de 1797 substituiu os antigos mestres de campo por "coronels", extinguiu os velhos "terços", e deu aos "auxiliares" a denominação de "milicias". Passaram assim os Terços de auxiliares a ser Regimentos de Milicias. Estava então formado o exercito brasileiro.

Barreiros. Aconteceu que mandára el-rei prender e transportar para Portugal Sebastião da Ponte, em razão das suas crueldades; e porque o réu se meteu numa igreja, saiu o bispo a deprecar do governador que não o tomasse. Formaram-se partidos. Conta Frei Vicente do Salvador que até “filhos, que estudavam para se ordenarem, com pedras nas mãos contra seus paes se acostavam ao bispo e a seus clerigos e familiares” (1). Por pouco não explodia o motim. Conseguiu D. Luiz de Brito remeter para o reino o preso.

O bispo D. Constantino de Barradas desaveiu-se igualmente com o governador Diogo Botelho e o sucessor deste, D. Diogo de Menezes (2). A instalação na Bahia, em 1609, da Relação, parece que dirimiu as questões habituais, de “mixti fori”, que dividiam os juizes civil e ecclesiastico, tanto que “chegou o bispo deste Estado D. Constantino Barradas a termo de não ter quem quisesse servir de vigario geral” (3). Foi assim o caso — narrado por Frei Vicente — de uma excomunhão, que o tribunal achou de anular, multando ademais a quem recusasse falar ao excomungado... Continuaram os desacordos com o bispo D. Marcos Teixeira e o governador Diogo de Mendonça Furtado. Não foi este ao recebimento do prelado, porque não lhe quiseram dar lugar debaixo do palio; e jurou que não compareceria a cerimonia alguma em que aquele estivesse, por não sofrer que “primeiro se incensasse o bispo e depois o governador”, como aliás mandava uma provisão régia (4). Em conse-

(1) FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 233.

(2) CAPISTRANO DE ABREU, *Prolegomenos*, *Hist. do Bras.*, de FREI VICENTE, 3.^a ed., p. 256-57.

(3) FREI VICENTE, *ibid.*, p. 417.

(4) FREI VICENTE, *ibid.*, p. 507.

quencia de outras querelas, excomungou D. Marcos Teixeira o procurador da corôa, recusou-se a benzer as obras do forte do Mar, alegando que desviavam dinheiro, antes prometido para as da Sé, que Gaspar de Souza mandára fazer de novo, e quando o governador, avisado da vinda de uma esquadra holandesa, convidou os homens validos do reconcavo para trazerem á Bahia as suas armas, os dissuadiu, e convenceu a se recolherem aos engenhos... Foi assim que os flamengos conquistaram, sem batalha, a capital do Brasil (1624), e levaram prisioneiro o governador, saindo então o bispo a campo, armado, e resolutivo como um capitão, para vingar os portugueses e pagar as suas culpas; morreu, tres meses depois, como chefe da guerra que os moradores faziam ao invasor!

Uma carta-regia (10 de Maio de 1646) mandava que os ouvidores do Rio de Janeiro não consentissem que o bispo ou os seus ministros prendessem seculares (1). No Pará, em 1618, fôra deposto o capitão mór Francisco Caldeira, por um frade, que sublevou o povo, indignado contra a autoridade que tentára despreitar o asilo dado pelos franciscanos a inimigos dela (2). Em 1660, ainda no Rio, dardjava o administrador eclesiastico excomunhão contra o ouvidor geral, por não lhe remeter certa devassa que pedia, e ameaçava a Camara, oposta á mudança da igreja de S. Sebastião para a praia... Trinta anos depois, entrando na Bahia o arcebispo D. João Franco de Oliveira, o recebeu hostilmente o governador porque trouxera, desfraldada no mastro do navio, não o estandarte real, mas a sua flamula particular. Mandou o governador prender o mestre da

(1) PORTO SEGURO, *Hist. Ger.*, 3.^a ed., II, 169.

(2) FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 460.

embarcação... (1). Em 1693, as "duvidas" eram entre o governador de Pernambuco, marquês de Monte-Belo, e o bispo "...por lhe ter retirado duma igreja o sitial e cadeira que costumavam ter os governadores..." (2).

OS CONVENTOS

Os conventos deviam atrair a juventude inteligente, numa sociedade muito religiosa, rustica e tradicionalista. As boas familias da colonia obedeceram aos costumes do reino: o filho primogenito seguia a profissão paterna. Era senhor de engenho, fazendeiro, homem de negocios. O filho segundo, que não herdava o patrimonio da Casa, e tinha de procurar fóra a sua fortuna, fazia-se militar, estudava em Coimbra, servia ao Estado. O terceiro, quasi sempre se metia frade nalgum dos mosteiros convizinhos. Em geral, entravam para a religião os rapazes dados ás letras; por não haver, na colonia, ensino superior profano, ou pelo preconceito, de que os talentos fulgiam preferentemente na Igreja. A formatura em Coimbra custava grande cabedal. Mas os conventos se abriam ás vocações sem dinheiro, como um premio natural e facil ás ambições espirituais. Alem disso, os aristocratas estimavam que os parentes tomassem ordens sacras. Precisavam de capelães para os engenhos, de mestres ou orientadores para a prole, tirando disso legitimo orgulho. Havia, por outro lado, o aspecto economico desse sistema. Para as filhas dos homens nobres, que não podiam casa-

(1) Doc. ms. no Instituto Historico, L. 42 n. 802 inédito. "A' frota em que velu o patio" do arcebispo, dedicou GREGORIO DE MATOS um soneto, *Lyrical, Obras*, II, 76, ed. da Acad. Bras.

(2) Doc. in *Anais da Biblioteca Nacional*, V, 224.

las convenientemente numa terra onde não eram numerosos os fidalgos solteiros, ou que não dispunham de grande fortuna, para os seus dotes, o convento de freiras foi um destino seguro e anectecido.

“Que nada era neste mundo quem não tinha um filho religioso da Companhia, e, a não ser nesta, em alguma das outras religiões que tinham por segunda classe...” — registou Vilhena (1), na Bahia.

Aí, logo vastos mosteiros se construíram: S. Bento (1581), S. Francisco (1587), Carmo (1586), Santa Tereza (1665), Palma dos agostinhos recolectos (1693), Piedade dos capuchinos (1712), Hospício dos oratorianos (1756), Hospício de Jerusalem (1725)... Mais recentes foram as clausuras femininas, a primeira das quais, a de Santa Clara do Desterro, também na Bahia, data de 1669 (sendo as obras desse majestoso convento de clarissas concluídas em 1726) (2). O da Lapa foi fundado em 1744 (freiras concepcionistas) o das Mercês (ursulinas), em 1735, o da Soledade (recolhimento para senhoras, creado pelo padre jesuita Gabriel Malagrida), em 1739, o dos Perdões (outro recolhimento para mulheres devotas), em 1723, o de S. Raimundo (para arrependidas), em 1752... Ao todo, houve na mesma capital sete asilos religiosos de mulheres e onze de frades, cujo numero, em 1779, se elevava a 728 (3).

Seria impossível encontrar nesse clero apartado das trepidações da vida social permanentes modelos de virtude e temperança (4). Principalmente os frades, representando a elite mental do país, conser-

(1) *Cartas Soteropolitanas*, ed. B. do Amaral, I, 282.

(2) Conego Christiano Muller, *Memoria Historica sobre a Religião na Bahia*, p. 141, Bahia 1923.

(3) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 31, p. 439.

(4) Vd., nosso, *Espirito da Sociedade Colonial*, p. 86, af a bibliografia.

varam ciosamente a sua influencia politica. Gozavam do privilegio de possuir a unica livraria abundante e usar, no pulpito, a liberdade de palavra, a ninguem mais consentida. Naturais do Brasil, armaram-se de aggressivas prevenções contra os portuguezes seus irmãos de habito. Os conventos foram os primeiros nucleos nacionalistas na America. A victoria inicial do nativismo que ai se abrigava consistiu no Breve pontificio que, em 1671, isentou da casa-mãe de Portugal a direção dos beneditinos do Brasil. Equivalia a uma independencia. De fato, por tal separação começava a definir-se o conflito entre colonia e metropole (1).

(1) *Dietario*, ms., do mosteiro de S. Bento da Bahia, cm. por D. CLEMENTE DO SYLVA NIGRA (ns. 52 e 84). De 1671 a 1688 foram nomeados na Bahia os superiores de todas as casas beneditinas: esse, o periodo das grandes obras do mosteiro bahiano. Em consequencia do movimento separatista, os disturbios escolares e a inquietação na clausura, varios monges soffreram prisão ou desterro. Em 1762 um abade nomeado em Tibães, no reino, teve a sua posse contestada por oito religiosos, precisando agir violentamente o governador, que os remeteu para Portugal. Doze monges portuguezes viram-se compelidos a retirar-se para a Europa em 1816: não suportaram o ambiente nativista do mosteiro! — Sucessos semelhantes se passaram no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

AS AGITAÇÕES NATIVISTAS

A administração colonial nem sempre teve um ambiente propício á sua ação discricionaria no Brasil. As revoltas havidas, contra leis intoleraveis ou autoridades despoticas, originaram-se decerto das contrariedades economicas; mas as explica tambem o orgulho dos "brasileiros". Era da indole da instituição municipal a altiva defesa dos interesses da vila ou da cidade, falando os vereadores pelo povo com desassombro e atrevimento; na falta destes, falavam do pulpito os proprios prégadores. O crescente prestigio das Camaras na vida colonial -- desde que os filhos da terra, repelidos dos altos postos do governo, limitavam á ação das Camaras a sua influencia nos negocios publicos -- cultivou, desenvolveu a irritação nativista, o espirito de autonomia local, o sentimento do bem comum do Brasil. Fóra os motins populares, de importancia reduzida, as agitações que comoveram a colonia, determinaram novos rumos á politica portuguesa em relação ao Brasil e deixaram vestigio na legislação, seriam promovidas pelas Camaras, e dirigidas por cidadãos respeitaveis, que a elas levavam o protesto dos habitantes.

Porque os jesuitas os privassem dos escravos indigenas, os paulistas os expulsaram, em 1642; pelo mesmo motivo foram postos fóra do Maranhão, em

Março de 1661. Não foi, porém, a plébe, senão a Camara de S. Paulo, que votára aquella expulsão, e porque entendesse o governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá, de lhes impôr uma transação com os padres, como lá se fizera, os paulistas se armaram, nomearam quarenta e oito pessoas de pról que velassem pela segurança da vila (tomando o povo á sua conta o governo) e apelaram para el-rei. Mandou este, por lei de 12 de Abril de 1664, que as Camaras reconhecessem a superioridade do governador. A Camara do Maranhão não fez a revolta de Bequimão, mas a apoiou, e convidou a Camara do Pará a aderir a ela. Essa insurreição maranhense, em 1684, assumiu a feição de um desesperado protesto em face do monopólio comercial da Companhia que el-rei criára, por alvará de 12 de Fevereiro de 1682, com o estanco dos generos principais por vinte anos, e das leis obtidas pelos jesuitas em favor dos indios (Lei de 1 de Abril de 1680). Os conspiradores — senhores de engenho prejudicados pela restrição da escravatura “vermelha” e burgueses atingidos pela restrição do trato mercantil — prenderam o capitão-mór, declararam deposto o governador (que se achava de visita ao Pará), extinta a Companhia de Comercio e banidos os padres jesuitas. Formaram a sua junta geral (como a dos “48” de S. Paulo), que legitimou as violencias feitas. Porém um novo governador (Gomes Freire de Andrada) conseguiu facilmente a submissão dos sediciosos, prendeu — depois da pacificação — ao cabeça do levante, Manoel Bequimão, levou-o a julgamento e o fez enforcar a 2 de Novembro de 1685.

NA BAHIA

O dissídio, entre os homens nascidos no Brasil e os portugueses, que monopolizavam o commercio grosso e eram acusados de levantar os preços ao seu arbitrio — explodiu na Bahia, quando, em 1711, passou o sal a ser vendido, de 480 réis a 720, e sobre os demais generos de importação pesou a taxa de 10%. Chefiados pelo juiz do povo e por João de Figueiredo Costa, de alcunha o “Maneta”, deram em depredar lojas e cometer outros desatinos, vendo-se o governador geral recém-chegado (D. Pedro de Vasconcelos e Souza) sem forças para os conter. Apellou então para o governador a quem substituiu (D. Lourenço de Almada), afim de que este dissesse ao povo que se não lançariam mais tributos e perdoava desde já os excessos praticados. Aquietou-se a turba. Isto foi em 17 de Outubro. Em 2 de Dezembro, ao saber-se na Bahia que o corsario Duguay-Trouin atacára o Rio de Janeiro, a mesma população se insurgiu, insistindo por que o governador socorresse quanto antes a praça perdida. D. Pedro de Vasconcelos redobrou de atividade na defesa militar da Bahia, e tanto que soube da partida dos franceses do Rio, fez prender, processar e deportar os instigadores do segundo motim. Também, por voto da Camara, foi abolido o cargo de juiz do povo.

EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco a inquietação tinha mais fundas raizes. Rivalizavam Olinda e Recife, aquella, com a dignidade de cabeça da capitania, a outra, mais populosa, rica e movimentada, sujeita á condição de

povoado, apesar dos seus 8 mil habitantes e do seu passado de abundancia e fastigio, capital que já fôra do Brasil holandês. O conflito era entre os senhores de engenho de Olinda e os mercadores portugueses de Recife; nativos e forasteiros; proprietarios e negociantes; devedores e credores. Havia de vencer Recife. Insinuaram-se os mercadores nos negocios municipais de Olinda; protestaram os de lá, lembrando a provisão de 8 de Maio de 1705, que impedia aos mercadores o exercicio das funções municipais. O governador Sebastião de Castro Caldas declarou-se parcial destes. Quis que os olindenses fossem a Recife ajustar o preço do seu açúcar; o rei — para quem recorreram — desaprovou o ato do seu governador. Mas, por carta-regia de 19 de Novembro de 1709, tornou Recife vila independente. O pelourinho foi aí erigido em 15 de Fevereiro de 1710. O governador e o ouvidor (Dr. José Inacio de Arouche) deviam fixar os limites das duas vilas. O ouvidor favorecia Olinda. Desaveiu-se com Sebastião de Caldas. Fizeram-se partidos. O governador irritou-se e ordenou varias prisões. A 17 de Outubro, indo Sebastião de Caldas pela rua das Aguas Verdes, dispararam-lhe de uma casa um tiro, que o feriu. Romperam-se assim as hostilidades. Os carceres encheram-se; foi prohibido o pôrte de armas na capitania. Teve o ouvidor de fugir para a Paraíba. O capitão-mór Pedro Ribeiro revoltou-se e capturou o official que procurava prendê-lo. Sebastião de Caldas expediu contra o fidalgo rebelde todas as tropas de que dispunha, e estas fraternizaram com as dos pernambucanos. O governador sentiu-se perdido e, numa sumaca, pela madrugada de 7 de Novembro, escapou-se para a Bahia. Os olindenses elegeram então por chefe ao bispo, D. Manoel Alvares da Costa, e empossaram-no a 15 de Novembro. Sete meses corre-

ram pacíficos, com o completo triunfo dos brasileiros e o retraimento dos seus contrários. Até que os mercadores induziram parte da tropa a insurgir-se em Recife, pretextando a ambição do sargento-mor Bernardo Vieira de Melo, herói da guerra de Palmares, que pretendia proclamar-se governador, e, dizia-se, separar Pernambuco do resto da colônia. Ligaram-se os portugueses e obtiveram uns 70 mil cruzados para os gastos da sedição. O bispo — que fôra surpreendido pela agitação em Recife — houve de aceitar o governo, contra Bernardo Vieira, mas dous dias depois se passou a Olinda, dizendo do seu intento de submeter os revoltosos, os “mascates”, alcunha que se deu á guerra, assim declarada. Com efeito, puseram os olindenses cerco a Recife, empenharam-se em batalha, pelejaram sem vantagens sensíveis, até que um novo governador, Felix José Machado de Mendonça, chegou com anistia ampla (6 de Outubro de 1711). Fez-se logo a paz. Aprroveitou-se dela o governador — imitando D. Pedro de Vasconcelos e Gomes Freire de Andrada — para sindicar dos delitos, processar a muitos fidalgos e desterrar a outros. Exatamente essa politica teve em Minas Gerais o conde de Assumar. Dominou por força a inquietação nativista, mas não a extirpou. A desconfiança ficou; os odios continuaram.

NAS MINAS

Nas Minas, a questão era do imposto devido ao rei. A luta entre paulistas e “emboabas” deixára nas montanhas um povo aguerrido, vaidoso do seu poderio, desde que fazia recuar os prepostos de sua majestade, como Manoel Nunes Viana fizera voltar D. Fernando de Mascarenhas — e certo de que, na-

quele sertão, as leis só seriam cumpridas se nisto consentissem os moradores. "... Um país que foi até agora habitado de regulos", dizia um governador, em 1737. O governo era fraco, os habitantes fortes. Tinham armas, organização, a solidariedade que o perigo comum estabelecera, a independência resultante das anteriores vitórias e da riqueza, que nas minas grangeavam. Apenas o governador foi um implacável representante do rei: chamava-se D. Pedro de Almeida e Portugal, conde de Assumar. Revoltára-se já o povo das Minas quando o governador D. Braz Baltazar da Silveira teimára em cobrar o imposto sobre as bateias (12 oitavas para cada minerador) ao invés de uma certa soma fixa anual, que as Camaras se propunham pagar, contanto que o ouro corresse livremente, podendo ainda ser quintado nas saídas, isto é, na estrada de S. Paulo. A insurreição lograra destruir o sistema injusto da tributação das bateias, ficando obrigadas as Camaras ao pagamento de 30 arrobas. Não bastavam aos interesses da fazenda real. Estes sofriam enorme dano com o contrabando do ouro e não sabia explicar a côrte como, avultando dia a dia a exploração das minas, os quintos del-rei não aumentavam. O expediente combinado para remediar a situação foi o das "casas de fundição", onde todo o metal devia ser manifestado. Realmente, depois de estabelecidas essas "casas", foi que se verificou o prejuizo da fazenda regia nos periodos anteriores. A receita no ano precedente ao funcionamento de tais oficinas, 1724, fôra de 36 arrobas; em 1725, chegava a 133. "Antes de 1725, a media anual era de 12 arrobas; e de 1725 a 35, foi de 97". Portanto, havia grandes interesses particulares em jogo — dos magnates de Vila Rica, o mais abastado deles o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães —; as "casas de fundição" não se

puderam abrir sem a tragedia de 1720. Aquele potentado, o Dr. Manoel Musqueira Rosa e seus filhos, varios amigos e clientes de Pascoal, entre os quais Felipe dos Santos Freire, muito ouvido do povo, combinaram uma ação violenta que forçasse o governador a desistir dos seus projetos. A conspiração visava principalmente ao ouvidor, Martinho Vieira, que pela sua intolerancia simbolizava o despotismo reinante; intimidado este, tinha-se por certo que o conde de Assumar capitularia, como o seu antecessor. A 27 de Junho de 1720, pelas 11 horas da noite, desceram mascarados os conspiradores das matas do Ouro Podre, onde tinha as suas lavras riquissimas Pascoal da Silva Guimarães, correram á casa do ouvidor, aos gritos de "viva o povo!", varejaram-na, não encontrando o magistrado, que a tempo fugira, e se dirigiram á Camara. Ali Felipe dos Santos, arengando aos amotinados, tomou-lhes a chefia. O governador estava no seu palacio da vila do Ribeirão do Carmo. Correu para lá um emissario de Felipe dos Santos, que lhe notificou os propositos dos insurrectos, de não deporem as armas antes de satisfeitos nas reclamações que faziam. Não esperaram a resposta. Atiraram-se para Ribeirão do Carmo, de tropel, clamando que o povo tinha de ser atendido. Já soldados rodeavam o conde, que se apercebera para a luta e pedira reforços ao governador do Rio de Janeiro. Mas não foi o numero, foi a astucia que venceu. Assumar prometeu aos levantados quanto supplicavam. Fê-los voltar a Vila Rica com a convicção de que estavam vitoriosos. E mal se viu livre deles, chamou ás armas os potentados, infensos aos de Vila Rica, com os seus escravos, e moveu o seu regimento de dragões (chegado de Portugal em 1719). Sentindo-se ludibriados, os comparsas de Felipe dos San-

tos desmandaram-se em represalias e provocações, que não lhes valeram, pois o sargento-mór Manoel Gomes da Silva, á testa do exercito do governador, entrou triunfantemente na vila, ocupando-a, e a vingança do conde de Assumar se realizou, fulminante. As casas de Pascoal da Silva Guimarães foram incendiadas, lá ficando as suas ruínas, o “Morro da Queimada”, a testemunhar a régia justiça. Preso, Felipe dos Santos foi enforcado, a 15 de Julho de 1720. Proferiu no cadafalso esta frase: “Jurei morrer pela liberdade, cumpro a minha palavra”. O cadaver do rebelde foi esquartejado, e Vila Rica teve de submeter-se á onipotente vontade do vencedor. As casas de fundição funcionaram. As Camaras silenciaram. O povo retraiu-se. A policia governamental estendeu a malha da sua vigilancia a todo o distrito e uma legislação terrivel o transformou numa terra abafada, donde tirava Portugal os recursos precisos para as loucas despesas de D. João V.

O CASO DE TIRADENTES

Não se insurgiram mais os mineiros. Até 1789 não houve rebelião possível nas Minas Gerais. Naquele ano alguns poetas ilustres, alguns eclesiasticos letrados, alguns homens de espada, proprietarios no país e sacrificados, como o resto do povo, pela decadencia das lavras, concertaram uma conjura patriótica. Eles sonhavam com a Republica. Tinham lido nos livros franceses a historia da revolução norte-americana. Como os Estados Unidos se tinham constituido, vencendo a Inglaterra, havia o Brasil de constituir-se, vencendo Portugal. Era a epoca dos filósofos, do “contrato social”, do racionalismo, da recuperação, pelo homem, da sua liberdade de pensar. Essas vibrações literarias não podiam

agitar, nas ruas, uma população ignorante, nem na caserna, os dragões de Minas, que comboiavam pelas estradas os transportes de ouro e diamantes; haviam de impressionar as poucas pessoas que liam esquivamente os livros estrangeiros. De facto, os brasileiros que seguiam na Universidade de Coimbra os cursos de leis e canones não perderam de vista a patria, distante e oprimida; por todo o seculo XVIII foi a academia o berço das ideias liberais — apesar dos mestres e dos programas. Estudantes brasileiros propuseram a Tomas Jefferson, em Nimes, ajudar a America do Norte a independencia do Brasil. José Alvares Maciel, um jovem minerologista mineiro, trouxe ao Brasil esses planos. Entendeu-se no Rio com um antigo alferes da cavalaria de Minas, espirito exaltado, ao extremo amigo das novidades politicas que faziam a volta ao mundo Joaquim José da Silva Xavier. Loquaz, imaginoso e arrebatado, Xavier passava por homem desassissado, na sua terra; constava tambem que era maçom. Exercia por vezes a profissão de dentista, e o conheciam por “Tiradentes”. De regresso a Vila Rica, disse imprudentemente as disposições e projetos que Alvares Maciel lhe comunicára. De fato, mostrou-se util aos poetas que nos serões literarios discutiam a libertação da capitania, e participou das suas reuniões (1). Os poetas eram o coronel Inacio José de Alvarenga Peixoto, do 1.º regimento auxiliar do Rio Verde; o ouvidor Tomaz Antonio Gonzaga, cantor dulcissimo de “Marilia”, noivo da bela Maria Droteia de Seixas, sua musa; o doutor Claudio Manoel da Costa, nome feito das letras luso-americanas e, sem duvida, a mais respeitavel personalidade

(1) Vd. TOMAZ BRANDÃO, *Marilia de Dirceu*, p. 115 *passim*. Belo Horizonte 1932.

da capitania. Os padres eram José da Silva Oliveira Rolim, Carlos Corrêa de Toledo, Luiz Vieira da Silva, e outros clérigos. O pretexto para a revolução estava na anunciada *derrama*, ou execução das dívidas dos quintos regios, que ha muito não se pagavam — tremenda expectativa, que alarmava e indignava o povo. O tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante da tropa regular, aderira á aventura. Tanto que se iniciasse a *derrama*, imposta pelo governador, o visconde de Barbacena, um grupo armado sairia ás ruas gritando — “Viva a liberdade” — e a força comandada por Francisco de Paula, tomaria conta das vilas principais. Logo seria proclamada a republica e se trataria de formar uma junta provisoria. Entre as ideias dos conspiradores (desde que não podemos considerar um programa em regra as belas coisas que imaginaram) estava a mudança da capital para S. João del-Rei, a criação de uma universidade em Vila Rica, o estabelecimento de fabricas, a abolição da escravatura... Teriam a sua bandeira e — dizia-se que por indicação de Claudio Manoel da Costa — um lema, “*Libertas quae sera tamen*”. Realmente, esse episodio só penetrou na Historia pelas sombras de uma devassa, e rematado num dos dramas judiciaes mais crueis da colonia. Ao visconde de Barbacena dous militares, um deles, Joaquim Silverio dos Reis por ter ouvido ao proprio Tiradentes, numa das suas alocuções temerárias denunciaram a trama, os protagonistas, as esperanças dos conjurados. Imediatamente suspendeu o governador a *derrama*, e tendo Tiradentes viajado para o Rio, a angariar recursos para a insurreição, despachou recado ao vice-rei, D. Luiz de Vasconcelos, para o prender onde fosse encontrado. Prende-

ram-no no Rio, numa casa da rua dos Latoeiros, em 10 de Maio de 1789. Tanto que soube dessa captura, tratou Barbacena de pôr em prisão os demais cúmplices, que remeteu para o Rio, com exceção de Claudio Manoel da Costa, deparado morto no carcere, em 1 de Julho. Suicidára-se talvez o poeta, á certeza do rude castigo que a todos esperava. O processo arrastou-se, demorado e prolixo (1). Os presos diziam-se inocentes e protestavam ignorancia de quanto lhes imputavam. Apenas Tiradentes parecia disposto a enfrentar os horrores da justiça, não negando o crime. Enquanto os outros fraquejaram, ele mostrou-se decidido; foi impavido, enquanto os outros desanimaram e, com o pavor do supplicio, abjuraram. Porisso mesmo a rainha D. Maria I comutou-lhes a pena de morte em degredo perpetuo — o que foi comunicado aos condenados na vespera da execução, a 20 de Abril de 1792. No dia seguinte Tiradentes subiu, só, as escadas do patibulo. A sentença referia-o... “pelo horroroso crime de rebelião e alta traição, de que se constituiu chefe e cabeça na capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a real soberania e suprema autoridade da mesma Senhora, que Deus guarde”. Ás 11 horas da manhã morreu na forca. Era o martir.

A CONJURA DOS ALFAIATES

Outras revoltas não puniu o governo colonial antes de 1817; mas una conjuração semelhante á de Vila Rica foi igualmente castigada na Bahia, em 1798. Chamou-se rebelião dos “alfaiates” — porque

(1) Vd. LUCIO JOSE' DOS SANTOS, *A Inconfidencia Mineira*, S. Paulo, 1927.

entre os conspiradores havia pessoas da plêbe, mulatos ousados e eloquentes, que prégaram ás paredes das igrejas cartazes annunciando uma “Republica Bahiense” (1). Os papeis, que ficaram dessa conspiração, pouca luz fazem no mysterio em que ella se perdeu. Parece-nos que alguns homens poderosos se agitavam por trás dos “alfaiates” e era maçónico o segredo que os unia. A devassa apurou a culpa de quatro pobres artistas, a quem enforcaram, como a Tiradentes. Outros implicados foram degradados para as feitorias da Africa, — e nunca se soube ao certo, na Bahia, se estivera ali ameaçada a integridade da colonia, em 1798, ou se os “alfaiates” — herdeiros do povo irrequieto de 1711 -- não pretendiam simplesmente insurgir-se contra as desigualdades sociais, cobrando, com as armas em punho, o seu quinhão de fortuna.

Entretanto, esses precedentes historicos cristalizaram uma consciencia. Fizeram uma mentalidade. Criaram uma alma. O povo brasileiro adquirira gradualmente o conhecimento de si proprio; revelára-se. Amadurecia para a liberdade. A era da Independencia não podia tardar.

(1) Vd. documentação *Anais da Bibl. Nac., A Inconfidência da Bahia*, I-II. Rio 1931: “...para efeito de estabelecer na mesma um governo democratico, livre e independente”, *op. cit.*, I, 7. Uma das promessas: “todos ficarão ricos, tirados da miseria em que se achavam, extinta a differença de cor...”, *ibid.*, I, 8.

O TERRITORIO COMPLETADO — FRONTEIRAS DO NORTE — FRONTEIRAS DO SUL

O drama da “demarcação” conclue, ainda no seculo XVIII, o processo de balisamento do Brasil. Vimos como as “bandeiras” levadas desordenadamente pelo espirito empreendedor dos portugueses e dos mamalucos aos confins da colonia, gisaram-lhe os contornos antes que a diplomacia europeia os assinalasse. A diplomacia secundou a ação dos sertanistas; tornava-se preciso reconhecer o que estava feito e antepôr ao “direito” o “fato”. Daí o tratado de Madrid, que pela primeira vez considerou o “uti possidetis” como direito normal sobre os territorios americanos. Não havia nessa doutrina maior novidade, é certo, do que a tradução, em linguagem juridica, dos acontecimentos politico-militares do Novo Mundo. A “ocupação” dava aqui a propriedade, assim aos particulares como aos Estados; só a “ocupação” deveria prevalecer; e porisso os países europeus nunca se detiveram diante de diplomas e pergaminhos, que lhes vedassem a posse destas terras americanas. A Espanha e Portugal seguiram-se a Inglaterra, a França e a Holanda; no Brasil o “bandeirante” dilatou os seus dominios, como os povos

estrangeiros o faziam pelos outros climas do continente. Apenas Portugal — perdida a esperança do oriente e tendo o Brasil por seu melhor patrimonio — soube consolidar a expansão dos paulistas e cimentar-lhes os “descobertos”, numa base diplomatica que construiu durante cem anos.

As duas preocupações principais da cõrte de Lisboa eram as fronteiras do Amazonas e do Prata. Nesta encontrava os espanhóis, naquela espanhóis, holandeses e franceses. Ao sul, sustentavam os estadistas portuguezes que o limite era o rio da Prata; e faziam por demonstrar que ao norte o limite não era o rio Amazonas, sim os alcantís de Parima. O seu ponto de vista foi vitorioso no norte.

A FRONTEIRA SEPTENTRIONAL

A historia da fronteira amazonica não tem os aspectos tragicos da questão meridional. Lá o forasteiro foi sempre repellido e as balisas portuguezas ficaram de pé; porque o aliado do portuguez era a natureza; e o primeiro occupante pudéra aliciar a amizade dos gentios. Em 1623 uma expedição, que partira do Pará, destruiu dous fortins holandeses, levantados em ambas as margens do rio Xingú, e arrazou outro no Gurupá. Duas feitorias inglesas que havia ali perto foram tambem devastadas pelos portuguezes, cujo dominio sobre todo o curso do Amazonas se completou em 1639, com a viagem a Quito do capitão Pedro Teixeira. O fortim, na confluencia do rio Negro com o Solimões, construido em 1669, — seria a pedra fundamental de Manáus. Os missionarios continuaram a obra dos bandeirantes — os carmelitas no rio Negro, os jesuitas no Madeira,

aproximando mais de espanhóis, ao ocidente, e de holandeses ou franceses ao norte, as aldeias dos nossos índios. Um tratado provisório (4 de Março de 1700) declarára indecisa entre a França e Portugal a posse das terras existentes entre o forte de Macapá e o rio Oiapoc; porém, pelo tratado consequente ao congresso de Utrecht (1714), renunciára a França ás suas pretensões territoriais, "entre os rios Amazonas e o Oiapoc ou Vicente Pinzon". Ganhava Portugal o direito de forçar a Espanha a reconhecer-lhe a propriedade das terras que estivessem ao sul do paralelo do cabo Orange. Essa fronteira (pelo Oiapoc) seria modificada pelo tratado de Amiens, em 1802, arrancado por Napoleão á fraqueza de Portugal; mas logo a restabeleceu o proprio governador do Pará, general Magalhães de Menezes, a vingar a invasão de Junot, em 1807.

O tratado de Madrid deu para o Brasil septentrional uma linha divisoria que corria pelas serras entre o Orenoco e Amazonas.

Quatro comissões de limites tentaram demarcar os novos lindes, consoante o tratado de 1750: devemos-lhes o primeiro exato conhecimento, científico e minucioso, das terras fronteiriças (1). A comissão do Amazonas foi chefiada pelo governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal. Saiu, com grande comitiva, ao encontro do commissario espanhol no rio Negro (1753); e debalde o esperou dous anos. Nos entrementes Pombal criava a capitania de S. José do Rio Negro (carta régia de 3 de Março de 1755), a pedido de Men-

(1) "Era proposito dileto de D. João V proceder ao reconhecimento científico dos territorios do Brasil, não desprezando a colaboração estrangeira." Em 1750 foi constituída a primeira missão de Miguel Antonio Basco. (FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Estudos da Historia Americana*, p. 98).

donça Furtado, e este, ao tempo em que estudava a região e as suas condições, tomava quantas medidas administrativas se fizeram mister para tirar aos jesuitas o governo das aldeias indígenas e substituí-las por "colonias" de novo sistema (vilas e povoados, cujos diretores seriam pessoas dependentes do capitão general)... O comissario espanhol chegou em 1759; D. Rolim de Moura, sucessor de Mendonça, estando em Cuiabá, não pôde ir-lhe ao encontro; logo o tratado de Madrid era reformado pelo do Pardo (12 de Fevereiro de 1761); e a demarcação não se fez.

O tratado de Santo Ildefonso (1 de Outubro de 1777) consagrou os mesmos principios do de Madrid. Nomearam as duas côrtes novas comissões de limites, a portuguesa dirigida pelo governador de Mato Grosso, José Pereira Caldas, a espanhola por D. Francisco de Requena: encontraram-se em Tabatinga, nos principios de Março de 1781. Os seus trabalhos arrastaram-se até 1790 — mais proficuos para o conhecimento geografico, astronomico e botânico da Amazonia, do que para a delimitação territorial. Os delegados portugueses eram engenheiros, astrónomos, naturalistas, cartógrafos. Pela segunda vez um tal conjunto de homens eruditos avalliou as riquezas naturais do sertão brasileiro. Principalmente Alexandre Rodrigues Ferreira, o naturalista, chamado de Humboldt brasileiro, reuniu os elementos abundantes de que carecia a ciência para reputar a Amazonia uma das mais fartas e interessantes regiões do planeta. Mas, em 1794, regressou Requena á Espanha, sem realizar os objectivos da sua missão, á vista de desentendimentos, incidentes e rivalidades que por todo o tempo das viagens e estudos dividiram os demarcadores; e o governador

Manoel da Gama Lobo d'Almada se contentou em estabelecer postos militares nas extremas da capitania — o mais ocidental dos quais ficava á margem do Javari. Eram as fronteiras definitivas.

A FRONTEIRA MERIDIONAL

No sul as coisas se passaram bem diferentemente. Havia primeiro expulsar os missionarios castelhanos, depois acordar com os espanhóis uma linha divisoria natural, que, antes de demarcada pelos engenheiros do rei, já se esboçara com o sangue dos pioneiros.

A tragica historia da colonia do Sacramento parecia acabar-se com a sua entrega á Espanha, em virtude do tratado de Madrid, que de troco dá a Portugal os "sete povos" das Missões. Aliaram-se por um momento os dous vizinhos adversarios para combater o inimigo comum, que era o jesuita; entre 1754 e 56 dous exercitos, português e espanhol, comandados por Gomes Freire de Andrada e D. José de Andonaegui, destruíram as "reduções" guaranis e ocuparam a região. Mas, se estavam harmonizados em relação ao inimigo externo, que foi o missionario, não se entendiam facilmente quanto aos interesses reciprocos; os commissarios nomeados para a demarcação da fronteira meridional não chegaram a um acordo; logo o tratado de Madrid era anulado. (1) Não tardou a guerra, desta vez infeliz para as armas portuguesas. O exercito espanhol, comandado por D. Pedro de Cevallos, cercou a colonia do Sacramento e lhe forçou a capitulação (6 de Junho

(1) Vd. ENRIQUE M. BARBA, art. in *Humanidades*, tomo XXV, p. 296 (Buenos Aires, 1936).

de 1761 — 30 de Outubro de 62). Entrou depois pelo Rio Grande do Sul. Fixado nas duas margens deste, Cevallos devolveu apenas a colonia do Sacramento, consoante as determinações do tratado de Paris (10 de Fevereiro de 1763). Pretendia continuar de posse do Rio Grande. Os habitantes do pampa encarregaram-se de reaver o seu torrão. Seguiram-se dez anos de guerrilhas, escaramuças, correrias, durante os quais os esquadrões “gaúchos” afastaram continuamente o estrangeiro, reduzido, afinal, á sua posição da cidade do Rio Grande. Esta lhes foi tomada em 2 de Abril de 1776, depois de um formal ataque dirigido pelo general alemão João Enrique Boehm; e os espanhóis bateram em retirada para o Uruguai. Foi então que a côrte de Madrid, que estivera prestes a declarar a guerra em 1774, preparou uma poderosa expedição punitiva, formada de 19 navios, 96 transportes e 9 mil homens de desembarque, sob o comando geral de D. Pedro de Cevallos, ao mesmo tempo nomeado vice-rei de Buenos Aires. Os planos do governo espanhol eram vastos. Procuraria Cevallos anexar a ilha de Santa Catarina, desincorporar da America Portuguesa o territorio existente ao sul de Laguna e ao norte da colonia do Sacramento, e firmar aí a soberania castelhana. Facilmente realizou a primeira parte do seu programa, operando o desembarque na ilha, na noite de 23 para 24 de Fevereiro de 1777. A 5 de Março as autoridades de Santa Catarina capitularam. Rumou em seguida Cevallos para Buenos Aires, onde assumiu o governo, e saiu a cercar a colonia do Sacramento, que se rendeu ao cabo de oito dias de resistencia (4 de Junho). Fez arrazar a fortaleza, como para que nada restasse a testemunhar

o esforço português junto do rio da Prata, (1) espalhou pelas aldeias castelhanas de oeste as famílias dos colonos portugueses, e a uma parte da guarnição concedeu licença para recolher-se ao Rio de Janeiro. Ia Cevallos investir o Rio Grande do Sul, em cujas cochilhas o esperava Boehm, quando se pactuou a paz entre as duas metrópoles, por intercessão da rainha viúva de Portugal (falecera D. José I em 24 de Fevereiro de 1777) (2). Tiveram os espanhóis de restituir Santa Catarina e reconhecer a propriedade portuguesa sobre o Rio Grande, compensada pela colônia do Sacramento e outras possessões na África e na Austrália, que lhes cedia Portugal. A bôa conciliação, amainando o espirito belicoso das populações vizinhas, tornou possível uma tentativa de demarcação da fronteira meridional, a exemplo da septentrional. As duas grandes comissões, a espanhola, chefiada pelo capitão D. José Varela y Ulloa, a portuguesa, pelo governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, encontraram-se á margem do Chui, em 5 de Fevereiro de 1784. (3). Trabalharam, sem um resultado positivo, frequentemente desavindos os commissarios, embaraçados nos erros dos mapas e na imprecisão dos tratados, até que os supervenientes sucessos europeus lhes malograram a vagarosa tarefa. O problema reapareceu em 1801, ao rebentar o conflito entre Espanha e Portugal, aquela aliada de França. Um capitão de dragões, Francisco Barreto Pinto, organizou, com um troço de cavaleiros gaúchos, vito-

(1) Não foi arrasada a vila, senão apenas a cidadela. Ainda hoje os muros externos, sobre o rio, e ruas e casas portuguesas atestam, na próspera cidade oriental de Colônia, a sua trágica fase portuguesa. Estudamos esses vestígios em Outubro de 1938. Vd. também CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, Montevideo 1932.

(2) Vd. CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I*, p. 197.

(3) Notas de GARCIA a Porto Seguro, *Hist. Ger.*, IV, cap. LXVI.

riosa entrada pelas Missões, cujos “póvos” rendeu, derrotando ainda em S. Borja, a força castelhana que saíra a combatê-lo. A paz de Badajoz (que se soube no Rio Grande a 24 de Dezembro) devolveu á capitania a tranquilidade; porém os seus limites ficavam marcados e a posse portuguesa respeitada, desde o Ibicuí — e, no litoral, até á barra do arroio Chui — linha que o Uruguai confirmaria em 1819, estendendo-a pelo rio do seu nome.

A “guerra” de 1801 foi o ultimo capitulo da epopéia “bandeirante”, começada no seculo XVII.

REVOLUÇÃO ECONOMICA — PRODRAMOS DA INDEPENDENCIA — FIM DA ERA COLONIAL

INCIOU-SE a crise da Independencia em 1801, com os ajuntamentos maçonicos do engenho de Suassuna, aos quais se filia remotamente a revolução de 1817.

Aquella data está para a revolução brasileira como a de 1773 para a franceza (1). Inspirados nos livros francezes, seduzidos pela sugestão revolucionária, alguns proprietarios rurais imaginaram emancipar o Brasil, levantando-o em armas contra os portuguezes. A' influencia dos acontecimentos europeus não podia ferrar-se a colonia, que os sofria no seu commercio (2).

Os brasileiros receberam, por intermedio dos couterraneos formados em Coimbra, a novidade daquelles principios e a sua tradução em vernaculo. Difundiam-se prontamente os escritos, que eram em Portugal condenados e, a despeito da policia, corriam de mão em mão: foram familiares aos conven-

(1) Vd. GASTON MARTIN, *La Franc-Maçonnerie Française et la Préparation de la Révolution*, Paris 1926.

(2) Vd. BOUCHER DE LA RICHARDERIE, *Bibliothèque Universelle de voyages*, VI. 306, Paris 1808.

tos — centros ativos de estudos — e às classes aristocraticas, Rousseau, Boissy d'Anglas, Helvetius. Saint Hilaire ouviu do ouvidor de S. Paulo e do vigario de S. João del Rei, Martius do professor do Rio de Contas, o comentario aos autores do dia — que se reputava por extraordinaria erudição no país, segundo Armitage. Em 1813 — notara, estupefacto, o jornalista Hipolito da Costa — publicava-se no Rio de Janeiro uma tradução da "Henrieida" de Voltai-re. Entre aquelas leituras e a conspiração democ-ratica, ia um passo.

A maçonaria tirou dessa situação a melhor van-tagem, congregando em partido os "franceses". Ela apparecera no Porto em 1791. Bocage fôra preso por maçon, em 1794, (1). Na Madeira surgira em 1792 (2). Em 1796, com Arruda Camara, uniu al-guns homens inteligentes na fronteira da Paraíba. Em 1797 irrompeu na Bahia, onde, em 1802, o inglês Tomaz Lindley, auxiliado por ela, notava a ativida-de maçônica, porem sem as suas lojas regulares, co-mo em Lisboa e no Porto (3). Ainda nos ultimos anos do seculo de 700 entrára em Minas Gerais, prin-cipalmente no Tijuco: o procurador do povo desse distrito fôra, por isso, preso em Lisboa (4). Em .. 1807, estava no Rio de Janeiro. Evidentemente tais "clubs" não eram sediciosos, mas especulativos. Ca-biam aí frades, negociantes de educação inglesa, poetas e até gente do governo. Perseguidos numas, tolerados em outras capitánias, nunca se extingui-ram, até á livre intervenção maçônica de 1821. Cha-

(1) THEOPHILO BRAGA, *Bocage*, p. 432, Lisboa 1902.

(2) *Archivo de Mariuba e Ultramar*, I, parte II, 87, doc. 902.

(3) AFFONSO TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 52. Baía 1928.

(4) FELICIO DOS SANTOS, *Memorias do Districto Diaman-tino*, p. 168, 2.^a ed.

mavam-se em Pernambuco "Areopago", na Baía "Cavaleiros da Luz" (1), depois "Virtude e Razão" (2), núcleo primário do Grande Oriente... Porisso escrevia o conde de Linhares para a Bahia, em 17 de Novembro de 1809, que sabia haver ali "um grande numero secreto de pessoas vendidas ao Partido Francês". Com este fundamento foi o viajante Koster detido no Ceará. Falsa, talvez, era a informação, se se considerava o Partido Francês uma potencia estrangeira; exprimia, entretanto, a verdade, como elaboração de uma vasta revolta. Tolenare viu-a desenvolver-se em Pernambuco, em 1817 (3). Em 1798 a conjuração, chamada dos "alfaiates", tivera por divisa a da cidade de Paris: "Fluctuat nec mergitur"... (4). A sociedade secreta estava nos habitos do tempo e vinha do seculo XVIII. Tecia entre os paises e as castas uma rêde de entendimentos. Ligavam-se espiritualmente, os "maçons" portugueses aos de Inglaterra. José Alvares do Amaral, por exemplo, entrára na seita de Londres, em 1812 (5); surge depois organizando associações identicas em Minas, Rio e S. Paulo (6). A revolução de 1817, em Recife. e a indiferença da Bahia em face dessa tentativa de independencia, foram trabalho maçónico. Felisberto Caldeira mais não fez, então, do que "influir poderosa e habilmente sobre as lojas maçonicas para que

(1) BORGES DE BARROS, *Ann. do Arch. Publ. da Bahia*, XV, 46 (1928). Vd. tambem, com a respectiva bibliografia, sobre a maçonaria historica, GUSTAVO BARROSO, *Historia Secreta do Brasil*, p. 160, S. Paulo 1936.

(2) ROCHA MARTINS, *O Ultimo Vice-Rei do Brasil*, p. 56. Lisboa.

(3) *Notas Dominicanas*, Rev. do Inst. Archeol. Pernam. n. 61, 438 e 433.

(4) *Ann. do Arch. Publ. da Bahia*, II, 70 not. Davam vivas á Liberdade e a Bonaparte.

(5) Doc. ms. no arch. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia (Inéd.)

(6) ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, *Vida do Marquez de Barbacena*, p. 7, Rio 1896.

não propagassem as ideias da Revolução. Era um grande perigo de que tanto se arreceiava o governador" (1). Domingos José Martins, que passava por mensageiro dos maçons ingleses, constituiu-se o diretor da maçonaria pernambucana, ramificada na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará; chefe, foi também uma vítima da insurreição republicana de 6 de Março, que as armas debelaram. Nos versos que, a vespuras de morrer arcabuzado, mandou á esposa, protestava:

"A patria foi o meu Numen primeiro,
A esposa depois o mais querido..."

O REVOLUÇÃO DE 1817

Poucas revoluções na America terão as razões sociais e os precedentes historicos da que explodiu em Recife, em 1817. O movimento era nacionalista, no sentido da expulsão dos portugueses, vistos pela aristocracia da terra, desde 1709, como "marinheiros", rivais, escorchadores; e era liberal, na expressão politica que um grupo de padres ilustrados e de maçons de educação inglesa lhe deram.

Cristalizara em Pernambuco a paixão do regionalismo, agravada pela asfixia fiscal, pela insolencia dos militares europeus, pelos preconceitos gerados numa inimizade de classes, que tinha cem anos. Lutava ainda, como no tempo dos "mascates", o agricultor, homem de espada, com o mercador, homem de dinheiro; dependia um do outro — e detestavam-se. O lábaro havia de ser a nacionalização do comer-

(1) AGUIAR, *op. cit.*, p. 18. Desde 1816 Barbacena era irreligioso e liberal, cf. carta de Aires Antonio Corrêa, 1825, ms. no arch. do Inst. Hist. e Gegr. Bras., pasta 5, maço 2 (Inéd.)

cio. O povo entendia esta linguagem; sempre a compreendeu no Brasil: ele se bateria alegremente pela nacionalização do commercio de varejo. Identificado o adversario, fôra facil combatê-lo. Sucedeu isto em 1817, como antes, em 1709, como depois, em 1848. A elite intelectual assimilara as ideias francesas, sobre a liberdade politica, e as ideias inglesas, sobre a liberdade economica. Os padres, principais autores da revolução, eram filhos espirituais de França; alguns negociantes, executores do plano revolucionario, filiavam-se às lojas maçonicas ou eram, como Domingos Martins, representantes de casas comerciais da Inglaterra. O seminario de Olinda, criado em 1799 pelo bispo Azeredo Coutinho, formára as inteligencias, para o entendimento daquelas doutrinas; os excessivos impostos, os velhos vexames e as antigas quezílias convenceram os homens da cidade e da lavoura de que deviam levantar-se em armas. Houve um momento em que era conspirador tanto o padre do seminario como o morgado do Cabo, Francisco de Paes Barreto, futuro esteio conservador do trono brasileiro; tanto os irmãos Suassunas, já envolvidos na conjuração maçonica e francofila de 1801, como o padre João Ribeiro e o advogado José Luiz de Mendonça. Acontecimentos posteriores deram aos movimentos pernambucanos uma feição mais urbana e radical, que devia ter contra eles, naturalmente, a aristocracia rural.

O ambiente estava preparado, mas a revolução não era esperada em 6 de Março de 1817. Imprevistos a impeliram para as ruas; condenada desde o inicio a um sangrento malogro, perdeu-se, por se ter precipitado. A animosidade entre militares brasileiros e portugueses explodira numa festa publica, onde um official preto do regimento dos "Henriques" esborçoára um reinól. Os colegas deste tomaram medidas

punitivas; acirraram-se os ânimos, e, em 6 de Março, em formatura geral, o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa deu voz de prisão a dous oficiais brasileiros, dos mais exaltados, José de Barros Lima, de alcunha "Leão Coroado", e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Desembainharam as espadas estes militares, e saltando sobre o brigadeiro, José de Barros Lima o estendeu morto com uma estocada. Foi o levante. Fugiram os oficiais portugueses e a tropa, nativa, aderiu aos dous rebeldes. Tocaram os sinos a rebate. Correram ás armas os conspiradores. Tentou o governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, abafar a sedição, enviando um ajudante de ordens ao quartel de artilharia: foi recebido a bala. Cercados e investidos, os milicianos, que obedeciam ao marechal José Roberto, se renderam. Os insurrectos conquistaram a cidade, dominando a reacção exparsa dos portugueses. O governador, a familia e alguns officiaes resistiram na fortaleza de Brum. Recolheu-se a ella a guarnição de Olinda. Uma junta provisoria se formou, com o padre Miguel Joaquim de Almeida, o "Miguelinho", o padre João Ribeiro Pessoa, Jacome Bezerra, Felipe Neri Ferreira e Antonio Gonçalves Cruz. A 7 de Abril, Caetano Pinto foi intimado a deixar Pernambuco. Deram-lhe uma sumaca, na qual seguiu viagem para o Rio de Janeiro. A capitulação da fortaleza do Brum marcou a fase de organização da "Republica pernambucana". A junta socorreu-se das luzes de um conselho, composto do ouvidor Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (o futuro constituinte e orador do Imperio), Antonio de Moraes e Silva (o dicionarista), o deão de Olinda Bernardo Ferreira Portugal e o proprietario português Pereira Caldas. A revolução estendeu-se a Itamaracá, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte; mas não logrou empolgar nem o Ceará nem a Bahia.

Ali, o emissario rebelde, subdiacono José Martiniano de Alencar, foi preso, depois de ter pretendido proclamar no Crato a republica. A' Baía o enviado pernambucano, padre José Inacio Ribeiro de Abreu Lima (o "padre Roma"), já chegou envolvido nas malhas de uma denuncia; pois a sua jangada encalhou no Rio Vermelho, detiveram-no as autoridades locais, e teve de arrostar a justiça do conde dos Arcos. Sumariamente julgado por um conselho de guerra, foi o padre Roma fuzilado, no campo da Polvora, em 29 de Março. O capitão general da Bahia, conde dos Arcos, surgia como o homem talhado para dominar a situação. A carta, de rara energia, que escreveu para Alagoas, intimando o comandante militar, simpatico aos pernambucanos, a combatê-los sem demora, a espada na mão direita e na esquerda a bandeira do rei de Portugal — intimidou os aliados do governo revolucionario. Os dias máus sobrevieram. Debalde apelaram os pernambucanos para o auxilio estrangeiro, mandando aos Estados Unidos o negociante Cruz (o Cabugá), á compra de armamentos, á Inglaterra o inglês Koster, que devia entender-se com Hipolito da Costa e obter o apoio da nação inglesa... A armada portuguesa apareceu em frente de Recife e Olinda. O exercito, expedido apressadamente pelo conde dos Arcos, alcançou Alagoas, onde se dispersaram os republicanos, e por toda parte restaurou a normalidade. As forças insurretas, sob o comando de José Mariano, atingiram Porto das Pedras; mas, no primeiro embate, se desorganizaram, não houve mãos que as contivessem, e os seus chefes se viram obrigados a sub-dividir em guerrilhas a gente que os não abandonou. Seguiu-se o desabamento do edificio revolucionario. Domingos Teotonio, comandante de Recife, retirou-se para Olinda, depois de ter o chefe da esquadra de bloqueio recusa-

do negociar com os sitiados uma capitulação honrosa, que lhe propunham. A tropa retirante rumou para o engenho Paulista, enquanto o exercito e a marinha, combinando os movimentos, tomavam Recife. A' testa da coluna republicana, carregando ao ombro, num sacco, o arquivo do "Estado", marchava descalço o padre João Ribeiro Pessoa... Era a ultima coluna. Domingos Jorge havia sido alcançado á margem do Mealpe, aprisionado e depois fuzilado. O resto da provincia voltára a submeter-se á bandeira real. Eram executados os cabos do levante que caíam em poder dos soldados de Portugal. Desolado, o padre João Ribeiro enforcou-se num galho de arvore. A' aproximação da cavalaria legalista debandaram os rebeldes; mais tarde, os chefes derradeiros, Domingos Teotônio, Barros Lima e padre Souza Tenório, foram descobertos e capturados.

A repressão continuou, cruel. A justiça militar, em nome do rei, só poupou as pessoas menos comprometidas, que nos carceres da Bahia aguardaram, quatro anos, um demorado perdão. O padre Tenório, o "Leão Coroado" e Domingos Teotônio morreram na forca — a 10 de Junho. Sómente em 6 de Agosto mandou uma carta-regia suspender as execuções e instituir alçada em Recife. Correrá sangue copioso. O primeiro que se derramára em luta franca, de brasileiros, a quererem a sua independencia e a sua liberdade, contra as forças da metropole. Passára, portanto, pelo Brasil, a agitação dos espiritos, comum a toda a America; os martyres de Pernambuco se assemelhavam aos da Gran Colombia e do Mexico; uma réstea do mesmo sol que envolvia Bolívar e San Martín, iluminou, naquele retalho do nordeste, o grupo dos republicanos brasileiros...

Na historia do pensamento nacional o sacrificio deles não foi inutil.

PATRIOTAS

Concluira-se um processo historico de formação nacional.

A luta da independencia fôra diferida, com o destroço dos revolucionarios pernambucanos, não extinta. A transmigração da côrte portuguesa mudára o destino do Brasil, que passava a dispôr, para as aspirações dos “patriotas”, de um principe português. A solução monarchica da emancipação do Brasil manteria, na ordem, a união das provincias. Foi porisso o nosso o país que mais lucrou com a epopéia napoleonica, que nos deu rei, reino, abertura de portos, industrias, colonização, Imperio, como successivos favores da fortuna, conosco tão pródiga como fôra avara em relação aos vizinhos.

A MUDANÇA DA CORTE

As guerras napoleonicas puzeram á prova a tradicional aliança de Portugal e Inglaterra, que datava de 1642. Se o governo português transigisse com a França em fechar aos ingleses os portos, abertos para eles desde 1703, e como Napoleão impuzéra em 1806, seria com a Grã Bretanha que teria de lutar. Neste caso, perderia algumas das colonias, como avisara D. Rodrigo de Souza Coutinho (Linhares), em 1803. Desobedeceu ao imperador, e um corpo de exercito francês invadiu a fronteira de léste. Hâbil na sua propria timidez, entre inerme e malicioso, o principe-regente D. João não queria em nenhuma hipotese a guerra, que lhe ameaçava, de um lado o trono — a pique de submergir na voragem da invasão, como o de Espanha — do outro lado os domi-

nios, que representavam a riqueza de Portugal. A Inglaterra confiava na velha, inabalavel lealdade portuguesa, mas nem porisso afastava do Tejo uma armada, que de um momento para outro poderia bombardear Lisboa, se o governo do país positivasse a attitude anti-britanica que lhe pedia um partido poderoso, o francofilo, chefiado pelo ministro Antonio de Araujo de Azevedo (depois conde da Barca).

Havia, com effeito, dous partidos na côrte. Um, sensivel ás impressões do seu tempo, pretendia a aproximação com a França; o outro, encerrado nas tradições politicas, exigia a fidelidade aos ingleses. Era a antinomia entre liberais e conservadores, ou avançados e retrogradados, que dai por diante separaria em dous campos a politica, em Portugal e no Brasil. O partido anglofilo era dirigido por D. Rodrigo de Souza Coutinho. D. João, como os anteriores Breganças, pendia para os ingleses e temia os franceses. Estava cercado de traidores, a começar pelos seus ministros em Paris e Madrid. Chegou a mandar, a toda pressa, oferecer a Napoleão a mão do principe D. Pedro (de nove anos), para uma das suas sobrinhas, filha de Murat. Fez mesmo sair da côrte lord Strangford, ministro de Inglaterra, que se recolheu a uma náu, e á noite, secretamente, procurava o principe regente, a confidenciar-lhe os segredos politicos. Foi Strangford quem lhe mostrou o jornal do "Monitor", de Paris, com o decreto de Napoleão extinguindo a monarquia portuguesa e dividindo em tres provincias o reino. Isto a 11 de Novembro de 1807. Nada mais occorreu á côrte, instigada pelos ingleses, além da fuga para o Brasil, que a Inglaterra aconselhára. Era uma ideia que, de muito longe, incutia ao principe-regente uma confiança silenciosa. Desde a aventura do prior do Cra-

to, em 1580, até a guerra de 1801, desde a rainha D. Luiza de Guzman a D. Luiz da Cunha, desde D. João IV ao marquez de Pombal, de Alorna a Linhares, nas horas difíceis da vida portuguesa, sempre que á Espanha se aliára a França, se pensára no Brasil para séde nova e segura da corôa. O proprio Aranda sugerira a Carlos III de Espanha, em 1783, reproduzindo um conselho de Vauban a Felipe V, que dividiu com os seus filhos os dominios americanos... A America desenhava-se como um refugio da velha Europa. Apenas, desta vez, nenhuma demora se justificava mais. Marcada a partida da familia real para 27 de Novembro, já a 25 o general Junot, á frente de um exercito veloz, entrava em Abrantes, a 22 leguas de Lisboa. Tinha ordem de pôr as mãos á casa reinante. Devia prender no seu palacio os Braganças!

O reino não se defendia. A hesitação do governo entregára-o, desarmado, á invasão. Na ultima hora, esperando iludir Napoleão, fizéra o príncipe-regente recolher ás fortalezas da costa a maioria do seu exercito, numa preparação mentirosa de guerra aos ingleses. Junot podia percorrer sem obstaculos, além da lama dos caminhos e da cheia dos rios, aquela terra, tão inimiga outr'ora de soldados estrangeiros. Assim, a D. João o futuro se afigurava desenganado. Porque a esquadra inglesa se lhe offerecesse para comboiá-lo, deu ordens a todos os fidalgos, aos altos funcionarios, aos generais, aos homens principais da côrte, para acompanharem a dinastia ao Brasil. Embarcaram quinze mil pessoas, entre dignitarios, eclesiasticos, magistrados, criados e tropa, levando cada qual os haveres que podia transportar. Em 30 de Novembro Junot atravessou Lisboa: nesse dia a frota luso-inglesa desaparecia no horizonte.

SMITH, DEPOIS DE COLBERT

Para o Brasil, foi o começo de uma éra magnífica.

A transição era tambem de doutrinas ou mentalidades, se a Colbert sucedia Adam Smith (1). O livre-cambismo, a franquia mercantil, o curso livre das mercadorias, o industrialismo, substituiam-se ás velhas ideias proibitivas, protecionistas, monopolistas. Certo, os ingleses não salvavam a corôa portuguesa sem um programa economico preestabelecido: esse programa se resumia em dous artigos. A liberdade de comercio e uma tarifa alfandegaria elaborada pelos industriais ingleses de tecidos. Em 1808 aquela liberdade foi decretada, e o tratado da tarifa surgiu em 1809-10. A esquadra aportou á Bahia, onde, a 28 de Janeiro de 1808, depois de ouvir o economista brasileiro José da Silva Lisboa (Cairú), que se notabilizára pelas ideias livre-cambistas, D. João decretou a abertura dos portos do Brasil ás nações amigas. Esse ato singelo realizava a independencia do Brasil, a sua subordinação a Portugal passava a ser meramente politica; a verdadeira metropole economica — primeiramente pela presença da côrte, depois pelo intensivo comercio inglês — era agora a Grã Bretanha, “caixa e suzerana” (2). Em 1808 e em 1809 a importação britanica sobrepujou a portuguesa, a navegação particular britanica ultrapassou a portuguesa, as praças de Londres e Liverpool receberam mais mercadorias brasileiras do que as praças portuguesas, e enquanto enlanguescia Portugal,

(1) VICTOR VIANA, *Historico da formação economica do Brasil*, p. 169, Rio 1922.

(2) OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, I, 380, Rio 1908.

arruinado, o Brasil modificava rapidamente a fisionomia das suas cidades, a educação da sua burguezia. “Pela abertura dos portos da America a todas as nações do mundo, Lisboa deixou de ser o emporio das mercadorias do Brasil, e porisso os estrangeiros abandonaram o porto de Lisboa a novo rumo da America” — sintetizou um contemporaneo (1). Em 1808 inicia-se a completa anglicanização do commercio brasileiro. O alvará de 1 de Abril de 1808 revoga o de 5 de Janeiro de 1785: permite todas as indústrias. O tratado de 21 de Fevereiro de 1809 consuma a usurpação, pelo commercio inglês, da economia nacional. A pauta para os direitos sobre as lãs vem de Liverpool (2). As mercadorias britannicas passam a pagar nas alfandegas 15%, menos um por cento do que as demais estrangeiras, assim repelidas dos nossos portos. Foi quando deixamos de comprar os panos das fabricas do Rato e Estamparia de Torres Novas, substituidos pelos de Manchester. O Rio de Janeiro, visitado em 1807 por 90 navios, no ano seguinte recebia 420. O porto da Bahia, segundo Martius, acolhia 2 mil em 1818 (3).

Continuou a elevação do preço dos productos “coloniaes”, enquanto os comerciantes ingleses se instalavam nas principais cidades, com os seus escriptorios de compra e venda de algodão, de açúcar, de fumo, de couros; e todas as atividades se aceleram, como se atingisse ao Brasil um incitamento misterioso. Longe de moderá-lo, o principe regente que gosta da terra, o anima inteligentemente, criando, entre 1808 e 1816, os orgãos do novo Estado: imprensa, Supremo Tribunal de Justiça, academias de

(1) CONSTANCIO, *Historia do Brasil*, I, 101. Lisboa 1835.

(2) *Através da Bahia*, edição PIRAJÁ DA SILVA, p. 73.

(3) JOSE' ANTONIO DE MIRANDA, *Memoria constitucional e politica sobre o estado presente de Portugal e do Brasil*, 1821.

cirurgia e marinha, fabricas, bibliotecas, arsenais, jardim botânico, museu, praças de commercio, o Banco do Brasil com o capital de 1.200 contos. Tanto estimulava a instalação de fabricas, como mandava fundar colonias agrícolas, nas serras do Rio de Janeiro e nas matas do Espirito Santo, e enobrecia, com condecorações e outras honras, a classe mercantil. Só conservou a corôa dous dos seus antigos monopolios, o dos diamantes e o do páu brasil. O providencialismo da politica régia abafou as excitações liberais, que o exemplo hispano-americano suggeria, e armou pacificamente, até 1817, o arcabouço de um Imperio. As artes mecanicas, antigamente mistér plebeu, que excluia do exercicio de cargos publicos até terceira geração, foram consideradas tão dignas como as outras profissões. Sentira-se a necessidade de atrair o colono estrangeiro — rompendo as barras ao proibicionismo antigo — e limitar as zonas de condensação dos escravos negros. Vieram os franceses para o commercio de modas, e chegaram a somar 3 mil no Rio de Janeiro; viéram os alemães para a agricultura, e conseguiram viver nas abas da serra do Espirito Santo, abandonadas na vespera pelos botocudos; vieram homens de todas as procedencias, para todas as latitudes do Brasil. As cifras, relativas ao commercio exterior, retratam essa situação de febricitante intercambio: em 1812 vendia já o Brasil 80 mil contos.

A receita publica estava longe dos mesquinhos numeros apontados por Antonil no seculo passado: o governo dispunha, em 1810-11, de 3.134 contos, dos quais 1.604:220\$000 só do Rio de Janeiro. Podia portanto prover, com saldo, ás despesas formidaveis da côrte (963:758\$225) e as mais do Estado. A Bahia — maior exportadora de materia prima — chegava

a remeter, em 1817, 1.200.000 arrobas de açúcar ou 27 mil caixas, em 1818, 29.575, em contraste com as 6.629 de 1776 — e 40 mil fardos de algodão (1) — em virtude da exagerada procura pelos ingleses — anota Martius (2). Caíra só a produção de fumo, em consequência da síncope do commercio português.

Para semelhante resultado não faltou a flutuação da moeda, que em 1810 perdeu a fixidez, primitiva, do padrão ouro, substituída pela prata, que nos invadiu os mercados atraída pelo interesse do troco. Cunhada a nova moeda de \$960, dá-se curso, com recunho, ao peso forte de Espanha, que podia ser trocado pela antiga meia dobra (6\$400), á razão de 25%, quando a relação era outr'ora de 1 para 16 (3). Produziu-se um adelgaçamento providencial do meio circulante, que a grande falsificação da moeda de cobre ainda mais acentuou, a partir de 1815. Os bilhetes do Banco apparecram nessa emergencia.

O brasileiro, pôde-se dizer, habituava-se a manejar dinheiro, coisa que o commercio parecia desprezar ainda em 1803, segundo um viajante inglês — “acostumado á permuta de generos” (4). Os bilhetes do Banco elevaram-se a 3.600 contos em 1818, a 8.566 em 1821, o que é comprehensivel pelo excesso de novos instrumentos monetarios, que, por uma lei conhecida, expulsavam da circulação os proprios patações, deixando campo livre ao cobre e ao depreciado papel. Entretanto a queda do cambio, resultante da emissão dos bilhetes, exerceu a influencia que fatos dessa ordem levam aos paises de exportação: o Brasil vendia sempre mais e, aparentemente, por me-

(1) Vêr cap. IX.

(2) *Através da Bahia*, p. 87.

(3) Relatório de ARAUJO VIANA, ministro da fazenda, 1833, cit. por VICTOR VIANA, *Historico* cit., p. 185.

(4) TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 66.

lhor preço. A ruina das finanças, embora afetando o alto commercio, beneficiava a agricultura. Basta vêr que a exportação de 1813 era de 4.792 contos e em 1816 subia a 9.663. O saldo do commercio brasileiro fôra, em 1809, de 388.586 libras.

As grandes fortunas, adstrictas antes ás praças da Bahia e Pernambuco, onde elas se faziam sobretudo no trafico negreiro, surgem por esse tempo, reveladas em 1817, quando os negociantes bahianos ofereceram 100 contos de premio ao conde dos Arcos, e nas remodelações urbanas que se realizavam.

O decenio da transformação acabou lamentavelmente, com a anarquia administrativa de Abril de 1821, em torno do regresso de D. João VI a Portugal (1). Causas politicas, inevitaveis, interromperam um dos periodos mais brilhantes da historia brasileira.

(1) Vd. nosso estudo do reinado de D. João VI, *O Rei do Brasil*, Rio de Janeiro 1935; af a bibliografia do capitulo.

XVIII

FUNDAÇÃO DO IMPERIO DO BRASIL D. PEDRO I

A ruptura da tradição economica, com a passagem brusca do Brasil do sistema de Colbert (Pombal) para o de Adam Smith (Linhares), coincidiu com a invasão das ideias liberais, acalentadas, em Portugal, pelo desespero de uma população empobrecida e impaciente. A revolução de 1820 chegou com oito anos de atraso da Espanha e 30 da França; queria-se uma Constituição, que dividisse os poderes publicos, com a liberdade individual e de consciencia, um congresso, a transformação do rei absoluto em funcionario do Estado, subordinado às Camaras soberanas.

Certamente, não interessava às classes produtoras do Brasil a implantação daqueles principios na metropole; aceitaram-n'os por solidariedade a Portugal, se o elemento português ainda dominava a vida colonial. A revolução do Porto, em 24 de Agosto de 1820, logo estendida a todo o país, decretára a extinção do absolutismo, jurando-se provisoriamente a Constituição espanhola. O exercito, os intellectuais, os moços, modificaram, numa jornada pacifica, a fisionomia do velho reino. Porém não comprehendiam o novo sistema sem a volta do rei, que

se demorava demasiadamente no Rio. Desde 1815, quando cessára o perigo francês, D. João e a côrte eram reclamados de Lisboa. Sentia-se que o Brasil, não a metropole, prosperava insolitamente, e dado aos ingleses, a decadencia de Portugal não teria fim sem os antigos privilegios mercantis do seculo XVIII. A liberdade em Lisboa era encarada por um prisma nacional, que não abrangia o *Reino Unido*. As ideias avançadas, a Constituição francesa, a abolição do governo tradicional não excluïam a retirada, gradual ou violenta, das vantagens concedidas ao Brasil por D. João VI. O conflito, que precedeu a Independencia, girou em torno dessa re-colonização, que não encontrava mais clima nos tropicos, tão embebedos como Portugal do idealismo revolucionario. A razão economica da luta era aquella; no Brasil, era sobretudo a consciencia da sua autonomia, representada por uma nova geração intelectual que pasmava do obscurantismo colonial, tão grande e rico se lhe afigurava o seu país. A agricultura aliou-se ás classes dirigentes para separar o Brasil de Portugal. O inimigo interno foi apenas o alto comercio português.

O MOVIMENTO DA INDEPENDENCIA

O movimento da Independencia divide-se em duas epochas. A' revolução constitucionalista, de 1820, aderiram os elementos portuguezes do Brasil, e, em segundo plano, os brasileiros interessados em qualquer reforma que traduzisse os ideais franceses em voga. Porém havia de retirar-se D. João VI para Lisboa, e aí começou a cisão, entre renóis e americanos. Pleiteavam estes, com o rei ou sem ele, a conservação da dignidade politica do Brasil, como reino. De principio, aliavam-se aos portuguezes domici-

liados, para reterem o rei. Mas, depois de 26 de Fevereiro de 1821, um novo fator politico forneceu aos brasileiros a segurança de um triunfo facil: foi o principe herdeiro D. Pedro de Alcantara. A' sua presença no Brasil devemos a união das provincias, quando as Côrtes portuguesas quiseram desagregá-las, e, consequentemente, o proprio Brasil, como Evaristo da Veiga afirmaria mais tarde (1). Embora casado, desde 1817, com a arquiduqueza, filha do imperador d'Austria, D. Leopoldina Cristina, só naquele dia tomára o principe adolescente uma atitude qualquer nos acontecimentos gravissimos que mudavam a sorte da monarquia. Alguns traços biograficos definem o homem — e dez anos da historia do Brasil.

O PRINCIPE

Não se parecia com o pai em nenhuma das suas qualidades. D. Pedro saíra á mãe, nas paixões, na ambição e na intemperança; porém lembrava os reis cavalleirescos da sua Casa na coragem pessoal, nos jogos atleticos, no espirito militar e no amor da aventura, sentimentos e instintos que lhe deram um lugar entre os heróis do seculo. Um romantico, um cavaleiro e um estroina, D. Pedro, mancebo de 23 anos, mal educado e pouco instruido, era em 1821 o general indicado para chefiar um exercito de idealistas afrancesados que com ele se harmonizavam no entusiasmo e na impaciencia. A guarnição do Rio

(1) Estudamos este periodo da historia brasileira em tres livros: "Historia da Independencia do Brasil", Imprensa Nacional, 1928; "O Rei Cavaleiro", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933; "O Marquez de Abrantes", Editora Guanabara, Rio 1933. Af as fontes. — Vd. tambem ALFREDO VALLADÃO, *Boletim do Instituto Historico* (Programa do 2.º Congresso Nacional de Historia), p. 65 Rio, 1931

aderiu em 26 de Fevereiro á causa das Côrtes, forçando o rei e a familia real a jurarem antecipadamente a Constituição que se dêsse a Portugal, porque D. Pedro conspirára com os exaltados da tropa e da cidade. Tornou-se, pois, um agente de ligação entre o partido liberal e o rei. D. João VI devia deixá-lo no Brasil por seu lugar-tenente, ou regente do país. D. Pedro precipitou a partida do pai, com o golpe de 21 de Abril, na casa da Bolsa, onde se reuniram os eleitores da cidade para conhecer as instruções dadas pelo rei ao filho. O que era uma incoerencia — fazer o principe dissolver a reunião pela força, quando a compunham muitos dos organizadores da jornada de 26 de Fevereiro — significava uma ameaça, para que sentissem os sediciosos, liberaes ou absolutistas, que ele tinha consigo as armas. Disse-se que o ministro conde dos Arcos, que era o corteção mais ligado a D. Pedro, aconselhára a violencia. Produziu o desejado efeito, D. João VI teve pressa de embarcar, nomeou o principe regente do Brasil em seu nome e seguiu viagem, em 26 de Abril, levando 200 milhões de cruzados das arcas do Banco do Brasil e a alfaia que pôde transportar.

A GUERRA

A regencia de D. Pedro preparou habilmente a Independencia, com a monarchia, antecipando-se ao movimento popular, que poderia realizá-la contra a monarchia. Uma força portuguesa vigiava-lhe os atos: era a *Legião*, comandada pelo general Jorge de Avilez. A 5 de Junho, manejada pelas intrigas do conde de Louzã, no governo o mais intransigente dos ministros, exigiu a *Legião* fosse demittido e expulso do Brasil o conde dos Arcos. Não chegára o momen-

to da luta, e D. Pedro cedeu, desterrando o amigo. Fez-lhe tardia justiça, reconhecendo por decreto, em 1823, os benefícios que ele fizera ao Brazil. A *Legião* aquiétou-se, enganada, e o príncipe tratou de aniquilá-la. As Côrtes determinaram que se embarcasse para o Reino, afim de completar estudos, viajando. De acordo com o Senado da Camara do Rio e os de S. Paulo e Minas, consultados por emissarios do grupo brasileiro, decidiu-se a desobedecer. Fez-se a encenação conveniente. Em 9 de Janeiro o presidente do Senado da Camara do Rio, José Clemente Pereira, á frente da corporação e do povo, partiu para o Paço. Discursou. D. Pedro respondeu firmemente, que, *como era para bem do povo e felicidade geral da nação*, ficava no Brasil. Foi o rompimento com a metropole; a revolta. Já se apoiava ao partido brasileiro, contra o portuguez. A *Legião* quiz opôr-se; D. Pedro chamou ás armas a parte brasileira do exercito. A guerra não podia ser mais desigual. Avilez viu-se obrigado a passar para a Praia Grande. O príncipe mandou cercá-lo por uma tropa comandada pelo velho general Xavier Curado, enquanto os navios de guerra bloqueavam Niteroi. Avilez aceitou a condição de retirar-se sem demora e, com a sua gente, partiu para Portugal a 16 de Janeiro. Era a emancipação do país, desde que assim se expeliam os soldados do rei.

Não importava a resistencia heroica dos portuguezes na Bahia, no Maranhão, no Pará, em Montevideo. O príncipe tinha ao seu dispôr o Rio, S. Paulo, Minas e o Rio Grande, alguma armada, o erario, a faculdade de contrair empréstimos e engajar voluntarios. Não podia, depois da expulsão de Avilez, tentar uma reconciliação. As côrtes iam considerá-lo inimigo; dizia-se que se propunham desher-

dá-lo, falava-se até na deposição de D. João VI. A D. Pedro a corôa do Brasil afigurava-se a suprema aventura, digna do seu espirito cavalheiresco, da sua incompatibilidade com a velha Europa. Atirou-se áquela corôa, socorrido, a partir de 16 de Janeiro, da experiencia e do patriotismo de um ministerio brasileiro, cuja figura central era José Bonifácio de Andrada e Silva. Antigo funcionario régio, cientista, literato, esse paulista insigne era o perfeito brasileiro do seculo que findára: orgulhoso, regionalista, autoritário, amando a pátria com extremos e defendendo a ordem brutalmente, á altura, portanto, da sua missão politica, quando se tratava de fazer a independencia sem quebrar a unidade do Brasil. A causa da monarchia deveu-lhe a estetica de 12 de Outubro de 1822, quando foi D. Pedro proclamado imperador constitucional, depois de ter declarado independente o Brasil a 7 de Setembro, em S. Paulo. Monarchia constitucional á francesa, municipalista, aproveitando na côrte as tradições lusas, coberta por uma bandeira inspirada na paisagem nacional, vêrde e ouro, e consagrando o dogma da soberania popular, pois o imperador o era, "por vontade de Deus e unanime aclamação dos povos".

7 DE SETEMBRO

Em 7 de Setembro, estando D. Pedro de viagem de Santos para S. Paulo, recebera os ultimos despachos que lhe revelaram a irritação e as ameaças do governo de Lisbôa. Em Junho ele fôra a Ouro Preto garantir-se do apoio de Minas Gerais. Agora se certificára que S. Paulo estava com ele. Então — á margem do Ipiranga — desembainhando a espada, gritára: "Independencia ou Morte". Mas já o de-

creto de 23 de Junho de 1822, que convocava um Congresso Constituinte para o Rio de Janeiro, e as duas proclamações, ao povo e ás nações, em 1 e 6 de Agosto, dispensavam outras manifestações revolucionarias, concretizadas no norte pela guerra, de aspecto regional, entre as populações e as guarnições portuguesas.

2 DE JULHO

O imperador foi sagrado em 1 de Dezembro de 1822. Em 3 de Maio seguinte instalou-se a Assembleia Constituinte. A 2 de Julho a guarnição portuguesa embarcava na Bahia, de volta ao reino, e o *exercito libertador*, de 10 mil homens, que durante um ano a investira, vitorioso em todos os embates, entrava na cidade. Em 28 de Julho a Independencia estava proclamada no Maranhão. Logo depois, no Pará e na Cisplatina. Elaborada pela Assembleia a constituição politica do Imperio, passaria este a girar na orbita das nações organizadas e soberanas.

Mas não bastára a monarquia para dar-lhe a prosperidade, na ordem. Economicamente, a situação desenhava-se excelente, desde que o rompimento com Portugal, sem afetar o commercio externo, excluira apenas um entreposto. Mas era aflitivo o estado das finanças, tal a penuria do tesouro, que D. João VI limpára, agravada pelas despesas de guerra, principalmente a apressada criação de uma marinha, e pela abundancia de cobre falso, praga de 1817-21 que ameaçava tornar-se catastrophe. Havia de inicio o contraste do Estado pobre e do cidadão rico. O ministro da fazenda, Martim Francisco, tinha as virtudes exigidas para o momento: prudencia, parcimonia, honestidade. A politica lançou-o

fôra do governo quando, com o seu irmão José Bonifácio, se tornára incomodo ao imperador, pela influencia que ambos exerciam sobre a Assembleia. Essa modificação ministerial não alterou a róta á Constituinte, que sem votar propriamente a Constituição, descambava para congresso tumultuario, cada vez mais impressionada pelos fatos politicos (anti-lusitanismo, restrição do *poder pessoal* do imperante, liberdades civ.s ameaçadas, conciliação do principio monarquico com o democratico e porisso infensa ao grupo conservador e portuguez que rodeava D. Pedro I). A situação tornou-se irremediavel quando a Constituinte deu ouvidos á queixa de um boticario, que fôra espancado, devido a uns insultos de imprensa, que se lhe attribuiam, por dous militares portuguezes do exercito.

A CONSTITUINTE

O nacionalismo, espartado pela guerra da independencia, francamente aggressivo em face dos residentes portuguezes, assim no Rio como nas provincias, não perdoava ao imperador ser ele mesmo portuguez e ter feito aderir á independencia, conservando os seus póstos, quantos officiais europeus o quizeram. O antagonismo colonial, entre o senhor de engenho e o negociante, o desprezo antigo do “mazombo” pelas occupações mercantis, a separação entre a gléba e o commercio, aumentada pela imprevidencia do primeiro e pela ganancia do segundo, explodiam em ira patriótica. O portuguez era o “marinheiro”, o “marôto”, o “mascate”, propenso ao despotismo, adventicio que vinha enriquecer... Não importava a circumstancia de ficarem no país os tais

ricos, aqui casados, aqui sucedidos; eram o inimigo. D. Pedro pensou resolver a crise, dissolvendo a Constituinte, e a agravou ainda mais.

Dissolveu a assembléa, em 12 de Novembro de 1823. Prendeu e deportou os oradores oposicionistas — entre eles os Andradas. Nomeou em substituição do corpo legislativo um Conselho de Estado e lhe cometeu a tarefa de elaborar a Constituição do Imperio, que outorgaria. O marquês de Caravelas foi o principal redator dessa Carta, calcada nas teorias de Benjamin Constant, portanto a mais liberal possível. O imperador mandou o projeto ás provincias, ao exame das municipalidades, para receber as sugestões dos eleitores. Outorgou-a a 25 de Março de 1824.

1824

Mas não pôde evitar que estourasse em Pernambuco a revolução, pretextada pelo golpe de Estado. De fato, esse movimento sangrento, que tem o nome de "Confederação do Equador", e tanto se parece com o de 1817, resultava da indeterminação dos poderes nacionais. Quem governaria as provincias? O governo central, á imitação do rei D. João, ou, pelo voto popular, um filho da própria provincia? Pernambuco, nos dias indecisos que se seguiram á victoria do partido brasileiro, elegêra presidente a Manoel Paes de Andrade. O governo imperial, entretanto, nomeara para presidir a provincia o morgado do Cabo, Francisco de Paes Barreto. Paes de Andrade contava com a cidade de Recife e apoiava-se á tropa local, comandada pelo coronel Falcão de Lacerda; tinha partidarios, maçons e republicanos, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará; os ho-

mens de 1817 cerravam fileiras ao seu lado. O morgado do Cabo contava com a melhor porção dos proprietários rurais e formava, no interior, a resistencia conservadora. Nesse aspecto a revolução de 1824 se assemelha á da Bahia de 1837 e á da Praia de 1848. A lavoura era a ordem; o intellectualismo da capital era a rebelião. E venceu a lavoura, que dispunha das forças organizadas.

O imperador lançou contra Recife exercito e armada. A ferro e fogo foi tomada a cidade. Reproduziu-se a derrocada revolucionaria de 1817. A agitação nativista, porém, não esmoreceu, nem teve D. Pedro I jeito de arrefecê-la. Na Bahia ela era tão alarmante que o imperador houve de visitar a provincia, para acalmar os animos, o que conseguiu por algum tempo. Recrudescera em 1827. Não acabou em 1831. Lavrou por todo o periodo regencial e se encerrou, em 1848, numa crise final — o motim de Recife que forçou a transmigração, para colonias d'África, de muitos portuguezes vencidos pelo ambiente hostil (1).

D. Pedro continuou a ser o portuguez. Era, entretanto, exuberantemente, "brasileiro". Aparelhou a marinha e o exercito, arrancou a Portugal o reconhecimento da independencia (1825), entrando o Brasil com 2 milhões esterlinos de indenização ao governo de Lisboa, sustentou a guerra com as provincias Unidas (Argentina) e os insurgentes uruguayos (1825-28), que desligaram do Imperio a Cisplatina, e viu, em nove anos de reinado, definir-se a indole parlamentar das instituições, consolidar-se a união nacional.

(1) P. W. DE BRITO ARANHA, *Memorias historico-estaticas de algumas villas, etc.* p. 238, Lisboa 1871.

XIX

A PROJEÇÃO INTERNACIONAL — O IMPERIO E OS SEUS VIZINHOS — FATALIDADE HISTORICA — A GUERRA DE 1827

TORNANDO-SE independente, o Brasil recebia do passado um grave problema internacional para resolver: era o da fronteira do sul. As tres guerras externas que o Imperio sustentou, em 1825-28, em 1852 e em 1864-70, contra argentinos e uruguayos, contra o ditador Rosas e contra o Paraguai, foram uma consequencia, mais ou menos distante, da politica portuguesa no Rio da Prata. Sempre Portugal considerára o Prata como fronteira meridional do Brasil, e porisso, a partir de 1679, até a guerra contra Artigas (1816-20) disputára aos espanhóis, depois a argentinos e orientais, as campinas em volta da colonia do Sacramento, de tragica historia.

D. João VI prevalecera-se em 1816, da situação de anarquia em que se achava a Banda Oriental, depois da vitoria de Artigas sobre os espanhóis, e, instigado pelos politicos de Buenos Aires, que temiam

aquele general, (1) fez invadir e conquistar todo o território do Uruguai. Exilou-se Artigas para o Paraguai e o cabildo de Montevideo (1821) votou a anexação do país ao Brasil português, com o nome de Província Cisplatina.

A CISPLATINA

A nova província mandou ao Rio de Janeiro dous deputados, em 1823, e até 1825 ocultou os sentimentos de emancipação, que um grupo de patriotas cultivava nas conspirações nativistas. Essa trama não podia lavrar em Montevideo, ocupada por guarnição portuguesa; medrou em Buenos Aires, cujo governo alimentava a esperança de reabsorver o Uruguai; foi o sonho dos estadistas argentinos; seria a recomposição do vice-reinado, fragmentado nas guerras da Independência. A rivalidade também decorria da tradição colonial. Estava em jogo o domínio das águas do Paraná, que levavam ao Paraguai e a Mato Grosso. O Brasil era o vizinho poderoso e incomodo; a segurança da República parecia ameaçada pelo Imperio, naquele desbordamento sobre o pampa, defronte mesmo de Buenos Aires. Cem anos de guerrilhas antecipavam a atitude argentina em relação aos conjurados uruguaios: com o apoio argentino eles puzeram na Cisplatina as armas audazes e iniciaram a sua campanha de libertação. De começo, foram "trinta e tres". Frutuoso Rivera, um dos chefes do Uruguai e servidor do Imperio, desde 1820, abandonou a este e deu aos insurretos a oportunidade da vitória. Um exercito imperial foi batido em Sarandi, de sur-

(1) TELMO MANACORDA, *Fructuoso Rivera*, p. 42, Madrid, 1933.

presa. O Congresso argentino votou simplesmente — em 25 de Agosto de 1825 — a reincorporação da Cisplatina ás Provincias Unidas. Em 4 de Novembro, o governo de Buenos Aires notificou ao do imperador, que ajudaria por todos os meios os insurgentes, no afan de expungir de tropas brasileiras o territorio uruguaio: “acelerará la evacuacion de los dos unicos puntos militares que guarnecen aún las tropas de S. M. I. . .” (1). D. Pedro I declarou guerra á Republica, em 10 de Dezembro.

INDEPENDENCIA DO URUGUAI

A esquadra brasileira bloqueou Buenos Aires. Mas sem o auxilio immediato de outras tropas, as da guarnição da Cisplatina continuaram a ceder aos independentes, chefiados por Lavaleja e Rivera. Concentraram-se em Sant’Ana e aí se immobilizaram. Do seu pasmo as retirou o marquez de Barbacena, nomeado para dirigir as operações contra um exercito invasor mais numeroso, comandado pelo general Carlos Maria de Alvear. Não podiam ser mais infelizes as condições da luta, se ela era impopular em todo o Brasil e mesmo no Rio Grande do Sul; as provincias não forneciam sufficiente voluntariado; o parlamento combatia a politica do governo e este não atendia cabalmente ás solicitações de Barbaccena. Resolveu D. Pedro I, em pessoa, observar a situação do seu exercito. Não pôde, entretanto, demorar-se no Rio Grande, devido á noticia do inesperado falecimento da Imperatriz. Barbacena saiu contra Alvear, que investira pelas coch lhas, e a batalha se feriu no Passo do Rosario, a 20 de Fevereiro de 1827.

(1) CALOGERAS, *Politica Exterior no Imperio*, II, 418.

Foi o unico combate vultoso da campanha. A superioridade da cavalaria argentina e oriental fez-se sentir no inicio da refrega, mas os quadrados da infantaria brasileira não foram desmanchados. O prélio ocupou todas as forças beligerantes até ao entardecer, quando, deitando o inimigo fogo á macega, mandou Barbacena retirar, rumo ao Passo de S. Lourenço. Alvear não tentou perseguir as forças imperiais; a batalha de Passo do Rosario (ou Ituzaingó) interrompeu-se, sem resultados decisivos. No mar, entretanto, sérios revezes sofrera a marinha do Imperio, na Patagonia e no Juncal, compensados pela vitória de Monte Santiago. O bloqueio de Buenos Aires não pôde ser completo e houve o Brasil de responder a franceses e ingleses pelos danos que lhes causou ao commercio. Por outro lado, a Inglaterra, interessada na paz sul-americana, forçou o governo argentino a oferecê-la ao do Rio de Janeiro, antes que exercitos mais numerosos entrassem em ação e se realizasse o plano de Barbacena, que era uma incursão pela provincia de Entre-Rios. Foi ao Rio uma embaixada com a sua proposta de paz. Desde 10 de Fevereiro de 28 o governo brasileiro manifestou a intensão de erigir a Cisplatina em "Estado livre, separado e independente" (1). O povo de Buenos Aires fez romper as negociações. Lord Ponsonby conduziu-as como mediador e, em resultado delas, concertaram o Imperio e as Provincias Unidas a independencia do Uruguai (25 de Agosto de 1828), que o Brasil defenderia em caso de agressão externa.

(1) Souza Dacca, *A Missão Ponsonby*, p. 123, Porto Alegre 1933. A intervenção inglesa fôra pedida de ambas as partes. LUIS ALBERTO HERRERA, *La Mision Ponsoboy*, I, 11, Montevideo, 1930

ROSAS

Terminava o conflito por uma vitória do espírito liberal e generoso, destinado a caracterizar, pelo tempo adiante, a diplomacia brasileira (1). Apenas a nova República do Uruguai não podia manter a sua soberania sem a forte, contínua vigilância do Império. Era um país minúsculo, de 72 mil habitantes, cujos vizinhos, em virtude das últimas lutas se tinham armado excessivamente. De fato, tanto que, no período regencial, as guerras civis desvaram o Brasil da sua tradição diplomática, se viu que o perigo que ameaçava a independência do Uruguai não fôra um vão receio. Estalou, em 1835, a revolução do Rio Grande do Sul. O governo da Confederação Argentina caiu em mãos de João Manoel Rosas, réplica portenha do Dr. Francia, do Paraguai. Rosas representava a outra face da mentalidade sul-americana, o pampa, as populações rurais, o "gaúcho", em contraste com a capital, o europeísmo, o liberalismo francês. O seu poder era absorvente. Não perdoava a Montevideo o asilo que ali tinham os seus inimigos, acolhidos e protegidos por Frutuoso Rivera. Fez seu aliado o adversário e competidor de Rivera, Manoel Oribe. Fomentou a guerra entre os dous partidos. Depois, Rosas mandou sitiá-lo. Foi um assedio de dez anos. Burlou a propria intervenção inglesa e francesa. Rosas tinha a malícia, a perseverança, a temeridade *crioula*; a sua popularidade raiava em fanatismo e a sua ditadura era uma alternativa de terror e patriarcalismo. Enfrentou, desafiou as grandes potencias. A Inglaterra e a França pouco ou nada obtiveram com

(1) Vd. CARLOS ONETE Y VIANA, *La Diplomacia del Brasil en el Río de la Plata*, p. 9, Montevideo 1908.

as suas esquadras que, por algum tempo, em bloco, exigiram do governo de Buenos Aires o respeito aos princípios de direito internacional. Foi preciso que o Brasil retomasse o ritmo das suas instituições, com o advento de D. Pedro II, para que as coisas mudassem de feição. Um embaixador foi á Europa, em 1844 (missão do visconde de Abrantes) promover o reconhecimento da independência do Paraguai, feito pelo Brasil em 14 de Setembro do mesmo ano, e uma demonstração conjunta contra o governo de Rosas. Era a transição entre a expectativa e a ação (1). Em 1845, a pacificação do Rio Grande do Sul concluiu-se, á voz de que no horizonte nacional o inimigo externo se levantava: seria Rosas. Em 1849, o governo imperial decidiu auxiliar diretamente os sitiados de Montevidéo, recomeçava a sua politica intervencionista. Esta teve duas faces: o custeio da defesa de Montevideo, mediante empréstimos ao governo uruguaio, e a procura, na propria Argentina, de um apoio para a guerra a Buenos Aires, que não fosse, simplesmente, uma guerra de agressão. O que não conseguiram, com as suas esquadras, a Inglaterra e a França, precisamente por não terem grangeado a cooperação militar brasileira, como reconheceu André Lamas (2), obteve o Imperio com a sua diplomacia e uma divisão de exercito. D. Justo José Urquiza, governador de Entre-Rios, deu ao Brasil aquele apoio (tratado de 29 de Maio de 1851): revoltou-se com a sua provincia, pôz em armas um exercito de cerca de 20 mil homens e recebeu a ajuda de um corpo de exercito brasileiro, 4000 soldados de

(1) A politica brasileira na Rep. Oriental, por um brasileiro, p. 26, Rio 1854.

(2) ANDRÉ LAMAS, Notice sur la République Orientale de l'Uruguay, p. 56-2, Paris 1855.

elite, sob o comando do general Manoel Marques de Souza (depois conde de Porto Alegre).

Em 6 de Setembro de 1850 era assinado no Rio de Janeiro o contrato entre o representante dos sitiados de Montevidéo, André Lamas, e o banqueiro brasileiro Ireneo Evangelista de Souza, incumbido pelo governo imperial de fazer os fornecimentos em dinheiro, "secretamente ajustados", com o mesmo governo. Aquele contrato foi substituído, em 12 de Outubro de 1851, (1) por cinco tratados, de limites, commercio, extradição, subsidios e aliança (2). Foi o inicio da guerra a João Manoel Rosas.

Urquiza e Porto Alegre concluíram, com um exito fulminante, as operações. Em Santos Lugares — a 3 de Fevereiro de 1852 — o exercito do ditador foi completamente desbaratado e Rosas fugiu, disfarçado em marinheiro, num navio inglês. Urquiza reintegrou o seu país na civilização liberal, um congresso deu-lhe uma constituição sábia, inspirada por Alberdi, nos moldes da norte-americana, e a Republica Argentina recuperou, em poucos annos, o largo tempo perdido.

Os sacrificios de toda especie feitos pelo Brasil, para libertar Montevidéo e extinguir o consulado de Rosas, não visavam a outro lucro, senão afastar das fronteiras um vizinho indesejavel. O Imperio não cobiçava terras alheias, nem uma imposição aos povos limitrofes dos seus interesses. O imperialismo decorre de necessidades economicas; no seculo XIX — induzido pela Inglaterra do XVIII — tomou a figura do expansionismo industrial; foi a luta pelo mercado. A superestrutura industrial conduz á conquista e a politica exterior dos países, excessivamen-

(1) ALBERTO DE FARIA, *Mauá*, p. 296, Rio 1926.

(2) H. D., *Ensayo de Historia Pátria*, p. 606, Montevidéo 1923.

te aparelhados para o fornecimento comercial, se dirige, naturalmente, á obtenção e conservação de uma freguezia, necessaria. Mas o Brasil não tinha industrias que proteger nem o Rio da Prata era seu mercado predileto. Mais lhe compravamos do que vendiamos. O imperialismo brasileiro nunca existiu de fato: nem o soberano era um guerreiro, nem a classe militar preponderava ná politica nacional, nem concordavam os partidos constitucionais numa intervenção sistematica no Rio da Prata. De D. Pedro II disse R'beyrolles: "Jamais vieille tête de roi fut-elle plus tranquille..." (1). Rosas desafiou por muito tempo o Imperio. Quando o Paraguai, cujas forças armadas somavam 80 mil homens disciplinados por instructores ingleses, alemães e até brasileiros, declarou guerra ao Brasil, o nosso exercito era de 15 mil homens disseminados pelo país. Apenas a marinha era pujante: porém só no decurso dessa guerra de 1864-70 adquiriu o Imperio monitores fluviais e navios encouraçados, em reforço das fragatas de rodas, que não poderiam resistir á poderosa artilharia das fortalezas inimigas. O militarismo não encontrára ambiente no Brasil, onde a aristocracia era agricola e a independencia e suavidade dos costumes se opunham á vida severa da caserna. Além disso, os recrutamentos, que datavam das expedições de socorro á Colonia do Sacramento, em 1703, tinham impopularizado a carreira das armas nas classes intermediarias. No regimen colonial, nada fizera o governo para modificar a situação. Com os postos de *ordenanças* criára um vasto corpo de officiais honorarios, que eram os senhores de engenho e os fazendeiros, satisfeitos na sua vaidade, contentes dos seus

(1) CHARLES RIBEYROLLES, *Brasil Pittoresco*, I, 139, Rio 1859.

galões, porisso infensos a qualquer outro serviço militar. O imperio desenvolveu o gosto pelo uniforme, organizou um exercito e uma armada nos moldes europeus, deu-lhes escolas especiais, mas não chegou a formar uma "classe" senão depois da guerra do Paraguai, que foi um violento apelo ás forças vivas da nação e impressionou-lhe todas as fibras. A Guarda Nacional, muito mais numerosa do que o exercito, tendo sucedido ás antigas ordenanças, em 1831, era a negação de "classe", porque nela militavam todos os cidadãos.

O PARAGUAI

O Paraguai, com a morte do Dr. Francia, "El Supremo"; passára á presidencia de Carlos Antonio Lopez, cujo filho, Francisco Solano Lopez, em 1855 fôra em missão á França. Jovem, ambicioso, inteligente, o 2.º Lopez voltou imbuído das ideias francezas quanto á organização militar, ao esplendor do governo pessoal, ao espirito napoleónico. Nomeado ministro da guerra de seu pai, tratou de criar no seu país um exercito formidavel. Morreu o velho Lopez em 1862 e herdou-lhe o governo o filho, como ditador e marechal da nação paraguaia. Corporificou o sonho grandioso. Já, no governo do primeiro Lopez, uma missão de officiaes brasileiros de artilharia instruiu os officiaes paraguaios; o novo presidente convocou engenheiros e tecnicos de varias procedencias, aparelhou as fortalezas de Humaitá, Curuzú e Curupaiti, que tornavam impossivel a subida do rio Paraguai para Assunção, organizou uma frota fluvial de oito vapores modernos, montou otimas oficinas metalurgicas para a fundição de canhões e fabrico de arnamentos, na previsão de um bloqueio que isolasse a Republica... Talvez na America do Sul, de-

pois da fundição de Ponta de Areia, no Rio, não houvesse outras comparáveis às de Ibicuí e do arsenal de Assunção. O Paraguai achava-se pronto para a guerra — a sua grande aventura — quando o Uruguai, em 1864, mais uma vez suscitou a interferência brasileira. Foi o pretexto (1).

A CAMPANHA DOS CINCO ANOS

Desencadeára-se a guerra civil entre Aguirre e Flôres. Este era amigo, aquele hostil ao Brasil. Numerosos vexames sofridos por brasileiros residentes na Republica determinaram uma demonstração militar, punitiva. Era uma questão entre o Uruguai e o Brasil e prendia-se a quarenta anos de historia diplomatica (2). Se o governo imperial, em 1861, não se decidisse áquella attitude, troços irregulares do Rio Grande do Sul agravariam a situação, tentando, com as proprias mãos, vingar mortes de brasileiros no país vizinho. Foi a fatalidade de uma politica de intervenção; o destino da fronteira seca. A Argentina não a estranhou, mas Francisco Solano Lopez, correndo em auxilio de Aguirre, tanto que Paisandú foi tomada e o exercito imperial entrou em Montevidéo, achou asado o momento para agir. Sem prévia declaração de guerra apresou, em aguas do rio Paraguai, o vapor "Marquez de Olinda", a cujo bordo viajava o presidente de Mato Grosso, coronel Francisco Car-

(1) Insuspeito autor diz, que ao aprezar o navio brasileiro "Marquez de Olinda" exclamára Lopez: "Se não pegamos agora, teremos de ir ás mãos com o Brasil em outro momento menos favoravel para nós!" PELHAM HORTON BOX, *Las Origenes de la guerra del Paraguay*, p. 233, trar. de P. Ynsfran, Assuncion 1936.

(2) Vd., sobre a origem proxima do conflito, EDUARDO ACEVEDO, *Anales Historicos del Uruguay*, III, 107, Montevidéo 1933.

neiro de Campos — e dispôz-se para invadir com um corpo de exercito a fronteira brasileira.



Imediatamente após a declaração de guerra, o governo paraguaio fez invadir Mato Grosso por uma expedição de mais de 3 mil homens, e, através de Corrientes, iniciou a marcha uma divisão de 11 mil sobre o Rio Grande do Sul. Nenhuma das duas provincias se prevenira contra a aggressão. Porisso chegaram os invasores, de um lado até Corumbá, do outro até Uruguaiana, levando de vencida a fragil resistencia local. Verificava-se, pela primeira vez depois da epoca brilhante de D. Luiz de Albuquerque, no seculo anterior, que as fronteiras meridionais de Mato Grosso não se ligavam aos centros de povoamento por estradas, que lhes levassem facilmente o socorro das guarnições do norte, e tudo era desconhecido naquelas regiões alagadiças, onde corriam os rios Apa e Miranda. A expedição que partiu de S. Paulo, para cortar o caminho aos paraguayos, comandada pelo coronel Galvão, foi imolada á peste, á fome, á fadiga, retirando sobre Cuiabá — a *retirada da Laguna* — vitima da imprecisão dos conhecimentos geograficos. Mas de Uruguaiana os atacantes não passaram, na sua incursão pelo Rio Grande. A gente gaúcha deu os contingentes volantes que fizeram a vanguarda de um exercito nacional, que pôz cerco aos paraguayos naquela cidade, cortada a comunicação no rio Uruguai por barcas artilhadas, que impediram se juntasse a Estigarribia (coluna vanguardeira) o major Duarte (retaguarda). D. Pedro II e seus genros (conde d'Eu e duque de Saxe) quizeram presidir ás operações. O governo imperial exigira de to-

dos os presidentes de provincias a convocação da guarda nacional, o engajamento de batalhões de “voluntarios da patria”, a remessa das policias. Desenvolveu-se em todo o país um entusiasmo marcial sem precedentes. Sómente a Bahia enviou para o campo da luta 18 mil homens, seguindo-se a côrte (11.467), Pernambuco (7.136), o Ceará (5.648) a provincia do Rio (7.851), S. Paulo (6.504), o Rio Grande do Sul (4.483)... num total de 91.218 homens, quantos de dez provincias marcharam (1). A guerra seria sem mais tardança ganha pelo Brasil, se ela se limitasse aos corpos expedicionarios e á ação da esquadra. Estigarribia e o major Duarte renderam-se, com todos os seus soldados, e a frota paraguaia foi destruida pela armada brasileira em Riachuelo (11 de Junho de 1865). Sem marinha, Lopez não podia evitar o bloqueio; e havia de aceitar a guerra dentro de seu territorio. Triunfo preliniinar, conseguira a diplomacia brasileira o tratado de 1 de Maio de 1865, ou de “triplice aliança”, coligando a Argentina, o Uruguai e o Imperio na campanha contra o governo de Assunção.—O desenvolvimento posterior da luta — prolongada por tanto tempo em virtude da desesperada resistencia de Lopez e das excelentes posições em que se entrincheirou — não foi mais de jeito a fazer duvidar dos seus destinos. Um exercito de 40 mil soldados invadiu o territorio paraguaio, infligiu ao exercito inimigo o grande revéz de Tuiuti (24 de Maio de 66), onde se fixou, enquanto o 2.º corpo (do conde de Porto Alegre), subia embarcado o rio Paraguai e, com o auxilio da esquadra, tomava Curuzú e atacava Curupaití. Esse assalto malogrrou-se e caro custou aos aliados, que acamparam diante da praça forte. Assumiu o comando em chefe o marquêz de

(1) Dados estatísticos do Dr NOGUEIRA JAGUARIBE.

Caxias (18 de Outubro de 1866). Operou uma marcha de flanco e a esquadra, que se robustecera com navios encouraçados e próprios para a navegação fluvial, passou debaixo dos fogos de Curupaití e Humaitá. Assunção rendeu-se. Atravessou o exercito o Chaco, para cair á retaguarda das formidaveis posições inimigas das Lombas Valentinas, derrotou successivamente o exercito de Lopez em Itororó, Avaí, Angustura — e forçou o ditador a abrigar-se nas montanhas com os restos das suas forças. Era a terceira fase da guerra: a perseguição. Ultimou-a o marechal conde d'Eu. Alcançado em 1 de Março de 1870 ás margens do Aquidaban-nigui, morreu Lopez, com a espada em punho (1).

Um lustro de guerra tão porfiada havia de influir grandemente nos destinos do Imperio; e influuiu.

O Brasil, graças á sua capacidade economica, recompôz em dez anos as finanças abaladas, pois despendera mais de 600 mil contos. As suas forças armadas obtiveram, pela popularidade dos seus generais, um prestigio novo: veremos como foi o lento cerceamento desse prestigio que precipitou a quêda da monarchia. O Imperio dispunha da hegemonia sul-americana, da qual não soube abusar, limitando-se a consolidar as suas fronteiras historicas. Mas importára do Rio da Prata novas ideias, novas tenden-

(1) Não é verdade que fosse intenção do Imperador concluir a guerra com a morte do marechal Lopez. Indignou-o até a primeira noticia sobre o fim tragico do presidente paraguaio, que, realmente, não pensou em render-se. Em officio confidencial ao visconde do Rio Branco, de 4 de Abril de 1870, o barão de Muritiba declarou: "Ao Cabo Chico (indigitado matador) não quer o Imperador consentir que se dêem honras militares ao menos enquanto não desaparecerem as suspeitas a que me referi". (Cit. por PINHEIRO GUIMARÃES, *Um Voluntario da Pátria*, p. 178, Rio 1936). O ponto de vista do Imperio, desde 1867, fôra a paz antecedida da saída de López do Paraguaio. Ele recusou essa unica solução, na entrevista de Italté-Corá, com o general D. Bartolomé Mitre.

cias, aspirações novas. Entre 1870 e 1889, dezenove anos de ebulição doutrinária, houve o desgaste gradual dos partidos políticos, uma maré montante de democracia, a desilusão dos jovens militares condenados á vida mediocre e á estreiteza dos quadros dos tempos de paz, em contraste com as carreiras vertiginosas que se fizeram no Paraguai (uma das causas, apontou Cristiano Ottoni, do descontentamento que lavrava no exercito a vespuras da Republica).

Foi a impaciencia, como mal-estar prenunciativo do dissidio entre o exercito e o governo, a irritação da classe militar, que acusava os politicos do sacrificio do exercito e, com a maior prosperidade da burguezia, a indiferença desta pela sorte das instituições — que armaram o ambiente ás agitações dos ultimos anos do Imperio. Porém a entrada de capitais estrangeiros, animados pelas concessões do governo imperial, e a orientação que este seguiu, de suprir as deficiencias materiais que a guerra do Paraguai mostrára, foram os melhores resultados economicos de uma luta tão ampla e sangrenta, que nos consumiu 50 mil vidas (1).

(1) Vêr. para compreensão de toda a campanha, a **Historia da Guerra do Paraguai**, de OTAVIANO PEREIRA DE SOUZA, Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. 156 (1929) e a completa **Historia da Guerra da Triplice Aliança**, do general TASSO FRAGOSO, 5 vols., (1935). Não indicamos outras fontes, por demais conhecidas.

A POLITICA BRASILEIRA DO 1.º REINADO E DA REGENCIA — EVOLUÇÃO DEMOCRATICA

A organização politica do Imperio tinha por base a velha municipalidade, resultante tanto das instituições portuguezas, que para cá se transplantaram, como dos fatores sociais-geograficos do Brasil. A Constituição de 25 de Março de 1824, que o imperador outorgou, belo documento de liberalismo do tipo francês, inspirado por Benjamin Constant, cujo quarto poder, o moderador, exercido pelo soberano, foi o Brasil o primeiro Estado a adotar — não reflectira o meio, nem as tendencias da evolução nacional. Estabelecera uma nação unitaria, quando ela se manifestára descentralizada em todo o seu desenvolvimento. Pouco sentimento economico, daltonismo politico, mimetismo e preocupação de conceitos “da moda”, literarios — inquinaram a Constituição da monarquia de uma imperfeição fundamental, corrigida no correr do tempo pela revisão de 1834 e pelas leis ordinarias, como as de 1832, 1841, 1847, 1880 e 1888.

O regimen politico seria inevitavelmente aquele parlamentarismo britanico, para o qual tendia o legislativo brasileiro, no seu permanente conflito

com os poderes executivo e moderador. Realmente, antes da reforma de 1847, que criou a figura do presidente do Conselho de ministros, a monarquia era *implicitamente* parlamentar — dadas as atribuições que tinha o imperante, de dissolver a Câmara, as amplas funções desta e a responsabilidade, perante ela, dos ministros da corôa. O impulso para a fórmula inglesa do Parlamento deu-o, em 1826, Bernardo de Vasconcelos, propondo que comparecessem os ministros às discussões da Assembléa, não apenas para apresentar as propostas do governo (1). Com os atritos e querelas entre a Câmara e o governo, a índole inglesa do sistema se acentuou, num crescente relevo. A fórmula unitária do Estado, porém, em contraste com os fatos do crescimento e da civilização do país, não pôde ser quebrada sem a queda do trono. Em parte, a abdicação de D. Pedro I prendeu-se ao mal-estar das províncias, conseqüente ao regimen de 25 de Março de 1824. O Ato Adicional consagrou o federalismo moderado, que lhes permitiria desenvolver, em harmonia com o poder nacional, todas as suas forças economicas e humanas.

A DEMOCRACIA E O ABSOLUTISMO

Entre 3 de Maio de 1826, quando se reuniu o parlamento, inaugurando a primeira legislatura, e 7 de Abril de 1831, fim do reinado, o choque das correntes adversarias, na politica brasileira, se deu na Câmara e no Senado. De começo o imperador julgára dispensavel a colaboração dos parlamentares no governo e limitára-se a lhes pedir leis: os codigos

(1) BERNARDO DE VASCONCELOS, Carta nos Srs. eleitores da provincia de Minas Gerais, p. 16. 2.^a ed.

judiciario, municipal, criminal. Isto até 20 de Novembro de 1827. A Camara aprovára a indicação de Vasconcelos (em 9 de Agosto de 1827) para que assistissem aos debates parlamentares os ministros, e sentira o governo a necessidade de amparar-se aos proprios oradores, que passavam a exercer direta, assidua fiscalização dos negocios administrativos. A Camara, vendo-se menosprezada, pagou a imperial indiferença com a censura eloquente, as impertinencias das comissões e de varios deputados cuja intelligencia lhes grangeára excepcional prestigio, o julgamento severo dos ministros da corôa. Afim de amainar a tempestade, chamou D. Pedro I naquele dia, para seus ministros, a tres deputados. Instituiu a pratica de associar-se o parlamento ao governo e fazer-se este dependente daquele: certamente o novo gabinete se manteria emquanto contasse com a maioria legislativa. Mas não era o imperador homem de cingir-se á mediocridade das suas funções de rei constitucional. Depois da guerra das Provincias Unidas, sempre vista com inquietação e antipatia pelo parlamento, abrija-se a questão portuguesa, e a opposição se prevalecêra do desassocego geral para verberar as transações feitas ou projetadas pelo Imperio com o partido da rainha D. Maria II. O gabinete, cuja principal figura era José Clemente Pereira, caiu pela pressão e escandalo dessas criticas. O imperador irritava-se. Em 1828 começara Bernardo Pereira de Vasconcelos a evangelização liberal em Minas: contra o autoritarismo do poder supremo, contra os cerceadores da vontade popular, contra os "conservadores". De fato, era a torrente filosofica da Independencia que continuava a correr; sentia-se incompleta a Independencia, esquecidas as promessas nacionalistas do imperador, o horizonte (assim era na Europa) pejado de ameaças absolutistas. Em

todos os atos de D. Pedro I pressentia aquela oposição uma tentativa de distrato constitucional. A mesma trepidação estendia-se ao norte e ao sul, despertando, no seu sono, a maçonaria politica, o federalismo, o republicanismo. Nem D. Pedro, nem a Camara cediam. Encerrára o imperador a sessão de 1829, proferindo apenas estas palavras: "Augustos e dignissimos representantes da Nação Brasileira, está encerrada a sessão". Em Dezembro de 1829 lembrou-se de pedir ao marquês de Barbacena — cheio de influencia por duas felizes missões em que fôra á Europa, para levar D. Maria II e para trazer a nova imperatriz, D. Amelia de Leuchtenberg — para formar governo. Foi o primeiro gabinete organizado por um ministro, encarregado de convidar os demais. Barbacena governou prudente e lucidamente, com o agrado dos deputados e a confiança das provincias. Com a deportação do "Chalaga", secretario privado do imperador, acabára com o "gabinete secreto", como era chamada a roda de famulos portugueses cuja convivencia comprazia a D. Pedro...

Mas os planos do imperador eram outros. Ouvindo as denuncias, que de Londres lhe mandou o "Chalaga", sobre as grandes despesas feitas por Barbacena nas suas missões á Europa, resolveu demittilo, para que, fóra do ministerio, provasse a applicação de importantes quantias. O motivo era mesquinho. De fato, a retirada do poderoso titular alienou a tolerancia parlamentar. Ocorrera, nos entrementes, a revolução de Julho, em Paris, com a expulsão dos Bourbons e o advento de Luiz Felipe. Estava-se em pleno romantismo politico. Das sedições liberaes. Cairia Wellington na Inglaterra. D. Miguel, falto desse apoio formidavel, cairia em Portugal. Desaparecera, na confusão dos acontecimentos, a Santa Alliança. D. Pedro vencia a partida, porque era um dos

poucos monarcas realmente constitucionais; a vitoria sorria-lhe na Europa. Julgou, assim, poder vencer tambem o jacobinismo nascente no Brasil, a indisposição dos patriotas e a prevençao, cada vez maior, da provincia de Minas Gerais. Não o conseguiu; Minas não elegeu o proprio ministro do Imperio, que acompanhou o imperador na sua viagem ás montanhas — viagem impopular e melancolica, que produziu resultados contrarios aos que obtivera ele em 1822. Por toda a parte o acolheram a frieza, o susto, a indiferença ou a hostilidade dos mineiros. Em Ouro Preto, sinos dobraram a finados quando se avizinhava o cortejo... Era em memoria do jornalista Libero Badaró, assassinado em S. Paulo, dizia-se que a mandado do imperador...

ABDICAÇÃO DO IMPERADOR

De regresso á côrte, os portuguezes iluminaram as ruas, festejando a suas majestades. Os brasileiros protestaram contra as luminarias, investindo os manifestantes. Foi uma noite tragica, a das "garrafadas", 13 de Maio de 1831. E'cos das brigas, assaltos e tumultos chegaram a S. Cristovão. O ministerio mostrava-se débil e assustadiço; seria incapaz de manter a ordem. Talvez, já então, acariciasse D. Pedro a ideia, que se lhe metera no cerebro desde 1829, de abandonar o Brasil, para combater o irmão e restaurar o trono da filha, em Portugal. Pelo menos ele agiu, desde 13 de Março, como se obedecesse a esse plano. O Brasil dividiu-se em duas facções irreconciliaveis: a maior, nacionalista, exaltadamente liberal, movida pelos chefes maçonicos e pelos autonomistas provinciais, iria até ás armas para restabelecer uma situação quasi-republicana. Em 5 de Abril,

porém, D. Pedro demitiu os ministros, que se mostravam fracos, mas tolerantes, e nomeou, intempetivamente, um gabinete todo de cortezãos, o dos "marquezes", feito de seus amigos pessoais, reputados palacianos e reacionarios. Precipitava a crise, enfrentando-a. O povo levantou-se. Em 6 de Abril juntou-se no campo de Sant'Ana. A guarnição aderiu pacificamente. Afinal passou para os revolucionarios o governador das armas, brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Tambem a guarda de S. Cristovão desertou. Noite velha, o major Miguel de Frias levou ao imperador a intimação do povo, para que demittisse os "marquezes" e, chamando os ministros despedidos em 5 de Abril, decretasse medidas de franco brasileirismo.

D. Pedro podia transigir e aguentar-se, porque aos insurretos faltavam um programa de governo e homens, que pretendessem substituir o soberano. Mas o seu impetuoso genio não encontrou outra solução: apressadamente escreveu a sua abdicação á corôa em favor do filho, o pequeno D. Pedro de Alcantara, de 5 anos, e a entregou ao major Frias. Renunciára; devia imediatamente seguir viagem. Embarcou, com a mulher, a filha D. Maria II, alguns fidalgos e criados portugueses, na ante-manhã de 7 de Abril. A náu inglesa "Volage" levou-o á Inglaterra. Reunidos no Senado, os representantes da nação elegeram uma regencia provisoria (Lima e Silva, Vergueiro e Caravelas), que governaria o Brasil em nome do sr. D. Pedro II, imperador menor.

Dir-se-ia que a nação se assenhoreára dos seus destinos.

EXPERIENCIA REPUBLICANA

A luta entre o espirito nacional, exagerado até o jacobinismo, e o espirito colonial, exagerado até o despotismo, despojou o regimen do seu involucro português e lhe definiu a mentalidade indigena e a cultura europeia; — foi, no seculo XIX, o dualismo, sangrento e dramatico, comum aos países sul-americanos. A monarquia, de estilo velho, unitaria, pessoal, fundada sobre os votos municipais, porém igualmente sobre os destroços da maçonaria, do republicanismo e do federalismo, que foram os ideais dominantes em 1820 e 1821, não conseguira jugular, nas provincias, a revolta intelectual. O imperador enfrentou-a, com a violencia dos seus processos de governo; ela lhe derrubou o trono. Estava-se na era da sociedade secreta. A revolução de 1830, em França, derramára sobre o Brasil os exemplos da insurreição popular, com a democracia e as ideias liberais que aqui, que em todo o mundo, fizeram “moda” (reconhecia-o o proprio D. Pedro I no manifesto de Ouro Preto, em 1831) e lavraram, incendiando. A imprensa, sem veias, virulenta, a imitar o “Republico”, que se editava no Rio, injuriava a dinastia, os politicos conservadores, as autoridades, e pregava o sistema americano. A imprensa açulou, precipitou, conduziu os acontecimentos, comandada por Evaristo da Veiga, que na “Aurora Fluminense” construia a sua doutrina politica, associado a Bernardo de Vasconcelos, que encarnava a opposição de Minas Gerais, apoiado pela ação maçonica e liberal em S. Paulo, na Bahia e em Recife.

As causas economicas da Abdicação não eram claras. Em 1830-31 a sentimentalidade politica, galho do romantismo francês enxertado na arvore in-

dígena, via sobretudo ideias. A' superstição do nacionalismo — contra a orientação portuguesa e europeia da política exterior do Imperio depois de 1828 — se seguiu a superstição democratica. Entretanto, resolvida a crise pelo exilio do imperante, nem o federalismo se fez, nem se instituiu a democracia. A Abdicação foi porisso chamada de “journée des dupes”; inaugurou e encerrou uma fase de tentativas e experiencia politica, que havia de terminar na aclamação prematura do segundo imperador, isto é, no “regresso”.

Operou-se, imediatamente, a reação conservadora, como se a patria estivesse em perigo. A sociedade, alarmada pela ideologia revolucionaria (tambem acatolica e anti-burguezia, porque o jacobinismo se insurgia contra o alto comercio, na sua mór porção português) temeu a repetição dos desastres do Rio da Prata e se armou contra a dissolução nacional, correndo em socorro da *ordem*, embora essa ordem não fosse monarchica. Tanto a regencia provisoria como a permanente, que lhe succedeu, eleita pelo parlamento em 17 de Junho de 1831, (Lima e Silva, Costa Carvalho e João Braulio Muniz) não exprimiam os sentimentos extremados da propaganda anti-monarchica. Os seus membros eram os delegados do exercito, unitarista por excelencia, da aristocracia, monarchica, e da burguezia agricola, fanatica da disciplina social. Eles fizeram de Evaristo da Veiga, convert.do á “conservação”, para obviar á “destruição”, o seu agente politico, diriamos o “leader”, pela prudencia, talento, estrategia; e tiveram no Senado, que por ser vitalicio reunia ainda devotados amigos de D. Pedro I, o reduto inexpugnavel da ordem antiga. Em 1831 a Camara elaborou o seu projeto de reforma constitucional, que abolia a vitaliciedade do Senado e dava autonomia ás provin-

cias. O Senado não aprovou o projeto, nitidamente federalista. Houve mistér de recorrer-se ao golpe de Estado, que destruiria o Senado; o golpe falhou.

Até 30 de Junho de 1832, quando o golpe de Estado fracassou, o governo do Brasil, inclinado ás contemporizações com a inquietação democratico-republicana, porém cada vez mais energico em face das sucessivas revoltas militares, que pretendiam esclarecer a situação e forçá-lo a aceitar, em todas as consequencias, o programa dos extremistas — consolidou o respeito ás instituições. Foi-lhe para isto de decisiva importancia a criação, em 18 de Agosto de 1831, da Guarda Nacional, mixta de civil e militar, fiel ás autoridades, auxiliar do exercito e, possivelmente, substituta dele, em dias incertos de agitação. Mas a regencia e os seus ministros, entre estes o da justiça, o padre Diogo Antonio Feijó, que se distinguira como implacavel mantenedor da ordem publica na côrte, consideraram impossivel o governo, e indebelaveis as crises supervenientes, agravadas pela existencia de um partido restaurador, dos sectarios de D. Pedro I, sem a transformação do parlamento em Convenção, tirando-se ao Senado aquella vitaliciedade, que o singularizava entre as forças constitucionais.

Foi o golpe de 30 de Junho. A consciencia conservadora da Camara reagiu em tempo de repelir a proposta de Convenção, depois de lançado o artilho dos regentes, qual o da sua demissão conjunta, a exigir do legislativo excepcionais providencias. Os deputados mineiros, que decidiriam a situação, recuaram no momento preciso, em que todo o futuro politico dependia da dissolução do Senado; teve-se medo á aventura. Feijó, derrotado, exonerou-se. Voltaria ao poder em 1835. Entraram em acordo as partes desavindas. As eleições de 1833 dêram maio-

ria absoluta aos liberais. As urnas tornaram desnecessaria a revolução branca. Uma Camara em que predominavam os "abrilistas" votou o Ato Adicional (24 de Agosto de 1834), que conservava a vitaliciedade do Senado, mas concedia ás provincias uma autonomia razoavel, ficando elas com a sua Assembléa legislativa, a sua vida financeira, a sua policia. Os liberais, chefiados por Evaristo, triunfante, completaram a tarefa, fazendo regente. Ainda em 1835 eram extintos os morgadios, e abolidas as restrições tradicionais á livre divisão da terra. Cairú, o economista de 1808, o homem que descobrira ao Brasil Adam Smith, opôz-se, no Senado, á extinção dos morgadios: era a monarquia aristocratica que se bania do Imperio. Sómente os privilegios da primogenitura poderiam conservar uma nobreza territorial hereditaria, senhora da gléba. Cairú foi vencido. Porisso ao segundo reinado faltou, apesar do seu regimen inglês, a caracteristica das monarquias europeias, qual uma fidalguia-proprietaria, a solidificar, com a continuidade, a hierarquia. O candidato de Evaristo á regencia una foi Feijó.

FEIJO'

Os adversarios de Feijó não conseguiram opôr-lhe um nome, que congregasse os grupos moderado, conservador e reaccionario, cujos principais dirigentes eram Costa Carvalho, Holanda Cavalcanti e os Andradas.

A regencia trina desaparecera praticamente, em virtude da doença de João Braulio Muniz, que o afastára do governo, e a teimosia de Costa Carvalho em conservar-se em S. Paulo, alheio á administração, que toda ficára aos ombros do terceiro regente, o

brigueiro Francisco de Lima e Silva. Este representava o elemento militar da côrte, que vencera a jornada de 7 de Abril, e significava, no poder, a defesa armada da nova ordem de coisas, contra a esboçada reação conservadora. Em 1834, antes portanto da defecção de Bernardo de Vasconcelos, que deu origem ao "partido do centro", que havia de vencer parlamentarmente o governo em 37 — Lima e Silva oscilava entre as suas funções consulares e a ditadura militar, com que ameaçou os politicos, caso levassem por diante o plano da elite conservadora, de eleger Araujo Lima para a regencia una, criada pelo Ato Adicional. O episodio ficou nos bastidores. Escrevendo ao coronel Bento Gonçalves, no Rio Grande, em 20 de Janeiro de 34, o regente Lima e Silva acusava o marechal Barreto de solidario com a conspiração reacionaria, feita pelos inimigos do 7 de Abril, destinada a elevar ao governo Pedro de Araujo Lima, conforme a cabala desenvolvida por Almeida Torres (futuro visconde de Macaé) e Manoel Antonio Galvão; e avisava ao caudilho, que no ano seguinte seria o chefe da revolução farroupilha, de que não entregaria a regencia áquele adversario, que a traíra no seu ministerio de 3 de Agosto — 13 de Setembro de 32 (1). A ameaça de Francisco de Lima e Silva, de não entregar o governo a um regente da facção contrária aos abrilistas, naturalmente desviou o rumo da politica no sentido de uma candidatura francamente liberal — a que se contrapuzeram outras, de transação ou acomodação.

Até á ultima hora, a candidatura de Costa Carvalho era a predileta dos elementos intermediarios

(1) Doc. revelado por SOUSA DOCCA, conferencia sobre a Ideologia federalista na revolução farroupilha, 20 de Setembro de 1932, no Inst. Hist.

entre a esquerda-abrilista e a direita-retrograda (1). Mas o norte não abria mão do nome de Holanda Cavalcanti. A divisão dos votos importou na vitória de Feijó; porém o antigo ministro da justiça não tinha probabilidades de um governo sereno e útil (2). Pisava-se um terreno vulcanico. A revolução continuava a sua ronda. O desequilíbrio, produzido em 1831, estendia-se ás mais longinquas provincias, e uma milícia indisciplinada era o reflexo de uma politica violenta. No Pará e no Rio Grande do Sul estouram as sedições; em ambas as provincias é um partido que tenta esmagar o outro. Este apela para as armas, e a guerra civil ensanguenta vastas regiões. Tanto no Pará com no Rio Grande a revolta se define, afinal, republicana e separatista. Fala-se, pela primeira vez, em descontentamento social, pobres contra ricos, os homens das cidades, rebelados contra a carestia dos generos e os negociantes, e tambem opostos á aristocracia de barões — fazendeiros... (3). Por outro lado, o ambiente politico da côrte se turva com a reação conservadora, que explora o dissidio aberto entre a Igreja e Feijó, o enfraquecimento do governo em face dos acontecimentos do extremo norte e do extremo sul, a crise financeira, que acompanha o periodo de lutas, a defecção de Vasconcelos, que em 1836 se declara por um "partido do centro", ou "terceiro partido" (4), genese do "conservador", e, em 1837, a morte do Evaristo, o mais inteligente e popular dos colaboradores de Feijó.

(1) Doc. de Honorio Hermeto, cit. por H. LEÃO TEIXEIRA, em conf. no Instituto Historico, 1932.

(2) J. A. MARINHO, *Historia do movimento politico*, etc., p. 81, Rio 1844.

(3) Vd. sobre o assunto, nossa *Historia Social do Brasil*, 2.º volume, *Espirito da Sociedade Imperial*, S. Paulo 1937.

(4) J. S. G., *Duas palavras imparciaes sobre o terceiro partido*, p. 4, Campos, 1835.

O quadro do Imperio, ao desaparecer Evaristo da Veiga, oferecia ao estrangeiro perspectivas de insegurança, confusão e pessimismo, que Alcide d'Orbigny interpretára, em 1834, como sendo as mais sombrias. Nem a união nacional estava assegurada, nem a sociedade parecia firme nos seus recentes alicerces. Desde 7 de Abril de 1831 as "rusgas", que eram as quarteladas, os tumultos, as tropelias, em que se emparceiravam soldados e desordeiros, ameaçavam o Estado, vacilante. Foram no Rio as sedições de 12 de Julho de 31, 7 e 16 de Abril de 32, a "Setembrizada" de Pernambuco, os motins da Bahia, o saque de Vitoria pelo batalhão 26, a matança dos portugueses em Mato Grosso (1834), a revolta de Ouro Preto, enfim o levante dos "cabanos", em Pernambuco e Alagôas e no Pará, a revolução gaúcha e a explosão revolucionaria da Bahia, em 37. N'alguns pontos é a anarquia apenas, que se manifesta em atos de banditismo e licença; n'outros é a imitação da America espanhola, com as suas "ditaduras", os seus governichos, a lei marcial, as execuções dos prisioneiros, o odio politico, a barbárie na luta e o idealismo na doutrinação... Ensaia-se, por toda parte, a "reforma". Mas a crise extensa e profunda determina a impaciencia, a desilusão, a saudade dos tempos pacificos, o desprezo por novas aventuras. Daí o "terceiro partido", preconizado por Vasconcelos, isto é, o do "regresso"; e daí a tempestade parlamentar, que em 1837 se despenhou sobre a regencia, esmagando-a.

O ADVENTO DE D. PEDRO II

A Camara passou a dominar; os insucessos das tropas legais no Rio Grande do Sul formaram um ambiente insustentavel para o governo; cerceado e investido por todos os meios, pelos mais brilhantes oradores da legislatura, cedeu afinal Feijó. Não podia governar sem orçamentos, sem as provincias, sem as classes conservadoras. O homem indicado para substituí-lo era o presidente da Camara, Pedro de Araujo Lima, culto e habil, filho do norte e, desde 1823, conceituado entre os conservadores-moderados. Nomeou-o Feijó ministro do Imperio e transferiu-lhe o poder. Era em 19 de Setembro de 1837. Araujo Lima escolheu para ministros alguns dos mais famosos adversarios parlamentares de Feijó e iniciou com eles o reajustamento do Imperio da monarquia, na ordem, no "regresso" (como á nova politica chamaram os "abrilistas"). Rompeu, em 7 de Novembro, uma revolução democratica na Bahia. Intentava proclamar a independencia da provincia enquanto fosse menor o imperador; mas, no fundo, tinha indole semelhante á de Piratini (1). Em quatro mezes

(1) Bento Gonçalves da Silva fugira do forte do Mar, para onde o transferira preso o governo, depois da derrota do Fanfa, em 5 de Outubro de 1834, graças aos auxilios da maçonaria da Bahia. (Docs. ms., que divulgamos em conferencia, a 1.ª da Serie comemorativa do centenário da "Sabinada", no Instituto Histo-

a dominou, a ferro e fogo, o governo central. Mobilizou os recursos belicos de que podia dispôr contra os republicanos do Rio Grande, mandando um exercito que reconquistasse o sul de Santa Catarina e atacasse pelo norte os "farrapos", e uma armada que os expulsasse das cidades litoraneas.

A CONSPIRAÇÃO DA MAIORIDADE

Os liberais de 1831 e 34, os partidarios do padre Feijó, os antigos extremistas, transformados, pela influencia de Evaristo, em campeões da regencia democratica e do Estado federal, prepararam a desforra adiantando-se aos conservadores, seus inimigos, na dedicação á monarchia. Tramaram a conspiração da *Maioridade*, que interromperia o periodo regencial. Desde que não tinham podido fazer uma republica temporã, restabeleceriam um trono... extemporaneo tambem. Queriam que D. Pedro II, com 14 anos de idade, assumisse, já e já, o governo da nação.

O meio era-lhes propicio.

Fatigára-se o Brasil com os incidentes, os motins, os dramas da regencia, e a ideia monarchica, propagada pelas classes conservadoras, voltára a dominar o país. Foi, logicamente, a *reação* contra oito anos de uma experiencia democratica violenta, que ensejára todas as manifestações da fragilidade nacional e da deseducação das massas. Disse Proudhon: "Em 1848 o horror ao comunismo precipitou a sociedade europeia numa retrogradação da qual

rico da Bahia, em 8 de Março de 1937, cf. as actas das "lojas" **Virtude e Fidelidade** e **Beneficencia**. No pouco tempo em que af esteve, foragido, antes de voltar ao Rio Grande, devia o caudilho ter doutrinado os seus correligionarios: a 7 de Novembro, explodiu a revolta do Sabino. Sobre esta, vd. BRAZ DO AMARAL, **A Sabinada, Bahia 1909**.

apenas se percebe o fim". Também no Brasil foi o horror ao caudilhismo que desencadeou a *reação monárquica*, de 1837-1840. Havia em S. Cristóvão um imperador "in nomine". Era uma esperançosa criança, que saíra á mãe austriaca, precoce nos estudos e na firmeza do carater; D. Pedro II devia reinar. A ação intempestiva dos "maioristas" teve oportunidade e veemencia, razões do seu exito. Formouse, maçonicamente, o club da "maioridade", graças á iniciativa de José Martiniano de Alencar, um antigo democrata. Com a fórmula de Sociedade secreta, o novo partido prosperou. Obteve a simpatia das pessoas intimas do Paço, como Aureliano Coutinho, que passava por ser o homem mais chegado ao menino imperador, e o marquez de Itanhaen, tutor deste. Incorporou ás suas fileiras os deputados em opposição ao governo. Desfechou o golpe a 22 de Julho de 1840. Uma delegação do parlamento levou a D. Pedro II o oferecimento da sua immediata "maioridade", que ele aceitou. Era o fim da regencia, a queda de Araujo Lima, o colapso da situação conservadora. Tentára em vão o regente conjurar a crise, chamando para ministro do Imperio Bernardo de Vasconcellos — que por nove horas, quantas durou o seu governo, experimentou conter a Camara, enfrentar a tempestade, salvar a regencia. O golpe de Estado — a que anuira o imperador — comoveu, sensibilizou, entusiasmou a capital; D. Pedro II foi aclamado, e convidou para seus ministros alguns dos chefes "maioristas", com os quais subiu o *partido liberal*.

REAÇÃO MONARQUICA

A politica, graças á substituição de um regente, partidario, pela corôa, irresponsavel, fazia-se agora com outros fatores. A incapacidade do poder tempo-

rario para manter a tranquilidade nas provincias desmoralizára muitas das ideias, tão populares em 1831. A “reação” monarchica, conduzida para a frente pelos seus adversarios de 1837, comprehendia a consolidação do trono, pela instituição do Conselho de Estado vitalicio. Nem a popularidade do governo, porém, nem a prudencia do soberano, conseguiram amainar os odios facciosos que se extremavam — fenomeno comum ao sistema — nas eleições de renovação da Camara. Já, segundo Teofilo Otoni, apostavam os deputados em lisonjear o trono, querendo cada qual melhor concorrer para o seu esplendor, Antonio Carlos a propôr a dotação de 800 contos, Navarro, a de mil contos... (1). Parecia extinto o germen democrat'co na Assembléa. Aureliano e os validos do Paço formavam, á sombra deste, o “partido aulico”, que desequequilibrava as influencias legitimas da politica.

A VITORIA DO ESPIRITO CONSERVADOR

O imperio, confiado ao bom senso e á austeridade precoce de uma criança letrada, cercada de honestos, mas nem sempre serenos servidores, tinha de atravessar provações gravissimas. A coroação do imperador, no ano seguinte, festa que estabeleceu uma tregua entre os politicos, encontrou de cima os *conservadores*, chamados ao governo em 23 de Maio de 1841. Esse abandono, pela corôa, dos seus interesseiros correligionarios de 1840, fermentou em S. Paulo e Minas Geraes as sedições de 1842 — as

(1) TEOFILO OTONI, *Circular aos eleitores*, 2.^a ed., p. 151. A dotação do Imperador no orçamento que precedeu á maioridade era de 240 contos. Foi elevada para 800 contos por decreto de 23 de Agosto de 1840.

mas sérias do segundo reinado — e ás quais se associaram o padre Feijó e Teofilo Otoni, um joven idealista e um velho desiludido. Eram as lutas preparatorias de um regimen apenas esboçado, que acharia na sua simplificação o remedio para as crises periodicas. O parlamentarismo não tinha ainda a figura essencial, do presidente do Conselho, a acobertar o monarca, nem podiam os adversarios tolerar a lei de 3 de Dezembro de 1841, que sujeitára as eleições á directa influencia governamental. Os liberaes debalde procuraram, numa sessão legislativa memoravel, obviar ás duas organizações que reputavam anti-democraticas e contrárias a toda a obra de descentralização e de liberalismo da regencia: o Conselho de Estado (lei de 23 de Novembro) e a lei de reorganização judiciaria, que levou a data de 3 de Dezembro. Com a dissolução da Camara, baldos os seus esforços, recorreram ás armas, e estas não lhes valeram. “Dentro de tres dias estamos no palacio de Ouro Preto, dentro de 15 dias um ministerio liberal terá suspendido a lei inconstitucional de 3 de Dezembro e a do Conselho de Estado e terá anulado o decreto inconstitucional que dispersou os representantes da nação” — proclamára Otoni. Mas, derrotados que foram em Venda Grande e Santa Luzia pelo exercito legal, os principais conspiradores sofreram prisão e processo, alguns o exilio, outros o julgamento pelo juri, sendo afinal anistiados todos.

A revolução que estalou em Pernambuco em 1848 — já pacificado o Rio Grande do Sul desde 1845 — fechou o ciclo das agitações de aspecto civico-militar que perturbaram, pelo periodo regencial além, a vida na nação. A politica, anglicanizando-se, aperfeiçoando-se, creando molas e para-choques que passaram a funcionar sob as vistas fiscaes do imperador, cujo poder pessoal atravessou a larga epoca de 1840 a

1889 — consumou a paz e tornou possível, com o desenvolvimento das ideais, a evolução da democracia no Brasil. Não ha, na historia da America do Sul, mais continuado periodo de tranquillidade, tão em desacordo com os exemplos da vizinhança, que J. B. Alberdi considerava o nosso caso como o “milagre do Brasil”. Ao tombar o trono, em 1889, diria Rojas Paul, presidente da Venezuela. “Se ha acabado la unica Republica que existia en America: el Imperio del Brasil”. Chamára-lhe Mitre, “una democracia con corona”. Escrevera antes Mrs. Agassiz que, na America do Sul, só dous países se mantinham em ordem: a *republica* do Brasil e o *imperio* do Chile...

Evidentemente, a saude das instituições estava no seu ritmo, desde que o “ostracismo”, a que se recolhiam os grupos decaídos, não ultrapassava determinado prazo, apenas sufficiente para a arregimentação dos seus recursos parlamentares, o apelo ás urnas ou o aceno do Moderador. O imperador exerceu discrecionariamente essa faculdade disciplinar do poder Moderador, determinando o revessamento das facções e, por estas, o respeito a certos principios, que faziam a “etica” do governo (1). Quanto á sua vida politica, o Imperio póde ser estudado em cinco fases: a do “poder pessoal”, ou fosse a da imperfeição do organismo parlamentar, 1840-1847; a dos partidos classicos, 1847-1853; a da conciliação, que procurou sobrepôr um interesse nacional ao dos partidos, 1853-1857; a da renovação, 1857-1868, quanto os partidos se ajustavam aos novos problema politicos; e a das reformas, 1868-1889.

(1) Vd. AFONSO CELSO, *Oito Anos de Parlamento — Poder Pessoal de D. Pedro II*, pgs. 170 e 203 passim, Comp. Meth. de S. Paulo.

O PROGRESSO MATERIAL — O DOMINIO
DA MAQUINA — O IMPERIO E AS
REALIZAÇÕES INDUSTRIAIS —
NOVA AGRICULTURA

A America do Sul chegaram, retardados de muitos anos, os grandes melhoramentos tecnicos que o seculo XIX trouxera á vida moderna. Esperamos trinta anos pela locomotiva, quarenta pelas fabricas de fiação, ainda mais pela navegação de vapor, pela iluminação de gás, por um regimen bancario, pelas companhias de colonização, pelo maquinario agricola, pela Industria que, em 1800, transformára a Inglaterra — e em 1820 a Europa. País de materias primas — o Brasil contentára-se em exportar, em bruto, o seu algodão, o seu açúcar, as suas peles, o seu fumo, o seu café — e importar as manufacturas inglesas, francesas e norte-americanas. Em 1808, propuzera debalde o negociante da Bahia Francisco Inacio de Siqueira Nobre, instalar uma fabrica de fiação, com operarios que contrataria na Inglaterra (1). A Inglaterra tinha de começo o vir-

(1) Doc. ms., I, 31, 27, 3 na **Bibl. Nac.** Alegava o requerente ter pago direitos no valor de 100 contos, durante oito anos de grosso trato, e a sua experiencia do commercio inglês. Lembrava que até então era costume mandarem os negociantes da Bahia

tual monopólio do nosso comércio graças ao tratado de 1810; mas, com a exportação progressiva do algodão para suas fabricas, a situação não foi particularmente danosa ao Brasil, sim a Portugal e aos concorrentes industriais dos ingleses. Isto até 1823. O equilíbrio era satisfatório então, porque ao interesse do comprador se juntava o do vendedor, acorriam ás nossas praças os negociantes ingleses, que preferiam ter aqui o seu escritório de corretagem, e os produtores achavam pronto consumo para a sua mercadoria, sem os riscos do embarque nem as surpresas do cambio. A' falta de bancos, reguladores da circulação, e donde melhor empregar o capital ganho, invertia-o o lavrador em escravos, e pelo numero destes (300 a 400 para os engenhos, 80 e 100 para as fazendas sertanejas) estimava a sua fortuna. Mas essa rotina desafiava a ampla, a universal industrialização, que por toda parte substituiu o homem pela maquina, restringindo gradualmente a capacidade aquisitiva dos povos entre si. Ocorreu o inevitavel, com o lento trabalho de emancipação economica, que de 1844, quando se esgotou o prazo do tratado de comércio, a 1863, se assinala por uma série de incidentes diplomaticos com a Inglaterra. Os monopólios são impopulares, e não ha, afinal, interesses mais divergentes que os da industria e da agricultura — da manufatura de Manchester e da materia prima brasileira. Complicou-se o problema com a politica colonial britânica. A guerra ao tráfico negreiro tornou odiosa ás nossas populações a bandeira inglesa, o parlamento fez-se eco dos successivos atentados á propriedade particular brasileira cometidos pelos cruzeiros ingleses até dentro dos nossos

debuchos, com os desenhos ao gosto do povo, para serem estampados nas fazendas fabricadas no Rato e em Torres Novas. os dous estabelecimentos portuguezes que mais forneciam á praça.

portos, como no de Paranaguá em 1850, a pressão da opinião exigiu uma atitude de reservas para com o poderoso Imperio, e desse estremecimento de relações se aproveitaram as industrias norte-americana e francesa. A questão de Christie, em 1862, a que se seguiu, por dous anos, a suspensão de relações diplomaticas entre o Brasil e a Inglaterra — teve o merito de finalizar as pendencias que vinham do reinado de D. João VI, equiparando de vez aquella ás demais nações que conosco tratavam.

Pois a industrialização do Brasil decorreu dessa reação nacionalista, e foi possível a partir de 1844, início da nossa verdadeira independencia alfandegaria.

Em 1835 o parlamento votára a construção de estradas de ferro que ligassem á Côrte S. Paulo, Minas e Bahia: esse sonho não começou a realizar-se senão dezeseite anos mais tarde. Em 1841, quando a America do Norte já era um irradiante “emporion” industrial, Cristiano Otoni, professor da Academia de Marinha, confessava nunca ter visto, em funcionamento, uma maquina de vapôr (1). E’ verdade que desde 1815 os senhores de engenho introduziam nas suas fabricas os maquinismos que tinham aumentado prodigiosamente a produção açucareira de Cuba, e em 1817 Felisberto Caldeira (Barbacena) fizera vir para a Bahia uma barca de vapôr, que ainda em 1824 conduzira á Cachoeira D. Pedro I. Mas o primeiro navio de vapôr adquirido pelo governo imperial tivera de ser abandonado — diz nas suas “Memorias” o almirante Jaceguai — porque, morrendo-lhe o maquinista, não havia na Côrte quem pudesse suceder-lhe. Sómente a partir de 1847, no Rio, na Bahia, em Per-

(1) CRISTIANO OTONI, *Memorias*, 1.^a parte, ms. 1 p. 76.

nambuco surgiram as grandes industrias, a mais poderosa das quais a da fundição de Ponta da Areia, criada por Ireneo Evangelista de Souza (depois visconde de Mauá, o Wilkinson brasileiro). Bastára para isto a adoção de uma pauta alfandegaria protetora, no ministerio Caravelás (1844). Sem esse favor aduaneiro a manufatura estrangeira, barata e excelente, cada vez mais abundante, eliminaria a nacional, forçosamente cara e ainda grosseira. A formula vitoriosa tinha sido a de Bernardo de Vasconcelos (1828): "Favor e opressão significam o mesmo em materia de industria..." Agora se entendia que o favor significava aparelhamento do país para a propria defesa (com a industria metalurgica) e a sua emancipação do produtor estrangeiro. O problema industrial brasileiro cingia-se a essas condições economicas, que tanto lembravam os seculos XVII e XVIII; a agricultura continuaria a ser a riqueza real e caracteristica.

AS ESTRADAS

Em 1850, a abol'ção do trafico desocupou importantes capitais, principalmente na praça do Rio. Os ricos armadores e os comanditarios do negocio negreiro sentiram-se atraídos pelas iniciativas industriais. O problema das comunicações seduz os espiritos. A lavoura cafeeira progride extraordinariamente, mas o escoamento das safras é difficil, através das serras de Minas. Os velhos projetos de estradas de ferro ou caminhos carroçaveis, ligando o litoral ás montanhas centrais, tornando-se a obsessão de alguns homens arrojados, a quem resistem os estadistas forrados de ceticismo, que repetem Thiers, quando, em 1841, achava que as vias ferreas

não convinham á França. Bernardo de Vasconcelos dissêra que uma estrada para Minas teria de malograr-se por falta de cargas. Paraná não queria atender ás pretensões dos Teixeira Leite, a rica familia de Vassouras que sonhava com o prolongamento dos trilhos da primeira estrada de ferro do governo — a “D. Pedro II” — até o seu municipio. Mauá, Cristiano Otoni, Joaquim Teixeira Leite, Mariano Procopio Ferreira Lage, são os gigantes da ideia ferro e rodoviaria: e arrastam no seu entusiasmo e na sua audacia os governos, ajudados pelo imperador, que lhes dá ganho de causa. Os primeiros quinze quilometros de trilhos lançou-os Ireneo Evangelista de Souza, entre o porto de Estrela e a raiz da Serra de Petropolis. Em 30 de Abril de 1854 correu a primeira locomotiva, inaugurando a estrada — que nada devia ainda ao governo, de vez que a fizêra com os seus proprios recursos, e 1.200 contos subscritos por amigos pessoais (1). Antecipava-se o realizador á administração, sempre lerda e incredula. Diz Pereira da Silva que, ao exemplo de Mauá, “exaltaram-se os espiritos e por toda parte requereram-se identicas empresas”. Foi um simbolo da nova era a iluminação de gás, que Mauá tambem se obrigára a instalar na côrte, e inaugurára em 25 de Março de 1854. Tornava-se preciso transpôr a serra: foi a companhia União e Industria, cujo animador era o engenheiro Mariano Procopio, natural de Barbacena, que assumiu o encargo de construir uma excelente estrada para carros. Em menos de dez anos ela comunicaria a Raiz da Serra a Juiz de Fôra. Concedida, com um privilegio de 50 anos, em 7 de Agosto de 1852, iniciados os trabalhos em 12 de Abril de 56, chegava a Juiz de Fôra em 23 de Junho de 1861 — e desciam

(1) ALBERTO DE FARIA, *Mauá*, p. 165.

por ela, a melhor estrada do mundo, na opinião de Agassiz, doze milhões de arrobas de generos de Minas Gerais (1). O maximo problema da viação brasileira parecia a Mantiqueira, que isolava aquella provincia, dificultando-lhe sobremodo a exportação dos productos de sua abundante agricultura. Resolveu-o a Estrada de Ferro D. Pedro II. O milagre surgiu graças ao sistema — posto em pratica pelo governo russo e adotado em 1850 pela propria Inglaterra — da garantia de juros ao capital empregado.

Em 1840 obtivera Tomaz Cochrane a concessão exclusiva de uma linha ferrea da Pavuna a Rezende, atravessando a Serra do Mar. Debalde o concessionario procurára capitais estrangeiros, para a realização dos seus projetos. Os favores da lei ainda eram inferiores aos que na Europa se prometiam, e sem uma garantia de juros — pedida por Cochrane ao parlamento em 1848 — os recursos financeiros não viriam. A lei, votada pela assembleia, e sancionada em 26 de Junho de 1852, tornou possivel a formação de empresas de construção ferroviaria: garantia o governo o juro de 5% ao capital despendido na mesma construção e dilatava, até 90 anos, o prazo do privilegio, que no regimen anterior era de 40 anos. Viu-se então que o numero de candidatos era consideravel; sujeitou-se Cochrane á concorrência, em que seria o preferido em igualdade de condições; e porque já houvesse quem se animasse a fazer a estrada sem garantia de juros, o concessionario primitivo teve um prazo para a apresentação dos estudos nesta base, e afinal abriu mão dos seus direitos. Nova concorrência foi feita em Londres. Em má hora — porque a guerra da Criméa causára o retraimento

(1) *Revista de Arquivo Publico Mineiro*, ano XIX, p. 138.

dos banqueiros e não havia capitalista que quizesse arriscar, a juro baixo, em empreendimentos ferroviarios no Brasil, as suas reservas. Ocorreu ao governo imperial encetar a construção com a sua propria responsabilidade, por empreitada, contratada com um tecnico inglês, Edward Price, a preço fixo, correndo depois o financiamento por conta de companhia nacional que se organizasse, com o capital vencendo o juro, garantido, de 5% e, pronta a linha, o dividendo minimo de 7%. Assinado o contrato em Londres, em 9 de Maio de 1855, puderam ser inaugurados 48 quilometros da "Estrada de Ferro D. Pedro II" em 29 de Março de 1858. A Belem chegaram os trilhos em Novembro daquele ano.

Havia no Brasil uma estrada-tipo. Verificava-se que a formula financeira adotada era a melhor. Aplicaram-na as provincias, que assim conseguiram chamar os capitais ingleses, já agora interessados pelo Brasil: a Bahia juntou, aos 5% de garantia de juros oferecidos pelo governo central, 2% que saíriam dos cofres provinciais. Resultou disto elevar-se a 7%, em toda parte, a garantia de juros. Assim teve a Bahia a linha ferroviaria de Salvador a Alagoi-nhas, cujos 13 primeiros quilometros se inauguraram em 10 de Fevereiro de 1858, atingindo aquela cidade em 1863 (123 quilometros), rumo franco de Joazeiro. As provincias do Rio, Pernambuco e S. Paulo não lhe ficaram atrás. Entre 1858 e 1862 construia-se a estrada de ferro de Recife á estação de Una (124 quilometros). Iniciava-se em 1860 a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiá, transpondo a serra do Cubatão por uma serie de planos inclinados pelo sistema funicular; foi inaugurada em 16 de Fevereiro de 1867. Os engenheiros estrangeiros acompanhavam os capitais estrangeiros. Ainda não possuia o Brasil entre os seus técnicos, "engenheiros

nacionais capazes de bem resolver o problema da passagem da cordilheira...”, disse Cristiano Ottoni, então o maior ferroviário patricio. Na escola dos profissionais que abriram os tuneis da Mantiqueira e conceberam os planos inclinados do Cubatão havia de educar-se uma pleiade de moços, futuros realizadores de equivalentes audacias de engenharia. Foi o engenheiro Brunless — que depois iria estudar e orçar o tunel sob o mar da Mancha — quem construiu a linha nas encostas de Paranapiacaba. Antes da empreitada de Price, os Teixeira Leite tinham feito estudar o Vale do Paraíba pelos engenheiros Waring, e os ingleses, em 1855, pelo engenheiro Chappmann. Para que a “D. Pedro II” prosseguisse, atravessando a Mantiqueira, foram contratados engenheiros norte-americanos, sob a chefia do coronel Charles Garnett: o seu braço direito foi o major Eliason, principal construtor daqueles tuneis, estudados em 1860, e abertos em sete anos (1). De então por diante a nossa principal via ferrea não encontra mais obstaculos para o seu incessante desenvolvimento. Por todo o país rompem estradas de ferro. Eram 718 quilometros em trafego em 1868. A “Central da Bahia” começava a ser construida naquele ano, nos seguintes anos as estradas de Campos a S. Sebastião, de Macaé a Campos, de Jund. ai a Campinas, de Porto Alegre a Nova Hamburgo, de Recife a Beberibe, a Estrada de Ferro Leopoldina... Em 1877, afinal, comunica-se S. Paulo com o Rio de Janeiro; seria a E. F. Central do Brasil. Obra nacional tão admiravel como a linha de Santos-Jund. ai, a estrada de Paranaguá-Curitiba, iniciada em 1882, grimpa as asperezas da serra do Mar e alcança o planalto, através de maravilhoso traçado, e sem o

(1) CHRISTIANO OTTONI, *Autobiographia*, p. 95, etc.

emprego de cremalheira, inaugurada em 1882, na estrada da Raiz da Serra-Petropolis — em 3 de Fevereiro de 1885. O planalto paranaense, já dotado, em 1878, da estrada de rodagem da Graciosa (Curitiba-Antonina, rival da União e Industria pela sua primorosa tecnica) acha o seu escoadouro para o oceano, e a prosperidade que lhe resulta de um transporte facil, razão de subita riqueza de povos que se conservavam segregados da civilização, atrás da Serra, descendo penosamente ao litoral por terriveis caminhos, vivendo patriarcalmente da sua industria pastoril, mais proximos de S. Paulo que de Paranguá...

As estradas de ferro remodelam, caracterizam, transformam completamente a fisionomia economica do Imperio; elas criam regiões prosperas onde havia o deserto; levam no seu traçado os lineamentos das cidades futuras; fertilizam, povôam. São braços de aço que estreitam o país, aproximando-lhe os centros vitais, modificando os habitos sertanejos, despertando populações adormecidas nos seus defesos interiores, valorizando-lhes as terras e os produtos, numa animação universal. A colonização entra com os trilhos de ferro; a carga, que Bernardo de Vasconcelos pensava que não dêsse frete para mais de dous dias em cada mez, sobeja nas estações; as lavouras seguem a penetração ferroviaria e, em alguns anos, Minas, S. Paulo, o Paraná, o Rio Grande do Sul, provincias mais beneficiadas pelo melhoramento em virtude das suas condições geograficas especiais, se tinham renovado por completo.

Em 1889 havia 9.200 quilometros em trafego e 9 mil em construção.

O TELEGRAFO

Surgira o telegrafo electrico em 1852, na Côrte: fôra Eusebio de Queiroz, interessado em estabelecer uma comunicação segura com os portos do litoral, afim de melhor reprimir o trafico negreiro, que acabava de ser extinto, quem introduziu no Rio aquele melhoramento, incumbindo o lente de fisica da Faculdade de Medicina, Paula Candido, de fazer a primeira ligação, com fios de cobre, entre o posto semaforico do Castelo (unico telegrafo existente) e o quartel de pol'cia dos Barbonos. O lente de fisica da Escola Militar, Guilherme Schuch de Capanema, continuou, com exito, as experiencias de Paula Candido. Nomeado para dirigir os trabalhos de instalação das primeiras linhas telegraficas do país (Quinta da Boa Vista ao Quartel General), Capanema inaugurou, em 11 de Maio de 52, com a troca de telegramas entre o imperador, em S. Cristovão, e Eusebio de Queiroz, no ministerio da Guerra, tão importante serviço. Em 1855 as linhas iam até Petropolis. A guerra do Paraguai facilitou — tais as exigencias militares — a construção rapida de linhas para o sul; em 1883 chegavam a Jaguarão, articulando-se com o serviço telegrafico do Uruguai e da Argentina. Para o norte, o desenvolvimento foi mais demorado, pois alcançaram Vitoria em 1874, Paraíba em 1875, Natal em 1878, Fortaleza em 1881, Belem em 1886. Goiaz e Mato Grosso ligaram-se ao Rio de Janeiro por fios telegraficos depois da Republica, em 1890 e 91. Em 1889, entretanto, havia 18.925 quilometros de linhas telegraficas no Imperio, já em comunicação com a Europa, por intermedio do cabo submarino, desde 1874.

Corrigido o mal das distancias — o Brasil se integrava no sistema universal da civilização.

A INDUSTRIA

O mesmo regimen de garantia de juros promove a pronta substituição dos velhos engenhos d'açucar por usinas de pesado maquinario, como as de Cuba: é a lei de 6 de Novembro de 1875 que inaugura a fase dos "engenhos centrais", operando uma revolução na economia tradicional, substituida pelas novas fórmãs do trabalho nos seus redutos mais defesos. O engenho de Quissaman foi o primeiro que se aproveitou da garantia de 7% para o capital empregado na sua transformação: depois, o total do capital garantido subia a 55.300:000\$. As usinas passaram a absorver (como no I seculo os "engenhos del-rei") as antigas fabricas de açucar, determinando a centralização da industria. Por todo o pais a invasão da maquina é acompanhada da invasão do estrangeiro. Rompem-se os ultimos empecilhos á franca imigração e os governos adotam a tése, sustentada pelos politicos liberais desde 1831, de que o futuro do Brasil dependia da troca, que lentamente se operava, do trabalhador cativo pelo trabalhador livre. As perturbações economicas e politicas da Europa e da America do Norte auxiliam-lhes os planos; principalmente a guerra de secessão, 1861-1864, favorece o Imperio, pois o torna mais atraente para o imigrante europeu. Ao mesmo passo, a valorização dos nossos produtos tropicais, graças ao desenvolvimento das industrias europeias e ao fechamento dos mercados do sul dos Estados Unidos (como no periodo de 1776-1783, quando a Inglaterra se viu igualmente privada da materia prima americana)

encorajava a lavoura, extendia-a, animava o commercio e fazia surgir vilas e cidades no conquistado deserto. Até 1850 o Brasil recebera uns 19 mil imigrantes. Entre 1855 e 1862, a média da entrada deles fôra de 15 mil por ano.

COLONIZAÇÃO

O senador Vergueiro, em S. Paulo, iniciou a colonização estrangeira em outros moldes, dando ao trabalhador parceria no grangeio e frutos da fazenda. Inaugurou, com a colônia de Ibiacaba, a época imigrantista, a que deveu a sua provincia o rapido incremento, o sentido vertical da sua civilização e a adaptabilidade aos ideais economicos do nosso tempo. 1881 marca a decisiva substituição, em S. Paulo, do braço escravo pelo braço europeu; o conde de Parnaíba é digno sucessor de Vergueiro. Havia em 1886, 107.329 escravos em S. Paulo, reduzidos em 1888 a menos de 40 mil, quantos a abolição redimiui: pois em 1887 lá entraram 27 mil italianos e, em 1888, 80.749. Processa-se a arianização apresada das populações e, com o influxo do colono, a reforma das cidades, o reaparelhamento da agricultura, a criação das industrias e, conduzidos na mesma corrente, os capitais estrangeiros vêm colocar-se no Brasil. A grande imigração marcou, mais que outra qualquer diferença, a separação entre o Brasil luso-americano, historico, e o Brasil contemporaneo, como Alberdi quizera a Argentina.

O CREDITO

Os governos tratam de dotar o país de um serviço de credito e de um meio circulante proprios. Não conseguem alargar tanto quanto seria de dese-

jar os recursos financeiros do Estado e a crise bancaria, a intervalos, se inclue no ritmo administrativo, como uma doença ciclica. A circulação é insufficiente, a legislação atrasada, e ressentem-se os bancos da timidez antiga. A circulação metalica era apenas de 30 mil contos. A lei de 1846, quebrando o padrão monetario, estatuiria a paridade em 27 "pence" por mil réis. Logo varias instituições bancarias se fundaram, em 1836 no Ceará, em 1838 no Rio, no Maranhão em 1846, em 1847 na Bahia e no Pará, em 1851 ainda no Rio (o famoso banco Mauá), em 1853... O seu poder emissor foi abolido em 1853 e devolvido em 1857; mas as sincopes que sofreu o credito em 1857, em 1860 e principalmente em 1864, acarretando ao comercio avultados prejuizos, determinaram a revisão do sistema bancario e o monopolio — estabelecido em 1866 — das emissões officiais pelo Tesouro.

O COMERCIO

A curva do comercio exterior revela um novo Brasil, a partir de 1860. Citamos a guerra de secessão na America do Norte como uma das causas do fenomeno; de fato, a alta dos preços, principalmente do algodão, permitia-nos encontrar o paradeiro dos "deficits" que, na balança comercial, foram regra até então. Em 1860 importavamos 127.720 contos e exportavamos 123.171. No ano seguinte, exportavamos 120 mil (contra 110 mil), em 1863, 131 mil em 1865 157 mil (contra 137). A balança comercial continuaria com saldo até 1885, quando se nos apresenta deprimida, assim permanecendo (o cambio alto estimulando as importações) em 1888, 89 e 90. Por outro lado, as tarifas alfandegarias, que se definem fa-

voráveis á manufatura nacional depois da pauta Alves Branco, em 1844 (embora o pensamento fiscal, não o de méra proteção da industria indigena, as dominasse), limitam a capacidade de aquisição da mercadoria estrangeira e tendem a subtrair o Brasil ao despotismo dos seus preços. "De 1844 a 1879 o proteccionismo não existiu", diz um ensaista. Realmente, não havia maquinismos nem capitais immobilizados que reclamassem tarifas de amparo; mas a elevação dos direitos aduaneiros realizava satisfatoriamente a sua missão de incitamento das iniciativas industriais no Imperio, contrariadas em 1874 e em 1884 pelas tarifas baixas de Rio Branco e Saraiva. Em 1860 Ferraz adota algumas razões de 50%, outras de 40% e a maioria de 30%. Itaboraí, em 1869, reforça a agravação daqueles direitos; Rio Branco a destrói, extinguindo as razões superiores a 30%. Afonso Celso e Saraiva, em 1879 e 1884, restabelecem as de 40%. E em 1888 Belisario, retomando as de 50% e, pela primeira vez, de 60%, erige a barreira alfandegaria em principio de politica economica no Brasil. A Republica não se desviou dessa orientação, mantendo-a e acentuando-a nas reformas de 1890 (tarifa Rui Barbosa), 1893 (tarifa Bernardino de Campos), 1897 ((tarifa da comissão Buhlões), 1900 (tarifa Murtinho)...

Hesitava o Brasil, entre a sua tradicional politica de fomento agricola, pela sedução do importador estrangeiro, que era igualmente o fornecedor de todas as utilidades manufaturadas — e a criação de um espirito industrial que, a despeito da indecisão legislativa e da esmagadora coação do ambiente economico, se desenvolve, principalmente em S. Paulo. As instituições sentem-se ameaçadas pela impaciencia dos novos-industriais, que não podem prosperar em razão da deficiencia de credito e numerario (ori-

entação anti-inflacionista), da concorrência estrangeira (orientação não-protectorista, que em 1860, quanto á industria nautica, dá o golpe de morte no estabelecimento da Ponta d'Areia), facilitada a mesma concorrência pelo cambio ao par, e da falta de plasticidade da legislação brasileira. Estabeleceu-se, naturalmente, uma antinomia entre a mentalidade progressista, que vibrava da ansiedade universal e copiava á America do Norte o surto irresistível, e a mentalidade conservadora, que se limitava ao quadro das industrias rurais e ainda admitia a escravatura como uma condição do seu exito. Venceu a primeira, a partir de 1885, quando a campanha abolicionista se tornou nacional. Distinguiu-se pelo formidavel aumento da imigração (35.440 em 1885, 55.965 em 1887, 133.253, em 1888, um dos maiores numeros da estatistica imigrantista do país), pela tarifa Belisario, de 1888, á cuja sombra se iriam desenvolver inumeras tentativas de grande industrialização, pelos auxilios á lavoura oferecidos pelo governo, depois da abolição, pela revolução que abalou a economia indigena nos gabinetes João Alfredo e Ouro Preto, transformando a fisionomia financeira da administração e legando á Republica uma situação comercial impressionada por todas as sugestões da audacia, da iniciativa, da tecnica, da aventura, que foram os produtos do credito abundante, da nova lei de sociedades anonimas, da faculdade pluri-emissionaria dos bancos, da vertigem dos negocios conduzidos aos impulsos da bolsa, do "ensilhamento" enfim.

O "ensilhamento", desequilíbrio resultante da profunda alteração que sofrêra a vida economica do Brasil, havia de amortecer o choque politico de 1889, desviar as paixões do terreno dos partidos para o dos negocios, tornar possível a pron-

ta consolidação da Republica e diferir para 1893 as lutas decisivas, entre a nova ordem de coisas e os sentimentos que ela contrariara.

NOVA AGRICULTURA

A grande surpresa da vida economica do Brasil no seculo XIX é, entretanto, o café. O açúcar fez a riqueza da colonia; o café fez a fortuna do Imperio e da Republica. Na historia dos povos o fenomeno da cultura cafeeira do Brasil, principalmente em São Paulo, é um dos mais interessantes, pela subita e extensa conquista de territorios, ainda ha pouco cobertos de florestas e inçados de indios, e pelo volume da produção, que em trinta anos passou a ser o elemento fundamental da nossa economia.

O café aparece quasi com o Imperio. Introduzido o plantio no Rio de Janeiro em 1770, debalde o incentivaram as autoridades, como a lavoura rendosa e fixadora. Em 1810 estende-se ela pelas vertentes da provincia do Rio de Janeiro e pelos vales do Paraiba do Sul e do Paraibuna. Sómente em 1817 em Campinas se fundou bôa fazenda de café. Em 1822 o produto ainda não era conhecido em Nova York. Mas já então prometia tantos interesses, que na bandeira imperial figurou um ramo de café entrelaçado com outro de fumo, numa representação da vida agricola do norte e do sul. Até 1840, a primazia da cultura coube á provincia do Rio. Numerosas familias descidas de Minas Gerais para a bacia do Paraiba estabeleceram grandes fazendas, cada uma das quais foi séde de vila prospera ou centro de animação social, destinado a exercer naquela provincia o mesmo papel civilizador dos engenhos de açúcar da Bahia e de Pernambuco. Os proprie-

tarios fluminenses tornam-se os subditos mais ricos do Imperio. Os seus dominios antecedem em conforto e esplendor as fazendas paulistas do periodo aureo do café (1870 em diante). O governo reconhece-lhes o espirito aristocratico e a importancia politica, criando titulares da monarquia, viscondes e barões, os cafeicultores da provincia do Rio. Mas a cultura se estende, do norte de S. Paulo para o oeste numa marcha constante, que é auxiliada, em 1870, com o desenvolvimento ferroviario em direção a Ribeirão Preto. O transporte facil orienta a invasão do oeste. Em 1885 a febre de plantações e derrubadas de mata alcança o apogeu. Outras provincias. Minas Gerais, a Bahia, tambem produzem café em larga escala.

Ainda no periodo de 1821 a 1860, em toneladas a exportação fôra de 3.377 mil, de café, e 3.405 mil, de açúcar. Equilibravam-se portanto, como forças economicas, o norte e o sul. Tambem o numero de escravos era equivalente, no sul e no norte, porem com a tendencia para a evasão, dos engenhos de açúcar para as fazendas de café, dos negros cujo trafico interno andaria, em 1880, por 30 mil individuos ao ano. Em 1861 e 1889, a exportação do açúcar não passara de 4.685 mil toneladas (640.849 contos), enquanto a do café subira a 6.804 mil (3.101.139 contos de réis). A influencia politica assim se desloca das regiões mais velhas para as mais novas, das zonas historicas do antigo Brasil para as terras de colonização recente, sobretudo valorizadas pelo impetuoso trabalho dos pioneiros da lavoura de café, auxiliados em breve pelas correntes imigratorias estrangeiras que de preferencia se dirigiram para as provincias meridionais.

Correspondendo então 53,8 % da massa exportada, já o café regularizava o cambio, garantia, como

parcela principal, o financiamento dos serviços públicos, e constituia a melhor perspectiva econômica do Brasil. Graças a esse maravilhoso surto agrícola o sul assentára sobre uma forte base produtiva o seu trabalho rural, e iria, com a República, desenvolver a vocação industrial da sua população altamente enriquecida de elementos étnicos europeus, atraídos pela multiplicidade das promessas de riqueza da província de S. Paulo. A evolução, do açúcar para o café, do norte para o sul e do litoral para o planalto e o oeste, entre 1821 e 1889, coincide com o gradual desdobramento da força condutora da nacionalidade, dependente da situação econômica, e concentrada nos novos núcleos de atividade.

O caso da borracha oferece semelhantes proporções de ousadia e persistência colonizadoras. A Amazonia foi, até 1877, tão escassamente povoada, que a receita da província pouco superava uma centena de contos. A seca que flagelou naquele ano o Ceará impeliu a imigração para o Amazonas de 5 mil cearenses, logo seguidos de outras lévas de trabalhadores, que se localizaram nos *seringais* ao longo do rio-mar e dos seus afluentes. Empregaram-se na extração da *hevea*, a borrachia nativa, cujo preço subiu com o aumento da exportação, em consequência das inúmeras aplicações industriais que ia tendo o produto, sobretudo nos Estados Unidos. Em breve prazo não havia melhor negócio no país do que a extração da borracha no Amazonas. (1). Em 1889 a receita provincial já se elevava a 3 mil contos. Manaus, a capital, seria cinco anos depois uma das mais alegres, florescentes e modernas cidades do Brasil, dotada de todos os recursos do progresso, apesar de tão internada no coração do continente.

(1) MIGUEL CALMON, *Fatos Econômicos*, p. 289, Rio 1918.

A produção de borracha fôra de 6.591 toneladas, ao preço médio por kilo de 1.330, em 1870; subira para 8.679, ao preço de 2.400, em 1880; e em 1890 para 16.334 a 3\$. Em 1900 a exportação seria de 26.750 toneladas, em 1910 de 38.150, aos preços de 7\$ e 11\$! O que foi para o Brasil essa intensiva exploração dizem as estatísticas, pois, entre 1901 e 1912, para 2 milhões e 282 mil contos de café, vendemos borracha na importancia de 2 milhões e 736 mil contos.

HISTORIA POLITICA DO 2.º REINADO

A revolução liberal de 1842, vencida nos seus quartéis de Minas e S. Paulo, experimentára a solidez das instituições, porem induzira os estadistas a aperfeiçoá-las, para que outros movimentos de opinião ou de força não perturbassem a prosperidade nacional. Entre 1842 e 1848, o problema da ordem publica se tornou o principal cuidado do governo. Em 1844, o poder pessoal do imperador desapareceu, com a substituição da politica palaciana de Aureliano Coutinho (Sepetiba), que datava da *maioridade*, por uma politica parlamentar e conciliatoria, preconizada por Honorio Hermeto (Paraná). D. Pedro II chamou ao governo os liberais, esquecendo assim a sua cumplicidade nos dous movimentos revolucionarios, mas lhes impôz uma conduta tolerante e de aproximação dos grupos. A lei de 20 de Julho de 1847 creou a figura do presidente do conselho, assim chefe responsavel do executivo, a responder directamente pelos atos governamentais perante a assembleia: foi o coroamento daquele parlamentarismo copiado á Inglaterra, que devia dar ao país um largo periodo de tranquillidade. Em 1848 explodiu em Pernambuco a insurreição da *Praia* (ala extrema do partido liberal), ultima agitação armada do segundo reinado, que se prendia ás velhas pre-

venções locais entre o povo de Recife e a aristocracia rural. Foi debelada energicamente. O marquês de Olinda fez ministerio conservador. Saíu do governo a 6 de Outubro de 49, porque se opunha á intervenção brasileira nos negócios do Rio da Prata. Paulino de Souza (Uruguai) retoma a tradição intervencionista do primeiro reinado, pactua a aliança do Imperio com o general Urquiza e derruba o ditador de Buenos Aires. Depois de quatro anos, o ministerio que se ségue continua conservador, com Rodrigues Torres á frente. A 6 de Setembro de 1853 assume a chefia do governo Honorio Hermeto, para encetar a grande conciliação. A epoca era de animação industrial, de incremento economico, de prosperidade geral. A monarquia, destruindo Rosas, conquistára o primeiro lugar entre os países da America do Sul e — pelo florescimento das suas instituições — se projetára sobre o mundo. Sentira-se a necessidade de uma politica ampla, que apagasse os odios e congraçasse as facções. O marquês de Paraná foi o unico estadista revestido de sufficiente autoridade para compellar o seu proprio partido a ceder ao adversario parte das posições, med'ante um entendimento generoso e patriótico. O ministerio organizado por Paraná inspirára confiança e respeito: Pedreira (Bom Retiro) na pasta do Imperio. Nabuco na da justiça. Paranhos (Rio Branco) na da marinha, Limpo de Abreu (Abaeté) na de estrangeiros, mais tarde Caxias e Wanderlei (Cotegipe...)

A serenidade da evolução, do partidarismo para a conciliação, quebrou-se em 14 de Junho de 1854, com a defecção de Angelo Muniz da Silva Ferraz. Em torno deste se reuniram os conservadores intransigentes, que preferiam a luta ao congraçamento. Paraná consegue, com a reforma da lei eleitoral, de 1855 ("lei dos circulos"), regenerar a representação

parlamentar, impedindo a unanimidade das camaras futuras. Morreu o presidente do conselho em 3 de Setembro de 1856. Substituiu-o o ministro da guerra Marquês de Caxias. Iniciou-se a volta dos grupos á fisionomia anterior. "Sómente vinte e cinco anos depois (disse Joaquim Nabuco) aparecerá outro estadista, José Antonio Saraiva, com animo e força para dominar o seu partido..." Olinda fez governo em 1857. Havia uma questão mais grave que a dos partidos, era a questão bancaria. O ministro da fazenda, Souza Franco, com o apoio de Mauá, constitúe-se o campeão da pluralidade bancaria: autoriza o Banco do Brasil e seis outros estabelecimentos de credito a emitir ao mesmo tempo. Os "velhos" do Senado, a opinião conservadora, o imperador, alarmaram-se razoavelmente diante da aventura financeira, "o ensilhamento da epoca", e Olinda renuncia. Abaeté organiza gabinete (12 de Dezembro de 1858), com Torres Homem na pasta da fazenda: para praticar o que aconselhára nos seus artigos de imprensa, quando combatia Souza Franco. Já aquele ministerio era apenas conservador. A *conciliação* esvanecera-se. Os grupos delimitam-se. Caiu o ministerio ao propôr Torres Homem que os bancos convertessem em ouro as suas notas dentro de tres anos. Então chama o imperador a Ferraz — o inimigo de Paraná — e lhe confia a missão de formar governo.

"Não sou o continuador de politica alguma"... disse Ferraz em resposta a uma interpelação. As eleições de 1860 consagraram a vitoria dos liberaes. Como que o partido conservador fatigára a opinião geral, que se voltava para os seus adversarios, pedindo-lhes o remedio para os males publicos que não podiam dar os governantes. "Essa eleição de 1860 pôde-se dizer que assinala uma epoca em nossa historia politica: com ela recomeça a encher a maré

democratica que desde a reação monárquica de 1837 se tinha visto continuamente baixar"... Em 2 de Março de 1861, Caxias tem ordem de organizar ministério conservador. O imperador, em nota aposta ao livro de Tito Franco sobre o conselheiro Furtado, explicaria que naquele ministério "ainda influíam as ideias que orientaram a politica da Conciliação". Não resistiu, porém, á *Liga*.

A *conciliação*, a *Liga* ou o Partido Progressista, foram, no segundo reinado, fases de uma mesma ideia, qual a destruição do espirito faccioso em proveito de uma politica de "valores" e realizações. Fracassára a *conciliação* pela desinteligencia a proposito dos programas; a *Liga*, conciliação mais sincera, porque exigia dos partidos um entendimento, não uma fusão — devia esboroar-se na represalia de outra coligação — a dos "historicos".-Nabuco de Araujo fundou a *Liga*, apelando, no Senado, para a união de Moderados e Liberais, isto é, oposicionistas francos e conservadores dissidentes. Uma emenda de Zacarias de Góes ao voto de Graças ocasiona a derrota do gabinete que, em face da manifestação do parlamento, se demite. D. Pedro II chama Zacarias. Governa tres dias. Os liberais exaltados prometem sustentá-lo. Cai por um voto de desconfiança. O imperador socorre-se de Olinda, para fazer governo sem côres partidarias fixas, *liqueiro* portanto. O ex-regente cerca-se de "velhos" (gabinete de 20 de Maio de 1862), figuras de vinte anos passados, o marquês de Abrantes, os viscondes de Maranguape e Albuquerque; Sinimbú. O ministério dissolve a Camara. O eleitorado dá o triumpho á *Liga*. A "questão de Christie" permitiu ao governo vida longa, se não preferisse ceder o lugar aos politicos combativos.

A *Questão de Christie* consistira nas azedas reclamações do ministro inglês, em virtude da

pilhagem, na costa do Rio Grande do Sul, dos salvados da barca britânica "Prince of Wales", e da agressão sofrida na Tijuca por oficiais de marinha da fragata "Forth", fatos devidamente explicados pelo governo imperial. Tomára-os Christie como pretexto para uma representação energética, contestada dignamente pelo marquês de Abrantes, do que resultou a ordem dada pelo diplomata á esquadra inglesa surta no porto, para que apresasse varios navios mercantes brasileiros (31 de Dezembro de 1862). O governo do Brasil apelou para as nações cultas, tratou de aparelhar-se para a guerra, recusou tratar com Christie se não mandasse restituir as presas, e teve a satisfação de vêr o seu ponto de vista vencedor, no laudo arbitral do rei dos belgas. Como a ofensa tinha partido do representante inglês, negou-se o governo brasileiro a manter relações diplomaticas com o seu país, enquanto não recebesse cabais satisfações, que lhe foram realmente prestadas, em Agosto de 1865, pelo ministro britânico, que as apresentou a D. Pedro II em Uruguaiana, no acampamento defronte da praça assediada e prestes de render-se ás armas nacionais.

Zacarias sucedeu aos "velhos". O governo renovou-se, porque se desentenderam dous correligionarios na Camara — com o conselheiro Furtado na presidencia do conselho. Ele arrosta as grandes borrascas desse tempo: a bancarrota de 10 de Setembro e a guerra do Paraguai. O governo procura atenuar as desventuras do alto commercio do Rio, decretando o curso forçado das notas do Banco do Brasil, triplicando-lhe, por emissão, o fundo disponível, e afinal, depois de relutancias heroicas, a suspensão dos pagamentos do Banco do Brasil e a moratoria geral por 30 dias. O problema do Rio da Prata (exposto em outro capitulo) leva ao Uruguai em missão especial,

o conselheiro Saraiva. Prepara a aliança do Imperio com Flôres e Mitre. Lança um "ultimatum" ao governo oriental — que provoca, em seguida, a tomada de Paissandú por uma divisão brasileira e a demonstração da nossa armada em Montevidéo. Paranhos succede a Saraiva e convenciona entregar o governo do Uruguai ao general Flôres. A solução dada ao incidente desagrade ao imperador e determina a queda do ministerio Furtado. O ditador do Paraguai apresára o navio brasileiro "Marquês de Olinda" e mandára invadir Mato Grosso. Começava uma guerra de proporções ainda incalculaveis. Olinda foi chamado de novo para enfrentar a situação. Saraiva teve a pasta do imperio, Ferraz a da guerra, Nabuco a da justiça.

Francisco Otaviano celebrou, em Buenos Aires, a triplíce aliança (1 de Maio de 1865). As primeiras vitórias tornaram de facil previsão o triunfo brasileiro. Zacarias substituiu a Olinda em 3 de Agosto de 66, conservando na pasta militar Ferraz. Foi o desastre de Curupaití que forçou a saída de Ferraz, pela conveniencia que havia de encarregar-se a Caxias a suprema direção do exercito. Sendo inimigos o ministro e o marechal, demitiu-se aquele, para que o governo nomeasse o grande guerreiro (27 de Outubro de 67).

Exonerou-se o gabinete liberal a 16 de Julho de 68 — com a guerra ganha, todos os problemas da administração bem encaminhados, a opinião publica solidaria com o governo, apoiado por uma Camara quasi homogenea. A crise surgiu de um pedido de demissão de Caxias. (4 de Fevereiro de 68), maguado pelas criticas da imprensa da Côrte á sua ação no comando das forças. O marquês de Caxias não insistiu, para que a sua attude não parecesse um convite á exoneração do governo. Meses depois, entre-

tanto, a escolha de um senador pelo Rio Grande do Norte tornou insustentável a posição de Zacarias. O imperador escolheu Torres Homem, contra os conselhos do gabinete, e este se retirou, sem sugerir os nomes de seus correligionários em condições de suceder-lhe. Então D. Pedro II chamou ao poder os conservadores.

Assim terminava a *Liga*. Nomeado presidente do conselho, Itaboraí se cercou de conservadores puros. Por outro lado, os liberais, indignados, se reuniram aos extremados. Dissolvida a Câmara, feriu-se um dos prelios eleitorais mais renhidos do reinado, pelo vigor da propaganda, pelos ataques dirigidos ao Moderador (mais absoluto do que Napoleão III, escreveu Saraiva), pela ideologia que deram ao seu partido no congresso de 1868, e, finalmente, pela orientação democrática que abraçaram. Na evolução espiritual de 1868-70 se entronca a ação republicana.

A questão do elemento servil passa a dominar a política. Sái Itaborá por não se conformar com o abolicionismo moderado do imperador, que pretendia — terminada a guerra do Paraguai — encetar quanto antes a gradual emancipação dos escravos. O marquês de S. Vicente, autor dos primeiros projetos emancipacionistas oferecidos ao Conselho de Estado, — assumiu a chefia do gabinete; retirou-se antes da abertura da sessão legislativa de 1871, por não ter o prestígio de que carecia um presidente de conselho disposto a arrancar a uma assembléa conservadora as leis que maior terror lhe causavam. Homem capaz de arcar com os preconceitos e irritações da maioria, era Paranhos (Rio Branco). Organizou ministério a 7 de Março. A 17 concedeu o parlamento licença para a viagem do imperador á Europa, ficando como regente do Imperio a princeza D.

Izabel. Rio Branco venceu a hostilidade geral e obteve a lei de 28 de Setembro de 1871, que alforriava os filhos da mulher cativa, nascidos a partir daquele dia, libertando também os escravos da nação. Inaugurava-se a jornada abolicionista; encerrar-se-ia em 1888, num lance de drama.

O gabinete Rio Branco foi o mais longo do reinado. Remodelado em 20 de Abril de 72, prolongou-se até 25 de Junho de 75.

O IMPERIO E A IGREJA

A *questão religiosa* foi o embaraço mais sério que encontrou o governo conservador. A *questão dos bispos* comprometeu a monarquia, abalou a situação dominante desde 1868, comoveu as populações e permitiu que a oposição, liberal, se reaparelhasse, com o apoio de todos os descontentes. O choque entre a maçonaria, que tinha por grão mestre o presidente do conselho, e o clero inflexível, esboçara-se no Rio em 1872, quando o bispo D. Pedro Maria de Lacerda instou para que o padre Almeida Martins, orador numa reunião maçônica que festejára a lei do "ventre livre", se desligasse dela. A maçonaria (sessão de 16 de Abril de 1872) manifestou ao padre a sua veemente solidariedade e desenvolveu, em todo o país, uma campanha sumamente energética contra a Igreja. Saíram em sua defesa dous prelados de grande intelligencia e virtudes: o bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, e o bispo de Olinda, D. fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Ambos trataram de afastar os padres da maçonaria, impedir que se celebrassem missas encomendadas pelos maçons e excluir a estes das irmandades religiosas. Atrás dos bispos, estava o papa. Respon-

dendo a uma delicada carta do ministro do imperio, João Alfredo, que lhe supplicára se detivesse na sua condemnação das atividades maçônicas, D. fr. Vital lembrou a alocação do pontifice, em 1865, que as fulminára. Debalde interveiu o internuncio, pretendendo obviar á crise; escreveu D. fr. Vital ao proprio papa, que lhe aprovou o zelo e concedeu a suspensão, por um ano, das excomunhões incorridas pelos maçons como membros das irmandades (Carta de 29 de Maio de 1873). Recorreram as irmandades para a corôa. O Conselho de Estado, atendendo a que as leis do imperio tinham sido infringidas pelo bispo, processou-o. Tanto o bispo do Pará como o de Olinda foram intimados a levantar, no prazo de 15 d'as, os interditos. Recusaram-se a acatar a decisão governamental, achando que o seu ato só podia ser revisto e alterado pelo papa. Pressos, trazidos para a Côrte, foram julgados e condenados a quatro anos de encarceramento. O povo encarou esse fato excepcional como a imolação de incorruptíveis prelados ao "regalismo" exagerado.

Ao de Rio Branco succedeu o gabinete Caxias. O imperador foi á America do Norte. O duque e a princeza regente encontraram a solução que o caso comportava: anistiarão os bispos, em 17 de Setembro de 75. Ganhára o governo a cartada e o principio da autoridade civil — de que não abria mão o imperador — subsistia integro. Mas o partido conservador saíra ferido, aos golpes da eloquencia religiosa, que por toda parte lhe vibraram os catholicos militantes e os adversarios politicos; e a monarchia — que começára por desgostar, no rumo dado ao problema servil, a aristocracia rural — perdia, irremediavelmente, o devotado aliado dos seus primeiros tempos, que era o clero brasileiro. Aquelle sábio D. Antonio de Macedo Costa iria ressurgir,

depois de proclamada a republica, como principal conselheiro da lei que separou do Estado a Igreja. "Le clergé — le haut clergé surtout — en tira prétexte pour se désintéresser du sort de la monarchie, la chute du régime lui apparaissant dès lors comme un affranchissement désirable"... — escreveu o príncipe D. Luiz (1).

1875 — 1880

Rio Branco cedeu a chefia do gabinete, em 1875, ao marechal do seu partido, Caxias. Duque, general coberto de glorias, vindo do Paraguaí como chefe verdadeiro do exercito, Caxias era então o ministro ideal para assessorar a princeza D. Izabel, regente do Imperio enquanto durasse a viagem que o imperador ia empreender aos Estados Unidos. Chamou o duque a Cotegipe para ministro de estrangeiros (na ultima fase do ministerio foi o chefe de facto), a Diogo Velho deu a pasta da justiça, a do imperio a José Bento da Cunha Figueiredo, a da marinha a Pereira Franco, a da agricultura a Tomaz Coelho.

Como o de Rio Branco, o gabinete de 75, que governou até 5 de Janeiro de 78, era compactamen-

(1) Trabalhos consultados: CRISTIANO OTONI, *Memorias, parte inédita, ms.*; *O Imperialismo e a Reforma*, Rio 1865; TAVARES DE LIRA, *Esboço historico do regimen eleitoral*, Rio 1922; BELISARIO DE SOUSA, *O Sistema eleitoral do Brasil*, Rio 1872; NABUCO, *Um Estadista do Imperio*; TAUNAY, *Reminiscencias*; RIO BRANCO, *Efemerides Brasileiras*; OTONI, *Autobiografia*; WANDERLEI PINHO, *Politica e Politicos do Imperio*, Rio 1930; VIVEIROS DE CASTRO, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*; AFONSO CELSO, *Poder Pessoal do Imperador*, 2.^a ed.; J. J. MONTE JUNIOR, *Processo e Julgamento do bispo do Pará*, Rio 1874; D. LUIZ, *Sous la croix du sud*; AGENOR DE ROUGE, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*; ALBERTO DE FARIA, *Mauá*; OLIVEIRA LIMA, *O Imperio Brasileiro*; AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 157; RUI BARBOSA, *A Queda do Imperio*.

te conservador. Cotegipe preenchia as falhas que a idade e a doença abria na atividade de Caxias; era, para os efeitos parlamentares, o presidente do Conselho. Foi e voltou o imperador sem que os negócios publicos se ressentissem da sua ausencia — graças á severa administração do ministerio.. A sua grande lei foi a de 20 de Outubro de 1875, que, melhorando o processo eleitoral, garantia a representação das minorias pelo sistema do voto em chapa incompleta. Mas a enfermidade de Caxias, o cerco que os liberais, reunindo na Camara, em 76, um núcleo de illustres representantes, fazia ao gabinete, investindo-o em '77, com todas as suas forças de opinião e de combate, o longo dominio conservador, que estava a exigir o revesamento dos partidos — encerraram em 5 de Janeiro de 1878 o decenio "reacionario". O imperador hesitou, antes de devolver aos liberais as pastas. Chamou os presidentes do Senado e da Camara. Afirmaram-lhe ambos que vencera a ideia da eleição direta, preconizada a partir de 1860, e já não havia meios de evitar o pronunciamiento da assembléa nesse sentido. Considerava-se (como em 1853), que o vicio das camaras unanimes residia no sistema eleitoral anacronico dos dous gráus, e estava na eleição d'reta, da qual se faziam campeões os oposicionistas, o remedio insubstituivel. Porém o imperador achava desde 1861, segundo Cristiano Ottoni, que semelhante reforma implicava em outra, mais grave, qual a da Constituição. Sempre procurára fugir ao extremo de consentir numa revisão constitucional, inçada de perigos e capaz de quebrar a sóbria harmonia da Carta do imperio. Forçado, entretanto, a decidir-se, confiou a Sinimbu a missão de organizar um gabinete liberal. O estadista alagoano fê-lo tão nitidamente liberal como fôra rijamente conservador o passado, com Carlos

de Carvalho na pasta do imperio, Lafaiete Pereira (signatario do manifesto republicano, que voltára ao seio dos partidos monarchicos) na da justiça, nas pastas da guerra e da fazenda dous gaúchos, Osorio e Gaspar da Silveira Martins — este o mais impetuoso tribuno do partido, que surgira na Camara em '72, aquelle “o Caxias dos Liberais”... Como fôra brusca e inesperada a mudança de '68, fôra definitiva e sensacional a de 78. Sem meias tintas, sem transições ou pallativos — a ascensão total e vitoriosa do partido que se achava em opposição importava a expulsão do outro de todas as posições e cargos demissiveis, em que se encastelara no decênio. Mas o gabinete de Sinimbú não realizou os seus objectivos doutrinaricos.

ELEIÇÃO DIRETA

Proposta ao Senado a *Constituinte constituída*, debalde o governo esperou pelo seu voto. Quatro ministros deixaram o poder pouco depois: Andrade Pinto, Silveira Martins, (que, disse Nabuco, quiz “ganhar com a saída o que perdera com a entrada”), Vila Bela e Leoncio de Carvalho. Tinham-se incompatibilizado com as idéas de Sinimbú, cujas transações, visando á redução da resistencia conservadora, contrariava os correligionarios radicais. Faleceu Osorio, em Outubro. O Senado, por fim, rejeitou o projeto da *Constituinte*. Havia o recurso da dissolução parlamentar; o imperador preferiu dar a demissão ao ministerio. Chegára a vez de Saraiva. Era o chefe do partido — o Nestor, o verdadeiro guia, com o prestigio dos seus trabalhos, da sua argucia, do seu espirito democratico, do seu senso das realidades. A 28 de Março Saraiva organizou o gabinete com Pedro Luis (Estrangeiros), Homem

de Melo (Imperio), Pelotas (Guerra), Buarque de Macedo (Agricultura), Lima Duarte (Marinha). As condições de éxito do novo ministerio liberal estavam no ardid, de considerar materia de legislação ordinaria a reforma eleitoral e alcançá-la, respeitando os preconceitos do Senado. O projeto da eleição d'reta, logo apresentado, continha duas disposições transcendentales: a grande naturalização e a elegibilidade de acatolicos e libertos. A lei, que inaugurava no Brasil o voto universal, recebeu a data de 9 de Janeiro de 1881. Saraiva vencêra.

A experiencia do voto universal produziu em todo o imperio uma sensação de reforma e regeneração, capaz de apaziguar a opposição conservadora — satisfeita — e a ansia de transformações que dividia os politicos liberais. Fôra-se a epoca das camaras unanimes, ou vagamente ameaçadas pelas “patruilhas”, de oposicionistas isolados. Dous dos ministros de Saraiva foram derrotados nas urnas, Pedro Luis e Homem de Melo. Elegeram-se 48 candidatos conservadores: mais de metade da Camara. “Imparcial e fielmente cumprida”, como dizia o imperador na fala do trono de 1882, a lei eleitoral já era considerada “a carta do sistema representativo e da liberdade religiosa no Brasil” — como lhe chamára Rui Barbosa. Apenas Saraiva — realizada a sua tarefa — resignou ao governo antes de reabrir a assembléa, a 21 de Janeiro de '82, quando Martinho Campos foi encarregado de fazer o 3.º ministerio liberal. Chamou para colaboradores jovens expoentes do partido, como Rodolfo Dantas (Imperio), Afonso Pena (Guerra), Alves de Araujo (Agricultura), Franco de Sá (Estrangeiros)... Mas á sua qualidade, de chefe da maioria parlamentar na Camara, não reunia o presidente do Conselho as de administrador ou de organizador, que distinguiam

Saraiva: talhado para os bancos da opposição, desfeito á ação calma e silenciosa do governo. veemente e desassombrado, Martinho Campos não podia conservar-se muito tempo á frente de um gabinete que se apresentára á assembléa proclamando não ter programa. Abandonou-o a 3 de Junho do mesmo ano, derrotado na Camara, — tendo realizado apenas uma grande medida — a abertura do crédito de 20 mil contos para socorro dos flagelados das secas do Ceará.

Tal incapacidade de ação, demonstrada pelos dirigentes do partido liberal, como Sinimbu e Martinho, causara de um lado o desgosto e o protesto dos correligionarios idealistas (Silveira Martins, Afonso Celso Junior, Rui Barbosa, Cesar Zama, Joaquim Nabuco), do outro, o desvio do partido conservador dos seus proprios principios, para precipitar-se á frente do adversario e consumir-lhe as reformas, defendidas e propagadas na opposição, porém abandonadas no governo. Assistiu o Brasil a essa singularidade: não sómente realizarem os conservadores as ideias dos liberaes, como se revestirem muitos destes, da intransigencia antiga e vencida dos seus contrários para obstem aos projetos que completariam a redenção dos escravos. Martinho Campos declarou-se “escravocrata da gema”.

Não concebiam os jovens liberaes que estivesse no poder um gabinete de sua côr politica e, entretanto, sem programa. Um deles, Moreira de Barros, achava que já não havia distincção entre os dous partidos, podendo trocar os nomes... Era a confusão — proclamou Inacio Martins. Diz'a-se que Martinho tinha “abandonado a bandeira da reforma para fazer a reforma da bandeira”. “O que se via em 1882 era o Governo liberal sustentado por conservadores e combatido por uma patrulha liberal...”

Realmente, Martinho foi a resistencia á abolição da escravatura, reagindo contra as impaciencias dos seus correligionarios. Favorecia a intolerancia do escravagismo e servia á politica conservadora, que tinha assim daquelle ministerio tudo o que pudera esperar de um governo amigo.

Paranaguá, que substituiu Martinho, conseguiu governar de 3 de Julho de '82 a 24 de Maio de '83. As coisas continuaram como d'antes. A' medida que a dissidencia liberal se definia, o presidente do conselho se inclinava para as bancadas conservadoras, que o poupavam. Paulino de Souza disséra ao imperador, na occasião da escolha de Paranaguá, que os conservadores não hostilizariam o gabinete que evitasse reformas precipitadas ou radicais. Queria-se a marcha lenta, refletida e prudente. Mas o ministerio caiu vitima da propria indecisão. Retiraram-se ás provincias certas rendas consideradas inconstitucionais; tratava-se de remediar a crise financeira que disto resultára, e porque, a 14 de Maio, propuzesse José Mariano novamente a questão do auxilio, tornada materia de confiança, saiu derrotado o governo por 53 votos contra 40. Martinho cairá por 63 votos contra 45. . .

O imperador, depois de consultar os chefes liberais, chamou Lafaiete. Conservou-se por um ano (até 6 de Junho de '84), enfraquecido pela cisão entre os liberais, pela sucessão de problemas absorventes, quais os prodromos da "questão militar" e a marcha da ideia abolicionista, atacado violentamente por aqueles que tinham derrubado os dous gabinetes anteriores. Sentira-se a necessidade de entregar o governo a um chefe — que proseguisse as reformas encetadas por Saraiva: e só havia dous homens nestas condições, que eram o mesmo Saraiva e o conselheiro Dantas, o baluarte eleitoral dos li-

berais na Bahia, diretor da ala dos moços intelectuais do partido, "os inglezes" (Rui, Rodolfo Dantas, Leão Veloso...) Depois de ver derrubada a moção de desconfiança que Zama propuzera, por 60 votos apenas contra 56, Lafaiete resignára ao poder. D. Pedro II renovou o convite, que no ano antecedente fizera a Saraiva, que de novo o recusou. Aceitou Dantas, disposto — em harmonia de vistas com o imperador — a dar ao problema do elemento servil a sua solução natural. "O programa... sintetizou-o num lema: não parar, não retroceder, não precipitar". Mas as eleições não lhe valeram; serviram aos escravocratas.

Tantos erros e hesitações haviam robustecido a oposição e dado ao país a impressão de que, embotadas as armas liberais, aos conservadores se ensejavam as conquistas anunciadas. Os tres ministerios liberais que se seguiram á eleição direta tinham enfrentado 48 opositoristas na Camara. As eleições de '84 aumentaram-lhes o numero para 56. Por uma maioria ocasional foi o ministerio abatido em 4 de Maio de 1885. A tempestade abolicionista desdobrava-se por todo o Imperio. Dantas recommençára, com o projeto da emancipação dos sexagenarios, apresentado por Rodolfo Dantas; era forçoso que outro liberal concluísse. A chamada dos conservadores, que parecia imposta, equivaleria ao retardamento, talvez ao sacrificio da abolição gradual, sem indenização. Saraiva não se pôde furtar a reiterado apelo da corôa; organizou o setimo ministerio liberal, a 6 de Maio. Prolongou-se até 20 de Agosto. Votada complacientemente pela Camara a lei que libertava os sexagenarios — julgou-se Saraiva isento da obrigação de conduzir, por mais tempo, o seu desunido partido pelos niveis da administração. De-

mitiu-se inesperadamente. Paranaguá não quiz succeder-lhe. Chegara a vez dos conservadores.

Cotegipe passára a ser o mais influente e respeitado dos politicos conservadores, á maneira de Saraiva entre os liberais. Provou as suas qualidades de comando num extenso governo que, entre 20 de Agosto de '85 e 10 de Março de '88, conseguiu resistir ás mais graves crises do regimen, sacudido pela propaganda republicana, pelo descontentamento do exercito, pelas intrigas ou apodos da imprensa, pelo desprestigio das instituições consequente á violencia dos debates politicos e á expansão das idéas radicais. A "questão Militar" e a "abolição" formam capitulos aparte porque se desenvolveram em ambientes proprios. Foi o gabinete Cotegipe o que melhor caracterizou a politica brasileira no segundo reinado — depois que "o poder pessoal" se diluira na fórma do "presidente de conselho como chefe do executivo", e lutava contra a indisciplina dos correligionarios uma vontade firme e lucida de chefe, desejoso de dar coesão ao partido, que se desconjuntava e rompia, na evolução inevitavel... Cotegipe governou tanto tempo porque não se deixou empolgar pela sugestão das reformas, que levariam no seu arrastão o ministerio, e mais a monarchia; o seu programa tornou-se, no fundo, uma resistencia fria e hábil ás correntes poderosas, que já tinham em 1882-4 inutilizado o partido liberal.

A questão servil dividia os conservadores, como dividira os liberais. No Senado, João Alfredo pronunciára-se pela extinção definitiva e immediata da escravidão. A impopularidade que a resistencia de Cotegipe ás reformas precipitadas acarretava para o governo, assim sacrificado á estabilidade das instituições, aumentava a resolução, que já trabalhava o animo da princesa regente, (pois o imperador,

gravemente enfermo, se ausentára do país, á procura de melhoras para a sua saúde na Europa), de não se deixar levar pela onda abolicionista, antes lhe tomar a dianteira, fazendo-se a “redentora”. Uma demonstração de indisciplinada maruía, que se deu a 6 de Março, porque a policia espcncára, ao que se dizia, o capitão-tenente reformado Leite Lobo — forneceu o pretexto á queda do gabinete e — em 10 de Março de 1888 — á sua reorganização com os conservadores anti-escravagistas, chefiados por João Alfredo, o estadista talhado para a situação. Ministerio destinado a promover uma reforma eminentemente popular que importava na vitoria dos parlamentares que tão valorosamente a preconizaram, contra todos os governos, o titular da pasta do Imperio devia ser Ferreira Viana. Antonio Prado, o mais prestigioso politico conservador de S. Paulo e um dos diretores da dissidencia do partido quanto á abolição — ficava na pasta de estrangeiros; Rodrigo Silva, na Agricultura, Tomaz Coelho, um dos raros fluminenses que apoiaram Rio Branco em 71, na Guerra, Vieira da Silva, na Marinha, completavam o gabinete. A sua razão de ser era a abolição. Concluiu-a, fulminantemente, abrindo entre festas o caminho á *lei aurea*.

O choque foi imenso. Se, de um lado, as alegrias civicas da jornada e o triunfo, que dela resultára para a princeza Izabel, compensavam a attitude admiravel dos conservadores, quebrando a sua tradição e negando os seus principios, quais os da evolução moderada — do outro, o despertar da opinião dos lavradores, após a confusão dos primeiros dias, creára para o governo problemas inquietantes. Levantaram-se em massa os senhores de engenho do norte — onde a abolição desorganizára o trabalho rural — reclamando a indenização, a que tinham di-

reito. Esbulhára-os o Estado! O desgosto dos proprietários agrícolas enfraquecia o ministério nos seus redutos eleitorais; abreviou-lhe os dias a imprensa, desabrida, estimulada pelo êxito das suas campanhas, inflamada pelos incidentes quotidianos que traduziam a excitação de todas as classes. Urgia uma política financeira extraordinária. Era forçoso tirar-se das premissas liberais a sua conclusão — com a elasticidade do crédito, a substituição do trabalhador forro pelo trabalhador europeu; com a larga imigração, um auxílio directo á agricultura e ao commercio, um programa de obras nacionaes... Uma lei, de 24 de Novembro de 88, permitiu ás sociedades anonimas, que se propuzessem fazer operações bancarias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e á vista, conversiveis em moeda corrente... Parecia a volta á pluralidade emissionista de Souza Franco; de fato, era um convite ás iniciativas, em proveito da circulação geral, que sacudisse do seu torpor o commercio, criasse as industrias, socorresse a lavoura... Entram 132 mil imigrantes em 1888.

Nos entrementes o partido liberal se agita. A proposito da "lei do ventre livre", disse Nabuco que os conservadores tinham esgotado o programa liberal. A mesma perplexidade assaltava a opposição, agora que os antigos escravagistas alforriaram os cativos. Era preciso recompôr a ideologia ou então dissolver-se. Os senadores liberais acertaram reunir na Côrte um congresso do partido. Em 23 de Novembro de '88 dirigiram circulares aos directorios provinciais. A 1 de Maio de '89 a convenção se inaugurava no Rio. Presidiu-a Dantas, depois Sinimbu. Uma ala de jovens queria a federação. Rui Barbosa, Manoel Vitorino... Os velhos entendiam que salvariam o partido — e o regimen — o voto

secreto e conciente, presidentes eleitos pelas provincias, cabendo a estas a legislação municipal, liberdade de cultos e casamento civil, redução ou extinção dos impostos de exportação, temporariedade do Senado, reforma do Conselho de Estado, garantia eficaz do direito de reunião e livre expressão do pensamento, liberdade e melhoramento do ensino. O projeto de federação apresentado por Rui Barbosa teve apenas 18 votos, entre os quais o de Dantas, que depois declarou conformar-se com a decisão da maioria — que entendera, de acordo com a opinião de Saraiva, não ser oportuna tal reforma. Os descontentes inclinaram-se para a Republica...

O ministerio João Alfredo demitiu-se, e porque a Camara fosse em grande parte conservadora, procurou o imperador substituí-lo dentro do mesmo partido. Mas debalde convidou o senador Corrêa e o visconde do Cruzeiro, que alegaram motivos pessoais para não aceitar a missão de organizar governo, e o visconde de Vieira da Silva, que confessou não encontrar companheiros para um ministerio á altura da situação. Restava apelar para a opposição. Como outr'ora se valia, em contingencias semelhantes, do marquês de Olinda, recorreu o imperador a Saraiva, o "Nestor dos Liberais" segundo Rui. Mais uma vez Saraiva recusou. Disséra a D. Pedro II que era favoravel á eleição dos presidentes e dos senadores pelas proprias provincias, reforma que a muitos parecia de extrema gravidade. Replicou o monarca, que se não oporia "á vontade da nação, expressamente manifestada". Eximiu-se, com a excusa de que a situação exigia um estadista de saúde robusta, e indcou Ouro Preto. Era o homem. Ouro Preto (Afonso Celso) fez ministerio, á 7 de ju-

nho, com o barão de Loreto na pasta do Imperio, Candido de Oliveira na Justiça, Lourenço de Albuquerque na Agricultura, dous officiais generaes nas pastas militares (o visconde de Maracajú e o barão de Ladario). Governo solido, programa largo; decisão firme, mostrando não querer ladear ou afastar as soluções, como os Gabinetes liberais, de 1878-85. A luta seria aspera — percebeu o presidente do Conselho, ao enfrentar na Camara, logo ao apresentar-se, com os seus ministros, o primeiro *viva á Republica*, dado pelo padre João Manoel. Revidou-lhe. Expoz o seu programa. Objetaram-lhe: “E’ o começo da Republica”. Retorquiu: “Não; é a inutilização da Republica”. A dissolução da Camara deu-lhe tempo para encetar uma série de reformas ruidosas: o seu programa: Regulamentou o decreto sobre bancos de emissão, autorizou o ministro da fazenda a contrair um emprestimo de 110 mil contos, concedeu ao Banco Nacional do Brasil a faculdade de emitir bilhetes ao portador, conversiveis em ouro e á vista, concedeu ao visconde de Figueiredo autorização para construir obras publicas de vulto, prosseguiu o estudo e a execução de um amplo auxilio á lavoura, que substituiria a indenização em virtude da alforria dos escravos. O governo drenára consideraveis capitais, que encorajavam todas as iniciativas economicas. Dous emprestimos externos para especial socorro á agricultura, contratados em Abril de ’88 e Setembro de ’89, ao tipo de 97 e 90, e juros de 4½ e 4%, na importancia de £ .. 6.297.000 o primeiro, de £ 19.837.000 o segundo, acrescidos do emprestimo interno de 110 mil contos, de Agosto de ’89, tipo de 90 e juro em ouro, puzeram nas mãos do governo 38 milhões de libras. O vis-

conde de Ouro Preto pretendia recolher completamente o papel moeda, substituindo-o pela circulação metálica, instituir o crédito agrícola, remodelar o regime bancário e as tarifas aduaneiras... Necessitava, porém, para as medidas principais que tinha em vista, a autorização legislativa. Surpreendeu-o a proclamação da República, antes da instalação oficial das Câmaras.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A abolição da escravatura encheu, com a verbosidade e a irrequietude dos tribunos-apostolos, duas décadas da nossa historia politica; nenhum problema publico de tal modo agitou, comoveu, abalou a sociedade, fazendo-se comum a toda a nação. Tornára-se chocante com as avançadas ideias liberaes, que são apanagio da mocidade romantica, letrada e, no fundo, revolucionaria, a instituição do cativo, com os seus aspectos deshumanos, a sua injustiça, a sua barbárie. Era o vestigio cruel da colonia, era a lembrança permanente dos tempos antigos, em que o Brasil não se distinguia dos outros dominios tropicaes lavrados pelo braço africano, e o trabalho forçado parecia, a uma “elite” de generosos espiritos, a abominação historica. Desde a Independencia essa “elite” combate discretamente a escravidão. A influencia intellectual é inglesa, e a Inglaterra jurára guerra de morte á escravidão. A partir de 1831, habituum-se os brasileiros á ideia de que, algum dia, não terão mais escravos. A colonização europeia é a esperança dos estadistas. Sentem estes que o trafico não será mais possivel, tanto que se cumpram as leis e tratados; por fim Eusebio de Queiroz, em 1850, desfecha no trafico negreiro o golpe definitivo, extinguindo-o sob penas severas.

A população negra do Brasil está condenada a minuar; bloqueada, nas *senzalas*, pelas outras raças, cujo crescimento é rápido. Em 1850 a primeira voz se ergue na Câmara, propondo a abolição. É um clamor individual. Embora reflita uma consciência coletiva, esse grito é um desabafo. A politica exterior (guerra de Rosas e guerra do Paraguai), a conciliação da politica interna (governo Paraná), a era prospera que medeou entre 1853 e 1864, impedem a agitação emancipacionista, que entretanto ensanguentava a America do Norte (1861-1864) e impressionava o mundo inteiro. A vitoria de Lincoln encoraja as associações filantropicas internacionais, que pleiteam a manumissão dos cativos. D. Pedro II recebe eloquente apelo dos abolicionistas franceses, em 1866. Em 1867 faz constar da "Fala do Trono" a primeira referencia ao problema servil, que cumpria resolver. Itaboraí julgou, depois, que esse problema era mais grave para o país que o da guerra do Paraguai. Não o temeu o imperador, apesar da resistencia dos conservadores, da timidez dos liberais e da propria indecisão dos republicanos, que formam partido em 1870 e, na convenção de Itú, de medo aos preconceitos da lavoura, se recusam a desfraldar a bandeira da pronta emancipação. Joaquim Nabuco reconheceria, "que a ação pessoal do imperador se exerceu principalmente desde 1815 até 1850 no sentido da supressão do trafico, e desde . . . 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas." "A parte que cabe ao imperador em tudo o que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial". "Apenas a escravidão não era um fato accidental, era ainda o supremo fato economico." D. Pedro II, a proposito da questão servil, soube usar daquela "force d'iner-

tie qui est le secret des grands régnes”, de que falou Balzac.

Os agricultores, não confiando nos bancos, incipientes, empregavam em escravos as suas economias: eram o capital. Nos climas quentes do norte, onde não iam imigrantes estrangeiros, os escravos eram os trabalhadores; só havia lavradores brancos no sertão e nas pequenas propriedades. O escravo era o açúcar de Pernambuco e da Bahia. O próprio Karl Marx escrevera, em 1847: “Sem escravatura, não haveria algodão, sem algodão, a industria moderna.” (1) Era a tradição rural. Era o braço — no despovoado país; o Brasil habituára-se a ele; o Brasil não parecia disposto a largá-lo. Porisso vinte anos foram necessários para a conversão dos homens. O movimento abolicionista desceu, do alto para as ruas, e também subiu, do povo para o trono. Os poetas, os jornalistas, os tribunos, arrastaram na sua tempestade verbal os políticos. A doutrinação abolicionista coincide com a guerra de secessão nos Estados Unidos; Castro Alves é o agitador. Impellido pelo imperador, escondendo-o mal, o gabinete Rio Branco, com a lei de 28 de Setembro de 1871, transige com os sentimentos delicados do seu tempo, libertando os nascituros. A pedra despenha-se. Organizações emancipacionistas formam-se em todo o país — favorecidas, sempre que houve ensejo para manifestar-se o soberano, pelo próprio D. Pedro II. Criam-se em toda parte caixas para a alforria de escravos, dilatando-se um costume antigo, qual o de premiarem os senhores com a liberdade, nas ocasiões solenes da sua existencia, os cativos que o mereciam. (30 mil libertações es-

(1) V. S. SIMKHOVITCH, *Marxisme contre Socialisme*, p. 319 Paris, 1919.

pontaneas houve entre 1872 e 76). S. Paulo torna-se um centro de grande actividade abolicionista: ai é um antigo escravo, Luiz Gama, a alma da campanha. Outro homem de *Corrientes* orienta na Côrte: é José do Patrocínio. Jeronimo Sodré abre a luta na Camara, em 1879. Na Bahia os jornais não publicam mais anuncios de leilões de escravos. Joaquim Nabuco funda, em 1880, a Sociedade contra a Escravidão. Em 1883 surge a "Confederação Abolicionista". Na provincia do Ceará todos os escravos foram alforriados em 1884. Logo, as instituições de combate á escravatura — obedecendo ao lema de Patrocínio, "a escravidão é um roubo" — promoveram a fuga, em massa, dos negros das fazendas, o ocultamento deles em numerosos asilos, mesmo a sua remessa para o Ceará, transtornando, por meio de um methodico trabalho secreto, a vida dos centros escravagistas. A reacção destes esteve á altura da aggressão. O partido conservador resolveu tudo opôr á perigosa desorganização da lavoura, e a autoridade publica saíu-lhe em auxilio. Era "a ruína deste vasto Imperio", disséra Silveira Martins, que se proclamava "mais amigo do Brasil que do negro" (1). O proprio Martim Francisco reconhecia que, sem indenização, a abolição seria a depredação, e para a indenização se faria mister de mais de um milhão de contos. Nabuco argue a ilegitimidade do cativeiro dos escravos introduzidos no Brasil depois de 1831, quando o trafico fôra legalmente extinto. Rui Barbosa, os demais corifeus do abolicionismo, apoiam-se a essa tese juridica e o governo não a despreza: os ministerios Dantas e Saraiva pro-

(1) Jefferson Davis tivera frase analogá: "The interesse of Mississipi, not of the African..." Vd. nos Estados Unidos, *American Civilization and the Negro*, C. V. Roman, p. 161, Philadelphia 1927.

põem-se libertar os escravos sexagenários, mas o partido liberal se divide, não contam com uma maioria certa e abandonam aos conservadores a glória das leis que extinguiram no país o elemento servil. A 28 de Setembro de 1885 (ministerio Cotegipe) foi decretada a alforria dos escravos que atingissem a idade de 60 anos. A questão militar, em 1886-7, apressou a derrocada do edificio escravagista, com a formal recusa, pelos officiaes do exercito, de perseguir os negros aquilombados nas encostas do Cubatão. Os officiaes do exercito, seguindo o exemplo de Sena Madureira, declaravam-se abolicionistas e propagavam a sua ideia. A força armada negava-se a garantir o direito de propriedade do senhor. Cerca de 10 mil escravos fugiram das fazendas paulistas para as matas de Santos. Um navio de guerra foi destacado para aquele porto, um batalhão de Linha seguiu para Campinas — mas os pretos fugidos não voltaram á gléba. Nem podia o governo, enfraquecido pelos sintomas de indisciplina e contrariedade da tropa, pela exploração jornalística dos acontecimentos e pelos incidentes policiaes, que se succederam, acudir aos fazendeiros. A familia Prado, numerosa, libertára de vez todos os seus escravos. Os senhores mais perspicazes antecipavam-se á crise, desfazendo-se sem demora dos seus escravos. De fato, em quatro anos o numero deles fôra reduzido de 400 mil; em cinco anos mais, não haveria cativos no Brasil (1). A anarquia das fazendas complicava-se com a anarquia das cidades. No Rio de Janeiro, a libertação começou a ser feita de bairro em bairro, e a propaganda era violenta, intoleran-

(1) TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 170, Rio 1913; O DUQUE ESTRADA, *A Abolição*, p. 260, Rio 1918; V. LICINIO CARDOSO, *A Margem da Historia da Republica*, p. 321, Rio 1924.

te, quasi truculenta. Os abolicionistas empolgavam e dirigiam o povo; não havia deter-lhes a marcha inevitavel. Debalde foram prohibidos os cômicos populares (8 de Agosto de 1886). Os socios do Club Militar pediram á princesa regente — D. Pedro II fôra á Europa em busca de melhora para a sua saude — não fossem officiaes e soldados “encarregados da captura dos pobres negros que fugiam á escravidão”. A princesa mostrava-se francamente favoravel aos abolicionistas e resolvida a apressar-lhes a tarefa. O seu coração de mulher falava mais alto que o seu tino politico: naquela corrente de sentimentos estava, afinal, a afetividade brasileira. Não mandára dispersar o quilombo do Leblon e dava aos seus protectores a impressão de os ajudar. D. Izabel arriscava a corôa (e o lembrou Cotegipe, cujo ministerio caiu por não querer assumir a responsabilidade da abolição immediata e sem indenização), mas era tarde para qualquer recuo. Depois o imperador, ao ter conhecimento na Europa da lei de 13 de Maio, confessaria que, se estivera presente, as coisas não se fariam assim: porque foi o repentino empobrecimento de toda uma casta (principalmente dos proprietarios do norte, cuja situação financeira não lhes permitia renovar os sistemas de trabalho, e que afinal tinham na escravatura o seu patrimonio) e a confusão economica. O turbilhão das ruas venceu incruentamente. Foi uma festa no Brasil o que fôra uma tremenda guerra nos Estados Unidos — reconhecia o ministro americano, deslumbrado pela apoteose da Abolição. O gabinete João Alfredo, conservador, que substituiu a Cotegipe, tinha a missão de eliminar o cativo em terras do Imperio. O partido conservador renegava as suas tradições, deixando-se arrastar pela onda da opinião publica da Côrte; João Alfredo, representante da ala

moça e avançada da velha facção, era também abolicionista, como Antonio Prado, como Rodrigo Silva. Aceitou a chefia do ministerio, com o proposito de encerrar o drama, de um golpe. A monarchia transigia sempre. Transigira, no gabinete anterior, com os militares (Deodoro e Pelotas), na questão destes; transigia com o alvoroço popular, abandonando a rotina e os ultimos protestos da agricultura fluminense. João Alfredo assumiu o governo, em 10 de Março de 1888. A 8 de Maio Rodrigo Silva, ministro da agricultura, apresentou á Camara o decreto, constante de um unico artigo, que declarava abolida a escravidão. Travaram-se nas duas casas do parlamento os ultimos debates. As galerias apupavam os opposicionistas, glorificavam os defensores da extraordinaria medida. A coação do povo abreviava as discussões, mas dava ao projeto, em transitio, o carater de uma revolução. Poucos têm animo sufficiente para se lhe opôr — pois ao povo se unira a monarchia, e a princesa-regente, cheia de entusiasmo, descera de Petropolis para assinar sem mais demora, para assinar solenemente a lei principal do seu reinado. Andrade Figueira, na Camara, Paulino de Souza no Senado, foram os abencerragens do partido conservador fieis ao escravagismo. Paulino fechou o ciclo á polemica com um dos mais elegantes e nobres discursos que ainda se ouviram no parlamento nacional. Era inutil insistir. O projeto estava irresistivelmente vitorioso. Na Camara apenas 12 deputados o tinham reprovado. O presidente do Senado mostrava ansiedade em vê-lo também aprovado. Sómente cinco senadores se lhe opõem. As galerias fremiam, entre ameaçadoras e delirantes, vibrando das emoções que transformavam naquele dia o Rio numa cidade desvairada; Paulino disse gravemente: “E’ sabido, e todas as fo-

lhas que li esta manhã dão notícia, que Sua Alteza Sereníssima a Princesa-Imperial Regente desceu de Petropolis e a uma hora estará no Paço da Cidade á espera da deputação desta Casa afim de sancionar e immediatamente promulgar a lei que V. Ex. acaba de submeter á deliberação do Senado. Quanto me permitiram as circunstancias, cumpri meu dever como senador. Agora vou cumprir meu dever de cavalheiro, não fazendo esperar uma senhora de tão alta jerarquia”.

Aprovado, o projeto foi, por uma comissão de deputados e senadores, entregue ás 3 horas á princesa, que o subscreveu com a caneta de pedrarias que os abolicionistas lhe ofereceram. Nabuco, de uma sacada, comunica ao povo a redenção dos escravos. Patrocínio lança-se de joelhos e beija as mãos a D. Izabel: é a “Redentora”. As ruas enchem-se de multidão que, aos brados, numa inexprimível alegria, proclama o fim da escravidão. D. Izabel, ao organizar João Alfredo o ministério da abolição, dissera a Cotegipe: “Então, ganhei ou não?...” Respondera-lhe, profeticamente, o ex-presidente do Conselho: “Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trono”.

A 13 de Maio de 1888 encerrava-se a crise do elemento servil; abria-se a crise das instituições politicas.

O EPILOGO DA MONARQUIA

O fenomeno politico, que foi a proclamação da Republica, derivou dos dous grandes problemas que subverteram a ordem interna no penultimo decenio do seculo: a abolição da escravatura e a “questão militar”.

A derrocada da antiga economia, fundada sobre a escravidão, tirára á monarquia o apoio da grande propriedade (1). A nobreza territorial, que ella creára, as municipalidades, governadas pelos proprietarios agricolas, a lavoura, sentiram que uma nova ordem de coisas desviára o país do seu ritmo tradicional. A' crise economica, determinada, nas regiões agricolas, pela alforria dos cativos, se seguira um movimento de inquietação politica, que sobretudo tornára oportuna e fecunda a propaganda republicana. Os conservadores, cindidos a proposito da abolição, desgostosos com a corôa, em consequencia da ascensão do partido liberal e da não indenização dos senhores de escravos, como queria Cotegipe, vencidos nas eleições de 1889, sob o ministerio Ouro Preto — facilmente se submeteram á influencia das ideias novas (2). Foi entre os liberais que a monarquia en-

(1) CALOGERAS, *Formação Historica do Brasil*, p. 385.

(2) COELHO RODRIGUES, *A Republica na America do Sul*, p. 3, Suissa 1906.

controu, nos ultimos momentos, as dedicações mais intransigentes. A “questão militar” apressou-lhe o fim.

A QUESTÃO MILITAR

Desenvolveu-se o conflito entre os militares e o governo num ambiente filosofico proprio, que era a Escola Militar. Explorava as indisposições pessoais entre figuras eminentes da classe e os ministerios. As suas causas eram morais e as suas razões transcendententes. O exercito incompatibilizou-se menos com o trono do que com o estado social do Brasil, profundamente civilista, com a sua maquina burocratica, a sua rotina agraria, os seus vicios eleitoraes. Ele sentia a falta de uma “ditadura militar”, como em 1887 escreveu o general Floriano Peixoto (1). De alguma coisa semelhante a uma republica, forte e leiga, como a França de Gambetta e Ferry. O positivismo, depois de 1876, dominára as patentes inferiores; a descrença avassalára as patentes mais altas; de fato, a indisciplina entrava os quarteis, com a “politica”, para de lá sair com a “revolução”. Datava do ano de '70. Voltando do Paraguai, trouxera o exercito o idealismo exaltado dos povos vizinhos, cuja vida publica oscilára aos sopros demagogicos. Facilmente se inclinaram para as soluções radicais e anti-dinasticas, os militares retirados das emoções da guerra, onde tão rapidamente as promoções se sucediam, para o ambiente glacial das guarnições provinciais, num longo periodo de paz, que lhes fechava a carreira, matando o estimulo. Tinhamos um imperador que — ao contrario de D. Pedro I — manifestava

(1) OLIVEIRA VIANA, *A Queda do Imperio*, Contribuições para a biografia de D. Pedro II, p. 345.

pela administração civil, pelas ciencias e letras, o cuidado que nas outras monarquias os principes dispensam aos seus regimentos. As instituições, depois de 1870, tornaram-se ainda mais civilistas, desde que ficavam resolvidos os nossos problemas de fronteiras, abatidos os inimigos naturais do Imperio, consolidado o equilibrio continental. Varios politicos ousavam preconizar a dissolução da força de linha. Era custosa e difficil de contentar. A marinha, esta continuava a receber do governo uma proteção especial. O imperador fardava-se sempre de almirante, raramente de marechal. O governo mandava comprar á Inglaterra couraçados, como só os tinham as grandes nações. Conservava-se o Imperio a quinta ou sexta potencia naval do mundo... Mas o exercito — queixavam-se os militares — decaía, arrostava a desconfiança dos partidos, desmembrava-se... Num tempo foram dous irreductiveis inimigos “da espada” — o chefe da opposição, Zacarias, e o da situação, Cotegipe — este a adivinhar Deodoro, aquele a lembrar Caxias.

OS MILITARES E O GOVERNO

Os partidos não queriam mal ás forças armadas. Antes, ardilosamente, procuraram por vezes associar aos seus destinos as patentes mais prestigiosas, continuando a pratica, que vinha das primeiras revoluções nacionais, de explorarem os politicos no proveito proprio as espadas, geralmente propensas a essa aliança; apenas as queriam submissas e passivas. Não se considerára vedada á classe militar a profissão politica. Sempre no Brasil, assim no primeiro reinado, principalmente na regencia e, por todo o segundo reinado, os officiais superiores, que se acostavam a um grupo partidario, ou pertenciam a uma familia

política, exerceram paralelamente as funções da sua patente e mais as da sua opinião — havendo mesmo cargos militares reputados de particular importância eleitoral. O de comandante da fronteira, no Rio Grande do Sul, era um daqueles cargos. Desempenhou-o Bento Gonçalves da Silva, sustentando os liberais, quando o regente Francisco de Lima e Silva lhe pedia que não votasse em Araujo Lima... Mais tarde foi Osorio o comandante, substituído por José Luiz de Mena Barreto, ao subirem os conservadores... Estes tinham um grande correligionario militar: Caxias. Porto Alegre e Pelotas eram outros generais-políticos do Rio Grande. Mas o Caxias dos liberais era o marquês de Herval; a quem o mesmo Caxias, em 1845, recomendára no Rio Grande uma chapa em que predominavam officia's do exercito, porém, em 1863, dizia, numa despedida cordial: "O homem de S. Cristovão manda-lhe perguntar se não é possível que Você deixe de ser tão político?" "Não", respondera o futuro herói de Tuiuti (1).

O partido conservador governára duas vezes com Caxias na presidência do Conselho, em 1862 e 1875. Por essas ocasiões a coesão e a disciplina do exercito foram irrepreensíveis, apesar de, já então, mostrar Cotegipe o pressentimento de que alguma revolução viria (2). Voltando os liberais ao poder em 1878, chamaram Osorio. Entrou triunfalmente na Côrte. Porém faleceu em 6 de Outubro de 1879. Saraiva deu a pasta da guerra a Pelotas (que recusára ser ministro com S. Vicente); mas no ano seguinte o illustre general deixava o gabinete, substituído por Frankl'n Dorea. Os ministerios seguintes, de 3 de Julho, de 24 de

(1) FERNANDO OSORIO, *Historia do General Osorio*, I, 711, Rio 1894.

(2) CONSTANCIO ALVES, *Figuras*, p. 169, Rio 1921.

Maio, de 6 de Junho, de 6 de Maio. libera's, e os de 20 de Agosto e 10 de Marco. conservadores, não cuidaram de confiar a militares as pastas militares. Embora ambos os partidos não esquecessem os "seus" generais, de um lado Pelotas e Floriano Peixoto, do outro Deodoro da Fonseca, como que o governo os desprezava, preferindo dar-lhes ordens por intermedio de ministros que não conheciam os assuntos da milicia, não lhe sabiam a psicologia nem podiam inspirar á classe o devido respeito.

O EXERCITO DELIBERANTE

Formaram-se, nesse ambiente irritado, os "casos" de que se compõe a "questão militar". Permittiam-se alguns officiaes discutir pela imprensa fatos da admistração do exercito, em resposta a discursos parlamentares. Os debates azedavam-se. Replicavam os deputados visados, acusando de infratores dos regulamentos aos antagonistas, que lhes respondiam com a "honra militar", dizendo-a atingida por "insultos" e "insolencias" dos politicos. Os ministros da guerra não podiam fechar os olhos á indisciplina, existente; baixavam portarias, censurando os officiaes polemistas. Então a estes levavam uma adesão vibrante os companheiros de farda, guarnições inteiras pronunciavam-se em favor do colega punido, defendendo a tese de que o official, fóra do quartel, era tambem cidadão; e os ministros, para obviar aos males de um conflito, resignavam ás pastas. Saíam "arranhados"; e a "questão militar" continuava... Sucedeu assim com Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro do R'io Grande, que, em 1886, revídara a uma critica que lhe fizera o ex-ministro da guerra senador Franco de Sá, a proposito das suas

atividades abolicionistas. Requereu Sena um conselho de guerra, que lhe foi negado; e o ministro o censurou. Pareceu á guarnição do Rio Grande que o governo tomava partido, por um senador, contra um militar. O comandante das armas, general Deodoro da Fonseca, não sómente prestigiou com o seu assentimento, como deu á reunião da officialidade a sua presença e — porque Cotegipe, presidente do Conselho e seu amigo, lho estranhasse — explicava: “Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e Simplicios, cujas imunidades não os autorizam a dirigir insultos, nem os isentam da precisa e conveniente resposta”. Eram perto de duzentos os officiaes protestantes, que se juntaram em sessão no Teatro Recreio Dramatico, presididos por Deodoro: resolveram apelar directamente para o chefe da nação, confiando a Deodoro a missão de representá-los no pedido que iam fazer, para serem cassados os “avisos inconstitucionais”, “justamente condenados pela imperial resolução de 3 de Novembro...” Cotegipe, que declarou não permitir o “exercito deliberante”, demitiu Deodoro (5 de Dezembro); mas o Senado aprovou a moção de Silveira Martins que anulava os efeitos das penas disciplinares...

A CRISE

Pelotas ameaçava da tribuna do Senado e Deodoro ameaçava da sua casa no Rio de Janeiro, onde tinha a mesa atulhada de telegramas de solidariedade dos companheiros de armas. A propaganda republicana apossava-se dos militares desgostosos. A Escola Militar era um dos centros da irradiação republicana, graças aos professores, francamente ad-

versarios das instituições, como Benjamin Constant. Os liberais, durante os dous gabinetes conservadores (Cotegipe e João Alfredo), lançavam á fogueira todas as achas da intriga, que a imprensa de combate carregava na exploração diaria dos incidentes policiaes, de casos como o da jubilação do professor da Escola Militar Moreira Pinto, que teria melindrado uma vez o conde d'Eu, dos conflitos como o que resultou da prisão de Leite Lobo, official de marinha reformado, no Rio, e do desentendimento entre o 17.º batalhão, de S. Paulo, e o chefe de policia da provincia...

A abolição agravára o mal-estar reinante. Os cadetes da Escola Militar de Porto Alegre e os do Rio de Janeiro tomaram atitudes sediciosas. O Club Militar (Deodoro e Benjamin) manifestára á princeza, em 1887, o seu voto, por que os militares não fossem mais incumbidos da prisão de escravos fugidos. Por fim, sob o ultimo gabinete da monarchia, succedeu o inevitavel.

Benjamin Constant tornava cada vez mais eloquente a sua doutrinação dos principios democraticos. Em face do ministro da guerra, interino, cons. Candido de Oliveira, e de officiaes da marinha chilenos, pronunciou um discurso em que atacava o governo e exaltava o exercito. Retirou-se o ministro. O presidente do Conselho, Ouro Preto, achou que o ministro devera ter prendido o professor. Demitiu o diretor da Escola, general Miranda Reis. Debalde D. Pedro II, a quem Benjamin Constant agradava, pela pureza do carater e inflexibilidade das opiniões, tanto que o fizera professor dos principes seus netos, aconselhava Ouro Preto a não castigar o official republicano. Inamolgavel, encarnando a autoridade, que se não curva, o presidente do Conselho reputava-se fadado a restabelecer a ordem na mo-

narquia. O gabinete anterior resolvera a seu modo a "questão militar". Porque a Bolívia e o Perú estivessem em estado de guerra, mandára Deodoro para Mato Grosso com uma força, a observar. Venciam soldos de guerra e — ficavam por algum tempo longe da capital do Imperio. Deodoro voltára. Ouro Preto, que não foi procurado por ele, também não o visitou. O classe armada unia-se mais. O ministério removera para o Amazonas o 22.º batalhão. Fôra a conselho de Floriano, que era o general da confiança de Ouro Preto, o novo Caxias dos liberais. Mas os boatos de uma transferencia geral de corpos, de vinganças contra os officiaes desafetos do gabinete, até da substituição da força de linha pela guarda nacional —correram entre a tropa, trabalhando-lhe os animos. Lavrou a conspiração. Havia necessidade de derrubar-se o energico ministério que, além de profundas reformas administrativas e financeiras, se propuha reduzir o exercito á sua disciplina primitiva. Os republicanos, os liberais dissidentes, que não perdoavam a Ouro Preto a sua repugnancia pelo federalismo, os conservadores desiludidos, encontraram na mocidade das armas o braço, capaz de desfechar o golpe, que abateria Ouro Preto e o regimen. Era á vespera da revolução, que fez a Republica.

OS PARTIDOS E A MONARQUIA

A decadencia dos partidos na monarchia provinha da sua propria evolução.

Eles rompiam os seus quadros ideologicos, satisfeitas as aspirações iniciais; procuravam acompanhar a flutuação das opiniões; adaptavam-se. Não souberam ser fiéis aos seus programas, pelo hábito, que adquiriram, de usurpar o programa alheio: é

uma das características do personalismo na política do segundo reinado. Conservadores e liberais deviam seguir caminhos paralelos, e no entanto se encontraram muitas vezes, confundiram as suas trajetórias, passaram para a esquerda os primeiros e para a direita os demais, e não raro sucedia que o conservador mais irredutível era o liberal, e o mais avançado reformista o conservador. De fato, os programas políticos — afóra os planos de ação, elaborados pelos jornalistas dos partidos e que se não executavam — dividiam-se em programas de governo (colaborando diretamente neles o imperador, por isso “mínimos”) e de oposição, elasticos, audazes e adiantados. Entendia-se de começo que era liberal quem queria a evolução rápida e aceitava todas as sugestões do progresso estrangeiro, isto é, do liberalismo romântico: e era conservador quem condicionava aquela evolução aos “ambientes”, por que não prejudicasse á ordem pública, nem á lavoura, nem ao equilíbrio existente. Entretanto todas as leis abolicionistas foram feitas por situações conservadoras, que arrostavam á oposição ocasional dos liberais; e acontecimentos internacionais como a guerra do Paraguai não puderam ser evitados por governos liberais, anti-militaristas (gabinetes Furtaido e Zacarias), infensos, por tradição, á gloria da d.nastia. Acontecia, igualmente, que os partidos classicos (liberais e conservadores) obedeciam raramente a um unico chefe, como Paraná em 1853, ou Saraiva em 1880, e havia, dentro neles, correntes ou alas, sub-facções a que o trono recorria, para substituir os ministerios sem sair da mesma côr politica. Eram as “dissidencias”, encabeçadas por estadistas de vulto, ou os “grupos”, que promoviam os accidentais entendimentos e as fusões com o partido adversario em determinadas crises. As alas guardavam

os flancos partidarios e, vanguardas ás vezes perdidas em arriscados "reconhecimentos", deixavam-se aprisionar pelo inimigo... Durante a discussão das leis abolicionistas, cindiu-se o partido conservador, como se cindira o liberal.

Já o visconde de Albuquerque dissêra, como Disraeli a proposito dos partidos na Inglaterra: "Não ha coisa mais parecida com um *luzia* do que um saquarema". Mais intransigente do que Cotegipe, foi Martinho Campos. Rio Branco comandou a divisão avançada do seu partido, contra Itaboraá, como João Alfredo havia de comandá-la, contra Cotegipe. Saraiva era mais moderado liberal do que Dantas, e Ouro Preto mais moderado do que Saraiva. Este conseguiu a lei da eleição directa, que não obtivera o governo do seu correligionario Sinimbu. Os exagerados e os prudentes ombreavam-se sob a bandeira do mesmo partido, formando-lhe os extremos. Conservador era Ferreira Viana, cuja eloquencia tinha semelhanças flagrantes com a do exaltado Silveira Martins. José de Alencar era conservador, mesmo na sua inimizade com o trôno; Taunay era conservador e sustentava idéas revolucionarias, como Nabuco se mantinha liberal, apoiando o gabinete João Alfredo em '88. Afonso Celso Junior era liberal e propenso aos republicanos, como Rui Barbosa; republicanos, porém, se faziam liberaismonarquicos, como Lafaiete, ou monarquicos-conservadores como Inhomirim... Em geral, os politicos marchavam e contra-marchavam, na direcção contrária, trocando as posições, como convencidos de que a verdade estivesse sempre do lado opôsto; só não condescendiam "no terreno politico e administrativo em relação ao adversario" (1). Passam de

(1) VISCONDE DE TAUNAY, *Homens e coisas do Imperio*.

liberais a conservadores, Vasconcelos, Abaeté, Torres Homem, Paranhos, Wanderlei, Junqueira... No sentido inverso *evoluem* Olinda, Saraiva, Nabuco de Araujo, Ferraz, Paes Barreto... Facilitara esse movimento a "conciliação", que os conservadores consideraram o seu sacrificio. As outras *questões* do reinado — a eleitoral, a da Escravidão, a religiosa, a militar — apagaram ainda mais os limites entre os partidos, para aumentar o arbitrio dos homens politicos e libertá-los da disciplina partidaria.

A decadencia dos partidos monarchicos assume esse aspecto; por isso Ouro Preto, no ultimo ministerio do regimen, apelava para todos os monarchistas, afim de consumir a união, em proveito das instituições ameaçadas. Preconizava a segunda "conciliação", (chegando a convidar para ministro Taunay, conservador) (1), que, se não caísse a monarchia, em 1889, produziria um grande partido de liberais-conservadores, a opôr-se ao terceiro, que surgia acrecido dos descontentes conservadores e dos liberais federalistas (a "esquerda" e a "direita" dos dous partidos tradicionais), o "republicano".

O PARTIDO REPUBLICANO

A idéa republicana sempre existiu no Brasil. Antes da Independencia, quando não se julgava que esta seria feita por um principe; depois da Independencia, por hostilidade áquele principe; durante a regencia, pelo temor do velho absolutismo; no começo do segundo reinado, por opposição á mentalidade conservadora; depois, no decurso da vida monarchica — a idéa republicana surgira, retrai-

(1) TAUNAY. *Horas e celsas do Imperio*, p. 27.

ra-se, reaparecêra, espalhára-se; ora vagamente representada por um idealismo comum e romantico, fórma que a revestia nas academias de direito, ora vivaz e combativa, nas explosões revolucionarias do seculo. O Imperio era a exceção americana. Cercavam-no as republicas, das quais ele se fizera o contraste. O proprio Imperio mais não foi, a partir de 1835, quando acabou o regimen dos morgados, e depois das campanhas parlamentares da abolição, da eleição directa, da federação das provincias, da temporariedade do Senado — de que uma democracia com o seu rotulo monarchico. D. Pedro II era o emblema da monarchia; substituido o imperador por um presidente eletivo e extinta a vitaliciedade da Camara Alta, seria a Republica. Dai a serenidade com que a esperaram os estadistas do Imperio, tambem a bonança que lhe cercou o advento. A imprensa conservára o sentimento das folhas exaltadas do periodo regencial; a linguagem demagogica agradava ao publico; e jornais republicanos, veementes como o *Guaicuru*, da Bahia, logicos como o *Diario de Noticias*, do Rio, que foi o orgão da dissidencia liberal em 1889, concorriam para lembrar a fatalidade politica do continente. Já em 1850 — cinco anos depois de pacificada a provincia do Rio Grande e morta a republica de Piratini, dous anos depois de dissolvida a "Praia" e abafada a inquietação pernambucana — o *Guaicuru* se dizia orgão do "generoso e honrado partido republicano", que queria "a republica, não unitaria, compacta e indivisivel, como a quizeram outr'ora, e hoje ainda a querem os franceses... mas como a illustrada e feliz União Norte Americana, fundada na robustissima base dos tres elementos organicos sabiamente combinados, o democratico, o representativo e o federal" (*Guaicuru*, 8 de Outubro de 1850).

A idéa democratica — contida no decênio de 1850-60, que foi o do maior esplendor da monarchia, vitoriosas as suas armas no estrangeiro, estabelecida no interior a paz politica, entregue o país a uma febre de industrias e melhoramentos, que lhe revolucionára a economia — desceu de novo á praça publica em 1860. A “Circular aos eleitores”, de Teofilo Otoni, lembrava a “Carta aos eleitores mineiros”, de Bernardo de Vasconcelos. O Rio de Janeiro elegeu os tres liberais extremados, Otoni, Francisco Otaviano e Saldanha Maranhão, cujos arremessos democraticos se atenuariam pelo tempo além, conquistados os dous primeiros definitivamente pelos partidos moderados, porém cujas idéas fructificariam, até á explosão demagogica de 1862. Deu-lhe motivo a inauguração, no Rocio, da estatua equestre de D. Pedro I. Tardára aquella homenagem ao fundador do Imperio; mas a prestou a politica com a maxima pompa, despertando dest’arte, irritadas, todas as velhas diatribes nacionalistas que tinham, trinta anos antes, expulso do Brasil o primeiro imperador: numerosos panfletos circularam, poetas moços cantaram a gloria de Tiradentes, em opposição á Pedro I, Otoni saiu a campo, qualificando o monumento de “mentira de bronze”... Nesse ambiente de exaltação politica, gerado das zonas do pensamento onde repercutiam os fatos internacionais, como a luta entre o liberalismo e o imperialismo em França, a guerra civil da America do Norte, a evolução inglesa para a democracia, a unificação italiana — um pretexto bastaria para que tomasse vulto, e cristalizasse em partido, o grupo, ainda errante e indisciplinado, de republicanos. Foi o pretexto a derrubada intempestiva do governo de Zacarias, em 1868, com a ascensão dos conservadores no meio de uma Camara quasi total-

mente liberal. Nas dobras dessa tempestade o partido republicano nasceu. Derivou do manifesto liberal radical de 1868. Americo Brasiliense declara que foi a grande maioria dos radicais, exacerbados pelo "passe de magica" do Moderador, que aceitou a Republica em Novembro de 1870. O manifesto de 3 de Dezembro — que lhe deu as razões sociais — proclamou a necessidade da Republica: seria a volta do Brasil ao americanismo, seria a federação, seria a igualdade, a soberania do povo afinal. O partido incipiente não enfrentava o problema da abolição; considerava-o uma questão dos partidos monarchicos; a sua attitude era antes de "observação" do presente, para a "colheita" do futuro; era o partido da evolução. "O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição", diria Nabuco.

A provincia de S. Paulo, porém, deu á nova facção os seus primeiros elementos de exito. Depois de 1870, e em consequencia do aumento das correntes imigratorias, S. Paulo passára a caracterizar o seu progresso pelo industrialismo, numa multiplicação de iniciativas que já fazia prevêr o "emporion" do seculo XX.

Abre-se ali, mais rudemente do que nas outras provincias, o conflito entre a lavoura escravagista, cujo nucleo central era Campinas, e a moderna industria. Estabelece-se a "mentalidade das inovações", isto é, a "condição economica" para um novo regimen. Queixam-se os deputados paulistas, como Martim Francisco, em 1881, de que o governo imperial não atendia ás exigencias do desenvolvimento economico da sua provincia. As classes conservadoras sentem-se atadas pelo retraimento de credito, pela escassez do meio circulante, pela progressiva demolição da barreira alfandegaria de proteção á in-

dustry nacional, em satisfação da lavoura, que fazia os ministerios e preponderava absolutamente — e foi nessa corrente de protestos que navegou a ideia republicana.

S. Paulo pod'a ser a mais republicana das provincias do Imperio, porque era a mais distanciada das forças tradicionais da opinião: o trabalho, a grande emigração, o dominio da maquina, a resistencia da agricultura ás leis abolicionistas, a riqueza crescente, reclamando uma politica adequada e paulista, desenharam ali uma fisionomia diversa. Aparece o Partido Republicano Paulista em 1870. Em '73, reúne-se a convenção republicana de Itú. De então até 1889, o partido cresce, engrossando com as deserções dos conservadores monarchicos, que não perdôam á monarchia a abolição. Os tres primeiros deputados republicanos que tomaram assento na Camara do Imperio foram Campos Sales e Prudente de Moraes, por S. Paulo, e Alvaro Botelho, por Minas (1885). Por isso, ao proclamar-se a Republica, acharam as novas instituições em S. Paulo uma base civil de sustentação — preparada pelos politicos da propaganda, que foram os estadistas revelados pela queda do trono: Glicerio, Prudente de Moraes, Campos Sales, Bernardino de Campos...

No Rio Grande do Sul o idealismo republicano que continuára a queimar, nas cinzas da revolução "farroupilha", durante o segundo reinado, assume uma feição organizada em 1884. Era a provincia radicalmente liberal, que podia eleger uma bancada inteira de opposição, com Silveira Martins, assimilar os conservadores, diluindo-lhes a corrente numa unanimidade liberal, e deixar-se influenciar de tal sorte pela doutrinação positivista, que o pugilo de moços que fizeram "A Federação", em '84, viveriam e morreriam fieis ao credo da sua juventude. Forja-se

nesse ambiente filosofico a mais grave das quatro questões militares, que foi a de Sena Madureira — Deodoro — Pelotas, chamada pelo barão de Cote-gipe do “exercito deliberante”. Como S. Paulo, o Rio Grande era terra de imigração estrangeira; porém, mais que a outra provincia, abria-se esta a todas as influencias do Prata. Dev'am lá soprar, mais fortes, os ventos democraticos; á tradição republicana, dos “farrapos”, se juntava a sugestão republicana, dos vizinhos... Havia, em 1888, 56 clubs republicanos em Minas Gerais, 48 em S. Paulo, 32 no Rio Grande do Sul; eram as provincias mais predispostas á transformação politica, que se anunciava. No norte esse movimento foi bem mais moderado. Se a provincia do Rio, onde, como escreveu Nabuco, os conservadores educados por Paulino, Eusebio e Andrade Figueira, se passaram em massa para as fileiras republicanas, em virtude da abolição — tinha os seus 30 clubs de propaganda contra a monarchia, em Pernambuco havia 6, no Pará 5, 3 na Bahia, no Ceará dous, um em Alagôas...

Mas não foi a opinião civil que fez a Republica em 1889. Não tinha ainda forças para tanto. (1) Vejamos como a proclamaram as classes armadas.

(1) Vd. EVARISTO DE MORAES, *Da Monarchia para a Republica*, p. 75, Rio, 1936.

A PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA — O 3.^o
 REINADO — SILVEIRA MARTINS — A
 CONSPIRAÇÃO E DEODORO — ADESÃO
 DOS POLITICOS — VESPERAS DO
 GOLPE — 15 DE NOVEMBRO —
 FIM DO IMPERIO

A VIZINHAVA-SE o terceiro reinado. O imperador voltára da Europa restabelecido da enfermidade que extremamente o debilitára, a ponto de girar a politica, certo tempo, á roda da sucessão dinástica. Mas a saude de D. Pedro II continuava a inspirar cuidados. Os adversarios do governo acusavam-no de amolecimento cerebral — porque Sua majestade aumentava, com o retraimento cada vez maior do Moderador, a autoridade do presidente do Conselho. Dizia-se que vivia governado pelo cortezanismo, enxameante em torno da princesa e do conde d'Eu, o "Francês". A impopularidade deste crescia, á medida que a propaganda republicana avultava, chamando freneticamente a atenção do país para as perspectivas do 3.^o reinado, com o Orléans, representante de uma Casa banida da sua propria terra, ramo de um tronco que os jornais extremistas de França (a epoca era de Gambetta)

apresentavam com os seus seculos de carcoma... A imprensa republicana ("O Paiz", de Quintino, o "Correio do Povo" de Sampaio Ferraz, o "Diario de Noticias", de Rui), mostrava na pessôa do antigo general em chefe do exercito brasileiro no Paraguai um reacionario intolerante, a imagem da velha monarchia que a Revolução expulsára da Europa. Não se via, no 3.º reinado, a figura da princesa Izabel, prediposta áquela "ditadura do povo", sacrificando-lhe a corôa, porém o "francês", o consorte, o possivel ditador ultramontano. O conde d'Eu não lograva fugir ao circulo de ferro da campanha jornalística. Debalde os seus modos burgueses, a sua larga bondade, a sua discrição e o respeito que votava ao governo, de modo a disfarçar quanto possivel a influencia que poderia exercer, durante os tres periodos regenciais da esposa — desmentiam as assacadilhas e os boatos. Viajou pelo Imperio, como para reconciliar-se com as populações — e ouviu, em toda parte, écos de protestos abafados. A nação, depois de 1888, parecia resolvida a não se deixar governar por um principe que tivesse apenas por titulo uma escritura nupcial. Murmurou-se, entre politicos da Côrte fieis ao regimen, que seria preferivel dar a sucessão do trono a um dos netos do imperador. Naturalmente ao principe D. Pedro, filho do duque de Saxe... Somente D. Pedro II não parecia sensível ás apreensões que o problema espalhava na Côrte. Quanto á republica, confessaria mais tarde: "Pela evolução sempre a quís; seria prova do desenvolvimento, sobretudo moral, do meu querido Brasil" (1).

(1) VISCONDE DE TAUNAY, *Homens e coisas do Imperio*, p. 126. Sobre o 3.º Reinado; ALBERTO RANGEL, *Gastão de Orleans*, p. 414, S. Paulo 1935.

SILVEIRA MARTINS

Houve um politico que tomou a peito rasgar ao futuro reinado uma estrada ampla. Era um atleta. Chamou-lhe Nabuco o “Samsão do Imperio”. Atirára-se á tarefa — de consolidar a monarquia para os netos de D. Pedro I. Aquele homem foi o senador Silveira Martins. Feito por Ouro Preto presidente do Rio Grande do Sul — a sua provincia, a mais republicana das provincias do Imperio, cuja chefia politica entretanto lhe pertencia, desde 1872 — Silveira Martins logo se afigurára ao Exercito da “questão militar”, sériamente desconfiado do gabinete liberal, o grande inimigo. Demais disto, o tribuno gaúcho era adversario de Deodoro. Queriam-se um mal profundo. Sem função na Côrte, Deodoro era o general ferido nos seus meliudres, acessivel ás queixas dos companheiros, inclinado a acompanhá-los em todas as manifestações de desgosto, que a inflexivel attitude de Ouro Preto ia suscitando. Silveira Martins foi o pretexto; o fim, era a substituição da fórmula de governo.

A CONSPIRAÇÃO E DEODORO

Entraram a conspirar os militares, que até então se tinham limitado ás demonstrações, coletivas ou individuais, de altivez ou de independencia. O capitão Adolfo da Fontoura Mena Barreto, chegando ao Rio, procedente do Rio Grande, foi o portador da flama. Procurou Deodoro — a quem a doença abatera no leito — para informar sobre os propositos de Silveira Martins, a sistematica indisposição do ministerio em relação ao exercito, os rumores que

se elevavam acerca do armamento e instrução de tropas milicianas, que deviam garantir o governo contra os soldados da nação... Deodoro irritou-se, rugiu que não permitiria a destruição do exercito, prometeu: "Voltará o 31" (1). Mena Barreto certifica-se de que os conspiradores teriam no velho cabo de guerra o seu chefe natural. E assim — centralizando a formidável opposição das classes armadas ao gabinete de 7 de Junho — se achou Manoel Deodoro da Fonseca transformado em Lima e Silva do segundo reinado. Muito doente — os officiaes subalternos do 1.º e do 9.º de cavalaria foram visitá-lo, incorporados, no dia 17. Era o indício de um movimento de opinião no seio dos quartéis. Deodoro não pôde recebê-los, mas a imprensa noticiou, alarmou-se a rua do Ouvidor, o governo se preveniu. Recomeçavam as inquietações, que prenunciam as revoltas. A conspiração estendeu-se. Não contava com o apoio de patentes superiores: os envolvidos eram capitães, tenentes, alferes, e a mocidade da Escola de Guerra. O mais graduado dos conjurados foi o major Solon, que só entrou nas confabulações a 31 de Outubro. Os agentes de ligação e esculas do movimento foram os jovens officiaes da 2.ª brigada, sustentados por um pugilo de alferes-alunos, dispostos a dar a vida por Benjamin Constant. Era este o mentor, o profeta, o apóstolo daquela Republica que os seus discipulos lhe pediam — adivinhando-a pura como o mestre a invocava. Então, os menores incidentes serviam á causa. Ocorreu o da Escola de Guerra, quando Benjamin, discursando diante dos officiaes do couraçado chileno "Cochrane" e do ministro da guerra interino, Candido de Oliveira, usou uma candente linguagem para verberar

(1) ERNESTO SENA, *Deodoro*, p. 37, Rio 1913.

o despreço que o governo votava ao exercito. Retirou-se o ministro. O escandalo tornou-se conhecido na cidade. No dia immediato, na mesma Escola, recebia Benjamin expressiva manifestação de carinho dos officiaes da 2.^a brigada, que em grande numero compareceram, falando em nome dos cadetes o alferes-aluno Augusto Tasso Fragoso, pelo 2.^o regimento o 1.^o tenente Saturnino Nicoláu Cardoso, pelo 1.^o e 9.^o o capitão Mena Barreto. O governo mandou censurar os manifestantes, abriu inquerito nos corpos para apurar responsabilidades, demitiu o commandante da Escola... Extremava-se o conflito. Os civis, porém, só intervieram a 27 de Outubro.

ADESÃO DOS POLITICOS

A prova de que os militares não se tinham ainda disposto a assumir a attitude revolucionaria, de que resultaria a mudança das instituições, estava no seu louvavel alheamento dos politicos, apesar das ligações intimas existentes entre alguns generais e os partidos. A caserna fôra impermeavel á infiltração republicana. A propaganda democratica que lá se fazia era o fruto da filosofia positiva, da Escola de Guerra, da experiencia ou do desgosto de muitos, do espirito de insubmissão e do exaltado idealismo de outros, não era a influencia directa da politica, que até aquella data rondára, insucedida, os quartéis. Fato extraordinario, não foram os politicos que forçaram os portões das praças militares; foram os officiaes que os atraíram ao seu gremio. O golpe de Novembro de '89 caracterizou-se exclusivamente militar. "Ratione loci, ratione persone"... Premeditado no meado do ano, delineado em 16 de Outubro, começado a executar em 17 e 26, ou fosse nas duas

visitas ruidosas da officialidade do Rio, a Deodoro e Benjamin, só teve o concurso dos republicanos civis a partir de 27 de Outubro, ás vespervas da explosão e quando esta se tornara inevitavel. Um dos conjurados, o tenente Sebastião Bandeira, declararia depois, que os acontecimentos surpreenderam os republicanos ditos "historicos" (1). Aristides Lobo, posto ao par da trama em 27 de Outubro, confessaria que o povo, bestializado, assistiu á cena de 15 de Novembro. Tudo rapido, precipitado, imprevisto. As cautelas foram extremas, tão suspeito andava o governo dos passos de certos officiais moços, que entre os corpos da 2.^a brigada e a casa de Deodoro, no campo de Sant'Ana, teciam a teia da revolução. A persuasão, que arregimentava, para o movimento, os batalhões do Rio, valia-se dos artigos incendiarios da imprensa, distribuidos entre a soldadesca, da circumstancia de terem sido aumentadas as policias da Côrte e da provincia do Rio (governada por um irmão do presidente do Conselho), do fato de receberem carabinas Comblain, melhores que as armas do exercito, a guarda civica e a guarda nacional, apressadamente instruidas, dizia-se que para substituirem algum dia a força de linha... O visconde de Maracajú, depois de dous meses de licença, por enfermidade grave, reassumiu o ministerio da guerra em 12 de Novembro. Já era tarde.

VESPERAS DO GOLPE

Em 31 de Outubro entendiam-se Aristides Lobo, o major Solon e o capitão Mena Barreto. Associaram os seus companheiros de ideias á conspiração,

(1) E. SENA, *op. cit.*, p. 166

a partir de 2 de Novembro. Declarou Quintino Bocauva, que “se o exercito assim não procedesse, teriamos 3.º, 4.º e 5.º reinados” (1). Os militares dirigiam; os politicos prometiam-lhes a coadjuvação popular, no Rio e em S. Paulo, onde Campos Sales era o chefe republicano. Francisco Glicerio, “a figura mais popular da propaganda” naquela provincia (2), viéra ao Rio inteirar-se dos concertos. S. Paulo representaria, em 1889, o papel reservado á Bahia em 1822 e a Minas Gerais em 1831... Os officiaes superiores, como o Major Silva Teles, retraíam-se ou desaprovavam; os officiaes inferiores — quantos recebiam a confidencia dos iniciados — aderiam com entusiasmo. Nenhum dos conjurados era mais ativo e impetuoso do que o alferes-aluno Joaquim Inacio. A 1.ª brigada diminuia a resistencia ao trabalho dos conspiradores, que tinham nas mãos a artilharia e a cavalaria. Militarmente, a situação era deles. Definiram-na na sessão do Club Militar, de 9 de Novembro, que se celebrou na mesma noite em que, na Ilha Fiscal, o imperador oferecia um baile pomposo á marinha do Chile — o ultimo da monarchia. Para aquella sessão, presidida por Benjamin, fôra preparada uma assistencia propria: inscreveram-se no dia 5 numerosos officiaes de baixas patentes, que passavam a formar maioria no club, subtraíndo-o á dominação dos officiaes idosos. Assentaram — por proposta de Joaquim Inacio — dar a Benjamin carta branca para o desagravo da classe. Consistiria este na saída das forças em dia proximo — que seria 18 — para depôr o ministerio e implantar a Republica. Benjamin, um momento, mostrou irresolução: foi quando pensou

(1) E. SENA, *op. cit.*, p. 42.

(2) CANDIDO MOTA FILHO, *Uma Grande Vida — Bernardino de Campos*, p. 55, S. Paulo 1982.

na sorte do monarca. Seria exilado — responderam.

Apenas na noite de 11 de Novembro ouviu Deodoro os "leaders" do partido republicano. Estranhos ainda aos segredos do golpe militar, foram advertidos dele na ocasião em que os serralheiros do Arsenal, clandestinamente, reduziam o calibre das lanternetas, e o 2.º de artilharia estava pronto para atacar. Reuniram-se, na residencia do general, Quintino, Rui Barbosa, Aristides Lobo, e os officiaes superiores da armada Wandenkolk e Frederico Lorena. Benjamin era o mediador. Quintino organizou a lista dos futuros ministros. Tiveram aqueles politicos o tempo restricto para meditar sobre o regimen que melhor convinha ao Brasil. Pois entraram os conspiradores a desenvolver a sua intriga, depois do embarque, para o norte, do batalhão 22. Assoalharam, para incitar os soldados da 2.ª, que Ouro Preto ia ordenar a partida da artilharia para S. Borja, no Rio Grande, ao que replicou o comandante que queimaria os ultimos morrões antes de se submeter. Trataram de neutralizar as dedicações que ainda tinha o governo nos quartéis, como o general Floriano Peixoto, ajudante geral do exercito e, depois de Maracajú e seu irmão o barão do Rio Apa, comandante da policia, o official de confiança de Ouro Preto. Espalharam outras novidades, sobre transferencias acintosas de regimentos da guarnição — das quais não cogitava o governo. Por fim, na tarde de 14, para ev. tar a excessiva demora do levante, saíu o major Solon pela cidade, a distribuir a noticia, tambem falsa, de que Ouro Preto acabava de mandar prender Deodoro e Benjamin Constant, todos os chefes suspeitos do exercito... A centelha abrasou o paiol. A's 7 horas da noite a agitação começou nos varios corpos da brigada. E só então o governo de-

cidou agir. Enquanto os conspiradores punham em armas a brigada, expediam emissários aos dirigentes e recebiam ordem de Deodoro para sair ao amanhecer — eram concentradas forças policiais, marinheiros e polícia nos patios do Quartel General, e chamado o general Almeida Barreto, desafeto de Deodoro, porém já filiado ao movimento, para comandar a 1.^a brigada.

15 DE NOVEMBRO

O imperador veraneava em Petropolis. Deodoro, apesar da noite má que passára, muito combalido ainda, resolvera montar a cavalo e pôr-se á frente da tropa. Esta, rigorosamente armada e equipada, puxando dezesseis canhões, marchou para o campo de Sant'Ana, sem encontrar obstaculos, e desenvolveu as baterias em frente ao Quartel General, como se aí não estivesse um ministerio, cercado de baionetas, e disposto a não se render senão ao imperio das circunstancias... Nem Floriano nem Maracajú se mostravam resolvidos a levar a sua solidariêdade com o governo para o terreno da luta. Almeida Barreto teve ordem de assaltar os ocupantes do Campo. Montou a cavalo. Saiu com mil homens, em fórmula de combate. Encontrou Deodoro — ao lado de Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva — e disse-lhe que não desembainharia contra irmãos a sua espada. Fraternizou. Ouviram-se tiros. Era o ministro da marinha, barão de Ladario, que, á voz de prisão, desfechára contra um pelotão a carga do seu revolver, e fôra ferido e preso. Não havia quem cumprisse as ordens incisivas do visconde de Ouro Preto. Um official subalterno objetou ao presidente do Conselho que a sangueira seria terri-

vel se tais ordens fossem obedecidas. Ouro Preto, implacavel, mandou o ministro da guerra censurar o joven official. Maracajú disse-lhe ao ouvido: "Excellencia, este rapaz é filho do visconde de Pelotas". Escreveu depois Ouro Preto, que só então comprehendera a situação. De Floriano, a quem concitou a fazer tomar os canhões, ali defronte, a exemplo dos seus atos de bravura na guerra, — ouviu a frase definitiva, de que no Paraguai era que se conquistavam á baioneta as baterias, não agora, sendo todos brasileiros. De repente, aclamações atrôam. Os portões do Quartel General tinham sido abertos e entrára Deodoro, só, entre alas dos soldados imperiaes, que á vista do vencedor o applaudiam. *Vivas á Republica* estridularam, estenderam-se, generalizados, ao tempo em que pequenos grupos de populares ouviam os politicos republicanos, Sampaio Ferraz, Aristides Lobo. Diluira-se naqueles brados a resistencia armada e as instituições resvalavam naquella onda sonora, que desbordou do Campo, desceu á cidade, encanou na rua do Ouvidor, passando pela redação dos jornais, com uma catadupa de discursos delirantes. Deodoro subiu as escadas que levavam ao gabinete onde, reunido, e com exceção de Ladario, o ministerio deliberava ainda. Frente a frente de Ouro Preto, o general explicou-lhe os fins da revolta, os dissabores pessoais que curtira, as queixas do exercito, terminando por declarar depositado o ministerio e preso o presidente do Conselho. A cena era impressionante pela estatura moral daqueles dous homens, pela energia do seu olhar, pelo vigor de suas vontades, encarnando um a força que triunfava, o outro o regimen que caía e tinha ainda, no seu chefe civil, um defensor indomado. A resposta de Ouro Preto foi incisiva, dizendo que, mais do que Deodoro, que alegava tres ou quatro noites passadas

num charco, em defesa da patria, sofria ter de ouvi-lo; entregava-se preso, porque nada mais podia fazer...

FIM DO IMPERIO

Telegrafára antes o visconde para Petropolis, notificando ao imperador a revolta das forças armadas e pedindo-lhe o immediato regresso para atender á situação, desde que considerava demittido o gabinete.

D. Pedro II chegou na mesma tarde. A's 4 horas procurou-o Ouro Preto, no Paço da Cidade. Resignou de viva voz o governo e — consultado sobre quem devia succeder-lhe — indicou Silveira Martins, então em viagem, do Rio Grande para a Côrte. Aquiesceu o imperador; mas, logo a seguir, ouvindo o Conselho de Estado, chamou Saraiva. Dava-lhe carta branca. Que agisse como entendesse. Desta vez não pudéra Saraiva excusar-se. Porém não aceitaria sem falar a Deodoro, que era o chefe de fato — desde que sómente a este a guarnição obedecia e as aclamações revolucionarias continuavam a rolar pela cidade, constituindo a tropa prisioneira, virtualmente, a familia reinante. Escreveu uma carta ao general, em que lhe pedia uma audiencia para o dia immediato. A missiva foi enviada, ás 3 horas da madrugada, por intermedio do major de engenheiros Roberto Trompowski, que, por unica resposta, levou ao imperador a notificação de que a Republica estava proclamada, o governo provisório constituído...

“Não aguardou o sr. Saraiva o regresso do emissorio...” (1). Retirára-se para a sua casa, como quem nada mais tinha que fazer.



Era a Republica. Principalmente para os estadistas encanecidos na politica e para os senadores do Imperio, vitalicios, habituados a todas as crises de opin ão que terminavam, serenamente, com as transformações ministeriais — a imensa surpresa da Republica lá estava. O povo não a esperava, e, como o povo, o partido republicano, que só soube da bôa noya depois do regimen instituido, no aparato do desfile militar, ao sol de 15 de Novembro, pelas ruas coalhadas de gente, atraida pelo espetaculo da formatura dos regimentos.

A força dos republicanos civis, realmente, era ainda de pouca valia — exceção feita dos seus pujantes arraiais de S. Paulo (onde, desde 1872, 21 jornais lhes propagavam as ideias, e á frente destas estavam Rangel Pestana, Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Glicerio, Amer - co Brasiliense, Cerqueira Cesar...) e do Rio Grande do Sul (onde Julio de Castilhos comandava a sua jovem brigada de positivistas, adextrando-se á sombra d“A Federação”, que apparecera em 1 de Janeiro de 1884, orgão do partido, e a sua fortaleza). Nabuco referira-se ao “soliloquio” republicano. Facção ainda dispersa, o seu futuro estava no desgaste dos partidos tradiconais, e os seus nomes mais acatados eram de dous publicistas, Quintino e Saldanha Marinho; idealista, eloquente, demolidora. Fa-

(1) AFONSO CELSO. Visconde de Ouro Preto, Rev. do Inst. Hist., vol. 167, p. 89.

ziam-lhe a vanguarda os jornalistas exaltados, como Sampaio Ferraz, e os oradores apocalípticos, como Silva Jardim. Os tribunos mais populares da Abolição, como Patrocínio, tinham parado no terceiro reinado; outros, como Nabuco, estacavam na federação das províncias. Os “republicanos de 14 de Maio”, como chamava José do Patrocínio, na “Cidade do Rio”, os conservadores incompatibilizados com a corôa, e os liberais desligados da corrente do visconde de Ouro Preto, como Rui, não se tinham apresentado á nação como adversários do trono; eram evolucionistas. Esses homens haviam de fazer a estabilidade da Republica, depois que o exercito — e o exercito sómente — a proclamou: tinham experiencia, talento, influencia e aquele prestigio que a “casaca” e o sentimento juridico davam, numa sociedade que a monarquia plasmára nas suas formas civilistas.

O nucleo republicano, isto é, o partido fundado em 3 de Dezembro de 1870 e refundido em 73, não prosperára sensivelmente naqueles dezoito anos. Varios signatarios do manifesto de 70 ou se tinham definitivamente silenciado como Cristiano Ottoni, ou passado a servir á monarquia, como o conselheiro Lafaiete. Quintino continuava a redigir “O Paiz”; — affirmára sinceramente, ás vespéras da explosão revolucionaria, que, sem o exercito, viriam 3.º, 4.º e 5.º reinados. Era esperar que as academias fornecessem o seu grande contingente de estudantes republicanos; que aquella mocidade, que de S. Paulo e Recife irradiava para todas as províncias, comungando o ideal francês ou americano da Republica leiga, levasse a toda parte a sua fé; e da renovação social, que se operava, saísse o “ambiente”, propicio á mudança das instituições. Esperava-se que a morte do imperador fosse a solução natural. Em 1889, á sai-

da do teatro, sofrera D. Pedro II um estúpido atentado. Um rapaz, empregado no commercio, que se verificou ser um paranoico, desfechou um tiro de revolver, que errou o alvo. Pediu o imperador que não castigassem o moço... porém, notou André Rebouças no seu "Diario", aos monarchistas sinceros surpreendeu a quasi indiferença que o caso encontrara entre os aristocratas de Petropolis. O regimen decompunha-se. A nobreza, agitada pela febre de negocios, que vinha do gabinete João Alfredo e crescêra no de Ouro Preto, com a nova lei de sociedades anonimas e o desvario da bussola economica — desinteressava-se da politica monarchica. O exercito pôde derrubar o trono sem incidentes mais graves. Parece que só um ano depois se deu conta o país da modificação que houvera...

O povo assistiu áquilo "bestializado, atônito, sem conhecer o que significava" — asseverou Aristides Lobo. Noite alta de 15 de Novembro — depois da parada, dos discursos populares, das aclamações, da festa nas redações dos jornais — Deodoro, por indicação de Quintino (naturalmente imposto pelos acontecimentos como chefe civil), aprovada por Benjamin (que era a alma do movimento), organizava o governo provisorio. Ficava ele na chefia suprema da nação, á espera de que a Assembléa Constituinte talhasse para o Brasil o regimen adequado, republicano-federativo, nos termos do decreto numero um, no mesmo dia expedido e da lavra do ministro da fazenda — tambem assessor juridico da ditadura — Rui Barbosa. Os outros ministros eram Benjamin Constant, na pasta da Instrução, Quintino na do Exterior, Glicerio na da Justiça, Demetrio Ribeiro na de Obras Publicas, Wandenkolk e Floriano nas pastas militares.

Apenas no dia 16, ás 3 horas da tarde, recebeu D. Pedro II — que continuava encerrado no Paço da Cidade, com a sua familia — a mensagem em que Deodoro lhe dava o prazo de 24 horas para deixar o Brasil — cercado de todas as garantias e em gozo da dotação que a lei lhe assegurava, “até que sobre esse ponto se pronuncie a proxima Assembleia Constituinte”.

Respondeu-lhe o monarca: “A’ vista da representação escrita que me foi entregue hoje, ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir, com toda a minha familia, para a Europa, amanhã, deixando esta patria, de nós tão estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quasi meio seculo, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, com todas as pessoas da minha familia, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo os mais ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. — Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. D. PEDRO DE ALCANTARA”.

Embarcou a familia imperial na madrugada de 17 e, a bordo do vapor “Alagôas”, seguiu viagem para o exilio. A Republica ficava instituida — com todos os elementos para uma vida longa — prognosticava Patrocínio, em 18 de Novembro, quando, já avisadas pelo telegrafo de que o exercito nacional tinha doado ao Brasil um novo regimen, a ele aderiam todas as provincias.

No exilio, em Paris, faleceu D. Pedro II em 5 de Dezembro de 1891.

A CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICA

OPEROU-SE em 1889 uma profunda mudança em todos os aspectos da vida nacional. Instituiu-se a republica federativa, com a maxima decentralização administrativa. Foi separada a Igreja do Estado, decretado o casamento civil, alterada a politica economica, sobretudo adotadas praticas financeiras em inteiro desacôrdo com o passado. O ano de 1890 foi o do "encilhamento", ou da febre comercial, dos negocios da bolsa, da especulação e prosperidade ficticias, produzindo o ambiente de desordem espirital em que a Republica pôde consolidar-se facilmente. O frenesi da praça do Rio desviou a atenção publica dos fatos propriamente politicos para o delirio financista. Dir-se-ia que o Imperio refrœara as iniciativas, contivera a imaginação em limites tão prudentes que a revolução fôra um arrebentar de diques.

A monarquia, para atenuar o prejuizo da lavoura com a abolição, prodigalizara, em 1888-89, o credito rural. O visconde de Ouro Preto creára um grande banco emissor com o triplo do capital em moeda metalica, concedendo a faculdade de emitir a companhias com capital de 10 a 5 mil contos, de maneira a aumentar, na medida das necessidades, o meio circulante. O governo provisorio fez o con-

trário. Desprezou a praxe de emitir-se dinheiro sobre lastro ouro, e, por decreto de 17 de Janeiro de 90, permitiu a Bancos Nacionais a emissão sobre apolices. O "encilhamento" atingiu o auge. Entre Novembro de 89 e Outubro de 90 fundaram-se sociedades anônimas com 1.160.000 contos de capital, enquanto que em todo o período anterior esse capital não passara de 813.489 contos (1). "As empresas e companhias multiplicaram-se em uma progressão espantosa, de tal sorte que ultimamente já escasseavam ao genio inventivo denominações..." diria meses depois o barão de Lucena. Dá-se a inundação de títulos na Bolsa, formam-se e desfazem-se fortunas fabulosas, o cambio cai, da paridade de 27 em que estivera em 89, para taxas vis, e no Rio de Janeiro se vive uma confusão apenas propicia ao novo regimen, que assim pôde aguentar-se, protegido pelo desvaio comercial, que distrai a opinião e a mistifica, como se houvéra começado uma idade de ouro. O que fica é apenas o surto industrial, resultante da tarifa protecionista de 1890, que Rui Barbosa justificou com a necessidade politica de criar-se a democracia pelo trabalho das fabricas.

O governo provisorio trabalhou intensamente, porém sempre dividido, e incapaz de manter-se por muito tempo. O marechal Deodoro era impaciente e autoritario. Lutava com o liberalismo sistematico de uns e a politica pessoal de outros ministros. Por decreto de 23 de dezembro de 89 extinguiu a liberdade de imprensa, afim de evitar que os jornais continuassem a induzir a tropa á revolta, que, por oito anos, fôra a constante e imediata ameaça. Sustentou Rui Barbosa, na sua administração finan-

(1) AMARO CAVALCANTE, *Resenha Financeira*, p. 76; ANTONIO CARLOS, *Bancos de Emissão do Brasil*, Rio 1933.

celra, contra os demais membros do governo. Separou-se aos poucos dos republicanos mais influentes, a começar por Benjamin Constant, que transferiu da pasta da guerra para a da instrução, e Quintino Bocaiuva, incompatibilizado com o chefe de policia Sampaio Ferraz, que limpara a cidade de "capoeiras" e criminosos. O governo provisório, composto de homens cujas responsabilidades no momento se equivaliam, resentia-se da falta de confiança reciproca. Rui Barbosa pediu demissão nove vezes num ano (1). Deodoro, repetidamente, tentou abandonar a ditadura. Uma questão de aparente inoportunidade dissolveu o primeiro governo republicano: a garantia de juros á companhia concessionaria das obras do porto de Torres, no Rio Grande do Sul, pela qual se batia o marechal, contra os seus auxiliares. Exoneraram-se estes coletivamente, em 20 de Janeiro de 1891. Deodoro, deixado pelos republicanos da primeira hora, procurou a ajuda de amigos pessoais e figuras do antigo regimen, como ele militantes do velho partido conservador: o barão de Lucena chefiou o novo ministerio.

A alteração era alarmante. Findo o seu primeiro ano a Republica voltava-se, insensivelmente, para as fórmulas politicas que pareciam extintas com o trono. Subira, em 20 de Janeiro, senão o partido conservador, pelo menos a sua elite que aderira á actual ordem de coisas. E quasi como repetindo o mecanismo partidario de outr'ora, a opposição vai juntar-se á volta de um antigo liberal, da facção contrária portanto a Lucena, o marechal Floriano Peixoto. Devêras a Republica não pudêra ainda criar organizações, senão influencias pessoais. A politi-

(1) FERNANDO NERY, *Rui Barbosa*, p. 62, 1886.

ca do Imperio prolonga-se, alem da revolução; até 23 de Novembro de 91, quando caiu Deodoro. Dir-se-ia que o habito fôra mais forte que os acontecimentos. Neste particular, o periodo seguinte, da ditadura florianista, seria apolitico, ou pretoriano, o que permitiu a formação, para o governo civil que lhe sucedeu, de um partido nacional, o partido republicano federal, fundado por Francisco Glicerio, destinado a durar enquanto o consentiu o presidente da Republica. Dissolvendo-se, como veremos, o partido de Glicerio, a politica passaria a ser feita mediante a aliança dos governadores dos Estados com o governo federal, a "politica dos governadores", de Campos Sales, situação de fato que impossibilitou, daí por diante, a reprodução dos costumes partidários da monarquia.

Lucena tratou de corrigir os erros financeiros do governo provisorio, pondo fim ao "encilhamento". Entretanto, as eleições gerais tinham sido convocadas logo em 21 de dezembro de 89, e se reunira a Constituinte, na sua maioria composta de adeptos entusiastas da Republica, elaborando, entre dezembro e fevereiro de 91, a Carta politica da nação. Essa Constituição obedecia, nas suas linhas gerais, á proposta do governo, da autoria de Rui Brabosa, no sentido de organizar o paiz de modo analogo aos Estados Unidos da America do Norte, com a completa autonomia estadual, reservando-se ao centro um minimo de atribuições, que a assembleia ainda mais restringiu. Preponderou a tendencia federalista que datava de 1831, não se chegando a maiores limitações do poder nacional em virtude da ação oportuna e energica, suasroia e eficiente, do presidente da Constituinte, Prudente de Moraes, que conseguiu abreviar e conduzir a bom termo os trabalhos da-

quele Congresso heterogeneo e pouco instruido das realidades brasileiras.

A Constituição, tal como foi promulgada em 24 de Fevereiro, daria á Republica vida longa e florescente, porque atendia ás ide'as mais caras aos propagandistas democraticos: 1) o regimen presidencial, ou do governo forte; 2) o absoluto respeito á autonomia dos Estados; 3) a instituição do Supremo Tribunal Federal como fiscal da constitucionalidade das leis, substituindo-se virtualmente ao poder moderador. Outra vantagem da Constituição era a sobriedade do texto, de maneira a não ser embaraço ás leis supervenientes, que as necessidades publicas aconselhassem. Realmente, ela não impediria, nos quarenta anos seguintes, o funcionamento, segundo as situações de fato apresentadas, de todos os organismos que um moderno e grande Estado requer.

Porem a passagem do Brasil, do modelo francês e inglês da politica do Imperio para o modelo norte-americano da politica republicana, não lhe valeu a paz interna, menos a calma dos espiritos. A Constituinte, antes de transformar-se em congresso normal, tinha de eleger presidente e vice-presidente da Republica. A candidatura de Deodoro periclitou; venceu graças á intervenção de Campos Sales (e de S. Paulo), com o patriotico intuito de evitar a agitação militar que resultaria da derrota do proclamador da Republica. Mas a eleição de Floriano Peixoto para vice-presidente, como homem indicado para se opôr de futuro a Deodoro, presagiava a crise, que nem a intransigencia de Lucena, nem a soberania do presidente souberam conjurar. A opposição no Congresso avultou. Complicava-se com as decepções que o regimen causara e o fortalecimento do partido monarchista, cujo prestigio crescia com

o descontentamento das classes conservadoras, em consequencia da desordem financeira, e a desharmonia declarada entre os republicanos historicos. As providencias de Lucena para restituir o commercio ao seu antigo equilibrio tinham revelado a illusão do "encilhamento", a mentira daquela prosperidade irreal, quanto a alucinação bolsista havia transtornado a gente de negocios. 1890, fôra o ano do enriquecimento. 1891, foi o ano das quebras. Poucas companhias formadas nos dias febris do governo provisorio prolongaram a existencia fóra do periodo anormal em que tudo se desnorteára. O credito publico arruinara-se. Não havendo, por outro lado, segurança de ordem, de serenidade, os banqueiros estrangeiros se negavam a auxiliar o Brasil. Nesse ambiente pessimista a opposição do Congresso se desenvolveu, com projetos revolucionarios tão claros que Deodoro só encontrou uma solução para o caso: o golpe de Estado. Votara uma lei de responsabilidade do presidente. Naturalmente essa le suscitaria a denuncia, e a esta se seguiria a suspensão do presidente de suas funções ("impeachment"). Vétou-a o marechal. O Senado rejeitou o vétô; e antes que a Camara acompanhasse nisso o Senado, Deodoro, em 3 de Novembro de 91, decretou a dissolução do Congresso.

Todos os governadores, com excepção do governador do Pará, Lauro Sodré, aprovaram o golpe de Estado, que impressionou o país semelhantemente a analogia violencia, que em 1823 praticara D. Pedro I. Os congressistas dissolvidos procuraram o apoio do vice-presidente Floriano. Em 23 de Novembro o almirante Custodio de Melo revoltou parte da esquadra e advertiu ao governo com um tirò do couraçado "Aquidaban". Deodoro preferiu renunciar a resistir, pensando nas proporções da tragedia, que

provocára, sem entretanto ousar alimenta-la, como queriam os militares que o cercavam. Agiu em 3 de Novembro como D. Pedro I e no dia 23 como D. Pedro II. Resignou em favor do vice-presidente, que assumiu o poder para imediatamente restabelecer o Congresso e derrubar os governadores que tinham aplaudido o golpe de Estado.

Ficava Floriano com os antigos politicos, amigos de Deodoro em opposição systematica, e a maioria do Congresso e os novos governadores ao seu lado, sustentando-lhe o governo que se não submeteria mais a influencias de carater partidario, nem ás velhas formulas, distinguindo-se pelo cunho individual, caprichoso e indifferente á legalidade, do bravo soldado que a historia iria conhecer como "marechal de ferro".

Tudo correria bem se desde logo uma duvida não surgisse, quanto ao prazo do governo de Floriano. Não tendo Deodoro governado dous anos a fio, entendeu-se que o vice-presidente em exercicio deveria convocar in-continente eleições presidenciais; entretanto o proprio Floriano, sem admitir essa interpretação, considerou do seu dever concluir o quatrienio em 15 de Novembro de 1894. Em 17 de Junho fez repôr no governo do Rio Grande do Sul Julio de Castilhos. A facção de Gaspar da Silveira Martins, a mais poderosa do Estado, que por todos os meios pretendia revogar a Constituição riograndense calcada na filosofia positivista e reputada em desacôrdo com a lei suprema da nação, apelou para as armas. Nos entrementes, treze officiaes generaes publicam uma declaração favoravel á decretação das eleições, e Floriano a todos reforma administrativamente. O povo agita-se e tenta lançar-se sobre o palacio presidencial. A força contem a multidão e, por decretos de 10 e 12 de Abril, são presos e des-

terrados 48 cidadãos ilustres, entre os quais 4 senadores e sete deputados. O governo finge ignorar a lei; a opposição proclama a necessidade de destruir-se o governo por uma revolução, cujos focos são, naturalmente, o Rio Grande do Sul, convulsionado pela luta regional, e a armada, que papel tão saliente tivera na queda de Deodoro.

O almirante Wandenkolk, a bordo de um navio mercante, intentou forçar a barra do Rio Grande; foi preso e processado. O Club Naval elegeu-o seu presidente, num desagravo á marinha. Custodio de Melo, que se desligara de Floriano, abandonando a pasta de ministro que este lhe dára de inicio, tornou-se o chefe da insurreição da esquadra, que explodiu, em todos os navios de guerra, na manhã de 6 de Setembro de 1893.

A revolta abrangeu todas as forças navais. Apenas o almirante Saldanha da Gama, comandante da Escola Naval, na ilha de Vilegagnon, demorou a sua adesão até Outubro, quando, seguindo a sorte dos seus irmãos de armas, assumiu a direção das operações na bahia do Rio de Janeiro.

Floriano mostrou-se então o extraordinario homem que era. Longe de intimidar-se, ordenou ás fortalezas que hostilizassem a esquadra. Organizou a defesa do litoral. Artilhou os morros. Baseou a sua politica nos officiaes inferiores e jovens. Despertou o entusiasmo dos estudantes. Convenceu, com a imprensa que o apoiava, os republicanos e o povo, de que a revolta era restauradora, e constituia um ataque á Republica. — E com esta bandeira — de defesa das instituições — impopularizou a revolta, desenvolveu o fanatismo jacobino, utilizou o nacionalismo exaltado contra as simpatias estrangeiras, sobretudo portuguezas, que favoreciam os rebeldes, e pôde assim resistir com vantagem ao duplo inimi-

go — Saldanha e Custodio nas aguas da Guanabara, e os federalistas do Rio Grande. Os governadores dos Estados não lhe faltaram. Sobretudo Bernardino de Campos, em S. Paulo, e Julio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, estiveram á altura dos acontecimentos. Um exercito federalista, sob o comando do caudilho Gumerindo Saraiva, com um efetivo de 5 mil homens, desembarcou em Itajaí, e pela serra atacou Rio Negro e o planalto paranaense, em rumo franco de S. Paulo, enquanto o almirante Custodio tomava Desterro, capital de Santa Catharina, e aí estabelecia um governo revolucionario. A columna de Gumerindo foi de repente a esperanza da revolução, o perigo iminente que arrostou Floriano. Mas lhe tomou o passo, na cidade da Lana, unica resistencia séria que encontrou, o coronel Gomes Carneiro. Entre 13 de Dezembro e 11 de Fevereiro de 94 tiveram os federalistas de sitiar aquella cidade, que só se rendeu depois de morto o seu heroico comandante. Apesar da occupação de Paranaguá por elementos da esquadra e da conquista de Curitiba, a demora do exercito de Gumerindo na Lana deu tempo a aprestar-se em S. Paulo a força que guarneceu a garganta de Itararé, e a armar-se em Buenos Aires a armada encomendada por Floriano, em substituição da que se insurgia. Os federalistas retrocederam de Palmeiras. Logo depois Paranaguá e Curitiba caíam em poder das forças governamentais e, faltos de munições e desanimados, Saldanha e os seus companheiros abandonavam no Rio os navios, pedindo asilo a bordo da flotilha de guerra portugueza, então fundeada no mesmo porto.

Vencêra a implacavel tenacidade do marechal Floriano. O país saía da luta profundamente lesado, em consequencia dos prejuizos materiais soffridos, e do descredito no exterior. Porém a autori-

dáde se reafirmára, a Republica não seria mais contestada, e, entregue o governo á tarefa de reprimir a revolta, lográra Glicerio arregimentar as forças políticas e impôr a candidatura de Prudente de Moraes á presidencia, a despeito da má vontade dos militares e do proprio Floriano, que chegou a lembrar o nome de Lauro Sodré para o alto cargo. Eleito Prudente, assumiu a chefia da nação, em 15 de Novembro de 94, não tendo o marechal comparecido á cerimonia da transmissão do poder, disse-se que para impedir manifestações da tropa, e um possível golpe de Estado.

Em Junho do ano seguinte falecia o marechal Floriano. Mas tão prolongadas agitações e o espirito que criaram não passariam sem deixar, na politica brasileira, o seu vestigio duradouro. Prudente tinha de realizar um governo de pacificação, para remediar á crise que se abatera sobre o Brasil. Entretanto essa pacificação era vista pelos exaltados florianistas como uma destruição da vitoria, uma reparação dada aos vencidos, e os odios se extremaram. Afrontou-os Prudente, mandando ao Rio Grande um emissario, o general Inocencio Galvão de Queiroz, que logrou, em 23 de Agosto de 95, desarmar os dous partidos, mediante um compromisso de mutuo respeito; e exigindo do Congresso, com a ameaça de renuncia em caso de negativa, a anistia geral para os revoltosos (21 de Outubro), cujo chefe, o almirante Saldanha, encerrára com a morte a aventura militar, ao tentar invadir o Rio Grande, em Campo Osorio.

Essas medidas de concordia, ao invés de aplacarem as iras, tiveram o condão de mudar os governistas da vespera em oposicionistas furiosos, cujo entusiasmo jacobino durante dous anos agitou as ruas do Rio de Janeiro, cercando de impopularida-

de a figura austera do presidente que restabelecera o poder civil na República.

A grave enfermidade de Prudente, entre Novembro e Março de 97, e a guerra de Canudos, exacerbaram os animos, enchendo de prestigio o vice-presidente Manoel Victorino, encantadora personalidade politica que parecia talhado para restituir o regimen á sua pureza, e assustando os florianistas com a ameaça de novo levante restaurador.

A guerra de Canudos nada tinha de comum com a politica, muito menos com a corrente monarchista. Foi um conflito de fundo religioso, produzido pela barbarie sertaneja e localizado num longinquo rincão da Bahia, que só assumiu proporções gigantescas pela incompreensão do fenomeno e brutalidade dos meios repressivos, por parte do governo empenhado em satisfazer á opinião das capitais. Em um arra'al á beira do rio Vaza Barris, no sertão bahiano, o fanatico Antonio Conselheiro reunira milhares de adeptos submetidos á sua autoridade mistica, tão absoluta que nenhum se recusaria a morrer pelo "monge". A fama da "cidade santa" espalhara-se, e cerca de 5 mil casas tinha Canudos em 1897, quando, por uma desavença com a policia, os "jagunços" ameaçaram a cidade de Joazeiro, saindo-lhes ao encontro uma expedição de cem homens, que em Uauá foi batida e esmagada. O governo do Estado apelou para o federal, e um verdadeiro exercito foi atacar o arraial do "Conselheiro". Comandava a brigada o coronel Moreira Cesar, que a atirou, a baioneta, sobre a posição dos fanaticos, do que resultou o completo desbarato da tropa e a morte do seu comandante. Armaram-se os "jagunços" com as mil e tantas carab nas do exercito e a sua abundante munição, e, com superioridade evidente, esperaram a terceira expedição. Para tomar a cidadela de Antonio Conse-

lheiro um exercito de 5 mil homens das tres armas realizou prodigios de valor e sacrificio, e foi necessario que o ministro da guerra, marechal Machado Bittencourt, se transportasse para o teatro das operações, afim de fiscaliza-las. Arrazado o arraial e exterminados os seus defensores, patenteou-se a falsidade do boato, ácerca das ligações politicas do "Conselheiro" com os restauradores. Entretanto a noticia da derrota de Moreira Cesar alarmára o Rio de Janeiro. Os jornais simpaticos á monarchia foram empastelados e assassinado cruelmente o valeroso jornalista Gentil de Castro, amigo fiel do visconde de Ouro Preto, que tambem escapou de morrer ás mãos da turba sanguinaria. Uma conspiração visou á vida de Prudente. Em 5 de Novembro, visitando o presidente o Arsenal de Guerra em companhia dos ministros, o anspeçada Marcelino Bispo, destacando-se de um grupo que ovacionava o nome de Floriano, desfechou uma garrucha. Falhando o tiro, lançou-se de faca em punho sobre Prudente, cuja dianteira tomou o marechal Bittencourt, caíndo morto com quatro punhaladas que lhe vibrou o criminoso.

A tragedia estava destinada a concluir o primeiro ciclo da historia republicana. O assassinato do nobre ministro da guerra de Prudente de Moraes repercutiu em todo o paiz como o sinal da reação civil, contra as paixões extremadas e a efervescencia que datava de oito anos. As sedições tinham aos poucos anulado os homens que em 15 de Novembro de 89 pareciam fadados a governar o paiz por muito tempo. A crise economica de 97 agravára a crise financeira de 91 tão extensamente, que o Thesouro tinha de enfrentar a bancarrota. Cançára-se o espirito publico, desiludido, com as inquietações que nada construíram, desgastando, ao contrario, a obra civiliza-

dôra do Imperio. "O sangue de Machado Bittencourt revigorou o poder periclitante e o quatrienio pôde encerrar-se em paz" (1). Prudente adotou providencias definitivas. Fez prender e processar os conspiradores. Obrigou ao silencio as vozes jacobinas. Acabou com o fermento revolucionario. Uma tentativa de rebelião da Escola Militar deu-lhe a oportunidade para se desvincilhar do proprio partido republicano federal chefiado por Glicerio, que poderia limitar a sua autoridade. Acabou esse partido, e despojou Glicerio do seu imenso prestigio, com uma simples "nota" do *Jornal do Comercio*.

Foi o caso, que o deputado J. J. Seabra apresentára á Camara uma moção de aplausos ao governo pelo restabelecimento da ordem. Opuzéra-se Glicerio, e a moção caiu. No dia seguinte o *Jornal do Comercio* publicava que Glicerio "não representava perante o Congresso a politica do governo". Tanto bastou para ser ele derrotado como candidato á presidencia da Camara. Intitulára-se o chefe das *vinte e uma brigadas*, aludindo aos governadores e directorios dos Estados. As brigadas abandonaram-no, para ficar com Prudente. Nas eleições seguintes Glicerio nem conseguiria eleger-se. E com esse episodio se dissolheu o partido nacional que só pudéra fazer um presidente civil. O sucessor de Prudente foi, como este, paulista, Campos Sales. Seria o restaurador das finanças. Como o seu substituto, igualmente paulista, Rodrigues-Alves, o realizador dos melhoramentos materiais.

Em 1898, ao tomar o governo Campos Sales, reentrára o Brasil no dominio da ordem, concluiu a sua evolução para uma fórmula estavel de adminis-

(1) TOBIAS MONTEIRO, *O Presidente Campos Sales na Europa*. p. LXXXII, 1939.

tração, desembaraçara-se da categoria dos países incapazes de ter uma organização de justiça, de equilíbrio e de trabalho. Oito anos nos custára, no primeiro reinado, a fixação do nacionalismo, consumada com a Abdicação; custára-nos oito anos, na Republica, a consolidação do regimen presidencial-federativo, de modo que só lhe conhecemos realmente os beneficios com o advento de Campos Sales, e o inicio do seculo XX.

AÇÃO CONSTRUTIVA

A situação financeira do Brasil tornou-se especialmente grave. Em 1895 o cambio estivera a 9, e caiu, em 1898, a 6. O remedio, quanto á divida externa, seria o "funding" ou emprestimo de consolidação, que substituísse o pagamento: negociou-o o ministro da fazenda de Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, com o emissario dos banqueiros ingleses. Campos Sales, candidato á presidencia da Republica, partiu, em 19 de Abril de 1898, para concluir em Londres o mesmo acôrdo. Cessada a agitação politico-militar, o governo atacava de frente o problema administrativo. A Republica entrára afinal na sua fase construtiva. O contrato do "funding" cimentou o credito publico, conciliando o regimen com a opinião internacional, cujo pessimismo, em relação ao Brasil, a revolução de 1893 e o assassinato do marechal Bittencourt tinham agravado. Bernardino de Campos caracterizára de *crise permanente* a situação do Tesouro. Seria necessaria a energia de Campos Sales e do seu notavel ministro da fazenda, Joaquim Murтинho, para essa crise atenuar-se, graças aos recursos hercos do equilibrio orçamentario, do aumento dos impostos, da amortização parcial das dividas. Com isso, logo a taxa

cambial se reanimou e os exercicios financeiros se encerraram com grandes saldos.

O quatrienio de Campos Sales foi de regeneração financeira, como o anterior de pacificação politica. Todos os sinais de florescimento nacional, depois da depressão economica de 1897, fadaram esse quatrienio a continuar a tradição de equilibrio interno e de prestigio exterior da nação, dos governos da monarchia. Substituirá, é certo, a politica de partidos pela "politica dos governadores". Porém assim confirmára a autoridade e assegurára a ordem, em todo o país. E no terreno das relações exteriores voltamos a ocupar o espaço que o antigo regimen nos tinha conquistado. O ministro do exterior, Olinto de Magalhães, abriu caminho ás realizações posteriores, do barão do Rio Branco, fazendo a diplomacia americanista com um sentido cordial até então desconhecido. A visita do presidente Roca, da Argentina, ao Rio de Janeiro, e a retribuição, visitando Campos Sales Buenos Aires, assinalaram um entendimento amistoso com a Republica vizinha, que confirmava os desejos de paz ininterrupta que a Republica não abandonaria mais. Iamos resolvendo por arbitramento e conciliatoriamente as questões de fronteiras: em 1894, com a Argentina (Missões), em 1900, com a França (Amapá), em 1903, com a Bolivia (Acre), em 1904, Guiana Inglesa. Reorganizar-se a esquadra brasileira. Campos Sales entregou ao sucessor o país em perfeita tranquillidade, o cambio a 12 e os negocios publicos em excelente desenvolvimento. Retomara-se o pagamento da divida externa. Os titulos da divida publica subiram de 35%. Era ainda o Tesouro credor do Banco da Republica, e tinha em Londres depositos disponiveis no valor de 3 milhões de libras. Por fim a tarifa aduaneira de 1900 protegia, francamente, as indus-

trias nacionais estimulando as iniciativas e transformando a economia dos principais Estados (1).

O sucessor de Campos Sales foi também paulista, Rodrigues Alves. Indicou-o uma convenção de delegados dos governadores. O vice-presidente saiu de Minas Gerais (Afonso Pena), e um banquete no Casino Fluminense deu oportunidade ao futuro chefe da nação para ler o seu programa de governo. Acrescentando-se que o lugar de Glicerio na direção dos grupos políticos fôra preenchido por Pinheiro Machado, se terá esboçado a politica republicana dos quinze anos seguintes. Aquelas praxes se renovariam até 1930. Quanto à aliança de S. Paulo e Minas, assegurava a força do governo, mantendo em respeito as demais influencias; fazia a maioria. O regimen vigente entre 1898 e 1930 estava aparelhado em 1902. Simplificara-se a maquina politica. A convenção dos representantes dos governos escolhia o candidato, e a eleição popular, em 1 de Marco, se limitava a sancionar a escolha, sem possibilidade de surpresa. As maiores lutas presidenciais travar-se-iam em torno desse costume, de transformar-se a eleição do supremo magistrado numa simples formalidade, pois realmente eleitores eram os convencionais, ou os governadores.

Rodrigues Alves poderia destinar o seu periodo de governo ás grandes obras, de progresso e organização, que tanto nos faltavam, para recuperar o tempo perdido e socorrer a economia nacional. Inaugura-se, em 1903, uma epoca de intenso trabalho, cujas vibrações se estendem a todas as regiões e a todos os órgãos do Estado, e ás provincias, remodelando em breve prazo a civilização material do Brasil.

(1) A. DE T. BANDEIRA DE MELO, *Política Comercial do Brasil*, p. 88, Rio 1933.

O Imperio dera-nos estradas, telegrafos, bancos. Precisavamos de portos, a exemplo do porto de Santos, construido por iniciativa particular (1895); saneamento, cidades modernas, imigração. Os dous quatrienios, de Rodrigues Alves e Afonso Pena, applicaram-se a esse programa de trabalho gigantesco. O primeiro cuidado foi a remodelação da capital federal. O prefeito Pereira Passos, com audacia e largueza de vistas, empreendeu a tarefa colossal de transformar o Rio de Janeiro numa cidade-padrão, dotada de avenidas e ruas largas, instalações grandiosas. O ministro da viação, Lauro Muller, promoveu a construção do novo porto. O engenheiro Paulo de Frontin abriu a Avenida Central. Entretanto essas obras não se completariam sem o saneamento, que extinguisse a febre amarela, endêmica desde 1850, e aqui tão mortifera que era sufficiente razão para desprezarem os viajantes a capital brasileira. O obituario da febre amarela até 1903, acusava 58.467 casos fatais. Não pudera ser decisivamente combatida por falta de meios scientificos. O jovem sabio Osvaldo Cruz, em Abril de 1904, obtendo carta branca do governo, iniciou a profilaxia de acordo com os metodos de Gorgas em Cuba e J. H. White em Nova Orléans, e obteve completo exito. As vistas domiciliaries pelas brigadas de saneamento, a extinção dos focos, a vacina obrigatoria, restabeleceram brevemente no Rio as condições higienicas, sem as quais não ha nenhuma grande cidade. O numero de obitos, 584, em 1904, calu em 1905 para 53, e em 1906 para 30. Nesse ano pôde reunir-se no Rio a 3.^a conferencia Panamericana, a que compareceu o secretario de Estado americano Elihu Root, e nenhum caso de febre amarela se verificou. Estava debelado o maior inimigo dos cariocas.

A luta que teve de sustentar Osvaldo Cruz contra os retardatarios convulsionou por vezes o governo Rodrigues Alves. Entre 10 e 14 de Novembro de 1904 a vacina obrigatoria provocou no Rio, principalmente nos bairros proletarios, uma verdadeira revolução popular, difficilmente sufocada pelas forças policiaes e federais. Por esse tempo a opposição politica, chefiada pelo senador Lauro Sodré, visando á deposição do presidente, conseguiu revoltar a Escola Militar, marchando os cadetes sobre a cidade, chefiados pelo general Silvestre Travassos. Uma força legal tomou-lhes a frente na rua da Passagem e após tres descargas voltaram os cadetes á Escola, onde se renderam. Tinha sido mortalmente ferido o general Travassos. A dominação do movimento, como da última tentativa de contrapôr-se á politica official a corrente florianista, ou da pureza republicana, então encarnada em Lauro Sodré, consolidou a ordem e permitiu que a administração prosseguisse nos seus vastos objectivos .

Um acontecimento auspicioso, em 1905, reflecte a situação de prestigio exterior do Brasil: obtem do Santa Sé a criação de um cardinalato, unico então na America do Sul.

Na successão de Rodrigues Alves a politica se alterou sensivelmente, pois o candidato do partido republicano paulista era Bernardino de Campos, que seria o 4.º presidente natural daquele Estado. Opôz-se-lhe Pinheiro Machado, criando, em principio de 1905, um Bloco, que, com a maioria do congresso, fez triunfar a candidatura de Afonso Pena, como o antecessor antigo politico da monarchia. Estava este em condições de continuar o governo de Rodrigues Alves. Como presidente de Minas Gerais, mudára a capital para Belo Horizonte, que fizera construir. O seu primeiro ato, na presidencia da Repu-

blica, foi organizar um ministerio de homens moços, o "jard m da infancia", como capazes de bem satisfazer as exigencias do seu programa. A pasta mais ativa continuava a ser a da Viação, confiada a Miguel Calmon, que executou um grande plano ferroviario, construiu a Exposição Nacional, em 1908, comemorativa do centenario da abertura dos portos, concluiu as obras do porto; duplicou o fornecimento d'agua do Rio em remate aos trabalhos de saneamento; organizou o serviço de colonização, e, com a estrada de ferro do Noroeste, ligando S. Paulo a Mato Grosso, pôz fim ao isolamento desse ultimo Estado, cujas comunicações dependiam até então do rio Paraguai. O Brasil chegára a uma situação de prosperidade e ordem interna invejáveis. A Exposição Nacional demonstrou como progredira, em todos os campos da economia. O barão do Rio Branco aumentára-lhe consideravelmente o prestigio exterior. Em 1908 a armada renovou-se, com poderosos navios de guerra ("dreadnoughts"), e o exercito (era ministro o marechal Hermes da Fonseca) foi dotado de importantes melhoramentos.

As dificuldades politicas, entretanto, ressurgiram em 1909. Tendo falecido o presidente Pena, assumiu o governo o vice-presidente Nilo Peçanha. O candidato oficial á sucessão foi o marechal Hermes, apoiado pela maioria politica e pelas forças armadas. O candidato da opposição, "civilista", foi Rui Barbosa. Memoravel campanha eleitoral agitou o país. Eleito o marechal, o seu quatrienio foi atribulado, não raro tragico, não sómente pelas desordens frequentes, como pela *derrubada*, que se operou nos Estados, com a imposição de governadores do agrado de Pinheiro Machado, então supremo arbitro da situação. A medida extrema do *estado de sitio*, para evitar a extensão do descontentamento e dos motins,

foi usual, em todo esse período de inquietações, a que poria termo o seguinte presidente, o mineiro Wenceslau Braz.

O governo de Wenceslau Braz coincidiu com a guerra europeia. Esta provocou as mais salutares reacções no Brasil: desenvolveu excepcionalmente as nossas industrias e despertou o espirito civico, apercebendo-o para a defesa nacional.

Os efeitos economicos da guerra mundial foram espantosos. Imediatamente todos os nossos produtos se valorizaram, as exportações avultaram, quasi todas as industrias estrangeiras se reproduziram, sobretudo em S. Paulo, de maneira a dispensarmos progressivamente a importação, aumentando, em grandes proporções, a riqueza local.

A criação da Liga de Defesa Nacional, e o apelo aos jovens brasileiros para se alistarem nos batalhões voluntarios e adextrar-se nos serviços militares, puseram o Brasil, em 1917, á altura das suas responsabilidades internacionais. Entramos na guerra ao lado das nações aliadas, contra os Imperios centrais, em virtude do torpedeamento de alguns navios mercantes por submarinos alemães, e da nossa politica exterior, desenvolvida pelo barão do Rio Branco, e continuada por seus sucessores, de solidariedade com os Estados Unidos. A guerra não nos custou sacrificios de gente, apesar da divisão naval fornecida pelo Brasil para o policiamento do Atlantico e do Mediterraneo. Também não nos trouxe vantagens especiais. O idealismo, que fôra na monarquia o traço característico da nossa intervenção nos negocios diplomaticos, se repetiu na Republica. Porém a propaganda patriótica produziu os melhores frutos e, em consequencia do grande voluntariado, depois das leis referentes á conscrição militar, que se tornou obrigatoria, (1915) as forças armadas

se modificaram completamente. Começamos a ter um exercito feito de todos os cidadãos em idade de servir. A parada dos regimentos de "at radores", realizada no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1917, reuniu, em belo conjunto, a mocidade de todos os Estados. O corolario dessa aproximação e desse movimento civico-marcial seria a revivescencia de um nacionalismo benefico.

A Wenceslau Braz sucederia Rodrigues Alves, segunda vez presidente da Republica. Falecendo o illustre paulista, foi eleito o senador Epitacio Pessoa. No seu periodo de governo comemoramos o primeiro centenario da Independencia, realizou-se o Recenseamento geral de 1920 e foram repatriados os restos mortais dos ultimos imperadores. Esses tres fatos permitem verificar que a Republica at'ngira uma situação de estavel prosperidade, podendo, não apenas apurar os resultados da sua evolução economica e social, como tambem celebrar cem anos de vida autonoma com uma Exposição Internacional que facilitaria a comparação do progresso do país com as demais nações amigas.

O ano de 1922 é um excelente ano-l'mite.

A nossa civilização perdera as suas linhas tradicionais exclusivamente agricolas e litoraneas. Tinhamos uma formidavel riqueza industrial e uma economia sertaneja, que os modernos meios de transporte — com as estradas de rodagem (1) — cada vez mais internavam, comunicando afinal entre si todos os nucleos produtores. Os indices de prosperidade de algumas regiões poderiam equivaler-se aos de países que fazem o assombro da nossa epoca: assim o crescimento vertiginoso de S. Paulo, o po-

(1) Em 1930, havia, em trafego, 113.249 kilometros de estradas de rodagem, e 37.600 automoveis. *Anuario Estatístico do Brasil*, p. 161, 1936.

voamento das suas zonas cafeeiras, a construção de suas cidades (1). O Amazonas, que entre 1895 e 1910 progredira extraordinariamente com o alto preço da borracha, com a concorrência das plantações do Oriente decaíra, num empobrecimento gradual. Entretanto a animação agrícola dos outros Estados, o aumento dos rebanhos, a instalação do parque industrial paulista, a industria siderurgica em Minas, a crescente cultura de café, tinham fortalecido as bases economicas do Brasil.

As estatísticas comparadas, de 1907 e 1920, revelam que em treze anos o numero de estabelecimentos industriais passára de 2.988 para 13.336, e o capital neles empregado, de 580 mil para 1.815 mil contos de réis (fóra 217 mil para a industria açucareira e 25.400 para a salineira). O valor da produção das fabricas subira, de 668.843 contos para 2.989.176 contos. Em 1889 havia instalada no Brasil uma só empresa electrica; em 1920 funcionavam 396, produzindo 603.632 H.P. (2). Os dados referentes á agricultura e ao comércio não são menos impressionantes. Poucas culturas no universo terão as proporções do plantio do cafeeiro, que, em S. Paulo, por duzentos quilometros quasi sem descontinuidades, prolonga a sua "onda verde". A produção mundial em 1920 fôra de 18.500 mil sacas, das quais 13.390 mil do Brasil (e 11 milhões de S. Paulo). O café ocupa 2 milhões de hectares de solo brasileiro. Ficamos no 6.º lugar,

(1) "A vida economica atinge em S. Paulo ao mais elevado alcance que ha erguido a capacidade dos povos mais cultos e produtivos do Planeta. Dos 48 Estados, que tanto são os da União Americana do Norte, S. Paulo se coloca acima de 44 deles". F. DE SOUSA LOBO, *S. Paulo na Federação*, p. 267, S. Paulo, 1924.

(2) BULHÕES CARVALHO, *Recenseamento do Brasil*, vol. V, introdução, Rio 1927. Em 1934, eram 925 as empresas, e 1.035 as usinas geradoras de electricidade. (*Anuário Estatístico do Brasil*, 1936, p. 129.)

no mundo, quanto á produção do açúcar (12 milhões de toneladas), no 2.º lugar quanto á produção de cacáu, concentrada na Bahia (1 milhão de sacas); no 5.º quanto ao algodão (142 mil toneladas). Exportamos naquele ano 31.469 toneladas de fumo, 32 mil toneladas de erva-mate. Produzimos 87.180 toneladas de trigo, e, só o Rio Grande do Sul, 11 mil de arroz. O milho abrangeu 3.380 mil hectares, o feijão..... 1.655.900 hectares... Por outro lado, alcançara a exportação de produtos pastoris cifras imprevistas: 61.934 toneladas de carnes, em 1922!

A exportação brasileira, em 1919, orçou em 1.635.950 contos, e a importação em 1.004.646 (1).

A nossa população, de 17 milhões em 1890, subira a 30.635.605 em 1920, dos quais 6.376.880 vivem dos recursos do solo e 1.189.375 do aparelhamento industrial (2). Considerando que as profissões liberais ocupam apenas 168.879 individuos, o comercio somente 497.348, a extração mineral 74.650, a administração, as forças armadas 160 mil, teremos que o interesse dos campos e a exploração agrícola ainda formam no país o meio normal de existencia, apesar da atração do urbanismo, ou das condições desfavoráveis do trabalho rural em muitas regiões. Desenvolveu-se harmonicamente a economia nacional nas suas relações entre a industria e a lavoura (3), e na distribuição das massas humanas.

(1) Em 10 meses (Janeiro-Outubro) de 1932, a importação foi de 1.356.499 e a exportação, 2.152.911. Em 1936: aquela 2.551.323; esta, 3.965.417. A grande surpresa economica depois de 1932 foi a do algodão, naquele ano exportado em minima quantidade (515 toneladas), e em 1936, 167.794 ton., valor 777.413 contos.

(2) Em 1935, a população do Brasil foi calculada em 41.560.147. (*Anuário Estatístico do Brasil* — 1936 — p. 65, Rio 1936).

(3) Em 1932, a produção industrial tinha o valor de 6 milhões de contos, e a agrícola de mais de 5 milhões. Vd. ARTUR TORRES FILHO, *Expansão Economica do Brasil*. p. 38, Rio 1935.

Constituíamos um exito positivo, em todos os dominios da atividade de um povo. Entretanto ainda nos sobrava a impressão de que tudo estava por fazer — tão grande é o ambito geografico desta civilização que apenas esboçou as suas tendencias ou diferenciou a sua fisionomia !